



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

JOSÉ ROBERTO DE MELO FERREIRA

**“SE EU MORRER LUTANDO, EU PERDOO A MORTE”: Um estudo comparativo
entre assentamentos agrários, em Iati/PE**

Recife
2019

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

F383s Ferreira, José Roberto de Melo.
 “Se eu morrer lutando, eu perdoo a morte” : um estudo comparativo entre
 assentamentos agrários, em Iati/PE / José Roberto de Melo Ferreira. – 2019.
 208 f. : il. ; 30 cm.

 Orientadora: Profª. Drª. Mísia Lins Reesink.
 Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
 Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife, 2019.
 Inclui referências e anexos.

 1. Antropologia. 2. Assentamentos agrários - Iati (PE). 3. Comunidades
 agrícolas. 4. Posse da terra. 5. Cosmologia. I. Reesink, Mísia Lins
 (Orientadora). II. Título.

301 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2024-113)

JOSÉ ROBERTO DE MELO FERREIRA

**“Se Eu Morrer Lutando, Eu Perdoo a Morte”: um estudo comparativo entre
assentamentos agrários, em Iati/PE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Antropologia.

Área de concentração: Antropologia

Orientadora: Profa. Dra. Mísia Lins Reesink

Recife
2019

JOSÉ ROBERTO DE MELO FERREIRA

**“Se Eu Morrer Lutando, Eu Perdoo a Morte”: um estudo comparativo entre
assentamentos agrários, em Iati/PE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Antropologia.

Área de concentração: Antropologia

Aprovada em: 12/03/2019

Banca Examinadora

Professora Doutora Mísia Lins Reesink (Orientadora - UFPE)

Professor Doutor Russell Parry Scott (Examinador Interno – PPGA/UFPE)

Professor Doutor Edwin Boudewijn Reesink (Examinador Interno – PPGA/UFPE)

Professora Doutora Elisete Schwade (Examinadora Externa – PPGA/UFRN)

Professora Doutora Andrea Lorena Butto Zarzar (Examinadora Externa – D. Ciências Sociais/UFRPE)

Professor Doutor Antônio Carlos Motta Lima (Examinador Suplente Interno – UFPE)

Professor Doutor Jairo Nogueira Luna (Examinador Suplente Externo – PPGL/UPE)

AGRADECIMENTOS

A escrita de uma tese é o coroamento de um ciclo, que se inicia desde a alfabetização, portanto, gostaria de agradecer a todos os professores que contribuíram com minha formação. Professores são construtores da nação e esculpidores de sonhos. Agradeço em especial as minhas professoras de língua portuguesa, que mesmo sem saber escrever direito me aprovaram, em especial professora Quitéria e Edna Lúcia do colégio municipal Dom Vital em Paranatama/PE, onde iniciei meu ensino médio. Onde dei início ao processo de leitura no campo da história, graça aos incentivos do professor Jailton de Melo Elias, até a oitava série só queria saber de matemática, nas aulas do professor Leonardo Guerra. Depois dos incentivos da professora Quitéria e Jailton com a paciência de Edna Lúcia as leituras deixaram de ser cansativas e passei entrar num mundo mágico que transformou minha vida. Grato por toda paciência, dedicação e incentivos.

Já na graduação em Licenciatura em História – na UPE/Campus Garanhuns – tive experiências extraordinárias nas aulas do professor Josualdo de Meneses Silva, com ele aprendi muito sobre arqueologia, política, teoria da história e sobre a vida. Grande incentivador na luta por dignidade humana. O curso de história me fez abrir os olhos para o mundo, por isso sou grato a todos os professores, em especial a professora Giselda de Barros Machado, Josualdo já citado e Adjair Alves. Este último me orientou na monografia e na construção dos primeiros artigos, leituras no campo da antropologia e, por isso, hoje sou antropólogo. A vocês agradeço por acreditar em mim e incentivar, uma frase que marcou e motivou minha graduação me fez lutar para chegar até aqui: “Roberto é um diamante bruto que precisa ser lapidado” (Josualdo numa aula de campo de pré-história em 02/06/2007).

Do mestrado ao doutorado sou muito grato a todos os professores do Programa de Pós Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco – PPGA/UFPE. Esta foi a universidade que sempre sonhei estudar e este foi o curso que sempre quis estar, portanto, é uma satisfação e uma alegria fazer parte dessa universidade. Agradeço aos funcionários, pessoas de quem passei a fazer parte no dia a dia, em especial Carla ex-secretária e Ademilda nossa recepcionista e pessoa que nos anima nos tramites burocráticos. Aos professores gostaria de agradecer em especial ao professor Pierre Scott, grande exemplo e suas aulas sempre inspiradoras. Suas dicas sempre precisas e valiosas. Professor Edwin Boudewijn Reesink também contribuiu bastante em minha formação, desde as leituras atenta até as conversas nos corredores. Professora Vânia Fialho também me inspirou bastante, desde o mestrado. Roberta Campos abriu sua porta pra mim antes mesmo do ingresso no curso, sou

grato por suas aulas, contribuições, leituras detalhadas e perspicazes. Ainda sinto saudades das aulas e reuniões com a professora Cida Nogueira, esta foi minha co-orientadora na graduação, suas palavras de vida, alegria e incentivo nos faz seres humanos melhores e nos inspiram sempre. Grato a todos vocês que fazem parte do PPGA/UFPE!

Minha orientadora do mestrado e do doutorado Mísia Lins Reensik sempre serei grato por sua contribuição, sua paciência e dedicação. A senhora foi a grande responsável por me orientar, conduzir e incentivar. Hoje tenho certeza e convicção de que não teria conseguido chegar até aqui sem suas contribuições e principalmente seu apoio. Pois, por várias vezes pensei em desistir, diante de várias dificuldades pessoais, mas você me incentivou, cobrou na hora certa e da forma mais elegante possível, com paciência me mostrou que seria possível realizar um sonho que já tinha até se perdido de mim mesmo. Aqui fica registrado que foi pelo seu apoio e incentivo que terminei essa etapa, você mostrou as possibilidades e o caminho com bom senso e de forma concreta conseguimos chegar até aqui. Aprendi demais com suas orientações e cobranças. Será sem sombra de dúvidas uma inspiração para minha forma de agir, exemplo de profissionalismo.

Além dos professores, mestres do saber, tive também apoio de vários colegas que se tornaram amigos, em especial gostaria de lembrar alguns que permanecem mais próximo atualmente. Da época de colegial sou grato a toda turma da oitava série B do colégio Dom Vital do ano de 2003. Lembro-me dos debates com meus colegas Jailton Roldão, Helena, Josefa, Laudiceia e tantos outros que fazia das aulas de história grandes debates, ali percebi que era possível mudar o mundo a partir da leitura. Na graduação tive pessoas especiais, aqui gostaria de agradecer em especial a Acácio Brito, por sempre me receber em sua casa. Foi ele quem me apresentou ao padre Antônio Elias e através dele cheguei a comunidade Serra dos Mares, meu principal campo de pesquisa. Sou grato ao padre Antônio por me sugerir estudar a comunidade Serra dos Mares e a Acácio pelo apoio de sempre. Maraba, Marcelo Treff, Vitor Gomes, Emanuel Oliveira, Iolanda Santana e Alexandre Gomes obrigado por estarem juntos, ouvindo e contribuindo.

Do mestrado gostaria de agradecer em especial a Patrícia Lima, minha amiga que sempre fez observações precisas no que diz respeito à escrita e gramática. Quem me acolheu em Recife, Luiz Antônio com quem aprendi muito de antropologia e Roberto do CIMI, estes foram amigos e companheiros. Shirley Samico também me ajudou demais, sou grato a todos. No curso de doutorado gostaria de dar um agradecimento especial ao meu colega de curso Cleonardo Mauricio Júnior, além de grande exemplo de empenho e esforço intelectual, me deu palavras de incentivo e conforto. Cleonardo, Ligia Gama e Pedro Germano, Hélder

Souza, Jailma Oliveira, Vagner Bijagó e Evander Kroner esses foram aqueles que me deram palavras de incentivo e se alegraram com minhas conquistas, é esse tipo de pessoa que quero ter por perto, gente que vibra com a nossas conquistas e são exemplos de profissionais.

Gostaria de agradecer em especial aos moradores dos assentamentos estudados, esta pesquisa só foi possível graças às recepções, acolhidas e disposição de vocês. Além disso, gostaria de registrar que esta pesquisa teve o financiamento das bolsas de fomento do programa de pós-graduação da CAPES. Esta pesquisa está inserida dentro de um contexto histórico e social, resultado de lutas e demandas políticas. Me sinto privilegiado por ter vivido o período histórico onde foi possível fazer pesquisa com o dinheiro público, desde o mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por isso agradeço aos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) nos mandatos do presidente Lula e da presidenta Dilma Rousseff por tornar isso possível e uma regra.

RESUMO

O principal objetivo deste trabalho foi compreender os processos de formação e consolidação dos assentamentos agrários do INCRA no município de Iati/PE. A problemática central gira em torno do sucesso e do fracasso dos assentamentos, tendo em vista que tento responder a pergunta sobre quais são os elementos históricos, sociais, políticos e culturais que levaram tais assentamentos a obterem êxitos ou fracasso ao longo do tempo. O objeto de estudo são os processos de consolidação e manutenção dos assentamentos. Trata-se de uma pesquisa etnográfica comparativa cuja metodologia está baseada na pesquisa de campo e na observação participante, método consagrado da antropologia. A ênfase deste trabalho é direcionada para os aspectos subjetivos, ligados aos valores e práticas constituintes da vida social nos assentamentos. Compreender as definições cosmológicas sobre a terra e o trabalho foi de fundamental importância para entender as motivações no processo de luta pela terra. A pesquisa mostrou que o êxito nos assentamentos está ligado a um conjunto de valores e práticas fundamentados, cosmológicamente, na compreensão de que os homens devem viver com autonomia e dignidade. Logo, quanto mais bem sucedido um assentamento, maior será a autonomia para os seus assentados. Nesse sentido, compreender como pensam e definem a noção de pessoa também foi primordial para entender como cada assentamento passou pelas etapas de luta, ocupação, moradia e trabalho na terra. Essas são as etapas imprescindíveis para se alcançar o êxito nos assentamentos. Teoricamente, tento compreender como a cosmologia religiosa se insere nessas etapas de formação e consolidação, bem como, a religiosidade funcionou como elemento de coesão social em alguns assentamentos.

Palavras-chave: cosmologia; terra; assentamentos; êxito, fracasso.

ABSTRACT

The main objective of this work was to understand the processes of formation and consolidation of agrarian settlements of INCRA in the municipality of Iati/PE. The central issue is the success and failure of the settlements, given that I try to answer the question of what historical, social, political and cultural elements have led to settlement success or failure over time. The object of study is the processes of consolidation and maintenance of the settlements. It is a comparative ethnographic research whose methodology is based on field research and participant observation, an established method of anthropology. The emphasis of this work is directed to the subjective aspects, linked to the constitutive values and practices of social life in the settlements. Understanding the cosmological definitions of land and labor was of fundamental importance in understanding the motives in the process of struggle for land. Research has shown that success in settlements is linked to a set of values and practices grounded cosmologically in the understanding that men should live with autonomy and dignity. Thus, the more successful a settlement, the greater the autonomy for its settlers. In this sense, understanding how they think and define the notion of person was also essential to understand how each settlement went through the stages of struggle, occupation, housing and work on earth. These are the essential steps to success in the settlements. Theoretically, I try to understand how religious cosmology is embedded in these stages of formation and consolidation, as well as, religiosity worked as an element of social cohesion in some settlements

Keywords: cosmology; earth; settlements; success; failure.

RÉSUMÉ

Le principal objectif de cette étude était de comprendre les processus de formation et de consolidation des colonies agraires de l'INCRA dans la municipalité d'Iati/PE. La question centrale concerne le succès et l'échec des colonies, étant donné que je cherche à répondre à la question de savoir quels sont les éléments historiques, sociaux, politiques et culturels qui ont conduit ces colonies à réussir ou à échouer au fil du temps. Cette étude se penche sur les méthodes de consolidation et de préservation de ces colonies. Cette recherche ethnographique comparative est basée sur la méthodologie de la recherche sur le terrain et de l'observation participante, une méthode reconnue en anthropologie. Ce travail se concentre sur les aspects subjectifs, liés aux valeurs et aux pratiques qui façonnent la vie sociale dans les colonies. Il était crucial de comprendre les définitions cosmologiques de la terre et du travail pour comprendre les motivations dans le processus de lutte pour la terre. La recherche a montré que le succès des colonies est lié à un ensemble de valeurs et de pratiques fondées, cosmologiquement, sur la compréhension que les hommes doivent vivre avec autonomie et dignité. En conséquence, plus une colonie prospère, plus l'autonomie de ses colons sera grande. En ce sens, il a aussi été crucial de comprendre comment ils pensent et définissent la notion de personne pour comprendre comment chaque colonie a traversé les étapes de lutte, d'occupation, de logement et de travail de la terre. Ce sont les étapes indispensables pour réussir dans les colonies. D'un point de vue théorique, je cherche à comprendre comment la cosmologie religieuse s'insère dans ces étapes de formation et de consolidation et comment la religiosité a été un élément essentiel de la cohésion sociale dans certaines colonies.

Mots-clés: cosmologie; terre; colonies; succès; échec.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Quadro geracional.....	54
QUADRO 2 – Classificação dos assentamentos.....	174

LISTA DE SIGLAS

CEB	Comunidade Eclesial de Base.
CODEAM	Coordenação Estadual de Municípios do Agreste Meridional.
CPT	Comissão Pastoral da Terra.
FETAPE	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco.
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
MST	Movimento dos Trabalhadores sem Terras.
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural.

SUMÁRIO

	Página
1 INTRODUÇÃO.....	14
2 LUTA E FÉ: A HISTÓRIA EXITOSA DA COMUNIDADE SERRA DOS MARES.....	27
3 OS DEMAIS ASSENTAMENTOS AGRÁRIOS DE IATI E REGIÃO: AS HISTÓRIAS DE LUTA PELO ÊXITO.....	46
3.1 COMUNIDADE JUSSARA II: A CONTINUIDADE DA SERRA DOS MARES.....	46
3.2 OS SEM TERRAS DA JUSSARA III/FETAPE: LUTAS E DESAFIOS.....	58
3.3 O IMPASSE: “SEM TERRA” INVADE TERRA DE “SEM TERRA”.....	64
3.4 UMA BREVE INCURSÃO ETNOGRÁFICA: ELEMENTOS PARA EFEITOS DE COMPARAÇÃO.....	77
3.4.1 Assentamento São José.....	77
3.4.2 Assentamento Minador.....	81
3.4.3 Assentamento Mata Escura.....	82
4 O ÊXITO NA LUTA PELA TERRA E A QUALIDADE DE VIDA NOS ASSENTAMENTOS AGRÁRIOS.....	84
4.1 A COMUNIDADE SERRA DOS MARES: CONSTRUINDO UMA HISTÓRIA EXITOSA.....	84
4.2 A COMUNIDADE JUSSARA II E A BUSCA POR UM MODELO IDEAL.....	98
4.3 UMA LUTA SEM FIM: A QUALIDADE DE VIDA E OS DESAFIOS PARA CONSOLIDAR A LUTA PELA TERRA NA JUSSARA III.....	104
4.3.1 Os sem terras associados à FETAPE.....	105
4.3.2 Os sem terras do MST.....	110

4.4	O INCRA E A SUA VISÃO QUADRADA SOBRE A TERRA.....	114
5	DEVOÇÃO E VISÃO DE MUNDO: A VIVÊNCIA RELIGIOSA NA COMUNIDADE SERRA DOS MARES.....	122
5.1	A PROMESSA DA CAPELA E O SENTIDO DA VIDA.....	122
5.2	SER GENTE: A GRAÇA DA TERRA E A IDENTIDADE CATÓLICA.....	132
5.3	A VIDA RELIGIOSA NA COMUNIDADE.....	139
5.4	O COMPADRIO E A PREFERÊNCIA PELOS POBRES.....	149
5.5	A HOMENAGEM PÓSTUMA À FREI JUVENAL.....	160
6	A COSMOLOGIA RELIGIOSA NA CONSTRUÇÃO DO ÊXITO NA LUTA PELA TERRA.....	167
6.1	ETAPAS DE SUPERAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA NOS ASSENTAMENTOS.....	168
6.2	AÇÃO POLÍTICA E AÇÃO RELIGIOSA: MEIOS E FINS NA CONSTRUÇÃO DO ÊXITO.....	176
6.2.1	Ações políticas.....	178
6.2.2	Ações religiosas.....	183
6.3	SACRIFÍCIO E GRAÇA: UMA VISÃO RELIGIOSA DO SOFRIMENTO.....	186
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	191
	REFERÊNCIAS.....	194
	ANEXO A – MAPAS DE ALGUNS ASSENTAMENTOS LOCALIZADOS NA REGIÃO DE IATI, ÁGUAS BELAS E PARANATAMA.....	203
	ANEXO B – REGISTRO DA VIDA RELIGIOSA DA SERRA DOS MARES.....	207

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa etnográfica tem como objeto de estudo os processos de formação e consolidação dos assentamentos agrários no município de Iati/PE. Trata-se de um estudo comparativo entre um conjunto de assentamentos agrários do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), cujo objetivo principal é compreender quais os valores cosmológicos e ações práticas que levaram estes assentamentos a se formarem e a existirem, ao longo do tempo, tomando como parâmetro analítico e comparativo a comunidade Serra dos Mares que é tida como o exemplo mais bem-sucedido dentre os assentamentos pesquisados. As histórias de formação dos assentamentos e as formas de organização sociais foram analisadas no intuito de perceber os valores cosmológicos, bem como, os fatores históricos, sociais e políticos que possibilitaram suas formações e seus relativos êxitos ou fracassos.

A comunidade Serra dos Mares está situada na parte oeste do município de Iati, em Pernambuco. Sua formação data do início da década de 1980, contexto de abertura política no Brasil, pós-ditadura. Historicamente, pioneira, é concebida como exemplo de comunidade-modelo por outros assentamentos e por sua resistência e consistência ao longo dos anos. Em seu entorno, num raio de cinco quilômetros, se formaram mais três assentamentos com formas de organizações e dinâmicas sociais distintas, em outro contexto histórico, portanto, com outros modos de agir. Essas diferenças nos modos de agir e as dinâmicas sociais de cada assentamento serão aqui problematizadas ao longo desta pesquisa, com o intuito de entender os valores que inspiram as ações políticas e sociais, bem como os resultados práticos destas ações na busca pelo êxito na realização dos assentamentos.

A principal questão desta pesquisa gira em torno do sucesso da comunidade Serra dos Mares, pois busco entender como aconteceu seu êxito ao longo do tempo e quais foram os valores e práticas que possibilitaram tal resultado. Para isso, é imprescindível compreender como os nativos definem o que é “sucesso” e “fracasso”. Neste sentido, tomo como referência as categorias êmicas em conformidade com a literatura sobre assentamentos, tendo em vista que, no campo de pesquisa etnográfica, as noções de sucesso e de fracasso são as categorias mais recorrentes e constantemente acionadas ao longo das entrevistas.

Embora, se trate de um estudo comparativo, a ênfase do trabalho, como dito, está na comunidade Serra dos Mares, porque acredito estar ali um conjunto de valores e ações que permitem entender o *ethos* político-religioso de um período histórico, no sentido geertziano do termo (GEERTZ, 1989). Portanto, a problemática maior do trabalho está ligada aos aspectos subjetivos das ações sociais (WEBER, 1999), porque estou preocupado

epistemologicamente em entender os valores e a lógica cosmológica que dão sentido a vida social nos assentamentos.

É preciso destacar, inicialmente, que a comunidade Serra dos Mares se define como sendo uma comunidade católica, remanescente das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Quero entender como os valores católicos, advindos dessa prática religiosa comunitária, se constituíram como fatores convergentes e elementos de coesão social na luta pela terra. Tomo a cosmologia católica como referência para tentar compreender as noções de *autonomia* e *dignidade*, porque as histórias de lutas pela terra nos assentamentos estão intimamente ligadas à *noção de pessoa* e *dignidade humana*. Os dados etnográficos evidenciam que os fatores históricos se apresentam de diferentes formas e as formações dos assentamentos estão ligadas a um conjunto de valores e práticas que passam por *condições subjetivas*. Essas condições serão aqui problematizadas para compreender como a fé católica se constituiu numa luta política para obter a terra.

O enfoque da pesquisa etnográfica ocorreu, prioritariamente, em quatro assentamentos, são eles: Serra dos Mares, Jussara II, Jussara III/FETAPE¹ e Jussara III/MST². Primeiro, devido à aproximação entre eles, segundo, porque, acredito ser suficiente para permitir abarcar um conjunto de dados suficientes sobre os assentamentos, e assim entender as dinâmicas sociais, as diferenças, semelhanças e os elementos históricos de formação. Outros assentamentos podem aparecer como elementos complementares de informação a fim de exemplificar e evidenciar melhor o argumento que pretende se formular.

Desses quatro assentamentos tento levar em conta as histórias, as dinâmicas sociais, vínculos institucionais e práticas políticas. A partir disso, é possível perceber as diferenças e semelhanças nos processos de assentamento. Enfatizando o conjunto de crenças e valores que resultam em ações práticas na constituição dos assentamentos, busco entender a visão de mundo, os princípios geradores e os modos de ação. As crenças e práticas religiosas são, portanto, estudadas porque acredito ser uma chave importante para compreender as dinâmicas e a coesão social nos assentamentos. Como a Serra dos Mares é uma comunidade religiosa fundada e vinculada as CEBs, pretendo enfatizar suas concepções cosmológicas sobre a terra e o trabalho, valores fundamentais na construção dos assentamentos, porque a partir dela é possível entender e problematizar os demais assentamentos.

¹ Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares do Estado de Pernambuco.

² Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

- A COSMOLOGIA DA TERRA E DO TRABALHO NA SERRA DOS MARES

Ao longo da história, vimos como a religião pode ser tida como o fundamento do social (DURKHEIM, 1996). Carlos Rodrigues Brandão ao prefaciar o livro de Zaluar (1983, p. 9) faz a seguinte constatação: “o político que existe no profano pode apresentar-se como é na pesquisa social, mas o social que há no sagrado carrega a sina de parecer que não existe quando deixa de ser ‘puro’, estranho ou pitoresco”. É típico, na história do Brasil, como determinados movimentos de contestação e reivindicações tomaram conotações religiosas, tais como: Canudos, Guerra do Contestado e Caldeirão dos Jesuítas, para ficarmos nos exemplos mais clássicos. Por sua vez, Zaluar (1983, p.13) faz a seguinte pergunta instigante: “por que o protesto ou desespero coletivo resultante dessas crises assumiu a forma de movimento religioso milenarista e messiânico?” Perceber a inter-relação do sagrado para com o social é um dos elementos que instiga o estudo dos assentamentos aqui analisados.

Esta pesquisa tenta entender a relação dialética entre os processos de luta pela terra e as concepções cosmológicas de mundo elaboradas pelos assentados. A preocupação central é perceber aquilo que Woortman & Woortman (1997, p. 11) chamam de *meios intelectuais*:

Os meios intelectuais podem ser entendidos como modelos de saber pelos quais e com os quais o homem age sobre a natureza. Os meios materiais só existem socialmente a partir dos meios intelectuais, e é por intermédio destes que a natureza se torna socializada. Há como que um “trabalho das ideias” que antecede e informa o trabalho “material”. O primeiro transforma o mundo desconhecido num ordenamento cognitivamente apreendido, permitindo ao segundo transformar a natureza em espaço de cultivo.

Este é, por assim dizer, o *a priori* que dá sentido à vida prática, cotidiana e fundamenta as ações materiais. Esses meios intelectuais podem ser entendidos como sendo um *código linguístico* que é transmitido, aprendido e produzido pelos homens, na interação com a natureza e com a própria sociedade. É aquilo que nós antropólogos chamamos de o *papel da cultura*.³ A escolha da comunidade Serra dos Mares, como ênfase de estudo, se deu porque é evidente, na sua história, a importância das crenças religiosas quando nos outros

³ Na perspectiva geertziana é possível pensar o conceito de cultura como sendo: “acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado” (GEERTZ, 1989, p. 15).

assentamentos, a religiosidade também se manifesta. No entanto, não com tanta intensidade e não se constituem *a priori* como modo de agir e organização política.

A terra, antes mesmo de ser possuída, era pensada e concebida cosmologicamente, isto é, a terra era pensada dentro de uma ordem divina. Portanto, a posse da terra, a vida na comunidade e as formas de vida estão fundamentadas cosmologicamente na religiosidade católica. Sobre essa relação cosmológica, penso como Mísia Reesink (2012, p. 4):

O catolicismo construído pelos sujeitos pesquisados não pode ser visto como um momento ou espaço *no* mundo ou na sociedade, mas como um conjunto de elementos que constituem um mundo, o seu mundo; por isso a necessidade de se adotar uma perspectiva cosmológica do catolicismo, pois os sujeitos católicos “pensam” esta religião cosmologicamente.

A vivência do catolicismo, no cotidiano da comunidade Serra dos Mares e também ao longo da história de luta pela terra e de sua conquista, fez com que os nativos estivessem experimentando aquilo que Velho (1995) chama de *cultura bíblica*. Para Campos (2013, p. 56), em seu caso etnográfico, nessa cultura bíblica pode ocorrer:

A transformação de imagens bíblicas em representações concretas e o seu reverso, a subjetivação da natureza e a transformação de elementos da paisagem em ícones e emblemas sagrados, algumas vezes até o próprio Deus, encontra-se por todo o sertão nordestino.

No caso da comunidade Serra dos Mares, de forma similar, ocorre a sacralização da terra, e sua conquista é concebida como sendo a vontade de Deus. Pois, percebe-se, etnograficamente, que para estes moradores, antes da terra ser um direito legal, é um *direito divino*. Há um ordenamento do universo, uma lógica cosmológica no mundo, no qual “desde o ato da criação a ordem divina foi estabelecida no mundo e mantida através do cumprimento da vontade de Deus, encontrada na Bíblia, fonte da lei e da sabedoria” (CAMPOS, 2013, p. 59).

Esta pesquisa etnográfica tentou levar em conta os contextos e os fatores históricos de organização e formação de cada assentamento. Em todos ocorre uma luta política, com organização social. No entanto, a forma como se dá essa organização e como significam é variável. Na concepção dos moradores do Jussara/MST, a luta pela terra é motivada e

concebida como sendo uma luta de classe contra os latifúndios improdutivos, enquanto que para os demais assentamentos, ligados a FETAPE, como é o caso da Jussara II, Jussara/FETAPE e Serra dos Mares, a luta é motivada por outros elementos e concepções. Por mais que autores clássicos, sobre a Teologia da Libertação e CEBs, como Noronha (2012), afirmem ser esse movimento uma corrente política, ou ainda para usar a expressão de Löwy (2000) “teólogos usando os conceitos analíticos do marxismo”, neste caso etnográfico, a militância política não é o primeiro elemento que se destaca.

Na comunidade Serra dos Mares, por exemplo, as falas e narrativas referentes ao seu processo de formação não se referem a uma luta contra o *capitalismo* ou uma *luta de classes*, ao invés disso, as frases que mais se destacam e se repetem são: “a terra é um direito divino”, “Deus criou a terra para todos”, “ninguém quer terra com violência”, “há fazendeiros que conquistaram suas terras dignamente” e ainda “há de se cumprir a vontade de Deus em nossa luta”. A luta política é compreendida como sendo uma instrumentalização de uma concepção cosmológica de vida, pois os nativos se recusam a viver em um mundo desencantado, no qual a racionalidade política explica e fundamenta as ações práticas (MOTTA, 2009). Dessa forma, acredito que “a ideia de um mundo totalmente desmistificado é uma ilusão” (STEIL, 1996, p. 288). O inverso também é verdadeiro, de modo que: “sugerir a ideia de uma religião totalmente mistificada dentro de um mundo secularizado e moderno como o nosso também pode ser considerada uma ilusão” (Idem).

A cosmologia religiosa, que fundamentou a luta pela terra, foi o principal elemento de (auto)reconhecimento como sem terras e, portanto, passaram a lutar junto ao sindicato e à CEB pela terra compreendida como um “direito dado por Deus”. Nesse sentido, as ações práticas e políticas são concebidas e pensadas dentro da lógica da religiosidade católica. Diante disso, busco identificar, nas histórias dos assentamentos, como as crenças religiosas se constituíram em práticas e concepções de lutas políticas. Em alguns assentamentos é evidente a religiosidade como fator de coesão social, se constituindo como um dos principais elementos convergentes no processo de luta pela terra. Sendo possível pensar de modo similar a Steil (1996, pp. 64-65) em sua etnografia quando um dos nativos diz “não há pobres”, justificando porque “ninguém é melhor do que ninguém na romaria” e cada um dos romeiros se torna chefe de si mesmo, não havendo uma autoridade sobre os indivíduos envolvidos, mas uma unidade social que liga as pessoas num processo ritual. Isso ocorre porque, como em todos rituais religiosos, “ao invés de abolir as diferenças, as romarias ensinam como lidar com elas” (FERNANDES, 1982, p. 37).

Com isso, quero entender como a cosmologia religiosa e suas práticas produzem aquilo que podemos chamar de estado de *communitas*; conceito elaborado por Turner (2008). Este conceito pode ser entendido como sendo uma espécie de “vínculo que une as pessoas além e acima de seus vínculos formais” (Idem, p. 41). O estado de *communitas* também pode ser entendido como uma espécie de “vitalidade intensificada” (TURNER, 2005, p. 184). Maurício Júnior (2014, p. 103) lembra que “a *communitas* é o lugar da espontaneidade e da liberdade, enquanto o direito, a lei, e a coação estariam localizados na Estrutura, que, em suma, é vista por Turner como um conjunto de limitações”. A religiosidade, nesse sentido, cumpre o papel de vitalidade ou de efervescência coletiva (DURKHEIM, 1996), produzindo os vínculos sociais e morais que podem ser traduzidos como sendo um estado de *communitas*.

Nesse sentido, esta etnografia aponta na direção contrária sugerida por Pierucci (2006), que sugere pensarmos a religião como solvente⁴. Pois, enquanto este está analisando e sinalizando para as rupturas com a tradição, nos casos de conversão religiosa ao protestantismo, afirmando ser as iniciativas individuais uma ruptura com a tradição, meu caso etnográfico demonstra como “a religião atua como religação dinamogênica do indivíduo com a sociedade a qual pertence”⁵, pois a luta por terra nos assentamentos é justificada como sendo a busca constante por *autonomia* e *dignidade*⁶. Por sua vez, essas duas categorias são

⁴ Pierucci (2006: 112) diz que foi em uma tarde fria, em seu quarto num hotel de Berlim, que teve um *insight*, no qual se deu conta de que o caso brasileiro precisava ser revisto e privilegiou a concepção weberiana, para dizer que a religião brasileira deve ser compreendida a partir da individualidade, na qual o indivíduo rompe com a tradição e a religiosidade não mais produz unidade, dinamogênica, ao contrário a religião agora deve ser pensada como *solvente*, já que os índices do IBGE apontam para um crescimento das religiões de conversão individual. Embora, este autor trate sobre os evangélicos no Brasil, acaba generalizando suas conclusões, sobre a religião é apostando no crescimento do número de protestantes em detrimento da população católica, ou seja, a concepção durkheimiana não explicaria mais a realidade brasileira porque a sociedade estava mudando. Esqueceu-se de dizer que o caso dele era um contexto em particular, pois a sociedade brasileira é ampla e diversa, bem como o catolicismo não se dissolveu no Brasil, mas ao contrário, é uma religião forte e marcante no caráter nacional.

⁵ “Em oposição à visão de Durkheim, para quem a religião atua como religação dinamogênica do indivíduo com a sociedade a que pertence, este ensaio sustenta que hoje a força social da religião está na capacidade de dissolver antigas pertencas e linhagens religiosas estabelecidas. Com base na obra de Max Weber, argumenta-se que a religião universal de salvação individual, forma religiosa que tende a predominar sobre as demais, funciona como um dispositivo que desliga as pessoas do contexto cultural de origem” (PIERUCCI, 2006, p. 111).

⁶ Aqui reutilizo as principais categorias referentes à dissertação *Ser Dono de Si: o sentido religioso de luta pela terra e devoção na comunidade Boi Branco, em Iati/PE*: “na literatura sobre campesinato Otávio Velho (1995) problematiza a categoria liberdade em oposição à ideia de cativo. Para ele a noção de cativo foi construída historicamente a partir da representação da escravidão, que deixou resquícios de opressão e subordinação para os trabalhadores rurais, então os camponeses buscam incessantemente conquistar a liberdade para fugir do cativo, que seria uma forma de opressão. Os meus dados etnográficos apontam que foi para fugirem do cativo que os nativos lutaram pela terra, porque só através dela passaram cada um a *ser dono de si*. O cativo para os moradores do Boi Branco seria a relação de trabalho que se estabelecia nas fazendas. No entanto, o desejo de *ser dono de si* representa mais que liberdade, porque é fundamentado na concepção religiosa de *autonomia* e *dignidade humana*. Então, para os moradores da comunidade Boi Branco não basta ser livre, é preciso viver autonomamente e dignificar a vida. Por isso buscam, além da liberdade, ser dignos do pão de cada dia, daí a importância da terra onde cada um pode trabalhar e comer do suor de seu próprio rosto. Nessa direção *autonomia* e *dignidade* são as categorias principais deste trabalho, uma vez que os moradores deixam claro que

pensadas e concebidas dentro da cosmologia católica. Aqui, a noção de pessoa é pensada cosmologicamente (REESINK, 2005). Entender as variações e as implicações políticas dessa visão cosmológica de mundo, em cada assentamento e suas consequências, se constituiu o maior desafio deste trabalho.

- MINHA TRAJETÓRIA

Minha formação acadêmica, desde a graduação (2007-2010) em Licenciatura em História pela Universidade de Pernambuco (UPE/ Campus Garanhuns), teve como característica marcante uma preocupação com os movimentos sociais e a questão agrária. Disso resultou a monografia *Aspectos religiosos na luta pela terra no Boi Branco/Iati-PE*. Este trabalho surgiu como consequência de uma série de dados coletados para uma pesquisa de iniciação científica financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), cujo projeto visava a fazer um estudo comparativo entre dois sítios arqueológicos, Pedra do Navio, em Paranatama, e Boi Branco, em Iati. No contato com as pessoas do assentamento agrário Boi Branco surgiram os dados etnográficos que me possibilitaram identificar uma problemática maior do que a relação das pessoas para com o sítio arqueológico. Daí surgiu meu interesse pelo campo da antropologia, pois embora meu enfoque inicial fosse arqueológico, os dados etnográficos apontavam para questões agrárias e religiosas.

Logo em seguida surgiu o projeto e, consequentemente, o mestrado (2011-2013) em antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/PPGA), resultando na dissertação *Ser Dono de Si: o sentido religioso de luta pela terra e devoção na comunidade Boi Branco, em Iati/PE*. Nesta pesquisa, o enfoque era a cosmologia religiosa e o processo de luta pela terra, apontando para vários aspectos dentro da comunidade tais como: as instituições políticas de organização social, a relação entre sindicato e as CEBs, a promessa feita a Nossa Senhora das Dores para obter a terra e o gado, sendo tidos como dons de Deus para os homens, e a resignificação das figuras rupestres, uma vez que os moradores da comunidade Boi Branco afirmavam haver no sítio arqueológico a imagem de Nossa Senhora.

elas motivaram o empreendimento da comunidade, possibilitando a eles viverem plenamente como seres humanos” (FERREIRA, 2013, p. 11). Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/11919/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Jos%C3%A9%20Rberto%20de%20Melo%20Ferreira.pdf>

Ainda, preocupado com a inter-relação entre arqueologia e antropologia surgiu o projeto de doutorado, cujo título geral era: *Um Estudo Comparativo Nos Sítios Arqueológicos Boi Branco/Iati e na Pedra do Navio em Paratama/PE: a religiosidade e processo de resignificação*⁷. O interesse surgiu porque da mesma forma que os moradores da comunidade Boi Branco afirmavam haver a imagem de Nossa Senhora entre as figuras rupestres, na Pedra do Navio, os moradores da vizinhança afirmaram que a rocha e seu conjunto de figuras rupestres eram “coisa do cão”. No entanto, não foi possível coletar dados suficientes para dar conta de captar o imaginário social entorno da Pedra do Navio e, por sua vez, na comunidade Boi Branco, pois já havia se esgotado as informações, porque foram devidamente apontadas e problematizadas na dissertação, restando como esperança e solução, para dar continuidade ao doutorado, as questões agrária e religiosa ligadas aos assentamentos agrários.

Foi quando, já depois de pagar as disciplinas e na fase de pesquisa, por uma peripécia do destino e surpresa de pesquisador, conheci o padre Antônio Elias, por ocasião de uma missa na cidade de Palmeirina/PE. Quando o mesmo veio até mim, depois da celebração e junto com meu colega de graduação Acácio Brito, me perguntou o que eu estudava. Ao dizer que meu interesse era a questão agrária e religiosa, prontamente, o padre não esperou terminar a frase e disse: “você precisa conhecer a Serra dos Mares, eu já celebrei missa lá, é em Iati, vá lá, você vai gostar. Essa comunidade foi fundada por Frei Juvenal na década de 1980”. Não houve um maior esclarecimento quanto à localização, o que me fez andar em vários outros assentamentos procurando. Mas, a sugestão valeu muito a pena, a qual acabou possibilitando conhecer um conjunto de assentamentos, resultando nesta tese.

- METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta pesquisa de caráter etnográfico⁸ teve como metodologia a observação participante, método consagrado da antropologia como aponta Peirano (1995). A experiência da observação participante, depois da grande influência do trabalho de campo feito por Bronislaw Malinowski (1884-1942), tornou-se um ritual de passagem para os antropólogos, que depois de se situarem no campo de pesquisa e experimentarem as formas de vida dos

⁷ Este mesmo projeto teve duas dolorosas aprovações nos processos seletivos para cursar o doutorado (2013 e 2014), só foi possível de fato cursar o doutorado em 2014, uma vez que a dissertação foi defendida em julho de 2013. Agradeço a minha orientadora professora Mísia Reensik pela sugestão de esperar para melhor amadurecer. Hoje, tenho certeza que os respectivos trabalhos de mestrado e doutorado saíram bem melhor do que seriam se tivesse defendido a dissertação às pressas e cursando o doutorado de forma dispersa.

⁸ Aqui entendo como Tim Ingold (2014) que fazer etnografia é “literalmente escrever sobre pessoas”.

nativos, estão aptos a fazerem um diálogo das categorias nativas com os conceitos teóricos. Esse foi o procedimento aqui adotado para construção deste trabalho. Segundo Roberto Cardoso de Oliveira (2003), o pesquisador participante produz uma inter-subjetividade, na qual reavalia suas categorias enquanto interpreta as nativas.

Tanto Roberto DaMatta (1987), quanto Cardoso de Oliveira consideram a “relativização” como uma atitude que possibilita ao pesquisador escapar da ameaça do etnocentrismo, permitindo o confronto intelectual entre pesquisador e pesquisados. Foi através da observação participante que pude entender a lógica do mundo dos nativos, na medida em que interpretei a sociedade e a cultura do outro em sua verdadeira interioridade. Isso me permitiu, no ato de escrever, estar atento às representações que os nativos fazem de seu próprio mundo, relativizando a interpretação, para fazer um diálogo interpretativo, no qual é possível dar “voz aos nativos”, como afirma Adjair Alves (2011) sobre o processo de pesquisar participativamente com os sujeitos de pesquisa.

Estando morando no campo de pesquisa e fazendo constantes visitas, comecei a ter conversas sistemáticas com os nativos, fazendo assim entrevistas semiestruturadas, nas quais estava com os sujeitos de pesquisa dialogando sobre os temas pertinentes a pesquisa. Utilizando do diário de campo, fazia anotações e elaborava nele perguntas estratégicas. Isso me possibilitou fazer questionamentos precisos, enquanto conversava com os meus interlocutores, sem seguir um protocolo rígido de perguntas. Na maioria das vezes, as conversas aconteciam sem haver um agendamento prévio. Ao encontrar os moradores, começava dialogando sobre diferentes assuntos. Vez por outra, acabávamos chegando às questões pertinentes à minha pesquisa. Mas, em algumas ocasiões foi preciso agendar entrevistas, marcar horários, utilizando o diário e o gravador para recolher algumas informações.

Esta pesquisa teve caráter qualitativo, uma vez que foi direcionada para um determinado público em meio aos assentamentos estudados, visando prioritariamente o contato com um público seletivo relacionado à temática escolhida. Procurei, desta maneira, priorizar quem esteve envolvido no início dos assentamentos, as pessoas mais idosas e as que participavam das atividades religiosas e das associações comunitárias. No entanto, no campo, pude conhecer pessoas de diferentes faixas etárias e gênero. Desde o lugar de hospedagem às entrevistas, o público que estive me relacionando era muito diversificado. Apenas não cito, ao longo desta pesquisa, as falas das crianças, embora com elas também tenha convivido, mas não as considero sujeitos de pesquisa, pois não se relacionam diretamente com o tema abordado.

A condição de está pesquisando, pela primeira vez, alguns desses assentamentos foi útil para manter uma sensação de “estranhamento” necessária em relação ao objeto de estudo, como nos fala Mariza Perirano (1995). Por sua vez, os assentamentos já conhecidos, como é caso do Boi Branco, também foram repensados, porque novos dados fizeram surgir novas questões que englobaram até as pesquisas anteriores. Posso dizer que o campo de pesquisa se mostrou vasto e possibilitou a problematização de várias questões, fazendo-se ser ouvido por ouvidos sensíveis e visto por olhos atentos ao imaginário social dos nativos.

Tentei de maneira geral não reduzir esta pesquisa a uma sequência de operações e procedimentos necessários e imutáveis, de protocolos codificados. Isso, como assinala Bruyne (1977: 30), converteria a metodologia numa tecnologia, apoiada sobre a visão rigorista e “burocrata” do *design*. O trabalho de campo, aqui, esteve configurado na tríplice dimensão: do olhar, ouvir e escrever, assinalada por Roberto Cardoso de Oliveira (2000)⁹. E aqui é justificada a importância da observação participante e da “relativização”, visto que os significados da cultura nativa foram interpretados, como forma de entender à compreensão que os nativos têm de seu mundo e vivem sua realidade social.

- APLICANDO A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Em março do ano de 2015, mais ou menos um mês depois da sugestão do padre Antônio Elias, já estava em contato direto com os moradores da comunidade Serra dos Mares. Os primeiros contatos foram com Sr. Antônio Barbosa e sua esposa Dona Neguinha. Posteriormente, aos contatos preliminares, foi possível identificar que havia, numa mesma localidade, três assentamentos, dividindo basicamente a mesma terra, que se denominava numa única nomenclatura: acampamento Serra dos Mares. Tratava-se da Jussara II e Jussara III, dois assentamentos distintos e com formas de organização em contextos históricos diferentes. A Jussara II se reconhecendo como sendo a continuidade da Serra dos Mares, comunidade com quem dividia o mesmo espaço praticamente e até o mesmo CNPJ em um determinado período histórico. No entanto, a Jussara III ocupava um território doado pela Serra dos Mares, mas alguns metros (aproximadamente 600) separados e não se reconhecia como remanescentes destes últimos, apenas vizinhos com laços de reciprocidades.

⁹ Segundo Cardoso de Oliveira (Op. Cit. p. 32), estes três atos estão sintonizados na etnografia. Foram também os procedimentos aqui usados, uma vez que ao sair da comunidade e ficar na residência do meu avô pude sistematizar as anotações e registrar aquilo que via e ouvia no campo, retornando poderia dar continuidade às observações, vendo, ouvindo e escrevendo.

Quando depois de alguns meses de visitas e incursões, resolvi passar uma semana na comunidade Serra dos Mares, no mês de junho de 2015, quando descubro uma surpresa: havia mais um conjunto de assentados muito próximo e que até então ninguém tinha me falado. Eram os sem terras do MST, como são chamados e reconhecidos por todos. Estes estão ocupando a mesma terra da fazenda Jussara III, que já estava sendo negociada e ocupada por pelos sem terras associados à FETAPE. Por isso, numa mesma fazenda se encontram dois assentamentos agrários que é o Jussara III/FETAPE e o Jussara III/MST. É exatamente assim que se identificam e se reconhecem nominalmente.

No contato direto com os moradores, pude entender como pensam e se classificam, a lógica interna de cada assentamento e o universo simbólico que permeia a vida cotidiana em cada localidade. Na primeira semana de pesquisa, dentro da comunidade Serra dos Mares, passei a ter mais contato com os assentamentos vizinhos. Mas como acabei descobrindo o assentamento Jussara III/MST, tive que parar um pouco a pesquisa, sinalizar para outras questões. Deixei-me levar pelo próprio campo de pesquisa, quando decidi que deveria enfocar nos assentamentos de fora da comunidade Serra dos Mares, então fiz da casa de Sr. Antônio Barbosa um local de apoio e morada provisória. Depois disso, retornei para casa, mas com o pensamento no campo, até que na última semana de agosto de 2015 retornei à casa de Sr. Antônio Barbosa e resolvi me deter com mais detalhes no assentamento Jussara III/MST.

Quando chegava a Serra dos Mares, as pessoas perguntavam sobre o que estudava, então dizia que estava interessado em saber a história do assentamento e que se tratava de um trabalho para universidade. Mas quando passava a fazer perguntas aos sujeitos da pesquisa, a maioria insistia em falar sobre Frei Juvenal, o que rapidamente fez surgir os boatos de que eu estava fazendo a história de Frei Juvenal. Todas às vezes que eu explicava sobre minha pesquisa, tinha que deixar claro que meu objeto de estudo não era apenas a história do Frei Juvenal, mas toda história da comunidade, a ponto de vários moradores, como é o caso de Sr. Antônio Barbosa e Sr. Zé Luiz me sugerirem fazer a história de Frei Juvenal, mesmo depois de explicar várias vezes que meu interesse era na história do assentamento e a relação com a religiosidade.

Foi quando decidi sair da comunidade e passei a fazer visitas constantes, normalmente um ou duas por semana, passando por vários outros assentamentos, inclusive, fiquei alguns meses com morada dupla, residindo em Garanhuns (minha residência) e na casa da minha tia Lindaura na cidade de Iati, pois facilitava o contato com os moradores dos assentamentos. Quando já no início de 2016 fui morar de novo no campo, desta vez na residência de Sr. Aloízio da comunidade Jussara II. No mês de janeiro, durante uma semana, depois disso

foram feitas várias visitas esporádicas. Quando decidi, já no mês de outubro de 2016, residir durante a última semana na casa de Sr. Antônio Barbosa, para participar das celebrações religiosas. Depois destes períodos mais intensos de pesquisa, fiz várias outras que me permitiram conhecer a fundo as questões sociais de cada assentamento.

Esses mergulhos e essas incursões, junto com o processo de morar e estar com os sujeitos pesquisados, me fizeram compartilhar momentos, viver a vida dos nativos em certos aspectos. Como aponta Roberto Cardoso (2003:21) no ato de pesquisa há uma fusão de horizontes entre o pesquisador e pesquisado, que “implica na penetração do horizonte do outro, não abdicamos de nosso próprio horizonte. Assumimos nossos preconceitos”. Posso dizer que isso ocorreu a ponto de me deixar levar em alguns aspectos pelos próprios sujeitos pesquisados, tendo em vista que no ato da escrita sempre estava atento às falas e tentando pensar como era o universo simbólico deles, para poder fazer minhas afirmações.

- ESTRUTURA DA TESE

Esta tese está dividida em quatro capítulos. No primeiro, cujo título é *Luta e fé: a história exitosa da comunidade Serra dos Mares* é a apresentada e contextualizada a história desta comunidade, a situando geograficamente e apontando quais foram os elementos e as formas de organização no processo formação ao longo do tempo. Trata-se de uma abordagem descritiva, resultado da pesquisa etnográfica, sobre a história da Serra dos Mares, a comunidade com maior ênfase analítica neste trabalho.

O segundo capítulo é intitulado *Os assentamentos agrários de Iatí: as histórias de luta na busca pelo êxito*, nele são apresentados cinco assentamentos. Por isso, este capítulo está dividido em cinco itens, denominados: *Comunidade Jussara II: a continuidade da Serra dos Mares*; *Os sem terras da Jussara III: lutas e desafios*; *O impasse: “sem terra” invade terra de “sem terra”* e, por fim, *Uma breve incursão etnográfica: elementos para efeitos de comparação*. Neste capítulo, são narradas as histórias de formação, o conjunto de ações políticas e as formas de organização social, bem como os aspectos geográficos envolvendo os assentamentos.

No terceiro capítulo, a discussão gira em torno das definições de sucesso e fracasso nos assentamentos. Este capítulo tem como título: *O êxito na luta pela terra e a qualidade de vida nos assentamentos agrários*. Por sua vez, ele está subdividido em quatro itens, que permitem problematizar os elementos usados como parâmetros para definir a qualidade de

vida e os critérios definidores sobre o êxito nos assentamentos. O seu primeiro item é denominado: *A comunidade Serra dos Mares: construindo uma história exitosa*. O seguinte é *A comunidade Jussara II e a busca por um modelo ideal de assentamento*. O terceiro item, por sua vez, cujo título é *Uma luta sem fim: a qualidade de vida e os desafios para consolidar a luta pela terra na Jussara III*, trata das perspectivas e desafios que estão sendo enfrentados a fim de atingirem êxito na luta pela terra. A abordagem tem como prisma uma discussão sobre dois modos de agir e duas lógicas distintas, uma ligada à FETAPE e outra ao MST. Por isso, ocorre uma divisão em dois subtópicos, denominados: *os sem terras associados à FETAPE* e *os sem terras do MST*. No quarto e último item deste capítulo a discussão se dá sobre o *INCRA e a sua visão quadrada sobre a terra*.

O quarto capítulo é intitulado *Devoção e visão de mundo: a vivência religiosa na comunidade Serra dos Mares*. Neste, são problematizados os valores e sentidos cosmológicos que motivaram a conquista da terra e fundamentam a vida em comunidade. Este capítulo está dividido em cinco itens: primeiro, *A promessa da capela e o sentido da vida*; segundo, *Ser gente: a graça da terra e a identidade católica*; terceiro, *A vida religiosa em comunidade*; quarto item é denominado *O compadrio e a preferência pelos pobres* e, por fim, o quinto item chama-se: *A homenagem póstuma a Frei Juvenal*.

O quinto e último capítulo é denominado: *A cosmologia religiosa na construção do êxito na luta pela terra*. Por sua vez, está dividido em três itens: primeiro, *Etapas de superação na construção da autonomia nos assentamentos*; segundo, *Ação política e ação religiosa: meios e fins na construção do êxito* e, por fim, *Sacrifício e graça: uma visão religiosa do sofrimento*. Neste capítulo é problematizada as etapas na busca pelo êxito nos assentamentos, os modos de agir e as concepções em cada contexto etnográfico, se trará do capítulo mais teórico e mais conclusivo, por fim, teremos as *considerações finais* concluindo a tese.

2 LUTA E FÉ: A HISTÓRIA EXITOSA DA COMUNIDADE SERRA DOS MARES

A comunidade Serra dos Mares está localizada na parte sul do município de Iati, a 15 km da cidade, que fica aproximadamente a 284 km do Recife, a capital do Estado de Pernambuco (para situar a comunidade Serra dos Mares e todos demais assentamentos vide mapas em anexo). A data de fundação é 8 de março de 1986. Em seu início foi formada por 23 famílias e atualmente são 30 que fazem parte da mesma. Trata-se de um assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e é considerada como um exemplo exitoso na luta pela terra. É pioneira na região e também está muito próxima das primeiras experiências de assentamento agrário do Brasil, tendo em vista que¹⁰:

A primeira ocupação vitoriosa no Brasil, na qual se conseguiu a desapropriação das terras, foi realizada na fazenda Macali, no município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, em 7 de setembro de 1979. Com aquela ocupação, como numa imagem de uma espiral, essa ação detonou outras ocupações e contribuiu para consolidação do MST (LOERA, 2009, p. 73-4).

Antes de sua formação propriamente dita a comunidade Serra dos Mares já contava com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iati, cujo presidente era Sr. Ocrídio, esta entidade sindical, por sua vez, era ligada as seguintes instituições: FETAPE, Igreja Católica e a Prefeitura Municipal de Iati, comandada, à época, pelo prefeito João Trocate. Estes quatro órgãos foram, inicialmente, os elementos políticos de organização e a articulação para a reivindicação da terra. Segundo os moradores mais velhos, o primeiro momento de motivação e organização se deu junto às Comunidades Eclesiais de Bases, representada na pessoa do padre franciscano Frei Juvenal que, desde o início, matinha uma relação de aproximação com os moradores locais. Concomitantemente a este fato, os moradores procuraram o líder sindical o Sr. Ocrídio, para fazer do sindicato um órgão de instrumentalização na luta política, é tanto que a própria escolha do território a ser escolhido como assentamento foi sugerido pelo presidente do sindicato.

A Fazenda Serra dos Mares, assim chamada por estar localizada em meio a um conjunto de serras com este mesmo nome, tem uma extensão territorial de 257 hectares. Os lotes dos respectivos moradores possuem 5 hectares cada, sendo 2 dentre os 23 lotes com 7

¹⁰ Os próprios moradores se reconhecem como vivendo em uma comunidade. Esta definição será problematizada em seguida. Por hora, basta dizer que essa noção de comunidade é algo muito difundido pela igreja católica como afirma Sabourin (1999, p. 42): “o uso do termo comunidade é recente, tendo sido introduzido pela ação pastoral da Igreja Católica durante os anos 1970, por meio das Comunidades Eclesiásticas de Base”.

hectares. Tais dimensões fazem deste assentamento uma área de pequena extensão, sobretudo, quando comparada com as fazendas da região. É também o assentamento que possui a menor extensão na divisão de lotes, em relação aos municípios de Iati e de Águas Belas¹¹. O restante do território é de uso coletivo, incluindo a área que compõe a vila residencial e mais alguns hectares que ficam em meio às serras. Essa parte alta do assentamento é uma área de preservação ambiental, apresentando uma vegetação, caracteristicamente, da caatinga, o que facilita a sobrevivência de espécies animais locais. Por esse motivo, os assentados resolveram preservar essa área, haja vista que próximo à formação das grandes serras estão concentradas as nascentes de rios intermitentes e água no subsolo.

No entanto, apesar de ser considerado um exemplo bem sucedido de assentamento, destacando-se pela presença de áreas coletivas bem preservadas, esta região está dentro de uma lógica de distribuição de terra feita pelo INCRA, que muitas vezes é responsável por produzir e reproduzir a desigualdade. Neste caso, o que era para ser uma distribuição de terra para torná-la mais igualitária e acessível, melhorando a questão agrária no país, tornando-a menos desigual, na prática, reproduziu uma situação de precariedade aos moradores ao colocar 23 famílias em 257 hectares de terra numa região onde a agricultura é impraticável. Além do mais, nessa localidade só é possível à criação de animais de forma sazonal, pois as secas afligem a região constantemente. Esta fazenda, antes de ser desapropriada, já era considerada muito pequena. Em suas proximidades havia outras três com mais de 1000 hectares cada uma delas. Após a desapropriação, os lotes ainda menores e todos os demais assentamentos que surgiram posteriormente apresentam, no mínimo, o dobro de extensão territorial, distribuídos em lotes para cada um dos moradores¹².

De maneira geral, no Brasil, a distribuição de terra é extremamente desigual. Aliás, a terra é exemplo e expressão da desigualdade socioeconômica que perpassa toda a sociedade brasileira. Dados do IBGE (2006, p. 107) mostram que, “enquanto os estabelecimentos rurais com menos de 10 hectares ocupam um percentual menor que de 2,7% da área total do país,

¹¹ A região de Iati e Águas Belas é considerada, no Estado de Pernambuco, como uma das que mais concentra assentamentos agrários, segundo informações fornecidas pelos funcionários do INCRA. No município de Águas Belas ocorreu em 2015 uma reunião das Associações Comunitárias dos Assentamentos, que contou com a participação de 45 associações comunitárias diferentes. Embora, estivessem presentes lideranças representando Itaíba, Tupanatinga, Pedra e outros municípios, a maioria das associações representadas era de Iati e Águas Belas. Nessas reuniões, funcionários do INCRA e dos sindicatos rurais fornecem informações sobre recursos, analisam e despacham possibilidades de realizações de projetos. Normalmente, dura uma hora ou duas, havendo, na sequência, uma festa. Essa festa se originou porque esse município teve como prefeito, entre os anos de 2009 e de 2016, Reginaldo do PT, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, apoiador e promotor da festa dos associados.

¹² Isso é mais um elemento que mostra a perseverança e consistência dos assentados, pois mesmo morando em lotes pequenos, com dificuldades de subsistência, não desistiram da terra.

aqueles que possuem mais de 1.000 hectares concentram uma margem superior de 43% da área total”. Segundo Schenato (2014, p. 109): “no Brasil o índice de Gini que mede os contrastes na distribuição do uso do solo tem a média de 0,854”¹³. Autores como Ranieri (2003) ressalta que a situação já foi muito pior, tendo em vista alguns esforços, por parte do governo, quando pressionado pelos movimentos sociais, sobretudo, após a redemocratização em 1985¹⁴.

Em algumas regiões do Nordeste, “como é o caso do Estado de Alagoas, o índice Gini é ainda maior, chegando a 0,871” (SCHENATO; 2014, p. 109). Neste sentido, vale lembrar que o município de Iati fica na fronteira do Estado de Pernambuco com Alagoas, estando a comunidade Serra dos Mares a menos de 20 km do território alagoano. Em uma entrevista com Manoel Branquinho, senhor de 64 anos de idade, um grande fazendeiro da região, ficou evidente que a presença de grandes propriedades é muito comum na localidade. Ele afirmou que: “hoje eu tenho uma fazenda de 1000 hectares, sou um dos menores, já tive 12 fazendas. Nessa seca, na minha fazenda não dá pra criar nenhum jumento. Eu não sei como esses sem terras daqui vivem!” (Conversa no jogo de baralho, em 14/10/2015).

A comunidade Serra dos Mares está situada em meio a um conjunto de fazendas. O fazendeiro mais famoso da região é Sr. José Amaro que possui mais de 5.000 hectares de terras, distribuídas em 3 grandes fazendas, nos municípios de Iati, Pedra e Águas Belas. A lógica de organização espacial das 23 famílias que se formaram, e, atualmente, moram no assentamento Serra dos Mares é diferente, tendo em vista que a maioria é originária da zona rural de outros municípios, principalmente Caetés e Paratama, onde predominam pequenas propriedades. Atualmente, os moradores mais velhos ainda vivos e que participaram da fundação são: Sr. Antônio Barbosa, Sr. Zuza, Sra. Luzia, Dona Edith, Dona Zefa, Zé Luiz (o presidente da Associação Trapiá II), Antônio de Carmoza, Maria de Zé Preto, Luiza, Nelson, Luizinho, Paulo Barbosa (filho de Sr. Antônio Barbosa), Josa e Paulo. Estes nomes citados apresentam como condição comum o fato de terem morado anteriormente nos sítios Caldeirão do Chapéu, Barrigudas, Berduelga, Atoleiros e Malhada de Jurema. Todos estes sítios ficam na zona rural do município de Caetés e estão às margens do município de Paratama.

¹³ Este índice que mede a desigualdade varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 0, maior a distribuição e a igualdade. Ao se aproximar de 1, maior é a concentração e a desigualdade. Isto é, o número 0 significa que todos têm acesso à terra, e o número 1 significa dizer que toda terra está concentrada com uma única pessoa.

¹⁴ O governo que mais realizou assentamentos foi o de Fernando Henrique Cardoso, entre os anos de 1995 a 2002 (RANIERI, 2003, p. 14). De acordo com o INCRA (1999), o Brasil, no período de 1995 a 1999, foi o país que mais investiu em reforma agrária no mundo. No total, foram assentadas 372.866 famílias. Mesmo assim, o índice Gini era de 0,843 em 1998, um dos índices mais elevados do mundo, refletindo nossa extrema desigualdade social (HOFFMANN, 1998).

O Sr. Zuza¹⁵ relatou em conversa que, antes de ocupar a fazenda Serra dos Mares, morava em um terreno de meio hectare no município de Caetés. Do mesmo modo, Dona Edith e demais moradores também afirmaram que não tinham terras e, portanto, moravam em casas de parentes. Esses relatos de vida tinham em comum essa questão da falta de terra, constituindo-se como moradores de terras alheias. Neste sistema de moradia, o trabalhador passa se reconhecer como *morador*, constituído uma relação assimétrica, na qual o mesmo se submete ao dono da terra por não ter onde morar. Essa assimetria é marcada por uma relação moral de subordinação, em que o indivíduo não tem muita opção de escolha a não ser se submeter à lógica do jogo, qual seja; não possuindo a terra, se sujeita a quem lhe permitir morar em sua propriedade. Em troca, o trabalhador toma conta dela, trabalha e cuida da mesma, devendo parte do seu trabalho braçal ao proprietário como forma de pagamento pela morada. (SCHENATO, 2014; GARCIA JR, 1988; ANDRADE, 1986).

Os atuais assentados da Serra dos Mares já eram agricultores e trabalhadores braçais. Em sua maioria, exerciam funções de moradores em terras alheias, ou como costumam se reconhecerem como sendo trabalhador de aluguel, que seria a pessoa prestar serviço para um proprietário de terra, normalmente na enxada, e recebe por quinzena ou por mês. Há também aqueles que trabalham pelo regime de meia, outro sistema de trabalho ligado à divisa da produção entre o proprietário da terra e o trabalhador braçal (SABOURIN, 2009).

Neste último caso, o proprietário oferece sua terra ao trabalhador e o mesmo passa a cuidar dela limpando o mato, estrumando, plantando e cultivando a lavoura, tendo direito a 50 % da produção. Segundo diferentes versões nativas, essas pessoas se submetiam ao trabalho de aluguel porque não havia a oferta de terras disponíveis no regime da *meia*, já que, na região de Caetés, os terrenos são pequenos e o município é populoso. Embora, deixem claro que preferiam o sistema de *meia* – pois, apesar de injusto, ainda assim, podiam ganhar conforme sua própria capacidade produtiva – mas, a única opção que lhes era ofertada, esporadicamente, era o *trabalho alugado* no cultivo, limpa da mandioca e na lavoura que predominam nos municípios de Caetés e Paranatama.

Um personagem importante, que consta do início do assentamento, é o Sr. Antônio Barbosa, o morador mais velho, atualmente com 82 anos de idade. Este também era da zona rural de Paranatama, exercendo as profissões de caminhoneiro e agricultor. De acordo com o seu relato, o mesmo afirmou que era morador e trabalhador de alugado, uma vez que nunca teve a oportunidade de possuir terra e, por este motivo, estava sempre a viajar, sendo obrigado

¹⁵ Senhor de 68 anos de idade e um dos primeiros assentados da Serra dos Mares.

a deixar sua esposa, Dona Neguinha e seus filhos, trabalhando nas terras dos cunhados Pedro e Luís Nurnardo. Prosseguindo em sua narrativa, o Sr. Antônio comentou que sua vida antes do assentamento foi marcada por muito sofrimento e angústia, de trabalho forçado na lavoura e uma renda quase que insuficiente para sua subsistência e da família. Essa fase de sua vida, como trabalhador de aluguel, durou, aproximadamente, trinta anos e o mesmo chegou a acreditar que nunca seria capaz de possuir seu próprio “pedaço de chão”, até o momento quando teve a oportunidade de ouvir um sermão do Frei Juvenal que mudaria sua visão de mundo e assim se convenceu que poderia ser possível a realização do seu sonho, qual seja; adquirir sua terra.

O interessante é perceber, nos relatos dos assentados, que a maioria se convenceu que era indivíduo sem terra e que tinha direito a mesma, a partir dos sermões do Frei Juvenal nas missas e reuniões realizadas pelo sacerdote. Vale salientar que se tratava do início da década de 1980, em plena ditadura, momento muito tenebroso para se falar em reforma agrária. Alguns moradores relataram que já sonhavam em comprar e possuir sua própria terra, através de medidas individuais, antes mesmo de conhecerem o franciscano. Mas o desejo de *conquistá-la* aumentou quando o Frei discursando em seus sermões passou a ressaltar que a mesma era um bem comum criada por Deus e, portanto, um direito divino. Assim, Sr. Zuza, referindo-se a essa vontade de conquistar a terra e ao encontro com o padre, que os *convenceu* da condição em que viviam, afirmou o seguinte: “se juntou a fome com a vontade de comer”. São expressões sinônimas porque os interesses eram simultâneos, havia sem terras com o desejo de possuir/comprar a terra e um Frei que pregava o direito a mesma como algo dado por Deus.

Na década de 1980, a situação econômica não era favorável devido à crise que assolava o país. Altos índices de inflação afetava diretamente o campo. Os trabalhadores rurais sofriam os efeitos da crise. No entanto, devido aos resquícios da ditadura, não se falava em reforma agrária, por isso os discursos e falas do Frei Juvenal são tidos como algo corajoso e, ao mesmo tempo, inovadores para época. O Sr. Zuza dá uma dimensão de como sofria a crise econômica na pele: “naquela época se comprava um quarto de sardinha fresca na bodega, o dono não anotava o preço, botava era o nome no papel, porque aumentava o preço. Muitas vezes, quando era no final do mês, tinha que vender uma ovelha para pagar o quarto de sardinha” (09/05/2015). Essa fala mostra como era a situação vivida no campo por essas pessoas. O Sr. Antônio Barbosa acrescenta: “era uma miséria, havia muita fome. O povo vivia pedindo nas portas. Hoje está todo mundo rico. Mas, naquela época o povo nas feiras só

faltava rasgar uns aos outros pedindo. Isso já era ruim para quem era rico, imagine para quem não tinha onde viver, para quem não tinha terra” (Entrevista realizada em 05/06/2015).

Diversos autores são consensuais (LOERA, 2009; SCHENATO, 2014; SPAROVEK 2003) em conceberem os fins dos anos 1970 e início dos anos 1980 como sendo momentos de reconfiguração no campo¹⁶. Segundo Loeira (2009, p. 73), com o fim da ditadura militar, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) institucionalizou-se e passou a ser reconhecido como um “movimento social” cujo objetivo principal era a luta pela terra. No entanto, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra atravessou um processo longo e complexo antes de seu reconhecimento. De acordo com Ranieri (2003, p. 12) é:

Em decorrência da baixa eficiência na alteração da estrutura fundiária brasileira e do agravamento dos problemas sociais no meio rural, o começo da década de 1980 assiste ao nascimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (formalmente constituído em 1984).

Segundo os relatos dos sujeitos pesquisados, nesse período, não havia conflitos de terra na região, muito menos se ouvia falar em invasão ou sobre o MST. Ao que parece, o assentamento Serra dos Mares é o primeiro e o único em toda região do agreste meridional onde há pessoas morando no território assentado desde a década de 1980. Os próprios moradores relataram o pioneirismo dessa experiência de assentamento no estado de Pernambuco, juntamente com outro assentamento no município vizinho de Bom Conselho/PE, que também data do mesmo período. Porém, neste último já não há famílias morando, o que significa dizer que se trata de uma experiência fracassada de assentamento na percepção dos moradores.

De acordo com alguns funcionários do INCRA, não havia registro de documentos sobre os assentamentos dessas localidades. Um deles respondeu que “se perdeu os documentos durante as trocas de gestão”¹⁷. Esse fato casou bastante surpresa, haja vista, não

¹⁶ Embora Schenato (2014) deixe claro que na Paraíba, estado vizinho, os primeiros assentamentos datem de 1987 em diante, momentos antes houve uma reconfiguração no campo, de maneira análoga ao contexto aqui estudado. O que ocorreu foi uma demora maior em se atender à demanda por assentamentos, embora lá também os trabalhadores do Cariri paraibano estivessem, neste contexto, começando a se organizar. “Em fins de 1974 é fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Umbuzeiro, sob a liderança de Luiz Silva e, durante os anos 1980, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) tem atuação sistemática na região. Ao passo em que, lutando contra todas as adversidades políticas, os trabalhadores, apoiados pela CPT, avançavam na luta pelos direitos trabalhistas, as lideranças consolidavam o sindicato, processo que culminaria com sua filiação à Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1985” (CANIELLO; DUQUÊ, 2006, p. 632).

¹⁷ O INCRA aparece como sendo a representação máxima daquilo que Weber (1999) chama de burocracia. É assim no imaginário dos assentados, como falam as lideranças: Carlos, Zé Luiz, Aloizio, Emanuel (MST) e José

haver nada que comprove a existência dos assentamentos antigos como os da cidade de Bom Conselho, muito menos, da Serra dos Mares, na superintendência de Garanhuns.

Todavia, independentemente dos números e resultados de lutas exitosas sobre a conquista da terra, havia pessoas que sofriam sem a terra, que necessitavam e desejavam possuí-la, sonhando em conquistá-la. Diante do sofrimento de uma população reprimida durante décadas pela ditadura militar e sem a possibilidade de se organizarem politicamente até então, agravava-se o problema de acesso à terra. Isso indica a existência de uma demanda social de luta e reivindicação que não era representada nem instituída por conta da ausência dos sindicatos e de organização política. Por isso, as pessoas não se reconheciam como sem terras, uma vez que não havia mecanismos de organização, autorreconhecimento e autoafirmação que permitissem essa identificação.

Algumas pessoas sobreviviam sem ter ajuda financeira garantida como, por exemplo, uma aposentadoria ou qualquer benefício social, como é o caso da viúva Dona Edith. Era essa, inclusive, a realidade da maioria das pessoas do assentamento, exceto aquelas que em períodos de longas secas recebiam uma gratificação do programa Frentes de Emergências¹⁸, conforme relatados pelos moradores. A situação de vulnerabilidade era imensa, principalmente, nas estações secas. O atual presidente da associação comunitária da comunidade Serra dos Mares, Sr. Zé Luiz, afirmou que, antes de conquistar sua terra, vivia de forma muito precária e sobrevivia com a sua profissão de pedreiro, construindo casas. Mas, na década de 1980 não tinha muita opção e o mesmo resolveu fazer tijolos para vender. Infelizmente, a iniciativa não deu muito certo porque, além da crise econômica que o país enfrentava, nos anos de 1983 a 1984, houve uma seca que o impedia de fazer tijolos, haja vista não haver água nas barragens para o preparo do barro. Essa situação, de acordo com Zé Luiz, era comum a muitas pessoas. Neste momento, o mesmo conheceu Frei Juvenal e passou a cultivar a ideia de conquistar sua própria terra, principalmente quando: “num dia que estava

Fernandes. Todos se referem ao INCRA como sendo burocrático, com exigências quase inatingíveis no processo de assentamento e com extrema precariedade em dar benefícios, fornecer informações claras e precisas. Enquanto pesquisador, foi-me concedido um atendimento e uma atenção diferenciada, embora em alguns momentos pude perceber um desencontro e uma falta de articulação entre os funcionários atuais e as “gestões” passadas, tendo em vista que os documentos úteis à pesquisa não foram encontrados. As informações gerais fornecidas pelos funcionários do INCRA já tinham sido colhidas nos próprios assentamentos, de modo que as duas visitas a este órgão confirmam a visão dos moradores, tendo em vista que a burocracia não permitiu ter de fato informações precisas e úteis à pesquisa.

¹⁸ De acordo com as informações prestadas pelos informantes Seu Zuza e Zé Vicente, as Frentes de Emergências era um programa do governo Federal fiscalizado pelo estado e município e surgiu durante as décadas de 1980 e 1990. Este programa funcionava, esporadicamente, sobretudo, na época de extrema seca, na região do semiárido nordestino, e tinha como objetivo principal oferecer um pequeno auxílio financeiro as famílias locais que em troca exerciam trabalhos de manutenção nas barragens e estradas dos municípios.

passando necessidade naquela seca comecei a pensar e botei uma coisa na cabeça *será que é certo viver assim meu Deus?*” (Zé Luiz, o presidente da Associação em 24/04/2015).

Segundo Dona Luiza, senhora de 40 anos, o único meio de ter dignidade era através da conquista do seu “pedaço de terra”, pois desde muito jovem morava em terras alheias no município de Caetés, e mal tinha um trabalho que lhe oferecesse uma renda decente da qual pudesse usufruir. De acordo com a mesma, houve muita luta e sacrifício na conquista da terra, mas sua batalha tinha valido à pena, afirmando o seguinte: “*sem luta e sem fé ninguém vence*”. Essa fala é emblemática e revela ao mesmo tempo como pensa uma parcela significativa da comunidade Serra dos Mares, como salienta Dona Edith: “a nossa luta é antiga. Era uma festa naquela época com compadre Frei Juvenal e comadre Cida. O povo rezava, cantava. Todo mundo cantando e rezando para dar tudo certo... Eita, mas era uma festa animada viu!” (Dona Edith em 06/02/2016).

Dona Edith e Dona Luiza conheceram Frei Juvenal e Dona Cida, liderança religiosa das CEBs, antes de conquistarem a fazenda Serra dos Mares, já no final da década de 1970 e início dos anos 1980 e mantiveram contato entre si. Frei Juvenal era o pároco da Igreja de São Luís Gonzaga, na cidade de Paranatama, cargo que exerceu por mais de quinze anos, retornando na década de 1990 e ficando mais oito anos no ofício de sacerdote. Convém lembrar que nas capelas dos sítios nos quais essas senhoras moravam, nas proximidades do referido município, Frei Juvenal realizava suas pregações, facilitando a comunicação entre as pessoas da região, incluindo os demais assentados. Sr. Antônio Barbosa e Dona Neguinha, por exemplo, contaram que conheceram Frei Juvenal na igreja do sítio Serra das Vacas, em Paranatama, no ano de 1976: “Ele celebrava lá perto da casa de compadre Luís. Nós ia pra missa, depois, nós foi acompanhando ele lá no sítio Cruz e até hoje vamos. Ainda esse ano nós ia pra missa dele, mas o ônibus se quebrou na pista. Mas todo ano nós vamos” (Dona Neguinha, 12/10/2016)

Vários moradores afirmaram que, no início, a ideia de procurar terra para ocupar foi surgindo, paulatinamente, e sem o apoio da maioria dos moradores. Segundo o Sr. Antônio Barbosa, muitas pessoas que não possuíam terra não apoiavam aqueles que desejavam procurá-la com o intuito de ocupá-la ainda que a mesma fosse improdutiva. Assim, o esforço do Frei Juvenal e dos que aderiram a essa causa foi *convencer* as pessoas da sua situação enquanto sujeitos desprovidos de terras e que os mesmos tinham o direito de ocupar aquelas que se tornaram improdutivas. O Sr. Zé Luiz relatou: “ainda hoje tem gente que é sem terra, mas não gosta de sem terra”. Logo, fica claro que havia uma *condição subjetiva* para que a terra fosse reivindicada, que seria: as pessoas se convencerem de que eram sem terras e,

portanto, tinham direito de ocupá-las, pelo menos as improdutivas. Nesse contexto, mais importante que falar em reforma agrária, luta de classe ou contestar a propriedade privada, Frei Juvenal partiu da noção de *sagrado*, a fim de convencer a população que a terra foi criada por Deus e que era injusto ter trabalhadores vivendo sem ela.

Sabe-se que a reforma agrária possui uma dimensão ideológica, sendo reivindicada por setores progressistas da sociedade representados por sindicatos e partidos políticos ditos de esquerda, como aponta Ranieri (2003). A fim de ser realizada, o Estado precisa partir de um pressuposto ideológico de nação, que pense a terra como um direito. Isso só ocorre quando os indivíduos rompem com a ideologia hegemônica que os influencia no modo de pensar e agir, visando manter o *status quo* (GRAMSCI; 1982). No entanto, esta questão político-ideológica foi pensada em categorias anteriores e fundantes do pensamento social, ganhando um caráter religioso. Em outras palavras, a linguagem elaborada por Frei Juvenal, segundo o relato de Sr. Aloízio, transformou aquilo que a teoria social chama de consciência de classe em uma questão eminentemente de fé, haja vista que em seus sermões, o franciscano dizia: “Deus criou a terra para todos, é um direito Divino dado por Deus, para todos”.

Parafraseando essa colocação do franciscano, é justamente porque Deus criou a terra para os indivíduos que ela se torna um direito de todos. Logo, não é justo viver sem a mesma. Este argumento foi um dos motivos que levou os moradores a uma tentativa conjunta de ocupação de uma fazenda de 2.500 hectares, no município de Paranatama, na divisa com Iati, no ano de 1983. Tratava-se, então, de aproximadamente 80 famílias, juntamente com algumas lideranças sindicais – Emanuel Leitão, de Paranatama, e Ocrídio, de Iati –, pessoas ligadas à FETAPE – João Leonel, que anos depois se tornou prefeito de Paranatama – e lideranças religiosas, dentre elas; Frei Juvenal, Cida e um sanfoneiro; Del da Sanfona. Este último sempre acompanhava as lutas e tocava sua sanfona depois dos sermões do Frei. Tais momentos não eram apenas de festa, mas de socialização e, principalmente, de discussões políticas, como afirmam vários assentados.

Todavia, nem todas as pessoas da comunidade aderiram a essa ocupação, pois tinham receio da reação de algumas lideranças políticas ligadas ao dono da terra no município de Paranatama. Além disso, a fama deste município era de “pistolagem” isto é; uma região marcada por atos de violência nas disputas que envolvem a questão da terra.¹⁹ O próprio Frei Juvenal foi ameaçado de morte e seu amigo, o padre Elias – apelidado de O Comunista –, foi espancado em praça pública e arrastado até a igreja. Este último apoiava, à época, o candidato

¹⁹ Sobre a pistolagem em Garanhuns e região ver o trabalho de Jason W. Clay.

de oposição João Leonel, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O grupo político da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que saiu vencedor, tentou prender o religioso, acusando-o de desordem e arruaça. Há comentários de que também tentaram atirar no Frei Juvenal, mas que, segundo os assentados, o mesmo nunca se intimidou. Ao invés disso, o padre franciscano se tornava cada vez mais combatente e atuante nas questões políticas e sociais.

É preciso ainda situar o contexto político nacional e local da ocupação desta fazenda. No plano local, havia pessoas passando por uma situação de exclusão que era comum a todos. No contexto nacional, o Brasil estava saindo, lentamente, do período da ditadura que reprimiu qualquer tipo de luta social e política. O Sr. Antônio Barbosa é quem conta com mais detalhes estes momentos de luta política. Segundo ele, no início da década de 1980, as famílias sem terra se reuniam, frequentemente, no sítio Cruz na CEB Recanto dos Franciscanos, município de Garanhuns, lugar onde morava o Frei Juvenal. Neste local ocorrem, atualmente, as reuniões das CEBs. Esse espaço é apelidado de Recanto Franciscano porque, quando era vivo, Frei Juvenal fez uma área de plantio de árvores frutíferas com várias casas para a realização de reuniões e também com a finalidade de abrigar as famílias carentes, caso precisassem. Isso facilitava o acolhimento de pessoas durante alguns dias, onde podiam discutir questões ligadas à luta pela terra e ter contato com outras lideranças de municípios distantes. O Sr. Antônio contou que, em certa ocasião, presenciou a saída de vários caminhões carregados de gente com bandeiras e faixas se direcionando até a cidade do Recife, a fim de realizar uma grande manifestação e paralisação em frente ao Palácio das Princesas, sede do governo do Estado.

De acordo com Sr. Antônio, essas manifestações do ano de 1983 foram importantíssimas, uma vez que reafirmavam o sentimento de unidade e luta política. Além do mais, as pessoas estavam passando por necessidades e começaram a perceber que não estavam sozinhas em suas reivindicações por melhoria de vida. Em uma manifestação, que durou aproximadamente 30 dias, foi possível reunir aproximadamente 8 mil pessoas defronte ao citado Palácio das Princesas. O Sr. Antônio relatou ainda que, naquela ocasião, havia muitas lideranças políticas de sua região (alguns nomes ele não conseguiu lembrar-se durante a entrevista), principalmente, apoiadores do ex-governador Miguel Arraes e representantes da Paraíba e da Bahia, como também do prefeito de Iati, João trocate, que doou alguns caminhões de comida. Praticamente, não faltaram alimentação e água, pois os membros da igreja e dos sindicatos fizeram mutirões e pediram ajuda a população a fim de evitar que as pessoas passassem por necessidade.

Dentre as principais reivindicações dessa população destacam-se aquelas ligadas à vida no campo, principalmente, nas questões de melhoria nas condições de trabalho e assistência social, haja vista que o contexto social era de seca extrema. Isso, como afirma Sr. Antônio, animou ainda mais a luta pela terra, fazendo com que inúmeras pessoas se unissem no sítio Cruz com o objetivo de ocupar a fazenda no município de Paranatama. Então, logo que chegaram da manifestação no Recife, a comunidade se reuniu e definiu uma data para invadir as terras de Dr. Vicente. Desta forma, aconteceu a invasão e dois caminhões de pessoas ocuparam os 2.500 hectares de terras improdutivas e acamparam na sede da fazenda cujos territórios estão distribuídos nos municípios de Paranatama e Iati. Lá montaram barracas de lona e outras famílias ficaram acampadas nas cocheiras. Logo, começaram a derrubar o mato, a fazer carvão e a planejar o plantio da lavoura e construção de suas roças.

O que se sucedeu após a invasão já era algo previsto; uma reação por parte de lideranças políticas do município de Paranatama. Não foi o seu proprietário, o Dr. Vicente quem mandou desocupar a terra, mas sim alguns pistoleiros ligados ao grupo dominante na política local. A expulsão ocorreu depois de, aproximadamente, um ano e meio de ocupação. Quem contou um pouco dessa história foi Dona Neguinha, esposa de Sr. Antônio:

Nós ganhamos essas terras daqui na bala²⁰, foi com muita luta e medo. Antes, lá em Paranatama, era a gente andando e fugindo com medo. Quando via uma faísca de fogo de noite corria com os meninos no colo e se estrepava todo nos espinhos e se queimava na tamariana. Foi um sofrimento infeliz (24/04/2015).

A entrevistada citada acima complementa dizendo que “os pistoleiros,” homens que defendem os interesses dos donos de terra, chegaram atirando dentro de casa. Na época, a mesma estava com uma criança pequena e saiu correndo e se refugiando na mata, cheia de urtiga, favela e tamariana; uma espécie de vegetação que causa alergia e coceira ardente. O Sr. Zuza falou também sobre estes episódios, lembrando-se de uma jarra de barro perfurada por balas e outros utensílios domésticos quebrados na ocasião da expulsão da terra ocupada. Depois desses acontecimentos, essas famílias resolveram sair da terra, pois souberam que o então prefeito da cidade havia dito o seguinte: “jamais iria permitir que um padre comunista e meia dúzia de arruaceiro ocupassem as terras dos homens de bem” (Fala de Dona Luiza).

²⁰ Quando ela diz: “ganhamos essas terras daqui na bala” não se trata de atos de violência cometido por eles, mas sofridos. Não são os agressores, mas as vítimas.

O Sr. Antônio Barbosa prosseguiu em sua fala afirmando que já tinha plantado feijão e estava limpando outra área para plantação quando a polícia apareceu com capangas armados para expulsar todos os moradores. Segundo várias versões, a polícia agiu de maneira violenta, ateando fogo nas casas de lona, derrubando os currais e disparando tiros para o alto, enquanto os homens armados, que o acompanhava, quebravam as estruturas das casas e arrancavam as lavouras. Sr. Antônio Barbosa afirmou que, neste momento, vinha se aproximando com uma *carrada* d'água num carro de boi, quando um deles o parou e perguntou de onde ele vinha. Em seguida, mandou-o que desocupasse a terra imediatamente. Embora, esse mesmo policial, em conversa, teria dito: “essa terra é de vocês, nós estamos fazendo isso porque estão mandando. Mas, por nós vocês ficavam aí. Depois, quando nós sair vocês invadam de novo e procurem gente lá de cima!” (12/10/2016).

Dona Neguinha relatou que passado esse ocorrido, seu irmão, Luís Nunardo, chamou todos aqueles ameaçados para acampar em sua terra, lembrando, com orgulho, que seu irmão e Frei Juvenal foram os responsáveis pela participação no movimento da sua família e da maioria daquelas pessoas. Um dia ela perguntou a seu irmão se ele não tinha medo de morrer lutando pela terra, recebendo como resposta: “*se eu morrer lutando, eu perdoo a morte*” (17/10/2016). Dona Neguinha e Sr. Antônio Barbosa se orgulharam em falar que estavam lutando por algo justo, por dignidade. Contam ainda que viviam unidos em prol de uma causa. Depois de expulsos da fazenda, acamparam no terreiro de Luís Nunardo, construindo barracas de lona e, com painéis grandes, “*davam de comer a todas aquelas pessoas*”. Decidiram, então, naquele terreiro, que o sonho de viver lutando não podia acabar e, se fosse preciso morrer, iriam perdoar a morte, como afirmou, anteriormente, o irmão de Dona Neguinha e cunhado de Sr. Antônio. Este último tinha muito orgulho da antiga liderança, sempre repetindo a frase do mesmo.

Diante disso, houve uma articulação das 80 famílias com lideranças sindicais de outros lugares, surgindo, então, a oportunidade de ocupação da terra no município de Iati. O presidente do sindicato, Ocrídio, conhecia a fazenda Serra dos Mares e a dona da propriedade. Foi ele, inclusive, quem levou alguns desses sem terras para conhecer o lugar. O Sr. Zé Luiz relatou que gostou da ideia, imediatamente, ainda mais, quando soube que a proprietária, Dona Guiomar, queria vendê-la de qualquer forma. Maria do Sindicato e Ocrídio, por conhecerem a Dona Guiomar, articularam a negociação. Algumas famílias que moraram na fazenda, anteriormente, em Paratama, acharam que a mesma era muito distante e por isso não aderiram à causa. Assim, mais de 30 famílias optaram por não ocupar essa nova terra. Outras, até vieram conhecer e apoiar o movimento, mas logo decidiram não ficar nela, devido

ao clima mais seco, ao solo pedregoso e a falta de contato com as pessoas próximas da região. Com isso, apenas 23 famílias ocuparam os 257 hectares da nova terra, depois de uma prévia negociação entre o INCRA e a proprietária. Esta aceitou a vinda dos sem terra porque sabia que seria um negócio lucrativo, tendo em vista que a média de preço paga pelo órgão estatal era maior do que a dos fazendeiros.

Na época, o INCRA era um órgão do governo responsável por realizar, regular e promover os processos de assentamento, uma vez que “em 1970, foram extintos o IBRA e o INDA, e, criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.” (RANIERI, 2003; p. 12). A legislação que vigorava e insidia sobre a reforma agrária estava fundamentada, institucionalmente, no Estatuto da Terra.²¹ Este aparato jurídico, por sua vez, fundamentava-se nas concepções políticas e ideológicas representadas pelos militares que, na época, ocupavam o poder. Afinal, não foi em vão que “foi elaborada e aprovada a Emenda Constitucional, de 10 de novembro de 1964, que permitia a União promover a desapropriação por interesse social, mediante pagamento de prévia e justa indenização em títulos especiais da dívida pública. Em 30 de novembro de 1964, foi sancionada a Lei 4.504, que dispõe sobre o Estatuto da Terra.” (RANIERI, 2003; p. 11)

Este Estatuto visava garantir, sobretudo, a desapropriação da terra mediante interesse da União, ao mesmo tempo em que buscava garantir o direito à propriedade privada, uma vez que só seriam desapropriadas terras mediante pagamento de “justa indenização”. Haja vista, que o processo de assentamento na Serra dos Mares aconteceu em uma fase de transição política, foram criadas, anteriormente, as *condições subjetivas*²², favorecendo o surgimento de concepções ideológicas e jurídicas de que seria possível a desapropriação da terra para o uso coletivo. Em outras palavras, um conjunto de sem terras partiram da noção religiosa de que a terra é um direito sagrado e universal dado por Deus, fazendo uma reivindicação política, que levou os agentes do Estado a reinterpretarem a lei. Essa luta política, instrumentalizada pelo sindicato rural de Iati e pela CEB recanto dos Franciscanos, resultou na desapropriação da terra mediante a constatação de que a improdutividade permitia a desapropriação, uma vez que no próprio Estatuto da Terra estava garantido o seu uso social (SCHENATO, 2004; SPOROVEK, 2003). Isso mostra como a legislação vigente, em cada período, é passível de

²¹ Em 30 anos (1964-1994) do Estatuto da Terra, o número de famílias assentadas foi de 350.836, em 1.626 assentamentos, contando com os da reforma agrária, da colonização (ambos feitos pelo governo federal) e das ações fundiárias estaduais (RANIERI, 2003; p. 14)

²² A primeira condição de luta pela terra é que os sem terras se reconheçam como tal, passando a se perceberem como sujeitos destituídos de propriedade. Segundo Sr. Zé Luiz, a maioria deles passou a entender que era sem terras quando ouviu o Frei Juvenal ensinar que a terra era para todos. Desta forma, houve, primeiramente, a compreensão da terra como um direito dado por Deus, e em seguida, a tomada de consciência que eram pessoas destituídas da terra e, portanto, deviam lutar por ela.

múltiplas interpretações, ao mesmo tempo, evidencia como os textos jurídicos são provenientes de lutas reais e simbólicas travadas em um campo de forças (BOURDIEU; 1998). Neste caso, são válidas as interpretações teóricas de Esteci (2009, p. 223), ao parafrasear Thompson (1987):

É verdade que, na história, pode-se ver a lei a mediar e legitimar as relações de classe existentes. Suas formas e procedimentos podem cristalizar essas relações e mascarar injustiças inconfessas. Mas, essa mediação, através das formas de lei, é totalmente diferente do exercício da força sem mediações. As formas e a retórica da lei adquirem uma identidade distinta que, às vezes, inibe o poder e oferece alguma proteção aos destituídos *de poder*.

Muito embora, não se pode deixar de reconhecer, como Schenato (2004: 93): “em plena ditadura militar foi promulgado o Estatuto da Terra (Lei nº 4504 de 30/11/1964), que teve o intuito de desmobilizar os movimentos sociais do campo, sofrendo influência norte-americana, com base nos receios de revoluções camponesas na América Latina”. Como se sabe, a ditadura militar pôs fim às Ligas Camponesas e abafou qualquer possibilidade de reivindicação da terra, pondo os sindicatos na clandestinidade (MORAIS, 2012). Com todo esse contexto político, que visava inibir as lutas sociais e invisibilizar as injustiças e as desigualdades, a experiência pioneira de lutar pela terra e a tentativa de ocupação da fazenda, no município de Paranatama, e, depois em Iati, demonstram como a terra era importante para aqueles que lutavam por ela. Essas pessoas buscavam maneiras de resistir, lançando estratégias para não sucumbir, frente a todo aparato bélico, jurídico e ideológico legitimado e consumado pelo Estado brasileiro.

Os assentados da Serra dos Mares afirmaram que a experiência de ocupar a fazenda em Paranatama serviu como motivo de unidade e instigou ainda mais a luta pela terra. Naquele município, uma das lideranças locais, o Sr. João Leonel, que estava diretamente envolvido na ocupação da fazenda de Dr. Vicente sofreu um atentado²³. Deram-lhe um tiro de espingarda calibre 12, acertando-o no braço. Estilhaços de chumbo perfuraram a bíblia que ele carregava. Nesse contexto, Sr. João Leonel foi candidato a prefeito no município de Paranatama e sua camisa suja com sangue e a bíblia perfurada foram usadas como símbolo de resistência na campanha eleitoral de 1988, o que resultou no êxito político de um mandato de

²³ O atentado ocorreu no ano de 1985, quando este se anunciava como pré-candidato a prefeito na eleição municipal do ano seguinte. Até hoje nunca foram encontrados nem punidos os culpados, mas se atribui aos seus inimigos e adversários políticos, porque os mesmo já tinham o ameaçado por várias vezes.

seis anos. Simultaneamente, em Iati, as pessoas estavam ocupando a fazenda Serra dos Mares e construindo suas residências de lona. Nos relatos dos entrevistados, este momento, é descrito como o de maior sofrimento, pois era um período marcado por uma intensa seca e calor. O atentado contra João Leonel foi usado como uma espécie de motivação para as pessoas, haja vista que muitos se questionavam: “vamos desistir agora, depois que o pior já passou? Depois que já foi derramado sangue?”. Isso ocorreu porque esta figura era extremamente religiosa e um militante da FETAPE, sendo, inclusive próximo ao Frei Juvenal e sempre marcava presença nas reuniões com os assentados. Nas celebrações, como muitos afirmam, era ele quem distribuía a hóstia sagrada.

O atentado contra uma liderança religiosa, que encabeçava o movimento, resultou em uma maior visibilidade à causa dos sem terras. Muitos acreditaram que o fato de João Leonel ter sobrevivido foi um milagre, ou seja; uma prova de que Deus não desampara os seus. Nos sermões do Frei Juvenal, na Paróquia de São Luís Gonzaga, em Paranatama, algumas pessoas usavam a camisa ensanguentada e a bíblia estilhaçada como emblemas, no meio da multidão, quando vinham verificar a prova do milagre. Enquanto isso, João Leonel estava na capital do Estado cuidando da sua saúde e sendo assistido por lideranças políticas como o então Deputado Federal Miguel Arraes de Alencar que, prontamente, ofereceu sua casa como hospedagem para João Leonel se instalar enquanto estivesse enfermo. Os vínculos políticos adquiridos depois do atentado foram ampliados, a ponto de Miguel Arraes – que viria a ser governador do Estado pelo MDB em 1986 –, visitar, constantemente, este senhor e realizar, juntamente com o mesmo, a campanha para prefeito na cidade. Posteriormente, a esses fatos, João Leonel fundou o Partido dos Trabalhadores (PT) e membros de sua família criaram o Partido Socialista Brasileiro (PSB) no município de Paranatama.

Esta cidade passa a servir de exemplo a outros municípios, como é o caso de Iati, ao adotar uma tendência política até então não existente na localidade. Como afirmaram Frei Juvenal e o próprio João Leonel ao reconhecerem que o PT e PSB tiveram suas bases ideológicas com pessoas ligadas à igreja. Isso mostra como essas lideranças religiosas, nesse momento, eram também lideranças políticas. Essa afirmativa leva a percepção que assim como nas Ligas Camponesas da década de 1950, este caso de luta, por reforma agrária, se identifica com uma tendência política dita de esquerda, ou seja; está ligada à tendência mais progressista da sociedade, e, conta com apoio de lideranças partidárias (MORAIS, 2012). Aliás, a esquerda no Brasil sempre teve aquilo que Marcelo Ridenti (2000) chama de *busca pelo povo brasileiro*, na qual ocorre uma identificação direta “com raízes rurais, do interior, do coração do Brasil” (RIDENTI, 2000, p. 24).

Nesse período, o mundo também estava conhecendo o surgimento de uma nova onda progressista. Como afirma o historiador Hobsbawm (2001:149), tanto esquerdistas quanto direitistas do mundo inteiro foram surpreendidos, na década de 1970, com o aparecimento de um novo e inesperado movimento revolucionário na América Latina: a Teologia da Libertação dentro da Igreja Católica. Em uma breve conversa²⁴ com João Leonel ficou claro que esse movimento influenciava sua atuação política, embora ele deixe evidente em sua fala que nunca leu nenhum livro sobre a Teologia da Libertação. Na verdade, essa influencia tinha origem nos sermões e na amizade mantida com Frei Juvenal, defensor e membro assumido do movimento progressista católico latino-americano. Nesse contexto, sendo chamados de comunistas, só havia uma opção para se fazer política segundo João Leonel: “ou você era de direita ou comunista, os capa preta como diziam. Aí a gente era comunista”. Vale salientar, que a prática religiosa, na Comunidade Eclesial de Base, fundada por Frei Juvenal, é do início dos anos 1980, quando a Teologia da Libertação estava no seu auge, como esclarece Silva (2006, p. 11) ao definir e contextualizar esse movimento político-religioso, bem como sua importância para a América Latina:

As transformações sofridas pela Igreja Católica Romana ao longo do século XX e, principalmente na sua segunda metade, quando vários setores do clero na América Latina passaram a identificar-se com as causas das esquerdas do continente e com a questão do homem *pobre*. Dessa metamorfose, brotou o ideal de *libertação* das classes empobrecidas e das nações latino-americanas. Desenvolveram uma nova reflexão teológica voltada para os anseios e necessidades desse homem e dessa sociedade: a Teologia da Libertação. Tal reflexão, nascida a partir de uma nova práxis do clero, dialogava com novas concepções políticas, cada vez mais radicalizantes, que surgiam no continente, animadas pelo mito da *revolução* e pelo mito do *foco*, após a vitória de Fidel Castro, em 1959. E também com a elaboração da teoria da *Dependência*, que pressupunha a *ruptura* com os grandes centros financeiros do mundo capitalista como a única forma de *liberar* a América Latina da condição de opressão na qual se encontrava. Dialogava ainda, com os novos posicionamentos da Santa Sé, a partir dos documentos do Concílio Vaticano II, mas, sobretudo, das encíclicas de João XXIII e Paulo VI, *Pacem in Terris*

²⁴ Essa breve conversa se deu em outubro de 2016 na prefeitura de Paratama, por ocasião de uma missa em homenagem a Frei Juvenal. Sr. João Leonel estava em horário de trabalho, e, naquela ocasião, ocupava um cargo comissionado na secretaria de finanças do município. Ainda assim, resolveu conversar de maneira informal sobre o tema da “religião e política nos anos 1980”, e em seguida se dirigiu à missa, onde já se encontravam várias pessoas, dentre elas algumas da Serra dos Mares.

e *Populorum Progressio*, respectivamente. As novas posições geraram muitos conflitos e impasses, tanto no interior da Igreja Católica quanto nas sociedades latino-americanas, tornando-se a Teologia da Libertação (TL) objeto de muitos ataques, mas também, de muitas disputas. No Brasil, assumiu função ideológica hegemônica na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e foi fundamental na constituição das Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs), dentro do processo de transição política que o país vivia, saindo do regime *civil-militar* e retornando ao *Estado de Direito*. Na América Central e na Nicarágua, principalmente, assumiu um caráter mais explosivo e tornou-se parte integrante dos novos valores simbólicos, assumidos pela Frente Sandinista de Libertação Nacional, durante o processo revolucionário do país. Após 1984, foi ostensivamente combatida pela Santa Sé e pelas novas políticas do papa João Paulo II, para a Igreja latino-americana (SILVA, 2006, p. 11).

A Teologia da Libertação foi, desde seu início, um movimento político-religioso. Em Paranatama há duas lideranças políticas e religiosas e ambas adeptas a essa corrente de pensamento: João Leonel, o político que vivia dentro da igreja, e o Frei Juvenal, o religioso que vivia dentro da política. Essa atuação política se aproxima muito daquilo que Eric Hobsbawm (2001: 425) definiu como os padres-católicos-marxistas, porém prefiro chamar de padre-político, haja vista que os argumentos usados por Frei Juvenal, para articular seu movimento político e também seus sermões direcionados aos assentados, nunca foram baseados em categorias marxistas, apenas, eram fundamentados na cosmologia católica cristã e na prática política “padre-cristão-franciscano”, como se reconhecia. Frei Juvenal afirmava ainda que sua inspiração política como prática cotidiana adveio das leituras dos livros de Frei Beto e Leonardo Boff²⁵, os dois maiores expoentes da Teologia da Libertação, segundo ele. Na entrevista,²⁶ feita com o frei, no ano de 2012, ficou claro que sua simpatia pela Teologia da Libertação, bem como sua atuação nas CEBs se deram porque este acreditava que essa era a maneira mais próxima de viver conforme a vontade de Deus: “as CEBs estão muito

²⁵ Esses dois teólogos aparecem nas mais renomadas listas entre os protagonistas da Teologia da Libertação, como é o caso de Noronha (2012, p. 185): “citarei logo a seguir alguns dos protagonistas de sua história. São eles: Hugo Assman, Frei Betto, Maria Clara Luucchetti Bingemer, Clodovis Boff, Leonardo Boff, Jose Míguez Bonino, Pedro Casaldáliga, Enrique Dussel, Ignacio Ellacuría, Ivone Gebara, Gustavo Gutiérrez, Franz Hinkelammert, María Pilar Aquino, Pablo Richard, Oscar Arnulfo Romero, Samuel Ruiz García, Juan Luis Segundo, Jon Sobrino, Paulo Suess, Elsa Tamez, Ana Maria Tepedino e Aiban Wagua”.

²⁶ Essa entrevista se deu em 14/03/2012, por ocasião da pesquisa de mestrado sobre o assentamento agrário Boi Branco em Iati, onde também havia a influência das CEBs e da prática político-religiosa do Frei Juvenal.

próximas ao livro dos Atos dos Apóstolos”. Assim, e conforme seu pensamento, a ideia de uma comunidade, no sentido mais pleno da palavra, sempre esteve baseada na comunidade cristã primitiva.

Em relação a sua atuação política, deixou claro que todo cristão deve lutar contra as injustiças deste mundo. Diante da situação da população local, as ferramentas que estavam disponíveis de resistência contra as injustiças, opressão e violência era apenas a política como forma de atuação. Frei Juvenal afirmou que ao chegar do Paraná, seu estado de origem, não imaginava encontrar tanta miséria e injustiça, por isso, passou a entender que sua atuação como padre era também um papel político. Neste caso, sua prática política tomou, literalmente, uma conotação partidária, pois João Leonel e Frei Juvenal estavam no bojo da política partidária da região. Frei Juvenal nunca se candidatou a nenhum cargo público, no entanto, sempre atuou pedindo votos para os candidatos do PT e do PSB em Paratama e municípios vizinhos. Além disso, na fundação desses partidos, convidou algumas pessoas para se filiarem ao PT e participar das comissões partidárias, como é o caso dos assentados do Boi Branco (FERREIRA, 2013), da Serra dos Mares, como o Sr. Aloizio, entre outros. O atentado contra João Leonel foi, por assim dizer, o estopim de uma luta política, pois sensibilizou alguns indivíduos a se filiarem ao seu partido, fazendo com que estes tivessem conhecimento das causas e lutas políticas do partido. É justamente nesse contexto que se difunde e ganha visibilidade a luta política-religiosa vivenciada na CEB Recanto dos Franciscanos.

Os relatos apontam que essa visibilidade política dos assentados da Serra dos Mares cresceu após o atentado, e, a partir de então, os mesmo conseguiram ajuda de lideranças conservadoras, dentre elas, vários fazendeiros e políticos da região. Este acontecimento se deu porque as lideranças locais não queriam ir contra a “força do povo”. Como a resistência nesse momento se traduzia em tentar sobreviver às consequências do processo de assentamento, toda ajuda que viesse seria bem-vinda. Segundo várias versões, muitas foram as ajudas recebidas durante as construções das residências de lona: fizeram-se presentes a igreja católica local, com o apoio do Padre Jorge – posteriormente eleito prefeito de Iati de 2012 a 2016 –, os sindicatos de Paratama e Iati, contando ainda com o apoio da FETAPE e das CEBs lideradas por Frei Juvenal e Cida.

De acordo com o Sr. Zé Luiz, atual presidente da associação, depois do atentado contra João Leonel, muitos foram os apoios por que: “o povo viu que a gente é de paz”. Ainda, segundo o Sr. Zé Luiz, os assentados do Serra dos Mares nunca se reconheceram como membros do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), embora, já houvesse no

cenário nacional alguns movimentos ligados a este segmento. Todavia, as lideranças do assentamento nunca deixaram que fossem erguidas bandeiras vermelhas, representando o MST, pois: “nós não queria a terra com violência, não queríamos invadir de qualquer jeito, porque tem gente que comprou a terra com *dignidade*” (Fala de Zé Luiz, em 24/04/2015). A imagem construída a respeito do MST, como sinônimo de violência, era usada para marcar a diferença do movimento de ocupação da fazenda Serra dos Mares, uma vez que estas pessoas destacavam os valores como sendo tão importantes quanto à causa de luta pela reforma agrária. Além do mais, os assentados possuíam uma visão de mundo religiosa, de combate à violência e valorização da dignidade, pois só desta maneira poderiam obter a posse da terra. Outro critério seria as alianças feitas entre as pessoas honestas, haja vista que “a gente só queria a terra se fosse com gente de bem, não adianta está junto de *gente* que a pessoa não *acredita*, porque quando estão lutando é uma coisa, mas depois é outra, por isso que muitos não dão certo, porque as pessoas são erradas” (Fala de Sr. Antônio Barbosa, em 24/04/2015).

A ideia de formar o assentamento, na cosmovisão dos moradores da comunidade Serra dos Mares, está fundamentada, principalmente, em dois princípios cosmológicos religiosos. O primeiro, estritamente, ligado à ideia da *pessoa cristã*, haja vista que a unidade entre “pessoas de bem” e os valores comuns gerou a união que eles precisavam para lutar pela terra, vencer todas as dificuldades e formar uma comunidade. O principal fundamento para formação, existência e êxito deste assentamento está alicerçado na concepção da pessoa de bem, uma vez que os moradores compreendem que: “o que faz um assentamento dar certo são homens de bem” (Sr. Antônio Barbosa). O segundo princípio fundamental está baseado na concepção de que a terra é sagrada. Sendo a terra sagrada é preciso possuí-la dignamente. Assim, não são contra a propriedade privada. Ao contrário, são a favor que todos possuam a terra, pois, segundo os ensinamentos de Frei Juvenal: “Deus Criou a terra para todos”.²⁷ Por isso, os moradores afirmaram, orgulhosamente, que sempre trabalharam e moraram na terra que conquistaram, sendo o *trabalho* e a *morada* valores fundamentais que geram dignidades sobre a mesma.

²⁷ A expressão “Deus criou a terra para todos” é usada tanto para justificar a luta de reivindicação como para legitimar, em alguns casos, a existência de grandes propriedades, haja vista que muitos compreendem que se Deus a criou para todos os grandes fazendeiros também têm direito, desde que seja uma propriedade conquistada honestamente. A legitimidade sobre a posse/propriedade da terra se dá através do seu uso dignamente, isto é, através do trabalho, da moradia e da produção.

3 OS DEMAIS ASSENTAMENTOS AGRÁRIOS DE IATI E REGIÃO: AS HISTÓRIAS DE LUTA PELO ÊXITO

Neste capítulo é apresentado o conjunto de assentamentos pesquisados como objetos de estudo comparativos. A ordem de apresentação obedece à cronologia de surgimento dos respectivos assentamentos. Trata-se de uma narrativa histórica, com indicativos etnográficos sobre a problemática central desta pesquisa, fornecendo subsídios para buscar compreender como aconteceram os relativos êxitos ou fracassos ao longo do tempo e quais foram os valores e práticas que possibilitaram tais resultados. As descrições procuram levar em conta as categorias dos próprios sujeitos estudados, porque a pesquisa buscou compreender o universo simbólico dos nativos.

Ao longo das narrativas são abordados os aspectos históricos e geográficos, forma de organização social e os principais agentes envolvidos no processo de assentamentos. Assim, aparecem diferentes práticas, valores e instituições como formas de articulações políticas.

3.1 COMUNIDADE JUSSARA II: A CONTINUIDADE DA SERRA DOS MARES

A comunidade Jussara II se formou, institucionalmente, no ano de 2001, quando os moradores da comunidade Serra dos Mares sentiram a necessidade de conquistar seu próprio “pedaço de chão” ampliando as terras onde residiam. Os territórios dessas duas comunidades são vizinhos, formando uma única extensão territorial entre os dois assentamentos. Embora, estejam divididos institucional e juridicamente, ambos estão juntos e coesos. Nas entrevistas, vários moradores afirmaram pertencer às duas comunidades²⁸. A maioria das pessoas da comunidade Jussara II é filhos de assentados da Serra dos Mares, e, os demais membros são *moradores* de região próxima que prestaram serviços nas fazendas adjacentes. Desde sua origem, a mesma foi formada por 13 famílias que construíram suas residências em uma pequena agrovila, próxima a outra comunidade, às margens de uma estrada que interliga, a última casa da região Jussara II, ao Pátio da comunidade Serra dos Mares.

A lógica cosmológica que motivou a luta pela terra para formar a Jussara II está baseada nos mesmos princípios de formação da Serra dos Mares, tendo em vista que a terra é concebida como uma graça de Deus para os homens, condição para viver plenamente e com autonomia sobre o próprio trabalho. Quem deixa isso claro é uma belíssima frase de Sr.

²⁸ Os moradores do assentamento Jussara II também se reconhecem como sendo uma comunidade, à semelhança dos assentados da Serra dos Mares.

Aloízio: “até os pássaros que voam precisam de terra para botar os pés, não há nenhum vivente que viva sem terra, porque terra é vida” (Sr. Aluizio em 20/09/2015). A terra é concebida e pensada cosmologicamente como o firmamento, lugar onde é possível viver, morar e trabalhar. Por isso, vale a pena lutar por ela e foi com esse intuito que Sr. Aloízio articulou o movimento de conquista de um novo território para formar uma nova comunidade.

Inicialmente, 6 famílias lideradas por Sr. Aloízio – quando este ocupava o cargo de presidente da associação comunitária Serra dos Mares – se uniram a fim de comprar terras nas regiões vizinhanças. Essas primeiras famílias eram formadas por filhos dos assentados da Serra dos Mares, e tinham como objetivo a ampliação do assentamento em que residiam, tendo em vista que os lotes de 5 hectares, de seus pais, haviam se tornado pequenos com o passar dos anos, ao mesmo tempo em que as famílias que moravam nesta localidade aumentavam consideravelmente. Primeiro, o Sr. Aloízio manifestou o desejo de adquirir, por meio da compra, uma fazenda de 180 hectares que se localizava nessa região. Mas, as demais famílias que dividiriam conjuntamente essa terra, não aprovaram essa compra devido à localidade da mesma, haja vista ser essa terra muito distante.

Depois desse impasse, surgiu outra terra mais próxima, pertencente à Dona Guiomar, com 84 hectares, fazendo divisa, justamente, com a terra dos Serra dos Mares. Esta condição foi decisiva para a escolha do terreno. Nesse cenário, há o aparecimento de outras famílias interessadas em fazer parte deste novo assentamento. Em sua maioria, essas novas famílias era da vizinhança e, de algum modo, possuía algum vínculo com os assentados do Serra dos Mares. O vínculo mais comum, neste caso, era de parentesco, como é o caso de Sr. Antônio, casado com a filha de Dona Luiza, uma das primeiras assentadas na Serra dos Mares. O Sr. Antônio, assim como os demais membros, juntaram-se com o Sr. Aloízio e formaram 12 famílias, no total, que negociaram com Dona Guiomar a compra da terra que tinham interesses.

A proprietária da fazenda tinha conhecimento sobre o interesse das famílias em adquirir a propriedade dela, e se aproveitou, ainda, do fato da mesma ser próxima ao assentamento Serra dos Mares, local em que morava a maioria dos assentados. Diante disto, ela (a proprietária) resolveu cobrar, pelas terras, um valor acima do mercado. Muitos dos interessados acharam o valor muito caro e pensaram, inicialmente, em desistir da compra da terra. Mas, a fazenda possuía uma vantagem que nenhuma outra poderia oferecer, qual seja: a mesma era próxima às residências dos seus familiares. Esse fator foi decisivo, embora, o valor da terra fosse alto em relação à anterior que iriam comprar. Alguns fazendeiros vizinhos desta propriedade especulavam que a terra negociada fosse vendida a um preço menor. Os

compradores sabiam que a propriedade não tinha nenhum atrativo intrínseco à qualidade de solo. Também não havia presença de riachos ou qualquer fonte de água, o que desvaloriza ainda mais o terreno, haja vista que a região é extremamente seca, com chuvas esporádicas e grandes períodos de estiagem por estar localizada na região do semiárido (ANDRADE, 1998).

O município de Iati está situado, geograficamente, na região do Agreste Meridional, fazendo parte da CODEAM (Coordenação Estadual de Municípios do Agreste Meridional). Mas, estas famílias assentadas e moradoras da região, assim como os da comunidade Boi Branco (FERREIRA, 2013), se reconhecem como integrantes do sertão e afirmam que o município faz parte de uma região seca devido à predominância da criação de caprinos, gado de leite, além do calor característico “do sertão” que afeta toda essa área mencionada:

Daí distinguir-se desde tempo colonial a “Zona da Mata”, com o seu clima quente e úmido e duas estações bem definidas – uma chuvosa e outra seca –, do Sertão, também quente, porém, seco, e não só seco, como sujeito, desde a época colonial, as secas periódicas que matam a vegetação, destroçam os animais e forçam os homens à migração. Entre uma área e a outra se firma uma zona de transição, com trechos quase tão úmidos como a Mata e outros secos como o Sertão, alternando-se constantemente e a pequena distância, que o povo chamou de Agreste. Dessa diversidade climática surgiria a dualidade consagrada pelos nordestinos e expressa no período colonial em dois sistemas de exploração agrária diversos, que se complementam economicamente, mas que política e socialmente se contrapõem: O Nordeste de cana-de-açúcar e o Nordeste da pequena propriedade e da policultura e, ao Oeste, o Meio-Norte, ainda extrativista e pecuarista (ANDRADE, 1998, p. 25).

Os moradores das comunidades Serra dos Mares e Jussara II tomam como contraponto, para se definirem como sertanejo, os municípios de Paranatama e Caetés. Segundo eles, nestes dois municípios chove com mais frequência, o calor é menos intenso e a vegetação é diferenciada com a presença da jurema e de plantas rasteiras. Enquanto o município de Iati é totalmente diferente, pois a vegetação característica desta região é a caatinga, com árvores maiores e mais resistentes às secas. Nos municípios de Iati e Águas Belas predominam a prática da pecuária extensiva, em detrimento da agricultura familiar, mais característica das cidades de Caetés e Paranatama, razão pela qual o solo é úmido e argiloso (IBGE, 2014). Por isso, a lógica das propriedades de terra destes municípios é

diferente. Em Paranatama e Caetés, lugar de origem destes assentados, com pouco mais de dois hectares de terra é possível à sobrevivência, através do cultivo da mandioca, prática comum na região. O Sr. Aloízio relatou que seus parentes, quando moravam no município de Paranatama, plantavam mandioca intercalando com outros alimentos. Assim, quando tiravam a mandioca, imediatamente, plantavam o milho e, em seguida, o feijão de cordas ou melancia, isso no período em que a mandioca levava em média um ano e meio para ser comercializada. Esse tipo de agricultura familiar é comum em Caetés e Paranatama e é praticada pelos moradores há mais de três décadas, como afirmaram Sr. Zuza e Sr. Sebastião. Enquanto, no município de Iati, onde estão os assentados, não há presença de água no subsolo e, por esse motivo não é possível à prática da agricultura familiar, predominando a presença de grandes fazendas para criação de gado.

Dentro desta lógica agropecuária e latifundiária, os lotes de 5 hectares na Serra dos Mares, local que estavam morando os assentados e dividindo o mesmo com os parentes se tornaram muito pequenos. Esse foi mais um motivo que levaram as 12 famílias a se unirem e tomarem a decisão, a todo custo, de comprar a fazenda de Dona Guiomar. Portanto, diante da dificuldade, mesmo pagando algo próximo ao dobro do valor de mercado, ainda assim foi um bom negócio, afirmou Sr. Aloízio. Porque comprar esta fazenda “pegada” com a que já moravam significou fazer uma *extensão da comunidade*, ampliando os terrenos de suas famílias. Nesse sentido, há um fator de ordem prática e afetiva, já que os moradores ficariam perto de seus parentes e estes poderiam ajudar nas dificuldades do processo de assentamento que estaria por vir.

O Sr. Aloízio, enquanto morador, na comunidade Serra dos Mares, foi por duas vezes presidente da Associação Trapiá II, instituição jurídica representante dos assentados. O processo de compra da terra a qual originou a comunidade Jussara II ocorreu em sua segunda gestão, quando, na condição de presidente, usou o CNPJ da associação para conseguir crédito junto ao *Banco Cédula da Terra* que tinha, na época, uma linha especial para determinados assentamentos ou sem terras adquirirem suas propriedades²⁹. Essa linha de crédito é destinada à expansão da reforma agrária no Brasil, como salienta o ex-ministro do Desenvolvimento Agrário do governo de Fernando Henrique Cardoso (1998/2002), José Abrão, ao prefaciar o livro organizado por Sparovek (2003) e pontuar as principais ações governamentais no que diz respeito à expansão e consolidação da reforma agrária no país durante sua gestão administrativa.

²⁹ Esta terra foi comprada, antes de ser ocupada. Diferentemente das demais, ela não foi desapropriada pelo INCRA, mas comprada com crédito rural e posteriormente ocupada com a tutela deste órgão governamental.

Sr. Aloízio afirmou usar, por um bom tempo, o CNPJ da associação Trapiá II para angariar, administrar e gerir os recursos financeiros destinados à formação da comunidade Jussara II e recebeu essa ordem numérica, justamente, porque era tida, pelos funcionários do *Banco Célula da Terra*, como sendo juridicamente uma continuidade/extensão do assentamento Serra dos Mares. Na formação do assentamento Jussara II foram construídas 10 residências, somando-se a 3 já existentes na antiga fazenda. Depois de construídas as residências, o Sr. Aloízio renunciou à presidência da Associação Trapiá II e resolveu não mais ser responsável pela administração jurídica do Serra dos Mares. Ele disse que achava que seria fácil formar outra associação. Mas, foram necessários alguns³⁰ meses a fim de iniciar a associação Trapiá III da qual é atualmente presidente e responde juridicamente pelos moradores da comunidade Jussara II.

Antes da formação dessa associação, afirmou ainda ter contado com todo apoio dos antigos presidentes da Associação Traipá II, como ainda ocorre nos dias atuais. Embora, há de ressaltar que mesmo sendo distintas as associações, as duas estabelecem parcerias e atuam conjuntamente nas comunidades, havendo apenas distinções nas administrações no que diz respeito às questões de ordens financeiras, ou seja, cada uma recolhe e administra os R\$ 5,00 que são pagos pelos seus respectivos associados, assim como cada presidente e associado é responsável pelo pagamento do crédito bancário que receberam pelo financiamento.

Os moradores da comunidade Jussara II, em suas falas, comumente, se referiam aos dois assentamentos como sendo uma única comunidade. No entanto, em alguns momentos da entrevista retrataram a comunidade Serra dos Mares pertencente a outro assentamento, portanto, distinto do Jussara II. Inicialmente, esta informação parecia confusa, até que o Sr. Aloízio tentou esclarecer, dizendo que: “Nós somos um só que virou dois”. Posteriormente, usou o “nós” se referindo às duas comunidades e acrescentou: “aqui nós somos uma comunidade só, de cima embaixo é tudo parente aqui”. No entanto, na visão dos assentados da Serra dos Mares, a ordem se inverte, pois, é mais comum se referirem ao Jussara II como um assentamento distinto e, apenas de vez em quando, afirmavam ser os dois assentamentos uma única comunidade³¹. Sr. Antônio Barbosa, por exemplo, disse: “eles saíram daqui, nós foi que

³⁰ Ao responder sobre a expressão alguns meses, o entrevistado afirmou que entre 3 e 6 meses, porque com três já tinha feito tudo que era necessário, mas os papéis só foram liberados depois de seis meses pelos funcionários do INCRA.

³¹ A explicação mais plausível a esta visão distinta é de que os moradores da Serra dos Mares compreendem que a Jussara II nasceu deles e é essa a condição necessária para o surgimento e autonomia da mesma, portanto uma separação/distinção. Enquanto, na perspectiva dos moradores da Jussara II, a condição de nascimento foi à dependência/unidade para com a Serra dos Mares. Logo, a Serra dos Mares vai se referir a Jussara II como sendo autônoma e distinta para legitimar o discurso meritocrático de ter rendido um fruto, que foi a comunidade

ajudem os eles”. O Sr. Antônio acrescentou a informação de ter sido ele quem ajudou na formação dos vizinhos porque lá há vários parentes morando. O mesmo aconteceu com Sr. Zé Luiz que recorrentemente enfatizou: “foi nós quem formamos eles e hoje eles ajudam nós”. Isso aconteceu graças à lógica do acolhimento, isto é, depois de formado o assentamento Serra dos Mares muitos moradores locais passaram a receber as pessoas em suas residências, e tinha que garantir o sustento e a autonomia das novas famílias acolhidas. Sendo assim, era imprescindível conquistar mais terra, tendo em vista que aumentando o número de moradores, a mesma seria dividida e, portanto, dificultaria ainda mais o sustento, pois os lotes de 5 hectares eram muito pequenos para uma quantidade significativa de pessoas trabalhando neles.

Logo após a aquisição da terra que formaria o assentamento Jussara II, os moradores da comunidade Serra dos Mares organizaram o processo de ocupação, evidenciando-a como uma extensão da primeira. As principais pessoas que estavam à frente eram Sr. Aloízio, Sr. Antônio Barbosa, Sr. Zé Luiz, Dona Edth, Sr. Zuza e outros que disseram ter ajudado e opinado no processo de ocupação e divisão da terra, bem como, nas construções das residências, nas cercas, nos currais, nas estradas e cisternas. Aqueles que iriam morar na nova terra foram se agrupando e surgindo da própria comunidade Serra dos Mares. Vale salientar que antes mesmo da compra do terreno já existiam pelo menos 8 famílias pretendendo formar a nova comunidade. Destas, a grande maioria residia na casa dos pais ou parentes na comunidade Serra dos Mares. Segundo Sr. Aloízio, os critérios para construir a nova comunidade foram os mesmos usados pelo INCRA em todos os assentamentos agrários.

Portanto, eles (os moradores da comunidade) partiram do pressuposto que para ocupar a terra era preciso ser casado, constituir família, não ter nenhuma propriedade nos respectivos nomes dos casais e ser de baixa renda. Isto é, não ter condições financeiras suficientes para aquisição de terra. Além desses critérios exigidos pelo INCRA, o qual estava tutelando e assessorando o assentamento, os futuros moradores tomaram a iniciativa de priorizar casais com o maior número de filhos que por ventura já estivessem trabalhando na terra, como também, aquelas pessoas que tivessem laços de parentescos com os moradores da comunidade Serra dos Mares. Isso porque, segundo Sr. Zé Luiz, esses critérios facilitariam o pagamento das dívidas futuras, uma vez que lidar com pessoas conhecidas, responsáveis, trabalhadoras e cheias de coragem tornariam mais fácil o processo de formação e favoreceriam o êxito do assentamento futuramente.

vizinha, enquanto, ao contrário, os moradores da Jussara II, em nome da gratidão, se referem a eles como sendo um nós, o que produz unidade.

Além dessas 8 famílias previamente organizadas e ligadas ao processo de escolha e compra da terra, o INCRA designou mais 3 para morar nesta terra. Estas outras famílias como se verá a seguir, vieram de outros lugares e não possuíam relação de parentesco com os moradores da Serra dos Mares. Além disso, após a compra da fazenda, o *morador* das terras de Dona Guimar, que anteriormente trabalhava nessa propriedade e cuidava do gado, resolveu ficar e participar do processo de assentamento, fazendo valer seu direito, assegurado pela legislação vigente, a qual estabelece que seja devido ao *morador*, em casos de desapropriação ou venda da terra, direito a indenização ou a participação no próprio terreno.

A esposa desse morador, Dona Marina, afirmou ter resolvido ficar e participar da nova comunidade porque percebeu que estava surgindo algo diferenciado, bem organizado e com pessoas descentes. Um elemento a mais que motivou à decisão do Sr. Antônio e sua esposa de não sair das terras, foi porque a casa na qual residiam era muito boa³². Por isso, Sr. Aloízio decidiu que a sede da antiga fazenda ficaria com o antigo *morador*. Assim aconteceu, agradando ainda mais ao casal de moradores. Além dessas 12 famílias, uma filha de Sr. Aloízio, por ser casada, teve direito a participar do novo assentamento, permitindo-lhe tomar partido nos projetos financeiros, bem como solicitar empréstimo e construir sua própria residência separada do pai. Desta forma, chegou-se ao número total de 13 famílias que formaram a comunidade Jussara II.

Isso mostra como a comunidade Serra dos Mares e a Jussara II possuem como característica marcante o acolhimento de novos membros. O principal elemento que se destaca nesse processo é o parentesco. O Sr. Aloízio é um exemplo disso, pois é filho de Dona Marina, moradora da Serra dos Mares. Esta senhora, todavia, não participou inicialmente da luta pela terra. Ela, juntamente com seu filho, era vizinha da antiga fazenda Serra dos Mares e só foi morar na comunidade quando foi acolhida pela família de Sr. Cícero Barbosa, uma vez que era viúva e se casou com ele. O Sr. Cícero era filho de Sr. Antônio Barbosa, um dos moradores mais antigos que participou desde o início da formação do assentamento. Seu filho, Sr. Cícero Barbosa, ao morrer, deixou um lote de herança para Dona Marina, que ao ficar viúva pela segunda vez, passou a morar com sua família neste lote. O Sr. Aloízio acompanhou a mãe e passou a residir no lote deixado para ela como herança. Morando juntamente com a mãe, ele conseguiu chegar com êxito duas vezes à presidência da Associação Trapiá II. Vale destacar que o mesmo não tinha a posse e nenhum registro de terra em seu nome e era

³² O casal afirmou que, na época, surgiu a possibilidade de morar com filha na cidade de Iati. No entanto, os dois preferiram ficar no sítio, pois não lhes agradava a vida urbana, afirmando: “a vida inteira vive aqui, não quero morrer na cidade não” (Sr. Antônio, em 23/10/2016)

considerado apenas um *morador* acolhido. Vê-se, por meio deste exemplo, como a lógica de acolhimento na comunidade Serra dos Mares não implica, automaticamente, em inferioridade e submissão. Por ser parente, como neste caso, o acolhido passa a usufruir dos benefícios que a posse do lote possibilita à família proprietária. Foi por meio desta lógica de acolhimento que se multiplicou a quantidade de moradores e a expansão territorial da comunidade mencionada.

No tocante ao acolhimento de pessoas, a fim de residirem nas terras dos assentamentos, tanto no Serra dos Mares como no Jussara II, há uma quebra do regime de moradia tradicionalmente estabelecido na região pelos fazendeiros, pois entre os assentados não há mais uma relação moral de subordinação entre o morador e o fazendeiro. Como salienta Garcia Jr (1988) ao analisar o sistema de moradia dos moradores de engenho de cana de açúcar: “ao pedir morada, quem o fazia já demonstrava não ter outra escolha melhor, que não tinha para onde ir: não tendo meios de organizar sua existência social, vinha pedir ao senhor que os fornecesse, ou mesmo que a organizasse para si” (GARCIA JR. 1988, p. 10).

Manuel Correia de Andrade (1986) evidencia as origens desse sistema de subordinação na formação da agricultura comercial no Nordeste brasileiro durante a colonização, mostrando as raízes mais profundas dessa relação de trabalho como algo degradante e humilhante para o trabalhador. Schenato (2014, p. 115), concordando com esses dois autores, acrescenta: “os moradores eram de famílias que não detinham terra própria para manter sua subsistência, recorrendo a um patrão que lhes autorizava ocupar uma moradia em sua fazenda. Tal permissão de morada constituía o começo de uma dívida moral, que era permanentemente alimentada por uma relação desigual e assimétrica estabelecida por um pacto moral entre as partes”.

O Sr. Aloízio afirmou que decidiu morar com a mãe, no assentamento Serra dos Mares, porque tinha consciência que aquela terra pertencia à mesma, e, por essa razão jamais seria expulso da propriedade caso, um dia, não pudesse trabalhar ou fosse acometido por alguma doença. Esse era, inclusive, uma diferença fundamental em relação ao vínculo estabelecido anteriormente, quando este era morador de um fazendeiro, haja vista que a utilidade do *morador* numa fazenda é sua produção, portanto, seu trabalho. Como acrescenta Schenato (2014, p. 115) “o significado simbólico de morar não se resumia em residir, mas em morar e trabalhar regidos por uma economia moral que favorecia ao dono da terra”.

O tipo de vínculo que se estabeleceu dentro do assentamento era diferente, na medida em que não havia exploração econômica, nem tão pouco de trabalho com relação aos parentes. Pelo contrário, quando foi acolhido por sua mãe e o Sr. Cicero Barbosa, seu padrasto, o Sr. Aloízio não podia trabalhar porque estava doente, recebendo ajuda no que diz

respeito às despesas com a saúde e sustento da família. Em outros casos, o acolhimento dentro do assentamento tornava a pessoa um morador de fato, sendo condizente com a maneira como os assentados reconheciam os seus acolhidos. Mas, como indicado, anteriormente, trata-se de um *morador* diferente daquele das fazendas, pois o vínculo moral que se estabelecia pretendia promover *autonomia* e não uma relação de submissão como seria os vínculos empregatícios nas fazendas da região. Na relação estabelecida no assentamento a principal preocupação do morador era trabalhar para si mesmo e manter o sustento de sua parentela, haja vista que quem o acolhia era a sua própria família. Isso revela qual era a lógica da produção camponesa na comunidade: “o camponês, entretanto, não realiza um empreendimento no sentido econômico, ele sustenta uma família e não uma empresa” (WOLF, 1970, p. 14).

Pode-se pensar ainda na *multiplicação* de membros nas comunidades Serra dos Mares e Jussara II, tendo em vista que nos dias atuais ao menos 6 famílias que moram na Jussara II são formadas por filhos de assentados da outra comunidade. Também foram acolhidos novos membros na Jussara II, tendo em vista que houve 3 desistências alguns anos depois de sua formação e foram repassados 3 lotes, dois destes, ficaram com os filhos de Sr. Aloízio. O repasse de um desses lotes é um exemplo claro de como ocorre essa multiplicação de moradores, pois Maria Silva (residência 02) filha de Sr. Aloízio é quem passou a morar na comunidade. Sendo assim, ela já pertencia à terceira geração de assentados, pois sua avó Dona Marina foi acolhida, anteriormente, na comunidade Serra dos Mares ao se casar com Cicero Barbosa.

As quatro filhas de Maria Silva pertencem à quarta geração de famílias que moram em assentamentos ou a quinta, se considerar que o esposo de sua avó é filho de Sr. Antônio Barbosa, um dos primeiros assentados. Embora, este não possua laço de sangue com Sr. Aloízio, foi considerado pela sua família como avô de todos, a ponto de Maria Silva o chamar de vô. Quando perguntado o porquê dele ser chamado assim, ela responde que o Sr. Antônio Barbosa é avô de criação do seu pai, sendo considerado seu bisavô e tataravô de suas quatro filhas. A fim de explicar melhor esse conjunto de relações vejamos o quadro geracional a seguir:

Quadro 1: Quadro Gracional

1ª Geração: Sr. Antônio Barbosa	Um dos Primeiros Assentados na Serra dos Mares.
2ª Geração: Cícero Barbosa	Filho de Sr. Antônio Barbosa. Casou-se

	com Marina Silva (Mãe de Sr. Aloízio); morava na Serra dos Mares (já falecido).
3ª Geração: Sr. Aloizio reside na Jussara II	Filho de Marina e enteado de Cícero Barbosa. Acolhido por sua mãe e pelo padrasto, considera Sr. Antônio seu avô.
4ª Geração: Maria Silva reside na Jussara II	Filha de Sr. Aloízio, casou-se com João Soares e chama Sr. Antônio Barbosa de vô.
5ª Geração: As quatro Filhas de Maria Silva	Filhas de Maria e João Soares, elas chamam Sr. Aloízio de vovô e Sr. Antônio Barbosa de vô.

Essa *multiplicação* de moradores se deu num sentido *vertical* do parentesco, isto é, num acolhimento que é geracional/descendência, como ocorreu no caso acima. Além desse tipo, há sempre uma *multiplicação horizontal* que normalmente se dá no acolhimento de parentes com a aliança matrimonial, como é o exemplo de Dona Marina a qual casou com Cícero Barbosa, na comunidade Serra dos Mares, e herdou dele o lote. Outro caso é o de Maria Silva, casada com João Soares, que trouxe o seu marido para residir no lote que pertencia a seu pai. Posteriormente, João Soares comprou o lote a seu sogro.

Em outros casos de acolhimento, na comunidade Serra dos Mares e na Jussara II, o parentesco é o fator determinante para o usufruto da terra. Os únicos casos de exceção, sem relações de parentesco, foram os três primeiros repasses feitos pelo próprio INCRA. Não foi registrado nenhum outro caso semelhante sobre a transferência ou ampliação do direito sobre a terra. Sendo assim, por ocasião de novos casamentos, podem ocorrer construções de novas residências ou os novos membros passam a morar nas casas dos pais e a trabalhar nos seus lotes, dividindo a terra entre os membros da família. Diante disso, a multiplicação dos membros é, conseqüentemente, a divisão do território.

O assentamento Jussara II é um orgulho para todos, pois é a prova viva que a reforma agrária é possível e a luta pela terra é o caminho para dar dignidade aos camponeses sem terras. Sobre o assunto, afirmou o Sr. Aloízio, presidente da Associação Jussara II: “eu já era agricultor, sempre trabalhei na roça, cuidando do gado, essas coisas... Mas não tinha terra. Aí, vim morar com minha mãe nos assentados de baixo. Lá cheguei a ser vice e presidente da associação. Foi quando me juntei com os outros para comprar essa terra daqui hoje”. Essa fala reforça uma frase dita por Sr. Zé Luiz, presidente da Associação Trapiá II: “somos todos

trabalhadores da roça, antes mesmo de morar aqui”. Esse também é um elemento importante para o êxito no empreendimento da reforma agrária, segundo Sr. Aloízio:

No início eram 13 famílias, hoje são 10. Eu comprei um lote, meu filho outro e aquele vizinho da casa 6 o outro. Compramos as bem feitorias, porque o lote ninguém vende, é do INCRA. Os três que desistiram eram gente que queriam era dinheiro, não era gente da roça, nem trabalhava com gado. Esse povo é assim, querem dinheiro, mas não têm coragem de trabalhar no pesado. Quando eles vieram a gente já sabia. Porque eles nunca foram de trabalhar alugado. Para que eles queriam terra? (Entrevistado em 11/09/2015).

Posteriormente, o entrevistado falou sobre a sua dignidade graças à conquista da terra e fez referência a sua crença enquanto católico praticante e romeiro do Padre Cícero, característica comum aos assentados do Jussara II. O Sr. Aloízio faz visita, anualmente, ao Juazeiro do Norte e participa das festas de São Francisco, no mês de outubro, na comunidade vizinha, a fim de agradecer a conquista da terra. O mesmo afirmou ainda ser a terra o bem mais importante que já conseguiu, acrescentando em sua fala que morou em São Paulo e em outras cidades, mas sempre desejou voltar para sua terra natal e assim criar seus filhos naquilo que era seu, se tornando uma pessoa realizada pelo que tinha conquistado atualmente:

Aqui é esse sossego, esse vento. Você vê as galinhas cantar, vê uma cabra, uma vaca. Aqui só não tem água, mas é bom demais, viu! Aqui a gente vai na casa de um vizinho conversa e sai à noite. A porta dorme aberta e ninguém rouba. Eu já trabalhei muito nas fazendas dos outros, cortando palma... Teve dia de ir trabalhar doente com febre e no inverno, tirando leite. Eu peguei um problema na coluna que fiquei três meses de cama e se não fosse a ajuda dos outros passava fome. Era comer pela mão dos outros, como diz o outro. Agora quero que meus filhos trabalhem, mas trabalhem aqui. Porque hoje a gente tem terra é para trabalhar. Isso aqui é nosso. (Entrevistado em 11/09/2015).

A posse da terra para a maioria dos moradores significa liberdade, dignidade e sossego. Como salientou Dona Maria: “o bom daqui é só trabalhar quando quer”. A categoria *liberdade* pode ser pensada em oposição à ideia de *cativeiro*, como problematiza Velho

(1995), ao perceber que a noção de cativo está associada à memória mítica da escravidão no contexto bíblico. A memória mítica é lembrada sempre que há submissão nas relações de trabalho, como demonstra também Scott (2009). Já na percepção de Fernandes (2001), o cativo, no Brasil, tem uma genealogia histórica que engloba o período da escravidão até a formação dos sem terras nos dias atuais. No primeiro momento, havia o cativo do homem, porque os escravos eram considerados mercadorias. No segundo momento, existia o cativo da terra, porque os homens, apesar de não serem mais escravos, precisavam vender a força de trabalho como mercadoria, estando cativos ao poder econômico daqueles que detinham a posse da terra. Sendo assim:

O cativo do homem chegara ao fim quarenta anos depois de ter começado o cerco da terra: o cativo da terra. Os imigrantes europeus chegaram, muitos expulsos de suas terras de trabalho. A terra no Brasil começava a ser cercada pelos emergentes coronéis, latifundiários e grileiros. De modo que os escravos que abandonavam as fazendas vagavam pelas estradas e acampavam. Mas com as cercas eles estavam impedidos de ter acesso à terra. Mesmo que procurassem viver livres como viveram nos quilombos, era impossível, já que sem terra caíram na condição de miseráveis. E todas as vezes que acampavam nas fazendas, os proprietários convocavam as forças policiais para expulsá-los (Ribeiro, 1995, p. 221). Também a imensa maioria dos camponeses imigrantes continuou a persistente caminhada em direção à terra. Trazidos da Europa para Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo, seus filhos, netos e bisnetos continuaram migrando para outras regiões, rompendo as cercas do latifúndio. A maioria absoluta dos trabalhadores, ex-escravos e imigrantes começaram a formação da categoria, que na segunda metade do século XX seria conhecida como sem-terra. Lutaram pela terra, pelo desentranhamento da terra, numa luta que vem sendo realizada até hoje. Essas pessoas formaram o campesinato brasileiro, desenraizadas, obrigadas a migrar constantemente. Do Sul para o Nordeste e para o Norte. Do Nordeste para o Sudeste, Sul e Norte. Do Norte para o Sudeste. Do Sudeste para o Nordeste, esta é a história de perambulação e de resistência. A ocupação da terra pelos camponeses sem-terra era e é a principal forma de ter acesso à terra. A ocupação tornara-se uma ação histórica da resistência camponesa (FERNANDES, 2001, p. 28).

De maneira geral, o cativoiro significa submissão, sujeição nas relações de trabalho e, principalmente, a falta de dignidade. A conquista dessa terra na formação da comunidade Jussara II se deu, justamente, pela consolidação de uma luta contra a submissão e sujeição nas relações de trabalho, haja vista que no lugar onde moravam não havia espaço e isso significava falta de condições para trabalhar e viver plenamente com dignidade. Essa era a lógica da comunidade Jussara II que buscava, incessantemente, lutar e superar qualquer tipo de submissão. Isso vem confirmar a hipótese elaborada por Fernandes (2001:27), segundo a qual para fugir do cativoiro “a luta pela liberdade se desdobrara, igualmente, na luta pela terra”.

Os moradores desta comunidade se orgulham da terra que possuem porque estavam próximos aos seus parentes da comunidade Serra dos Mares, e isso significava o estabelecimento de relações constantes de solidariedade, sem que houvesse exploração nas relações de trabalho e nas trocas de favores. Algo curioso e que chamou atenção foi a cena das crianças brincando, constantemente, juntas na comunidade. Elas entravam e saíam das casas dos vizinhos. Sem pedir licença, abriam a geladeira e comiam sem pedir permissão. Este era um aspecto destacado pelos próprios moradores como sendo a evidência de que não eram submissos a ninguém. Se estivessem longe dos parentes ou ainda trabalhando para qualquer patrão, jamais seria possível que seus filhos estivessem juntos e tão à vontade. Além de que, não havia pessoas tutelando essas crianças e as proibindo de comerem o que encontrassem na geladeira dos seus familiares.

Também era muito comum observar os moradores, no fim da tarde, sentados, juntos e conversando na varanda das casas vizinhas ou ainda assistindo TV na sala uns dos outros. Como afirmou uma senhora que escutava a entrevista com Sr. Aloízio: “a gente gosta de estar juntos”. Quando perguntada por que isso ocorria, ela explicou que se tratava de parentes e eles gostavam de aproveitar o tempo juntos. Essa união só acaba quando se trata de dinheiro, pois segundo o Sr. Aloízio, já havia tentado implementar um sistema de produção coletiva, em que havia a partilha de trabalho e dos bens produzidos, mas não deu certo, pois houve muitas discórdias entre os moradores (falarei mais sobre isso em seguida).

3.2 OS SEM TERRAS³³ DA JUSSARA III/FETAPE: LUTAS E DESAFIOS

³³ Chamo-os de “sem terras” porque é assim que se chamam e se reconhecem: “os sem terras da Jussara”. Jussara é o nome do sítio onde moram e o termo Jussara III é uma denominação jurídica, atribuída pelos membros do INCRA ao se referirem a estes, para distingui-los dos vizinhos já assentados no Jussara II.

Os Sem Terras Jussara III estão situados nas terras da comunidade Serra dos Mares, ficando a 15 km da cidade de Iati. No documento formal, este assentamento é formado por 21 famílias que tentaram ocupar uma fazenda de 567 hectares. A primeira tentativa de ocupação ocorreu, a negociação da propriedade, no mês de maio de 2002. Até o presente momento ainda não foi efetivada a divisão da terra, nem o INCRA fez a desapropriação da fazenda, foi dada apenas uma emissão de posse no ano de 2014, válida por 5 (cinco) anos. Assim, o proprietário Sr. Ulisses, ainda não foi indenizado e está esperando uma definição de como irá ficar a situação legal da terra que já foi ocupada e possuída pelos sem terras, embora, permaneça como sua propriedade. Há um impasse haja vista que o proprietário não sabe como agir com o uso do território, muito menos os sem terras que estão morando às margens da terra, mas não podem usufruir dela plenamente, uma vez que não são seus donos legalmente. Por este motivo, formaram uma pequena vila no território doado pela comunidade Serra dos Mares, na beira da estrada, nas proximidades da terra da fazenda que ocuparam.

Estes sem terras são ligados à FETAPE e ao sindicato dos trabalhadores rurais de Iati. É junto desses dois órgãos políticos que eles se organizam e lutam para conquistarem a terra. Diferentemente da Serra dos Mares e da Jussara II, estes sem terras não se reconhecem como sendo pertencentes às CEBs, muito menos tiveram articulação política junto a nenhuma igreja. Sobre isto, afirma Sr. José Francisco: “Aqui nós não tivemos igreja nem padre ajudando não, quem ajuda a gente é Mané do Sindicato e nós que se organiza aqui. Mas aqui num teve ajuda dos padres não!” (Sr. Francisco, em 02/01/2016). Isto demonstra uma diferença entre esses sem terras e seus vizinhos, apesar da aproximação e da comum identidade católica. Embora, nenhuma instituição religiosa tenha atuado junto a eles como elemento de organização política³⁴.

Atualmente, residem no Jussara III apenas 8 famílias que moram em residências de taipa, construídas com barro e madeira. O espaço de concentração destas 8 residências é muito restrito, parecendo um amontoado, onde ficam as casas, uma caixa d’água, uma cisterna, três currais e uma árvore grande (baraúna) que fornecem sombra à tarde sobre a maioria das residências, às margens da estrada de chão. As casas ficam tão próximas à estrada que esta parece ser os seus *terreiros*.

³⁴ Apesar de na FETAPE haver várias pessoas ligadas à Teologia da Libertação e à CEBs, nesse assentamento não observo a participação direta de membros destes segmentos religiosos. Também observo que não há referências à terra como sagrado, nem aparecem, de forma explícita nas falas, valores religiosos que motivaram a luta pela terra, como ocorrido na Serra dos Mares e Jussara II.

Segundo o Sr. José Francisco da Silva, presidente da associação comunitária, as residências de taipa erigidas após muito sofrimento nas barracas de lona³⁵. As atuais 8 famílias, segundo o Sr. José Francisco (02/01/2017), foram as que restaram das 21 iniciais, 13 delas não aguentando o sofrimento, calor e abandono por parte do INCRA. As famílias que permaneceram são, por assim dizer, um símbolo de resistência, acreditando que permanecer junto à terra é a única opção para garantir o direito a sua posse. Nesse sentido, verifica-se que “essa identidade é a de um (a) camponês (a) que a expropriação da terra, de longa data, não conseguiu destruir, pois se verificam os resquícios emergidos na busca da legitimação do direito a essa propriedade. Assim, também se faz necessário reunir reforços para a permanência na terra” (FARIAS, 2007 p. 35). A maioria das famílias que foi embora está morando na cidade de Iati, vivendo sem a terra, em casas de parentes ou pagando aluguel. Porém, muitos deles têm esperança de voltar em breve.

Um dos associados à Jussara III, o senhor Juscelino, me disse ainda que não voltou a morar no assentamento porque não dá pra viver em um lugar onde não tem alimentação e água. Afirma ainda que na cidade, ao menos, tem um ganho, ainda que esporádico, pois faz alguns bicos como servente. Mas, o que sonha mesmo é morar em sua terra e viver do cultivo da lavoura. Segundo Sr. Francisco e o Sr. Juscelino, o principal motivo da dispersão entre os sem terras se deu por conta da insegurança jurídica, uma vez que o INCRA não garantia a posse da terra, a qual veio tardiamente. Além disso, a não construção das residências e a não divisão dos lotes tiraram a esperança de algumas pessoas.

Segundo o Sr. José Francisco da Silva, a terra foi invadida mediante um acordo prévio entre as famílias e o proprietário, mas não porque era lucrativo para ele. Muito ao contrário, tendo em vista que até agora não recebeu nenhum valor. Os sem terras queriam ocupar algum terreno antes mesmo deste, por isso, acabaram chegando até a fazenda do Sr. Ulisses, depois de indicações dos moradores do acampamento Serra dos Mares. Estes últimos, além de vizinhos, já tinham interesses nessas terras como plano para ampliar seu próprio território. Mas, deram a ideia a outras famílias de sem terras para invadir ou ocupar a terra, havendo dentre estas duas famílias formadas por filhos do acampamento Serra dos Mares. Vários dos demais Sem Terras, que vieram formar a Jussara III, eram trabalhadores e moradores da região. A maioria trabalhava em fazendas muito próximas. Um deles era morador do próprio Sr. Ulisses. Antes deles ocuparem esse terreno, tentaram ocupar uma fazenda vizinha que pertencia à Dona Guiomar, terra atualmente de posse dos moradores da

³⁵ As residências de taipa foram construídas exatamente no mesmo lugar que ficavam as 21 barracas que dividiam esse mesmo território. Este número dá uma dimensão de como era a vida dentro desse espaço restrito.

comunidade Jussara II. Não houve êxito nessa primeira ocupação porque o terreno era pequeno, tinha apenas 84 hectares, o que daria lotes muito pequenos para cada morador, bem diferente da atual fazenda que, se for dividida, vai permitir a cada morador, no mínimo, 18 hectares, para poder trabalhar.

Havia um desejo de possuir a terra antes de descobrirem a fazenda do Sr. Ulisses. Segundo informações dos próprios sem terras do Jussara III, eles se inspiraram nos moradores do acampamento Serra dos Mares e na Jussara II que já haviam logrado êxito na obtenção da terra e, com isso, passaram apoiar estes sem terras. Lideranças dessas duas últimas comunidades e líderes sindicais os auxiliaram em questões jurídicas e a população do Serra dos Mares doou um território de aproximadamente um hectare, repassado pelo presidente da associação Trapiá II, o Sr. Zé Luiz, a fim de que fossem construídas as residências, permitindo morarem até que fosse realizado o novo assentamento. Como ainda não foi realizado este assentamento, estes Sem Terras são tidos e se consideram *moradores*³⁶, das terras do Serra dos Mares.

Diferentes versões descrevem muita luta e sofrimento no processo de ocupação da fazenda do Sr. Ulisses. As 21 famílias de Sem Terras ocuparam juntas a fazenda, construindo residências de lona nas margens da estrada. Como em todo processo de acampamento, surgiram muitas dificuldades como falta de água e comida. O calor embaixo das casas de lona era insuportável. O que ajudava era o bom convívio, estabelecido desde os primeiros momentos com os moradores da Serra dos Mares propiciando uma amenização dos sofrimentos através das trocas de favores mantidas com os vizinhos. Foi com a ajuda de lideranças sindicais e do acampamento Serra dos Mares que esses Sem Terras passaram a reivindicar do INCRA alimentos e, junto à prefeitura, água. Quanto a estes órgãos públicos, os vizinhos os auxiliavam, como fazem até os dias atuais, a exemplo da doação de uma cisterna que seria construída no acampamento Serra dos Mares, mas que foi feita para os Sem Terras Jussara III com o objetivo destes receberem água, também doada pelos moradores da Serra dos Mares, seja do poço desta comunidade, seja dos caminhões pipa a ela direcionada. A água permite, aos moradores do novo acampamento, saciar a sede dos animais e realizar afazeres domésticos, conforme a necessidade local, uma vez que a água do poço é muito salobra.

³⁶ Essa condição de *moradores*, por estarem em terras alheias, deixa-os numa relação de dependência para com a Serra dos Mares que, embora não cobre nada, faz com que os Sem Terras da Jussara III se vejam como devedores de favores, como explica o presidente à associação.

Mesmo com todo esse bom convívio, estes Sem Terras, diferentemente dos assentados da Jussara II, em nenhum momento se consideram como fazendo parte de uma mesma comunidade ou se referem como sendo uma extensão dos primeiros assentados da Serra dos Mares. Segundo Sr. José Francisco da Silva, presidente da associação, os Sem Terras do Jussara III sempre tiveram autonomia jurídica e nunca usaram o CNPJ e nem surgiram de outros assentamentos, tendo em vista que apenas duas famílias moravam em meio aos antigos assentados. Também afirmam que desde os primeiros momentos se organizaram sozinhos juridicamente, embora, deixem claro que sempre contaram com apoio e a parceria dos vizinhos, principalmente, do presidente da associação Trapiá II. Segundo diferentes versões, os assentados da Serra dos Mares são considerados os principais parceiros, com quem mantém constantes relações de trocas de favores para amenizar o sofrimento.

Por parte de alguns moradores da Serra dos Mares há uma relação de solidariedade, porque “nós sabe o que é sofrimento, nós já passamos por isso” (Sr. Antônio Barbosa 19/09/2016). Dona Edith, concordando com o argumento acima, afirma que “o sacrifício é grande, quem quer a terra sofre muito, é tanto sofrimento que só Deus tem misericórdia. Só Ele é quem tem pra dar” (10/09/2016). A relação estabelecida com estes moradores está dentro da lógica de reciprocidade da dádiva de que nos fala Mauss (2003), pois, a vivência das mesmas dificuldades e o recebimento de doações para amenizar o sofrimento faz com que os diferentes se tornem comuns, estabelecendo relações de troca e solidariedade. Quem mais expressa essa lógica da dádiva, com uma linguagem coloquial, é Frei Juvenal quando conta um fato ocorrido com o assentamento Boi Branco (Ferreira, 2013, p. 69), refletindo a mesma lógica da comunidade Serra dos Mares:

Os moradores estavam passando fome, eu fui celebrar na comunidade do Mocotó, onde pedi para doarem alimentos. Veio feijão, batata, jerimum, macaxeira e frutas, que era tempo. Pois bem, esse povo que antes recebeu, agora pode doar e deu muito alimento pra outros assentamentos, eu mesmo já tirei esse carro cheio de coisas doadas pelos próprios assentados. (Fala registrada no diário de campo e gravada em 14/03/2012).

Nesse sentido, compreendo que as relações sociais entre os assentamentos agrários se constituem “numa ordem moral, postulada pela reciprocidade entre famílias consideradas iguais. É essa noção de reciprocidade que permite entender a campesinidade em sua dimensão mais geral” (ALMEIDA, 2003, p. 154). Como os próprios nativos afirmam, doam porque

receberam antes e de quem primeiro receberam foi de Deus, pois, como disse Dona Edith, “só Deus tem para dar”. Isso inaugura o postulado da *dádiva* maussiana, segundo a qual a primeira obrigação é receber. Ao receber as graças de Deus os moradores têm a obrigação moral de repassar. Isto gera um conjunto de relações que forma um sistema de trocas, semelhante àquilo que Pietrafesa de Godoi (1998) chama de *sistema do lugar*, constituído por um conjunto de relações específicas na qual a história de luta pelo território constitui uma memória comum.

Os moradores da Jussara III estão dentro dessa lógica que compõe o *sistema do lugar* por terem uma trajetória de luta que reivindica a terra, mas se veem como dependentes das outras comunidades vizinhas, pois, ao receberem os favores, ainda não têm como retribuir, frustrando a obrigação de retribuir a *dádiva* depois que a mesma é recebida. Sem a conquista definitiva da terra não é possível plantar lavoura, nem criar os animais. Isso deixa os moradores dependentes, inclusive, fazendo-os sentir incapazes, por não cumprirem sequer a obrigação primordial do campesinato que é o papel moral do pai de família de dar o sustento aos seus familiares. Lembremos que:

A família constitui sempre a unidade social de trabalho e de exploração da propriedade, sendo que os produtos, regra geral, satisfazem às necessidades essenciais da vida; as tarefas do trabalho se dividem entre todos os membros do grupo doméstico, em função das faculdades de cada um, formando assim uma equipe de trabalho. A família assegura a subsistência de todos os membros; a combinação família-empresa agrícola faz com que se estabeleça uma comunidade de posse e uma comunidade de trabalho, sob a autoridade de um membro, que é o pai de família (QUEIROZ; 1973, p. 18).

A luta pela terra é justamente o esforço para manter e sustentar a família, isto é, a dignidade dos membros familiares. Esse é um ponto comum entre todos os assentados ou sem terras aqui pesquisados. O que diferencia é a interpretação dada sobre a legitimidade desta noção de dignidade familiar. Basta pegar como exemplo duas experiências: a Serra dos Mares e estes sem terras da Jussara III. Os discursos destes últimos são mais enfáticos no que diz respeito ao caráter econômico e legalista, tendo em vista que entendem ser a terra uma necessidade de sustento e, sendo a única forma de poder sobreviver, lutam por ela como sendo um direito. Logo, a lei deve assegurar este direito porque é a condição *sine qua non* de subsistência. Há uma sutil diferença dessa visão pragmática e o modo como entende, por

exemplo, Dona Edith, assentada da Serra dos Mares, quando diz que: “a terra é nossa porque foi Deus quem deu” (27/10/2016)³⁷.

3.3 O IMPASSE: “SEM TERRA” INVADE TERRA DE “SEM TERRA”

Depois que as terras, que formam a Jussara III, foram ocupadas pelos primeiros Sem Terras ligados à FETAPE, outros, ligados ao MST, invadiram esta mesma propriedade. Segundo Sr. Vavá e Sr. Zé Medalha, duas lideranças do MST, tal ocupação se deu no dia 25 de setembro de 2005. Na atualidade, são aproximadamente 7 famílias que moram numa pequena vila e se dizem fazer parte do MST. Segundo várias versões, invadiram essa terra porque a fazenda de 567 hectares era grande e estava improdutiva, mesmo depois dos primeiros Sem Terras já terem construído suas residências próximas a terra. O principal fator decisivo para a invasão é que a terra não era “habitada” pelos outros sem terras, tendo em vista que estavam às margens e não *morando* e *trabalhando* dentro da propriedade. Morar e trabalhar nesse sentido são de fundamental importância na compreensão dos membros do MST, pois são esses dois fatores que legitimam a posse da terra.

Então, por isso, resolveram acampar na sede da antiga fazenda, construindo residências de lona e depois de taipa, passando a morar, propriamente dentro das terras ocupadas. Essa pequena agrovila – se é que assim pode se chamar – fica aproximadamente a 3 km de onde os acampados, ligados a FETAPE, estão localizados. Diferentemente dos primeiros, estes últimos dizem que não negociaram com o dono da propriedade a invasão. Afirmam ainda que a invasão ocorreu porque o INCRA só reage depois que a terra é ocupada e não podiam esperar a boa vontade do governo para procurar terra e doar a quem precisa. Por isso, invadem as terras sem uma prévia negociação. Depois de estarem morando dentro do terreno, resolveram, por conta própria, fazer a divisão dos lotes e começaram a trabalhar.

A divisão da terra ocorreu logo após acamparem nas barracas de lonas, quando decidiram que cada família ficaria com uma faixa de 100 metros de largura, por aproximadamente, 1500 metros de comprimento. Assim, a faixa de terra, de cada família, se estende 100 metros na margem da estrada, seguindo 1500 metros de comprimento até ao ponto mais alto da serra. Sendo que a faixa do topo da serra de cada família deve se manter preservada, como foi combinado, em comum acordo, entre os acampados, pois sabem que

³⁷ Uso aqui este exemplo, a fim de exprimir a diferença cosmológica sobre a compreensão do direito a terra. Em resumo, não presenciei, em nenhum momento, na Jussara III, os moradores se referirem a terra como sagrada, ou como direito dado por Deus, como é comum ocorrer na Serra dos Mares e ocorria no Boi Branco durante pesquisa anterior (Ferreira, 2013).

existem as leis ambientais e querem, portanto, cumpri-las, mesmo antes de serem fiscalizados pelo INCRA.

O Sr. Vavá tem 62 anos de idade e sempre morou na região de Iati. Atualmente, é o presidente da Associação Comunitária do Sítio Jussara III. É ele quem representa, juridicamente, esses 7 moradores e mais 2 que moram na cidade e que têm os nomes ligados à associação. Este senhor é quem conta a história de ocupação e diz que resolveram invadir tal fazenda porque estavam precisando da terra, não tinham para onde ir e nem como trabalhar. A terra para eles era uma necessidade, uma condição de trabalho e sobrevivência. Em nenhum momento esses assentados afirmam ter ocupado a terra depois dos associados à FETAPE. Evidencia-se aí uma disputa simbólica (BOURDIEU; 1998) entre eles, no que se refere à quem chegou primeiro. Para os Sem Terras ligados à FETAPE, foram eles que chegaram primeiro e, portanto, têm mais legitimidade sobre a posse da terra. Mas, para os ligados ao MST a terra ainda era completamente improdutiva quando chegaram, havendo só um *morador* na sede da fazenda, estando, portanto, abandonada. Tal atitude lhes conferiria mais legitimidade, uma vez que assim que ocuparam, foram logo para dentro da fazenda, permanecendo nela, até os dias atuais e resistindo às condições climáticas, bem como a completa ausência de assistência, por parte do governo, chegando a construir 7 residências de tijolos com recursos próprios.

Em meio às residências há uma bandeira vermelha do MST. Normalmente os membros deste assentamento estão com bonés ou camisas do MST e todas as 7 famílias são associadas a este movimento, pagando uma taxa de manutenção anual no valor de aproximadamente R\$ 100,00. Participam também de congressos, manifestações em outras cidades, Estados, e demais regiões do país. Há uma rede entre os associados, de forma que o MST enviou membros de sua direção para auxiliar no processo de ocupação, resistência e assentamento destas famílias, assim, como também, ocorre de pedirem para que esses membros associados apoiem outros Sem Terras e frequentem manifestações em todo país. O Sr. Vavá diz já ter feito vários congressos do movimento, assim como já esteve em outros assentamentos e outras ocupações, onde levava membros de sua associação e apoiava outros associados para dar maior volume de pessoas e até resistir contra a polícia se fosse o caso.

Em várias ocasiões em que estive visitando estes Sem Terras, pude conversar com um membro da diretoria do MST do Estado de Pernambuco. Esse é conhecido como Lula Preto e é atualmente secretário do MST a nível estadual. Ele vem constantemente a esse “assentamento” para manter a população informada do que está acontecendo de maneira geral no Estado de Pernambuco, assim como vem se informar sobre a situação deste assentamento

junto ao INCRA. Ele é uma espécie de assessor do MST que intermedia a relação dos Sem Terras com os órgãos do governo e dos associados com o próprio MST.

Normalmente, ocorrem congressos anuais do MST, tanto a nível estadual quanto nacional. Em Pernambuco, os encontros ocorrem em Caruaru, no Assentamento Normandias, que fica às margens da BR 104, no sentido Caruaru/Campina Grande-PB. Este assentamento é tido como um modelo exitoso a ser seguido por todos os membros do MST. Também é utilizado como espaço de encontro porque fica na região central do estado e de fácil acesso, por ficar a menos de 10 km do centro de Caruaru. No assentamento, há várias áreas disponíveis para sediar encontros. Segundo Lula Preto, irão ocorrer também, futuramente, encontros estaduais do MST em Petrolina, lugar estratégico para conquistarem novos territórios, uma vez que lá está o Vale do São Francisco e há muita riqueza a ser dividida, com muitos latifúndios improdutivos. Sr. Vavá e Sr. Zé Medalha, que já participaram de múltiplos encontros em Caruaru, dizem ficar muito felizes em poder participar de encontros em outras cidades, pois sabem que a luta está avançando e conquistando novos espaços. Dizem que assim como já levaram várias pessoas de seu assentamento para o Normandias, iriam levar para onde o MST solicitar, porque têm muito orgulho da luta e de defenderem a bandeira do movimento.

Há um sentimento de pertencimento ao MST, na região, estes são os únicos Sem Terras ou assentados que se reconhecem fazendo parte do MST³⁸. Eles se referem aos demais Sem Terras da região como sendo “os Sem Terras da FETAPE”. Isto vale tanto para os vizinhos, que dividem a mesma terra, como para todos os demais do município de Iati. Diferentemente dos associados da FETAPE, diz Lula Preto (11/10/2016): “nós do MST não fazemos acordo com dono de terra, nós invade e não tem medo de nada não”. Nesse sentido, concordo com Fernandes (2001, p. 18) quando diz que:

A ocupação é uma realidade determinadora, é espaço/tempo que estabelece uma cisão entre latifúndio e assentamento e entre o passado e o futuro. Nesse sentido, para os sem-terras a ocupação, como espaço de luta e resistência, representa a fronteira entre o sonho e a realidade, que é construída no enfrentamento cotidiano com os latifundiários e o Estado.

³⁸ Os próprios moradores dizem que têm mais um assentamento ligado ao MST que fica no município de Águas Belas. No entanto, alguns dos seus membros dizem nunca ter se associado ao MST e que alguns “poucos” são associados, mas quem presta assessoria e os apoia é a FETAPE.

Entre as pessoas que fazem parte deste acampamento há uma noção geral, difundida pelos membros do MST, de que “é preciso ocupar, resistir e produzir. O MST ajuda botar a gente dentro, aí a gente tem que resistir e produzir para não sair”. Quem conta como isso ocorre é Sr. Zé Medalha, natural de Águas Belas, que sempre foi agricultor e chegou a este assentamento através de amigos que o convidaram. Ele já participava de algumas manifestações do MST, quando era associado ao sindicato dos trabalhadores rurais de Águas Belas, sendo então convidado a se integrar ao MST e se tornar membro deste assentamento porque o presidente do sindicato, Sr. Nenem, constatou que ele não tinha terra onde morar e trabalhar, era apenas morador nas terras dos fazendeiros.

A articulação do MST com o sindicato dos Trabalhadores Rurais de Águas Belas é antiga, pois na década de 1990 houve várias manifestações, neste município, que contava também com o apoio da FETAPE e de alguns membros da igreja católica, como é o caso das CEBs lideradas por Frei Juvenal. Em uma entrevista³⁹, o padre disse que participou, juntamente com os associados sindicais de Águas Belas, de uma manifestação na BR 423, quando acontecia uma seca extrema, nos anos de 1996, 1997 e 1998 e estava afligindo a população rural. Então, em setembro de 1998, ano e mês eleitoral, resolveram ocupar a BR e queimar pneus, colocando pedras na pista, chegando, inclusive, a saquear um caminhão de charque que parou na pista por ocasião desta manifestação. Sr. Zé Medalha diz ter participado do saque e conta sorrindo que comeu da carne. Frei Juvenal disse ainda que a ideia de saquear o caminhão não foi apoiada por ele, mas que havia mais de 500 pessoas na manifestação, incluindo gente vinda de Recife, membros do MST, que tinham coragem de enfrentar a manifestação de frente.

Sr. Zé Medalha conta que nesse dia teve orientação de membros do movimento para vir para a manifestação com foices e pedras, pois sabiam que iriam enfrentar a polícia e não seria fácil resistir. Sr. Zé Medalha disse ainda que no início teve medo, porque nunca tinha participado antes de nenhuma manifestação e achou aquele ato uma violência, uma bagunça. Mas, com o passar do tempo, foi entendendo que depois daquela manifestação veio carro pipa, caminhões de comida e surgiram as frentes de emergência para o povo trabalhar limpando barragens e ganhando uma sexta básica que embora mal desse para sobrevivência de uma família pequena, era alguma coisa importante, diante daqueles anos de seca.

Ocorreram, após essa ocupação, várias outras nos municípios de Iati e Águas Belas, mas o Sr. Zé Medalha não participou, porque não se reconhecia como sendo um Sem Terra e

³⁹ Entrevista para pesquisa de mestrado, em 14/03/2012.

confessa que até achava errado ocupar terra, porque questionava: “como é que esses vagabundos querem tomar a terra de quem trabalhou? Eu dizia!” (Sr. Zé Medalha, em 09/10/2016). Todavia, surgiram no município de Águas Belas vários benefícios oferecidos pelo sindicato, tais como cisternas, sementes de milho para plantar e aquilo foi criando uma amizade entre o presidente do sindicato e ele. Nessa época, não se ouvia falar em terras ocupadas pelo MST na vizinhança, apenas se ouvia falar pela televisão. Os assentamentos que conhecia eram diferentes, porque os que viam na televisão tinham brigas, enquanto que, na região, os próprios fazendeiros queriam vender suas terras, em razão de não encontrar negócio diante das secas, mandando ocupá-las para que o governo os indenizasse.

O contato com o MST só veio ocorrer porque em 2002, por ocasião da posse do presidente Lula, várias lideranças sindicais se uniram para ir até Brasília. Sr. Zé Medalha, como eleitor do PT e do Lula, queria ver a posse do novo presidente. Foi quando se articulou com o presidente do sindicato para viajar, ficando certo de que iriam várias lideranças de Pernambuco, dentre elas pessoas do MST. Todavia, ele não conseguiu viajar porque não teve condições financeiras. Isto sensibilizou ainda mais as pessoas ligadas ao sindicato para articularem e lutarem juntamente com essas pessoas, que não tinham as mínimas condições de sobrevivência. A principal liderança sindical que estava envolvida nesse processo, tanto da viagem à Brasília em 2002, quanto à luta pela terra, era Sr. Nenem⁴⁰, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Águas Belas. Esse senhor se articulou com a diretoria do MST de Pernambuco, depois que voltou dessa viagem. Dessa articulação surgiu a ocupação da fazenda Jussara III.

Ao que consta, essa foi à única ocupação “exitosa” do MST na região, embora tenha havido várias tentativas de ocupar outras fazendas. No entanto, Sr. Zé Medalha conta que as pessoas de Águas Belas e o próprio Nenem do sindicato não aceitaram a forma de trabalhar do MST, porque julgavam muito autoritária e “violenta”. Isto é, na hora de ocupar a terra não havia negociação com o fazendeiro e nem uma previa conversa, isso espantou o povo, é o que diz Sr. Zé Medalha. Atualmente, como membro do movimento, diz entender e concordar com todos os valores do movimento. Mas, acredita que na prática dos assentamentos e nas ocupações das terras deve haver uma mudança na postura das lideranças. Argumenta:

Antigamente eu era contra a violência. Mas isso nossa cartilha explica. Ninguém aqui defende a violência, mas tem hora que tem que enfrentar.

⁴⁰ Sr. Zé Medalha diz ter ouvido de Sr. Nenem que a primeira pessoa de quem lembrou ao pensar em ocupar terra foi nele, justamente, devido à frustração sofrida por não ter feito a tão sonhada viagem.

Como diz o outro, cada um sabe onde o sapato aperta. A única coisa que eu ainda não gosto no movimento é que mistura demais o povo. (Sr. Zé Medalha, em 09/10/2016).

Explicando o que seria essa “mistura” diz:

É porque a gente é tudo unido, vem gente de um assentamento para o outro, mas é ruim porque quando é hora da gente se juntar é uma coisa, mas e na hora de ficar na terra, como fica? Aí bota gente de um lugar para o outro, gente que num se dá, é que nem um homem que morava naquela casa ali, ele era da mata aí foi embora. (Sr. Zé Medalha, em 09/10/2016).

Isso ocorre porque a articulação política nos assentamentos do MST é feita por lideranças internas e externas aos próprios assentamentos, tendo em vista que este movimento atua de maneira articulada em todo território nacional⁴¹. Um elemento que distingue esses Sem Terras dos seus vizinhos, que moram nas comunidades Serra dos Mares, Jussara II e os da Jussara III (FETAPE), é a concepção política de que não basta obter a terra. Ao longo das falas dos assentados da Serra dos Mares, por exemplo, há uma noção geral de que a terra é em si mesma o fim último de suas ações. Isto é, a terra era e é o principal objetivo pelo qual lutaram e lutam nos dias atuais, porque através da terra obtém a *dignidade* que é o valor máximo atribuído à vida humana. A terra tem um valor em si mesmo porque a condição para uma vida digna é viver e morar na própria terra, como indicam as falas de vários moradores ligados às CEBs e à FETAPE. Este último, sendo o instrumento político de negociação da terra. Já para os membros do MST, a terra não é o fim último de suas ações políticas como aponta Lula Preto:

Não basta ter a terra. Tem que ter condições pra viver. O MST é um movimento igual a um partido político, só que diferente do PT (Partido dos Trabalhadores) nós não concorremos a cargos de prefeito, vereador e presidente, se nós fosse um partido já tinha acabado e enfraquecido nossa luta. Nós somos um movimento que quer mudar esse país de ponta a ponta, em todo lugar tem sem terra. Nossa luta não acaba quando assentamos as

⁴¹ Isso será fator decisivo no sucesso ou fracasso no processo de assentamento, como veremos a seguir.

famílias na terra, isso é só o começo. Vamos lutar até o fim, até fazer do Brasil o *socialismo* (...). (Lula Preto, em 22/11/2016).

O que fica claro é que a terra é um meio para atingir um determinado fim que é a transformação política da sociedade brasileira. A luta começa pela terra e objetiva chegar ao socialismo; sistema e modo de produção ideal para os membros do MST. Perguntando à Lula Preto se havia divergências internas entre os membros do MST quanto a essa concepção de que lutam pelo socialismo sua resposta foi: “alguns nem sabem o que é o socialismo. Nossa luta começa no campo, mas é uma luta do pobre contra o rico. Isso é nossa cartilha; quem entra no movimento entra porque é pobre e lá todo mundo orienta a gente na luta” (22/11/2016). Complementa dizendo que às vezes acha a luta impossível porque o povo é desunido e diz que no próprio assentamento, onde está agora, enfrenta muitas dificuldades para orientar o povo: “o ruim não é a luta, é orientar o povo. Se o boi soubesse a força que tem ele não era dominado, pois bem assim é o povo”.

Ao tratar de sua formação Fernandes (2001) deixa claro que o MST é um movimento político que pretende ganhar cada vez mais espaço na sociedade:

O sentido da formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra está na sua espacialização e territorialização, porque traz consigo o significado da resistência por meio da sua recriação. Nessas duas décadas, no desenvolvimento desses processos, os sem-terras se organizaram em vinte e duas unidades da federação e construíram uma estrutura organizativa multidimensionada em suas instâncias representativas e nas formas de organização das atividades. Dessa forma, ampliaram a luta pela terra em luta por outros direitos: educação, política agrícola, saúde etc., construindo as condições para conquistá-los (FERNANDES, 2001, p. 18).

É dentro deste *ethos* político, entendido com uma luta de classes, que as lideranças do MST tentam “conscientizar” os associados sobre a importância de lutar pela terra. Segundo Lula Preto, atualmente, o MST está presente em todos os estados da federação com propriedades ocupadas. Para os membros deste movimento, essas ocupações estão baseadas no argumento de que o latifúndio é ilegítimo, tendo em vista que o trabalhador foi explorado

ao longo da história. Portanto, a posse da terra e de grandes riquezas é fruto de expropriação⁴² da terra e do trabalho. Logo, a luta pela reforma agrária é justa e necessária. Sr. Vavá disse que depois de ter tomado consciência descobriu que a terra onde mora hoje é fruto de grilagem, pois o seu primeiro dono invadiu a terra que era dos índios.

No final do século XIX, a Princesa Imperial Isabel doou uma sesmaria aos índios Funi-ô de Águas Belas. Essa margem de terra era todo o território deste município, mais uma parte de Iati e outros municípios da região. Depois que os índios receberam essa sesmaria, um senhor veio e invadiu uma parte dela, que se estendia de Iati até o Estado de Alagoas. A divisa de sua propriedade ficou sendo o rio do Ipanema. Segundo conta Sr. Vavá, essa margem de terra é onde se encontram atualmente, e também, ficam outras tantas propriedades da região que são fruto desta invasão que se deu no início do século XX, quando este invasor forjou um falso documento, fazendo-se passar por dono de uma propriedade que media mais de 7 léguas de extensão. Sr. Vavá diz que descobriu essa história ao frequentar os congressos do MST, e, os índios Funi-ô, de Águas Belas, confirmaram, assim como uma professora de história, ao lecionar aulas para os assentados, afirmou haver fontes históricas que confirmam tal grilagem de terra. Ao mesmo tempo em que os índios tinham a posse dada pela Princesa Isabel, este senhor tinha a posse da terra registrada em cartório e produzia na terra com trabalho escravo. Por sua vez, deixando-a de herança para seus descendentes que ficaram ricos e venderam várias fazendas na região para as famílias tradicionais que compravam. Mesmo sabendo que se tratava, por lei, de um território indígena⁴³.

Essa história da grande sesmaria é confirmada por diferentes nativos. Alguns falam de uma grande *solta* dentro das terras dos índios. Essa solta era uma grande extensão de terra sem cerca, onde todos podiam criar animais soltos. Ao longo do tempo essa extensão de terra foi diminuindo porque “veio aqueles mais espertos e cercaram” (Sr. Antônio Barbosa, 19/11/2016). Isso mostra como, semelhante ao trabalho de Woortman (1997), os dados apontam para histórias de conflito sobre a terra desde o século XVIII:

Em larga medida, esse conflito girou em torno do uso das aguadas e das chamadas *soltas*, terras de uso comum, não apropriadas em caráter privado, e

⁴² Quem usa e problematiza essa categoria de conotação marxista é o professor José de Sousa Martins (1991), na medida em que entende ser os atuais Sem Terras fruto da expropriação das terras dos indígenas e do trabalho dos escravos negros.

⁴³ Há aproximadamente 25 quilômetros de distância do local estudado fica uma fazenda antiga, onde tem um conjunto arquitetônico que remonta ao tempo da escravidão. Alguns moradores atuais afirmam ter ali uma antiga senzala. Embora, não haja fontes históricas, vários moradores afirmam que esta fazenda tinha trabalho escravo até quando a escravidão foi abolida. Esse mesmo território seria indígena porque os índios têm os títulos de posse, mas já não habitam a região há mais de um século.

de importância central, no passado, para a reprodução social camponesas. A gradativa perda das soltas provocou uma série de mudanças nas práticas e estratégias dos sitiantes, que vão desde a organização do espaço do sítio até o sentido do arrendamento (WOORTMAN, 1997, p. 19).

Não é à toa que a Lei de Terras foi promulgada em 1850, instituindo a propriedade privada mercantil e, a partir daí, intensificaram-se as disputas por terra (WOORTMAN, 1997; MORAIS, 2012), aumentando as desigualdades e as injustiças no campo. Para alguns estudiosos das lutas camponesas, é possível identificar o surgimento do campesinato com os primeiros escravos livres que lutavam pela terra contra os grandes proprietários, desde então, suas formas de organização política passaram pelos sindicatos⁴⁴, partidos políticos⁴⁵, Ligas Camponesas, igrejas, até se consumir com a fundação do MST, como apontam Stedile e Morais (2012). Para Stedile (2012, p. 16), o MST é a prova viva da resistência e a continuidade da luta que passou pelas Ligas Camponesas nas décadas de 1950 e 1960, chegando até nossos dias atuais:

(...) os camponeses, pobres e analfabetos, que não hesitaram em colocar sua própria vida em risco – com inúmeros assassinatos consumados – quando a luta pela sua libertação e pela sua dignidade assim o exigia. Contudo, o ideal e as formas de luta, a “garra” e a obstinação, o comprometimento e a força das Ligas e dos companheiros estão, hoje, desenvolvidos, atualizados e reiterados na luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, herdeiro natural daquela histórica organização (STEDILE, 2012, p. 16).

Já o ex-senador Eduardo Suplicy, ao prefaciар o livro de Fernandes (2001) *A Formação do MST no Brasil*, afirma ser o MST herdeiro de Canudos e, portanto, a continuidade da luta de Antônio Conselheiro, passando pela guerra do Contestado (1914) em Santa Catarina. Afirma ainda, ser o cangaço nordestino uma forma de luta e resistência, até chegar às Ligas Camponesas para dizer que o MST, assim como a Confederação Nacional dos

⁴⁴ Segundo Morais (2012: 22) “um dos primeiros sindicatos rurais, em 1933, o dos trabalhadores do município de Campos (RJ), e, em 1954, quando se registrou o sindicato dos trabalhadores da usina barreiros (PE), somente essas duas organizações, e duas ou três mais (duas em São Paulo e uma na Bahia), funcionavam legalmente na área rural brasileira”.

⁴⁵ Stedile (2012: 13) aponta como a história do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Socialista Brasileiro (PSB) estão intimamente ligados às Ligas Camponesas, assim como a luta pela terra de maneira geral e contra as injustiças sociais no campo.

Trabalhadores na Agricultura e os sindicatos, é, na atualidade, a melhor maneira de se organizar e lutar contra as injustiças sociais no Brasil, fruto da colonização e escravidão (SUPLICY, 2001, p. 14-15).

Por sua vez, os próprios membros do MST, a exemplo de Lula Preto, afirmam-se como herdeiros das lutas sociais travadas no passado: “a história é longa. Desde o início, da escravidão. Muitos morreram nas ditaduras. A coisa é séria, viu? É muito sangue derramado dos companheiros” (Lula Preto em 22/11/2016). Outro elemento que se destaca ao longo da história é a estreita relação do MST com a igreja católica, desde sua fundação e nas suas primeiras ações, como é o caso da primeira invasão de terra no Brasil:

Este é um trecho do capítulo III do livro do Êxodo⁴⁶, do Antigo Testamento, que foi lido pelo pároco, Padre Arnildo, para cerca de 50 pessoas que haviam pedido pousada na Paróquia de Ronda Alta, Rio Grande do Sul. Notando que havia uma semelhança com a sua história, elas resolveram participar dos diversos acampamentos que existiam na região, realizar assembléias nesses acampamentos e assim construir uma forma de organização que lhes possibilitassem melhor lutar por seus direitos. Posteriormente, na madrugada de 7 de setembro de 1979, tendo em vista que o governo não lhes dava resposta sobre a possibilidade de serem assentadas nas glebas da Macali e Brilhante, descumprindo a palavra do governador, 110 famílias resolveram ocupar a área de Macali. Ali fincaram uma cruz e nela uma bandeira do Brasil, simbolizando o sofrimento para obter a conquista pela terra e a sua luta para serem cidadãos (SUPLICY, 2001, p. 13).

Perguntado sobre a relação com a igreja Lula Preto diz:

Nós do MST era a igreja. Nós saímos da Igreja Católica. Tudo começou lá no Paraná, com o pessoal da CPT (Comissão Pastoral da Terra), os companheiros começaram todos juntos, na época da ditadura. Mas só que

⁴⁶“Eu vi a aflição do meu povo no Egito, e ouvi o seu clamor causado pela crueza daqueles que têm a superintendência das obras. E, conhecendo a sua dor, desci para o livrar das mãos dos egípcios, e para o conduzir daquela para uma outra terra boa e esperançosa, para uma terra onde corre leite e o mel, nas regiões do Cananeu e do Hefeu, e do Amorreu, e do Ferezeu, e do Heveu, e do Jebuseu. O clamor, pois, dos filhos de Israel chegou até mim; e eu vi a sua aflição, com que são oprimidos pelos egípcios. Mas vem, e eu te enviarei ao Faraó, a fim de que tires do Egito o meu povo, os filhos de Israel. E Moisés disse a Deus: – Quem sou eu, para ir ter com o Faraó, e tirar os filhos de Israel do Egito? – E Deus disse-lhe: Eu serei contigo; e terás isto por sinal de que eu te mandei: Quando tiveres tirado o meu povo do Egito, oferecerás sacrifícios a Deus sobre este monte” (SUPLICY, 2001, p. 13).

depois se separaram. Porque a igreja é contra a violência e nós não tem medo. Tudo começou na década de 70 no Paraná, mas só chegou aqui em Pernambuco em 1985, já puxado por uma baiana, que é Ribineuza, que estava lá para Santa Catarina, lá na escola nacional, aí essa mulher teve um romance com Jairo, que veio aqui para Pernambuco. O MST daqui começou em 1985, quando a gente já estava separado da igreja. A luta é a mesma, mas cada um luta do seu lado. Os padres apoiam e tudo, mas na hora do vamos ver, quem vai pra luta é nós. Os padres são muito de conversa e nós quer é partir pra cima porque quem tem fome não espera. (Lula Preto, em 22/11/2016).

Na fala acima, é notório um sentimento de pertencimento a uma luta, de maneira geral, pertinente à classe trabalhadora, em oposição aos grandes fazendeiros. Portanto, o MST dissemina uma luta de classe no campo, e sua concepção de campesinato está pautada num sentimento de reivindicação por um novo repactuar histórico, isto é, um novo contrato social, uma vez que se afirmam como injustiçados históricos, na medida em que se dizem herdeiros dos escravos negros como aponta Moraes (2012). Nesse caso etnográfico, específico, se afirmam também como herdeiros históricos dos índios que foram subjugados e injustiçados com suas terras (sesmarias) invadidas⁴⁷. Essa concepção histórica justifica a luta política que deve ser instrumentalizada contra os grandes proprietários. Isso deixa claro qual é o objetivo do MST:

Querem mais que reforma agrária encabrestada pelos agentes de mediação. Querem uma reforma social para novas gerações, uma reforma que reconheça a ampliação histórica de suas necessidades sociais, que os reconheça como membros integrantes da sociedade. Anunciam, em suma, que seus problemas são problemas da sociedade inteira. Que a derrota política de seus agentes de mediação não os suprime historicamente. A falta de reforma agrária não acaba com o camponês, com o pequeno agricultor, com o trabalhador rural. Ao contrário, multiplica as responsabilidades das elites políticas porque suprime uma alternativa de integração política social e

⁴⁷ Os moradores assentados não se reconhecem e nem se dizem como sendo indígenas, mas assumem uma postura de luta em favor da causa indígena, assim como são a favor dos “pobres” que perderam terra e são trabalhadores. O elemento étnico aparece ao longo das falas nativas associado ao trabalho, ou seja, o negro trabalhava como escravo e o indígena foi expulso de sua terra de trabalho porque alguém invadiu suas terras, com a finalidade de apropriar-se delas.

econômica de milhões de brasileiros que vivem no campo, em condições cada vez mais difíceis (MARTINS, 1994, p. 156).

A injustiça social no campo é entendida como um processo histórico de violência contra a classe trabalhadora, justificando com isso a invasão das grandes propriedades, por parte do MST, mesmo tendo que usar a força em algumas ocasiões, porque entendem que os pobres já sofrem na pele a violência de terem sido expropriados do seu trabalho. Sobre o uso da força e da violência, em algumas invasões de terra, afirma Lula Preto: “quem menos gosta de violência é a gente. Nós queremos é paz, porque nós é quem sofre violência todo dia. Aqui nesse daqui não teve violência não. Mas só que se fosse preciso nós brigava” (10/09/2016)⁴⁸.

Para Lula Preto, assim como para Sr. Vavá e Sr. Zé Medalha, a luta no campo é a luta por políticas públicas. É uma questão de Estado, pois as injustiças são frutos das políticas implementadas pelo Estado ou pela ausência dele. Sr. Zé Medalha disse que o que mais gosta nos encontros do MST é que aprende de política e me provocando, perguntou: “você sabe qual foi governo que mais fez assentamento no Brasil?” Quando respondi, com base nas leituras que já tinha feito de Sparovek (2003)⁴⁹ e com base nos dados do próprio INCRA, que tinha sido o governo FHC, ele fez outra pergunta bastante instigante: “pois é, agora você sabe como estão esses assentamentos hoje? (Sr. Zé Medalha em 22/11/2016)”. Lula Preto, que participava da conversa, soltou alguns dados importantes sobre essa questão:

Esse governo foi sem vergonha, mas até que as coisas andou. Mas só andou por conta da luta. O tal do Fernando Henrique de 94 até 2002 fez um monte de assentamento, mas só fez porque foi no cacete. Se você andar por vários assentamentos de hoje em dia, que tem casa, energia e tudo, você vai ver, só funcionou porque foi no cacete. Agora de 2003 para cá nós elegemos o Lula do PT para governar, passou 8 anos e não assentou nem 30 mil famílias no Brasil. Quando foi agora em 2012, já no governo da Dilma, teve uma festa de emissão de posse no Estado de Pernambuco, 16 famílias assentadas e ao longo do tempo Pernambuco tem sabe quantas famílias acampadas? 21.280.

⁴⁸ A esse respeito ver os trabalhos e a biografia de Francisco Julião (1915-1999) “um eterno lutador da reforma agrária – MST”, seu lema era “reforma agrária na lei ou na marra”.

⁴⁹ Sparovek (2003, p. 2) deixa claro que o governo que mais assentou famílias no Brasil foi o de Fernando Henrique Cardoso, aproximadamente 458.483 famílias foram assentadas no país, no período de 1994 a 2002. Por outro lado, assim como os nativos, Lula Preto, Sr. Vavá e Sr. Zé Medalha, Sparovek (2003) e Ranieri (2003) questionam as condições, que foram realizadas esses assentamentos, bem como a sustentabilidade e durabilidade das famílias assentadas nos assentamentos, tendo em vista que o governo não oferece boas condições de vida e mesmo o governo realizando esse número de assentamentos, foi insuficiente, diante da imensidão de famílias que sobrevivem sem a terra no país.

Eu vou fazer só uma base grande, desses 21 mil, tem acampamento com mais de 20 anos, que nem vistoria o INCRA fez nem nada! A não ser uma porcaria de uma cesta básica, que vem de ano em ano, talvez nem de ano em ano da CONABE de Brasília, para sem terra comer ali meu amigo! Isso eu estou falando de 12 anos do governo do PT, agora daqui pra frente, que a direita tomar conta do Brasil eu não sei como vai ser não! (Lula Preto em 22/11/2016).

Se há algo que os assentados gostam de debater são questões políticas e ideológicas. A política é uma linguagem tão comum no cotidiano desses assentados, tal qual a religiosidade é recorrente para os assentados das comunidades Serra dos Mares e Jussara II. É só chegar à casa de qualquer assentado e começar alguma conversa que logo se chega à política, como aconteceu com um breve diálogo com Sr. Paulo, morador deste assentamento:

Eu: Boa Tarde, tudo bem?

Sr. Paulo: Boa Tarde. Tudo certo. Bora entrar...

Eu: Obrigado. O senhor pode me arrumar um copo d'água?

Sr. Paulo: Deixe eu pegar aqui. Mas é quente né? Vamos entrar homem. Chegue sente aqui...

Eu: Obrigado, eita água boa!

Sr. Paulo: É, se não fosse essa água nós estava ferrado, a sorte é que o exército bota. Isso é obra do PT. Você está vendo o que estão fazendo com Lula? Eu vou dizer, se não fosse o Lula nós aqui estava era lascado (...). (Sr. Paulo, morador da primeira residência construída no assentamento em 10/11/2016).

Não é difícil imaginar que nos assentamentos vizinhos Serra dos Mares e Jussara II esse diálogo inicial tomaria uma conotação religiosa, como ouvi por várias vezes as pessoas dizerem que um copo d'água não se deve negar a ninguém, porque é algo sagrado. Inclusive, já ouvi de Dona Edith que: “quem nega água acaba morrendo com sede e pedindo água”, isso significa dizer que a água não pode ser negada. Logo, é fácil imaginar e distinguir como o mesmo elemento e o mesmo ato são tratados nos diferentes assentamentos, embora os assentados do MST sejam majoritariamente religiosos. Talvez, alguns deles sejam religiosos tanto quanto os assentados da Serra dos Mares e Jussara II e III. No entanto, em termos

práticos e cotidianos, a linguagem recorrente é muito mais politizada e ideologizada porque suas questões mais recorrentes dizem respeito às demandas por serviços públicos e suas militâncias políticas se revelam ao longo das falas, sejam nas preferências partidárias, nas ausências ou presenças de serviços públicos, ou até mesmo, numa discussão corriqueira entre amigos que brincam uns com os outros, tratando-se como sendo “de direita”, “conservadores” e “comunista”. Este último termo é acionado quando a pessoa é tida como muito radical em relação a algum posicionamento.

3.4 UMA BREVE INCURSÃO ETNOGRÁFICA: ELEMENTOS PARA EFEITOS DE COMPARAÇÃO

Além dos assentamentos apresentados acima, outros também foram visitados, por ocasião desta pesquisa. Embora o foco e maior tempo de pesquisa tenham sido dedicados aos já referidos, foi possível colher alguns dados, para efeitos de comparação em outros. Esses demais assentamentos apareceram em seguida para efeitos comparativos, aqui será feita uma apresentação geral. No assentamento Boi Branco foram feitas duas visitas, apenas para confirmar algumas informações, tendo em vista que este já é bastante conhecido desde a pesquisa de mestrado⁵⁰. O assentamento vizinho denominado São José foi visitado por várias vezes, aqui aparecem dados pertinentes a estas incursões de pesquisa. Os assentamentos Minador e Mata Escura foram visitados apenas uma vez cada, mas nestas respectivas visitas foi possível conhecer informações precisas e também manter contatos por celular com os moradores dessas localidades, o que possibilitou confirmar alguns dados e tirar dúvidas ao longo da escrita.

3.4.1 Assentamento São José

O assentamento São José foi fundado no dia 15 de dezembro de 2001, quando foi dada a primeira emissão de posse pelo INCRA. Inicialmente o processo de luta pela terra começou com 50 famílias, mas atualmente restam apenas 27 famílias assentadas. Este assentamento é o

⁵⁰ As principais informações confirmadas são: a) não há desistências dentre as 50 famílias assentadas desde 1998; b) a comunidade ainda não construiu a capela, dívida referente à promessa para com Nossa Senhora das Dores; c) foi constatado o pleno funcionamento da associação e por fim; d) esta comunidade pode ser tida como dentro de um padrão de bem sucedida, porque não houve desistências nem desintegração do grupo que formou a comunidade desde 1998 até os dias atuais, confirmando os dados e informações presentes na dissertação (FERREIRA, 2013).

mais próximo da comunidade Boi Branco, fica a menos de 1 km e meio de distância, sendo que em alguns lotes os terrenos se emendam. Diferente dos moradores do Boi Branco não se reconhecem como uma comunidade, no sentido empregado por Comerford (2005), principalmente porque não moram juntos em uma agrovila, uma vez que cada morador construiu suas residências, em seus lotes com uma razoável distância dos outros moradores.

Estes assentados nunca receberam recurso para construir suas residências, só este ano (2015) é que o governo federal disponibilizou uma linha de crédito do programa *Minha Casa Minha Vida* para que fossem construídas residências, sendo que este recurso é retirado em regime de empréstimo, para quem ainda não tem habitação, nada específico para o assentamento. Os moradores em sua maioria gostaram desse programa, porque isso significa que não serão obrigados a construir suas residências em agrovilas, como os demais assentamentos. Porque isso significaria ter que conviver numa vizinhança com todos e “muita gente junta facilita o amundiçamento” (Dona Rosa, 47 anos). O elemento mais importante nesse programa é que irão construir as residências em seus respectivos lotes, que é o lugar de trabalho.

Esses 27 moradores dividem entre si uma área de 713 hectares, cada morador tem 19,3 hectares no seu respectivo lote e há duas reservas comunitárias correspondentes a 20% da área total, referente a reserva legal do IBMA, esta ficou especificamente nas regiões que passam o riacho da Água Azul. Inclusive este é o nome dado ao sítio onde residem. Segundo relatos dos moradores, as 50 famílias que iniciaram a reivindicação da fazenda tinham em comum o fato de serem trabalhadores na própria fazenda, do antigo proprietário Luiz Bezerra, um dos grandes fazendeiros da região, que tinha fazendas nos municípios de Garanhuns, Caetés, Brejão, Iatí, Pedra e Saloá. Quando estava com idade avançada resolveu vender esta fazenda, chamando muitos de seus trabalhadores braçais e dizendo que teriam direito a esta terra se a ocupassem (Entrevista com Edilene, 41 anos de idade, em 10/09/2015). Foi o próprio Luiz Bezerra quem fez a primeira reunião com alguns de seus moradores e os incentivou a procurar outras pessoas para tomar posse da terra, segundo relatos foi um bom negócio para o fazendeiro que recebeu uma boa indenização, por uma terra que era a mais difícil de vender, porque era de uma região seca (nenhum morador sabe exatamente quanto foi paga a indenização).

Neste assentamento não identifiquei nenhuma fala ou pessoa que se identifique com o catolicismo progressista ou com a teologia da libertação, exceto a presidente Cristina, que se diz uma católica militante. Sua formação se deu junto a CPT e participa de várias reuniões na igreja católica, onde se discute a questão agrária. Ela está cursando o 3º ano do ensino médio

no programa de ensino Educação do Campo – EJA Médio. Para Cristina este assentamento tem muito para fazer, mas não é um empreendimento fracassado e a maior dificuldade, diz ela: “é as pessoas, elas precisam tomar consciência de que têm direitos”. No primeiro contato com estes assentados cheguei a um conjunto de residências de taipa, que ficam na margem da estrada e pegado com as terras do assentamento, são aproximadamente 16 residências. Perguntando a uma mulher se era Sem Terra a resposta foi: “não, eu não faço parte não desses cem peste!” (Dunga, 38 anos). Quando perguntei porque “cem peste” ela reitera:

Porque são, eles sofrem que nem o cão. Só vivem brigando e nunca se unem, se um planta uma roça os bode dos outros come. Na barragem a água é lamiada. Desses aí só tem dois que moram nos lotes, que é Fabrício e João, os outros tudinho moram fora. Só vivem brigando, por causa de umas roças veia... agora você está vendo alguma roça verde aqui? (Dunga, 38 anos).

O que deixa claro que dentre as 16 residências nas margens da estrada, que liga Iati à vila de São Pedro do Cordeiro município de Pedra, apenas 2 pertencem aos assentados do São José, os demais são moradores que se agregaram. Isso ocorreu porque nessa área há espaço disponível, pertencente ao município de Águas Belas, esse espaço seria parte da estrada, mas foi abandonado, o que facilitou a construção dessas residências. A maioria desses moradores é parenta dos assentados e, também, são ex-trabalhadores das fazendas de Luís Bezerra.

No segundo contato chego em outra dessas residências de taipa que ficam próximas aos assentados, desta vez já sabia que essas não eram casas de assentados, mas me identifico e pergunto se o morador era sem terra, ele diz: não. Em seguida diz seu nome: Luiz Pereira, de 37 anos. Continuando a conversa ele diz que não quer ser Sem Terra, a segunda pergunta que faço é porque mora ali, então me responde: “não tenho onde morar, aí vim pra cá.” Perguntado se tinha algum pedaço de terra, a resposta é não. Quando eu pergunto a Cristina porque houve tantas pessoas desistentes no assentamento ela faz um relato emocionante, que toca inclusive nessa questão dos moradores que não foram assentados e não se reconhecem como sem terra:

Você pensa que é fácil viver 12 anos em barracos de lona, nesse calor? Ver seus filhos chorando? Você sabe o que é se humilhar para ter direito ao que é seu? Essa terra é nossa por direito. Meu pai quando morreu me deixou com 6 anos, ele trabalhava nessa terra. Antes as pessoas trabalhavam por um pacote

de massa de milho, por comida. Nunca sobrava pra comprar carne, quanto mais para comprar terra. Ai as pessoas se reuniram e decidiram ocupar essa terra, mas o governo sabe que a gente não tem voz, aí você acha que vão se importar com nós? Não. Aí ninguém quer ser sem terra para não sofrer... Qual é a vantagem de ser sem terra? Sofrer? Porque quando você diz que é assentado o povo já tem medo e o governo acha que a gente é miserável. Foi 12 anos aqui... Primeiro com as casas de lona, depois casa de taipa e nunca tivemos as casas do governo. Nunca se importaram como a gente vive, se bebe água, se come, se tem sede, se tem fome. Pode perguntar se o povo querem fazer outro assentamento, o povo daqui vai dizer que não. Porque é muita humilhação. (Entrevista com Cristina em 15/09/2015).

Quando vou fazer mais uma entrevista, dessa vez com Dona Sirneide Vaqueira de 41 anos, ouço mais uma vez o termo “cem peste”. Pergunto se ela faz parte do assentamento ela diz que sim, então pergunto: é dos sem terras daqui? Ela responde: “Sou desses cem peste daqui”, depois disso começa sorrir muito junto com mais duas pessoas que estavam com ela. Na explicação sobre esse termo ela continua: “ah, são cem peste porque tudo dá errado. Nada dá certo. Porque depois que comecei a ser Sem Terra não vi vantagem nenhuma. Hoje só moro nessa casa porque é minha. Eu fiz. Se dependesse desses sem terras nós já tinha era morrido de fome e de sede”. A própria Cristina que é a presidente da associação mora numa casa de seu sogro, na vizinhança do assentamento e diz que só tem cisterna e a residência graças ao sogro, porque nunca tiveram recursos governamentais para tal.

Segundo Cristina, o grande responsável pelo fracasso nos assentamentos é o governo, porque burocratiza as vias de acesso aos recursos, não facilita o processo de conquista da terra e não oferece as condições mínimas para a vida no assentamento. Ao falar sobre seu próprio assentamento, diz que nem tudo está perdido, uma vez que esses 27 assentados resistem e são a prova de que é possível o assentamento São José ser um assentamento que:

Ainda vai dar mais certo, se Deus quiser. Porque o pior já passou. Se nós chegamos até aqui é porque acreditamos na reforma agrária. Hoje eu tenho orgulho de dizer que sou uma sem terra. Aliás, ex sem terra, assentada pela reforma agrária e moradora do Riacho da Água Azul, onde meu pai trabalhou... Meu Pai quando morreu me deixou com 7 anos e desde esse dia que eu trabalho e luto por esse chão. (Entrevista com Cristina, em 15/09/2015).

3.4.2 Assentamento Minador

Este assentamento fica situado nos limites dos municípios de Paranatama e Iati, a 12 km da comunidade Boi Branco e a 50 km da cidade de Paranatama. Visivelmente não há ninguém morando, suas 36 residências, que estão divididas em dois blocos de 18, estão totalmente abandonadas. Também não é possível perceber indícios de divisão de lotes, muito embora a agrovila tenha sido construída. Assim como há um curral junto à sede da antiga fazenda, este se encontra em um ótimo estado, aparentemente está sendo usado atualmente.

Conversando, preliminarmente, com uma das pessoas que participou deste assentamento soube que muitas das pessoas participantes e que tiveram seus nomes comprometidos no processo de assentamento nunca moraram nas terras da fazenda. Inclusive há relatos de que alguns deles foram presos por cometer crimes na região e usaram as moradas para se esconderem, mas por pouco tempo, de fato não chegaram a estabelecer morada. Isso ocorre porque desde início já foram chamando pelo “chefe” para ganhar R\$ 2.000,00 e uma vaca, mas a terra ficaria como sendo do “chefe” organizador de tudo. A pessoa que conversou comigo diz ter assinado vários documentos e está como o “nome sujo”, porque está devendo R\$ 130.000,00 num banco, mesmo sem receber nenhum centavo, além dos R\$ 2.000,00 que foram combinados e a vaca que recebeu teve que vender durante a seca.

Ao que parece e foi dito todas as pessoas que participaram eram católicos, muito embora “era todo mundo como eu, católico errado. Digo católico errado porque o padre não manda nós fazer nada errado, nós é quem faz. Eu mesmo bebo, num vou na missa. Eu num gosto de merda de padre não!”(Conversa com Caçote, 42 anos de idade em 21/07/2015). Depois de perguntar se havia a participação da igreja ou de algum sindicato, a resposta foi não. Porém, havia muitos políticos, como: vereadores, presidente da câmara dos vereadores e o apoio do prefeito, que procuraram o sindicato de Paranatama para assessorar na documentação.

Segundo essa mesma conversa, esses políticos sempre ajudavam: “quando Beta comprou o Minador fez uma pega de boi, foi meio mundo de bebida e carne assada. Era tempo de política e ele fez um churrasco. Aí os meninos ajudaram. Eu tomava conta das senhas e dava banho nos cavalos”. (Caçote, 21/07/2015). Perguntado sobre remuneração disse que nem queria nada, porque era amigo do dono da festa. O interessante nessa fala é que se refere a um dono da terra, na qual ele mesmo é um assentado e diz que comprou, quando a terra é fruto de indenização para uso coletivo.

Embora o entrevistado não saiba exatamente o ano de fundação do assentamento, aponta para o ano 2000 ou 2001, porque diz que ganhou os R\$ 2.000,00 é 2000 para 2001, quando o antigo proprietário Rimoeta recebeu uma verba do governo e Beta passou a morar dentro e fazer as casas para receber o dinheiro do governo, que vivia, segundo o entrevistado, fiscalizando junto com o pessoal do sindicato de Paranatama a obra das residências. Quando perguntado se têm acesso a terra e se podem morar lá, caso quisessem, a resposta foi a seguinte:

Beta não tem covardia não, se o cara tiver precisando pode criar gado lá. Ele aluga o cercado, mas de nós ele nunca cobrou não. Ele ainda paga a Zé de Joane, para ele fazer carvão. Só é ruim ficar lá porque não tem água. Eu levei essas vacas pra lá, mas depois que Beta tirou os cavalos de lá não tinha mais água, aí os dois jumentos que ficaram morreram de sede... Aí, trouxe minhas vacas pra não morrer também” (Caçote em 21/07/2015).

Ao que entendi, quem abastecia de água o assentamento era a prefeitura de Paranatama, que concidentemente era governada por um primo do “dono da terra”, mas as estradas eram de difícil acesso e por isso, na atualidade, os carros pipas não estavam chegando. Os assentamentos da vizinhança não se referem a esta terra como assentamento, muito menos como comunidade. Ao que percebi o chamam de “a terra de Beta” ou de “fazenda Minador”, o que faz deste um assentamento tido como exemplo mal sucedido. Mais de 300 hectares de terras com 36 residências, devidamente construídas, mas estão em total estado de abandono, sem presença de pessoas trabalhando e produzindo na terra, exceto um morador contratado por “Beta Roldão”. Este morador, por sinal, nem sequer participou do processo de assentamento, mas recebe R\$ 50,00 reais por semana e mais uma feira mensal para tomar conta dos cavalos e dos bodes de Beta.

3.4.3 Assentamento Mata Escura

Este assentamento está localizado no município de Iati, a 35 km da cidade. O ano de sua fundação é 1998, no início foi formado por 90 família, que ocupavam um território de 1200 hectares de terra divididos em lotes de 14 hectares em média, mas como houve muitos repasses de lotes atualmente permanecem na terra menos de 26 famílias das que participaram inicialmente da formação. Segundo Sr. Emanuel e atual vice-presidente da associação

comunitária da Mata Escura: “quem inventou esses Sem Terras foi Sulano. Foi ele o primeiro enrolão”. Demonstrando que uma pessoa chamou outras para participar do processo de assentamento e conquistar a terra, mas com interesse em dominar um território, segundo o argumento de Sr. Emanuel. Foi o disse uma das assentadas: “Fui chamada por Sulano pra inteirar as famílias, ele me dava dois mil e eu assinava os papéis e ainda ganhava um lote pra trabalhar, aí vim...” (Entrevista em 20/06/2015 com a moradora do grupo escolar).

É bom destacar uma diferença entre os assentados da Mata Escura e o Minador, por exemplo, porque neste aqui há uma série de pessoas que produzem e cultivam a terra, como é o exemplo de Sr. Luiz (63 anos de idade), Sr. Zé (56 anos de idade) e o próprio Sr. Emanuel (63 anos de idade), que assim como muitos outros levantaram recursos próprios para erguerem suas residências, em seus lotes, já que nunca foi repassado recurso da associação para construir a agrovila. Também criam gado e plantam palma, cultivando na terra e morando em seus lotes, muito embora a maioria dos assentados resida na cidade, na vila de Santo Rosa de Iati, ou em suas terras particulares. O próprio Sr. Emanuel disse que algumas das pessoas que participaram deste assentamento já possuem terras, mas como não estavam registradas em seus respectivos nomes, vieram “inteirar os moradores para dividir a terra”. Isso significa dizer que houve um “ajuntamento” de pessoas que pudessem estar aptas a possuir a terra, porque só com a formação de um conjunto de pessoas o INCRA iria indenizar a propriedade. Ao que parece esta terra foi invadida por Sulano e sua equipe em comum acordo com o antigo proprietário, que ficou bastante satisfeito com a indenização, uma vez que não estava conseguindo vender as terras devido ao período de extrema seca que estavam passando.

Em resumo, há uma baixa autoestima na forma como se reconhecem como assentados pertencentes ao assentamento Mata Escura, porque os remanescentes assentados encaram a história do assentamento como sendo “cheia de enrolada”, o que acabou por comprometer os resultados do assentamento e o seu futuro. Em seguida esta perspectiva será problematizada em comparação com outros assentamentos, mediante apresentação de mais dados etnográficos, referente a este assentamento e os outros aqui apresentados.

4 O ÊXITO NA LUTA PELA TERRA E A QUALIDADE DE VIDA NOS ASSENTAMENTOS AGRÁRIOS

As categorias mais recorrentes durante toda a pesquisa de campo foram as de *sucesso* e *fracasso*. Os próprios nativos, por muitas vezes, lançam a problemática acerca do fracasso de alguns assentamentos e o sucesso de outros. Isso já ocorreu também em outra pesquisa anterior, na comunidade Boi Branco, onde os moradores se definiam como bem-sucedidos e me sugeriram pesquisar porque os outros haviam fracassado (FERREIRA, 2013). Aqui, neste caso etnográfico, também ocorre essa problemática sobre a mesma oposição. O assentamento mais exemplar, que serve como modelo de sucesso, neste último caso, é a comunidade Serra dos Mares. Tanto os próprios moradores, como os seus vizinhos o definem como sendo o caso mais bem-sucedido. Então, parto dessa oposição para compreender como se (auto)definem e como são definidos, a fim de entender quais são os parâmetros e principais conceitos, que objetivam o êxito e o fracasso na luta pela terra.

Para uma compreensão básica sobre a noção de sucesso e fracasso nos assentamentos agrários, pretendo partir das categorias êmicas em conformidade com as definições teóricas elaboradas por Sparovek (2003), porque compreendo haver certo consenso entre os critérios elaborados, tanto na pesquisa etnográfica como na literatura. Tomo como parâmetro comparativo, primeiro, à comunidade Serra dos Mares, pois, além de ser pioneira, é tida como a mais exemplar e a partir dela outras se formaram. Mesmo outros assentamentos que não têm vínculo direto ou não tomam a comunidade Serra dos Mares como exemplo a ser seguido, como é o caso dos assentados do MST na Jussara III. Estes podem ser comparados no que diz respeito às diferenças, semelhanças, trajetória e na forma de vida cotidiana. Vale salientar, que não há um fracasso, muito menos um sucesso absoluto, mas são perceptíveis níveis de relativo êxito e relativos fracassos na luta pela terra e nas formas de vida dentro dos assentamentos.

4.1 A COMUNIDADE SERRA DOS MARES: CONSTRUINDO UMA HISTÓRIA EXITOSA

O assentamento Serra dos Mares é considerado por outros assentados da região como sendo um modelo a ser seguido, pois além de já ter um bom tempo de sua formação, há um reconhecimento unânime de que o convívio entre os assentados é muito bom. Os principais critérios que os próprios assentados usam, como argumento para se referir a sua experiência

como sendo exitosa, se aproximam muito dos critérios elaborados por Sparovek (2003), em seu trabalho que visa analisar *A Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira*. Sparovek (2003) divide em 6 eixos temáticos os critérios de avaliação; da qualidade nos assentamentos: “Eficácia da Reorganização Fundiária, Qualidade de Vida, Articulação e Organização Social, Qualidade do Meio Ambiente e Ação Operacional”. No primeiro critério, denominado eficiência da reorganização fundiária aparece como forte índice de avaliação, no que diz respeito à qualidade do assentamento, o não abandono de lotes por parte dos assentados.

No assentamento Serra dos Mares, os próprios moradores se orgulham de não haver nenhuma desistência depois de realizado o assentamento. Ao contrário, foram acolhidas novas pessoas que passaram a morar e expandir o número de moradores o que posteriormente possibilitou a expansão territorial com a compra da terra que formou a comunidade Jussara II, como já foi dito anteriormente. O não abandono do lote é tido pelos assentados da Serra dos Mares como sendo a prova de que o assentado é honesto e digno, pois mesmo a terra sendo improdutiva, devido à seca, não deve ser vendida, uma vez que por essa terra houve luta e até derramamento de sangue. Como deixam claro várias narrativas, a terra é a condição para uma vida digna. Possuir a terra é a condição para morar e viver com dignidade, como afirma Sr. Antônio Barbosa, ao dizer: “depois de velho a gente quer descansar. Se o cabra não tiver onde morar não vive não, vai perambular, depois de velho num trabalha. Uma aposentadoria num dá nem pra comer, não dá pra comprar nunca uma morada” (24/04/2015).

O segundo critério usado, recorrentemente, pelos próprios assentados, como uma experiência exitosa, está ligado à qualidade de vida, sobretudo, ao convívio no assentamento. Aqui, há uma distinção clara entre o que pensam os moradores da comunidade Serra dos Mares e aquilo que é definido por Sparovek (2003) como “Qualidade de Vida”. Os índices de qualidade de vida, definidos por este autor e seus pares, dizem respeito às condições de vida, muito mais ligados à noção de índice do desenvolvimento humano (IDH), podendo ser medidos objetivamente.

Os índices que aparecem como avaliativos da qualidade de vida são: “Condições de Acesso ao PA (Projeto de Assentamento), Famílias em Casas Definitivas, Famílias com Abastecimento de água, Famílias com tratamento de esgoto, Famílias com energia elétrica, Acesso ao transporte coletivo, Acesso por estradas internas, Acesso à escola Fundamental, Acesso à escola Média, Acesso à serviço de Saúde Regular, Acesso à serviço de Saúde Emergencial” (SPAROVEK, DOURADO NETO, COOPER, MAULE, 2003, p. 46).

Para os moradores da Serra dos Mares, a noção de qualidade de vida está ligada a um aspecto subjetivo, ou seja, está associada a uma dimensão afetiva de pertencimento ao lugar de morada e as pessoas com quem convivem. A frase mais emblemática que resume e exprime esse sentimento foi dita por Luciano: “Aqui é bom pra viver, só é ruim pra comer” (Entrevista com Luciano, 34 anos de idade, em 22/07/2015). Explicando esta frase, que disse rindo, complementa que a vida que leva é boa porque mora perto de sua família e a convivência com sua vizinhança é muito boa. O que faz se sentir mais realizado é o fato de estar vivendo junto com a família em sua própria terra. Quando diz que “só é ruim pra comer”, explica que não tem ganho, não tem renda, porque não trabalha assalariado como já trabalhou na capital de São Paulo. Portanto, não tem acesso a certos bens e serviços que tinha na capital, serviços comuns à zona urbana, tais como; transporte, hospitais perto de casa. Já seus filhos dizem que na cidade tinham internet, mas que gostam mais do sítio, pois tem os animais para cuidar e isso para eles é uma diversão. Quando perguntado por que prefere morar no assentamento ao invés da cidade, Luciano afirma: “aqui um ajuda o outro, na rua ninguém é amigo de ninguém, aqui você pode não ganhar dinheiro, mas tem tudo” (22/07/2015).

As pessoas que fazem parte deste assentamento se reconhecem e se referem ao seu lugar de morada como sendo uma comunidade e esse é um dos principais critérios que usam para dizer que vivem bem. Ao longo das falas não se tratam como assentados, nem se referem ao lugar de morada como assentamento. As pessoas externas se referem ao assentamento como “o acampamento”, dificilmente alguém chama este lugar de assentamento ou se refere aos moradores como sendo os ‘sem terras’, como acontece normalmente com outros assentados da região. Isso se dá porque durante os primeiros anos houve um acampamento de lona, foi o primeiro da região, então as pessoas passaram a chamar o lugar de acampamento. Nessa época, não havia experiências de outros sem terras acamparem ou ocuparem fazendas, como afirma uma vizinha (Dona Maria⁵¹), que assistiu à chegada desses assentados na região.

⁵¹ Dona Maria é moradora do sítio Serra dos Mares, não é assentada, muito embora, não tivesse terra quando ocorreu o assentamento, não participou porque “naquela época não sabia o que era aquilo de sem terra”. Assistiu de perto a todo processo de assentamento, como muitos, no início não acreditava que pessoas vindas de outro lugar iriam conseguir conquistar a terra e resistir às secas da região. Depois de conquistada a terra, outras pessoas se inspiraram nessa experiência para obter a terra: “Ah, naquele tempo era difícil, não tinha nada, só mato. Depois desse todo mundo invejou. Hoje tem um monte de sem terra. Eu nunca quis me juntar não, foi Deus e Dilma quem me deu essa casa”. Perguntada sobre sua casa, explicou que: “foi a Dilma quem deu, pela Minha Casa Minha Vida (obteve a casa em 2013), hoje minha casa é melhor de que a do vereador daqui! Ninguém nunca imaginava que depois de velha aposentada, eu ia morar numa casa boa dessa”. Perguntei se pagava algum valor, sua resposta foi: “num é de graça não, eu pago. Ela me deu, mas eu pago. Eu e todos daqui, essas três casas da frente também pagam. É R\$ 460,00 pela casa”. Eu pergunto: Paga por mês? “Não, por ano.

Desde os primeiros momentos, a união entre os acampados era um destaque como afirma o olhar externo de Dona Maria. Segundo os próprios moradores, no início, Frei Juvenal pregava que a união seria necessária, senão haveria desistências devido ao calor, ao trabalho árduo, a fome e sede que iriam passar. De fato, vieram essas dificuldades, como afirmam Zé Luiz e outros assentados, mas o povo passou por tudo isso. Hoje, eles são uma comunidade como sempre sonharam. Numa tentativa de definir a noção de comunidade rural Comerford (2005: 112) diz:

Em geral, quando se fala em “comunidade rural”, trata-se de indicar um grupo concreto delimitado em termos territoriais (a população de uma localidade, distrito, município) e em termos de sua atividade (pessoas que se ocupam de atividade “rurais”, ligadas à agricultura e à pecuária), mas, ao mesmo tempo, a expressão sugere que esse grupo se organiza a partir de relações de proximidade e solidariedade, em que sobressaem a importância do parentesco, vizinhança, cooperação no trabalho, co-participação nas atividades lúdico-religiosas, apontando para valores de harmonia e consenso.

Perguntando a Frei Juvenal, numa entrevista (em 14/03/2012), o que era uma comunidade, ele respondeu que o modelo perfeito seria a Santíssima Trindade e na terra seria a união, principalmente, entre os pobres, pois os ricos não querem união. Já os pobres têm que se unir para conseguir alguma coisa, enquanto os ricos não querem dividir. O discurso é análogo à compreensão de Zé Luiz em 2015 ao dizer: “a união vem de Deus, sem união ninguém é nada”. Segundo Zé Luiz, a unidade dos moradores foi o que fez superar as dificuldades estruturais do assentamento e buscar as melhorias necessárias à qualidade de vida. Isso demonstra claramente como a noção de comunidade e vida comunitária tem uma dimensão religiosa que influencia a forma de vida na *comunidade* Serra dos Mares:

Cabe ressaltar, nesse sentido, a importância que o termo assumiu a partir da dimensão das Comunidades Eclesiais de Base em diversas regiões rurais do Brasil. Com o enraizamento dessa modalidade de organização promovida pela Igreja Católica, em muitas regiões a “comunidade”, no sentido de Comunidade Eclesial de Base, pode praticamente se confundir com uma

dada “comunidade local”, mas não necessariamente (COMERFORD, 2005, p. 119).

Antes mesmo de se formar a estrutura física do assentamento, com a construção das residências, havia um sentimento de solidariedade, que era religioso, uma vez que era no espaço de uma comunidade eclesial de base, que se discutiam as formas de executar as atividades, no que diz respeito às etapas do processo de assentamento. Apesar do INCRA nunca ter construído as residências no assentamento, muito menos ter garantido o recurso necessário à construção, os moradores construíram suas próprias casas com seus próprios trabalhos e recursos. Nesse momento, a união entre os moradores foi de fundamental importância, tendo em vista, que para superar as péssimas condições precisavam sair primeiro dos barracos de lona, depois das residências de taipa. Com poucos recursos precisavam dividir as tarefas e compartilhar a mão de obra. Sr. Zé Luiz que é pedreiro, por exemplo, fez sua casa, a de sua filha e de sua irmã. Por sua vez, essas duas, e demais familiares, ajudaram a construir a sua. O mesmo acontece com vizinhos e companheiros de luta, um ajudava o outro, trabalhando como servente, carregando areia, água que era difícil. Outros, que já sabiam, trabalhavam como pedreiros e ensinavam aos demais como levantar os tijolos. Os laços de parentesco aqui eram importantes, pois quem trabalhava na construção das casas eram os parentes, ajudando uns aos outros, muito embora, os vizinhos, sem laços sanguíneos, se ajudassem. Era muito mais uma troca de favores, enquanto a ajuda, dada gratuitamente, era recebida de parentes.

Visto pelo olhar externo, é comum outros assentados da região, como é o caso de Sr. Emanuel e Sr. João do Mata Escura e de Sr. José Francisco da Silva da Jussara III, definirem a Serra dos Mares como uma experiência exitosa devido a união entre seus moradores. Sr. Emanuel disse que os moradores da Serra dos Mares são tão unidos que todos pagaram à dívida da terra e cada assentado têm o documento que garante à posse de seu respectivo lote. Afirmar ainda, que se fosse em outro assentamento isso não seria possível, porque se um membro pagar à dívida e outro não, o assentamento não cresce em conjunto. O presidente da associação Traipá II, Sr. Zé Luiz, disse que de fato as dívidas foram pagas. O que facilitou o não endividamento foi porque o governo nunca liberou grandes recursos, mas, tão somente, empréstimos de pequenas quantias. De maneira geral, os assentados da Serra dos Mares são orgulhosos de terem o título de posse de suas terras, sem dívidas em seus nomes, o que possibilita, para cada morador, fazer empréstimos individuais com seus próprios lotes.

Schenato (2014) fala sobre o título de posse da terra para os assentados, e como isso é um traço marcante na forma como são vistos, no olhar externo:

Em pesquisa anterior (SCHENATO, 2011), percebi a predominância de autotransclassificações positivas por parte dos colonos; isto significava a desclassificação, em termos negativos, dos assentados, quando referidos a aspectos definidores da identidade de colono. Ao classificar o outro enquanto assentado, estabelece-se uma negação e uma diferenciação com relação ao colono. Deste modo, nas relações entre estes dois grupos, os sem-terras-assentados são vistos como “inferiores”, pelos seguintes motivos: primeiro, não são tão trabalhadores como eles; segundo, não valorizam a terra, por isto vendem os lotes; terceiro, não detêm o *título* cartorial da propriedade, o que dificulta para os mesmos fazerem financiamentos e quarto, não sabem aproveitar os recursos de políticas públicas (SCHENATO, 2014, p. 18).

A comunidade Serra dos Mares é tida como um modelo ideal a ser seguido pelos demais assentamentos da região, pois passou de assentamento à comunidade, isto é, antes eram assentados morando nas terras do INCRA e agora, depois de pagar e possuir a terra, são uma comunidade. Isto faz desta comunidade um “modelo exemplar”, porque não são mais rotulados como sendo um assentamento agrário do INCRA, o que seria sinônimo de dependência para com o governo, incapacidade de auto-gestão e principalmente sinônimo de burocracia⁵². Seria estar preso aos limites e imposições do governo, por isso: “nós pagamos tudo, não sei se algum de nós daqui de cima ainda deve, mas os que devem é dívida velha, o banco nem cobra mais e ninguém quer mais negócio com governo, que só quer cobrar. É dever e ficar com nome sujo. “Os cara do INCRA e do FUNRURAL nunca fizeram nada por nós. Agora, mandar é com eles mesmos, isso é que é mandar que nem o cão!” (Sr. Antônio Barbosa).

Pode-se dizer, numa visão mais geral, que o êxito na luta e conquista da terra é relativo à autonomia que os assentados têm entre si e em relação aos órgãos do governo, pois em todo município de Iati as duas comunidades tidas como mais bem-sucedidas são a Serra dos Mares

⁵² Análogo a esse discurso, no assentamento agrário Boi Branco os moradores sempre lutaram para conquistar autonomia, em relação aos órgãos governamentais, pois como afirma Carlos, ex-presidente da associação comunitária: “os sem terras são vistos, como gente *cativo do governo* e *sem dignidade* e a própria forma como os órgãos da burocracia trata a gente, como *sub-humanos* (...)” (Ferreira, 2013, p. 47).

e o Boi Branco (Ferreira, 2013). Nestes dois casos foram os assentamentos que menos tiveram abandono de lotes e mais pagaram as dívidas nos bancos, o que faz com que os moradores tenham mais autonomia e dignidade, como é o caso da comunidade Boi Branco, onde:

Os moradores dizem ter aderido à luta pela terra por que: “*resolvemos ser donos de si mesmos*”. Com isso a conquista da terra é a possibilidade de viverem plenamente como seres humanos, realizados, porque para eles Deus não criou os homens para serem cativos e só na terra podem viver com autonomia e usufruir plenamente da condição humana de camponeses (FERREIRA, 2013, p. 53).

É essa busca por autonomia que motiva os moradores, tanto no Boi Branco como na Serra dos Mares, a lutarem por melhores condições de vida, pagando suas dívidas, para poderem ter mais autonomia na vida comunitária. Em uma entrevista com Sr. Emanuel, do assentamento Mata Escura, pude constatar que o olhar positivo sobre a comunidade Serra dos Mares faz com que a mesma não seja reconhecida como assentamento e, portanto, não são mais vistos externamente como “sem terras”. Mostro na integra um trecho emblemático da entrevista:

Eu: Sr. Emanuel qual é a data desse assentamento?

Sr. Emanuel: É 1998.

Eu: Achei que fosse 1986. Padre Antônio me falou que aqui na região tem uns sem terras da década de 80.

Sr. Emanuel: ah, logo vi. Porque ninguém iria querer negócio com nós não. Esses sem terras são do outro lado da serra. Eles estão lá faz uns 20 anos, acho que nem dívida eles têm mais. O caminho é do outro lado... você errou, tem que voltar. Mas eles num são sem terra não. Pergunte onde é o acampamento, porque ninguém vai saber lhe dizer onde é não se perguntar por sem terra (...) Lá é outra coisa viu! Eles num são mais sem terra não, lá já pagaram as dividas faz é tempo. (Entrevista realizada em 30/06/2015).

É comum, aos moradores da Serra dos Mares, o orgulho de terem conseguido a posse da terra há muitos anos. Eles dizem que não são chamados sem terras porque suas terras foram compradas antes mesmo delas serem ocupadas. Mas, o Sr. Zé Luiz disse que: “somos todos sem terra”, querendo dizer que a luta entre os assentados é uma causa comum a todos.

Segundo, ainda este mesmo senhor, o que diferencia uns “sem terras” dos outros é a união, pois conhece um assentamento em Paranatama, chamado Minador, onde toda terra conquistada pertence a uma única pessoa e os demais membros que deviam formar o assentamento apenas assinaram os documentos, para que uma pessoa obtivesse a terra e pudesse criar seus cavalos. Segundo ele, esse tipo de assentamento contribui para a imagem negativa, ou acaba construindo um estigma negativo para usar a linguagem de Goffman (1982), sobre os assentados, já que a terra não foi obtida para um grupo, mas tão somente para uma pessoa que usou documentos de outras. Por fim termina dizendo que: “se os sem terras são unidos ninguém passa a perna em ninguém, um ajuda o outro e todos vencem, ninguém quer ter vantagem, agora se faz as coisas com malandragem todos perdem e ninguém cresce.” (Sr. Zé Luiz em 24/06/2015).

No início do assentamento, as pessoas envolvidas, no processo de luta pela terra, tinham como critério formar uma unidade entre pessoas honestas e que tinham idoneidade para construírem uma comunidade, cujo fundamento maior era a união e a não violência, pois sabiam que iriam enfrentar grandes *sacrifícios* pela frente. O Sr. Antônio Barbosa explica porque era importante ter como critério estar juntos de pessoas de bem e que já fossem trabalhadoras: “hoje em dia por aqui tem muitos sem terras, mas é diferente da nossa época. Esses de hoje não deram certo, porque o povo ganha a terra e vende ou troca. Aqui perto mesmo teve gente que trocou o lote por pacote de fubá, uma pessoa dessa não quer trabalhar” (24/04/2015).

Posteriormente, procurei saber mais sobre esse caso, em que foi trocado o lote por pacotes de fubá. Então, constatei que se tratava do assentamento Mata Escura. Quem fala sobre este assunto é o Sr. Emanuel:

Aqui não tem futuro porque o povo não quer trabalhar. Dos 90 que ganharam a terra só 19 ainda tem terra, o resto é tudo gente nova que comprou de quem não quis trabalhar. Aqui tem um cara que sozinho tem 7 lotes, comprou dos outros a preço de banana. Você me acredite que nem aqui ele mora, mora lá pras bandas de Palmeira. É rico lá. (Entrevista com Sr. Emanuel, 63 anos de idade; registrada no dia 30/06/2015).

Em outro momento da conversa, ele acrescenta:

Nós estamos esperando só o dia de ser despejado. No começo o antigo presidente da associação pegou nosso dinheiro, aqui nem as casas foram construídas. A terra ficou mal dividida, era um rolo só. Aqui tem lote de 14 hectares e outros com 18, outros com 7. Era assim, tudo enrolado. Aqui é assim, aquele ali comprou o lote está com 2 anos, aquele com 3, esses dois tem 5 anos e aqueles ali faz tempo. Dia 15 (a data é 15 de abril de 2015) foi vendido 2 lotes, que o cara já tinha comprado pra ganhar dinheiro. Nós *somos uns sem terras sem esperança*, agora que Arnaldo é o presidente é que está melhorando, mas só tem dívida. O INCRA está cobrando, o banco quer receber e os novos donos nem pagam aos bancos e nem dão dinheiro a associação. Aí todo mundo está sujo. (Entrevista com Sr. Emanuel, 63 anos de idade; registrada no dia 30/06/2015).

Então, pesa sobre esses sem terras o estigma de fracasso. E o vice-presidente da associação comunitária se reconhece num “caminho para o fracasso”, segundo o qual não tem perspectiva de futuro. A maior lamentação deste senhor, e que faz uma distinção entre a Serra dos Mares, são as pessoas com as quais se envolveram no processo de assentamento. Para muitos moradores da comunidade Serra dos Mares, o critério decisivo para o êxito na formação do assentamento foi construir parcerias entre pessoas que já eram trabalhadores rurais, isto é, pessoas que moram e trabalham na terra. O Sr. Aloízio, ex-presidente da Associação Trapiá II, me fez uma pergunta, que deixa claro, porque é importante ter como parceiro, pessoas que já trabalhavam na terra. Perguntou-me: “Você acha que uma pessoa que nunca pegou no pesado vai dar valor à terra? Uma pessoa que quer ganhar dinheiro vai ser trabalhador?” Em seguida, ele mesmo responde sua própria pergunta: “só dá valor a terra quem sofreu nela, quem lutou, porque senão deixa tudo aí”. (Entrevista, 11/09/2015).

Para os moradores do Serra dos Mares o valor atribuído a terra não é meramente monetário, pois como afirma Sr. Zuza “seca nós tem por certo”. Logo, se o assentado não tem a terra como condição para sua própria dignidade acaba vendendo-a, ou desiste do processo de assentamento, que é extremamente difícil, principalmente, depois de conquistada a terra. Como afirma Sr. Zé Luiz:

O INCRA não quer muito negócio com nós não, foi uma luta para construir as casas de lona, um sofrimento. Depois outro sofrimento para construir as de taipa, até uns dois ou três anos, você me acredite, tinha gente morando em casa de taipa, hoje se tiver é uma ou duas. O INCRA nunca deu recurso,

nunca deu as casas. Até as cisternas e o poço foi feito agora a pouco, com dinheiro do Governo por conta da associação. Num sei como a gente viveu, porque o sofrimento sem água e sem cisterna é um sufoco. (Entrevista realizada em 30/06/2015).

Moradores da comunidade Serra dos Mares, assim como Sr. Emanuel – vice-presidente do assentamento Mata Escura – são unânimes em dizer que o critério ideal, para se formar um assentamento agrário, seria a unidade entre pessoas que tenham como valores principais o *trabalho* e a *união*. O Sr. Emanuel disse que o principal erro de seu próprio assentamento foi que surgiu da cabeça de uma pessoa, ao explicar, mais precisamente, ao que se referia, usou como exemplo comparativo o assentamento Serra dos Mares, que segundo ele, não teve “um cabeça” juntando gente para ocupar a terra, mas eram iniciativas conjuntas de várias pessoas. Enquanto que no assentamento Mata Escura, o primeiro presidente da Associação chamou pessoas, que nem sequer trabalhavam na terra, para ocuparem a terra e formar as 90 famílias, que seria o número de pessoas necessárias segundo os critérios do INCRA, para que a terra fosse ocupada e a fazenda Mata Escura fosse indenizada.

Como bem salienta Schenato (2014: 74):

No caso de sem-terras/assentados, ao analisarmos suas trajetórias sociais é possível perceber os processos de re-territorialização e de reconstrução da vida, onde *morar* e *trabalhar* (WANDERLEY, 2000b) com a família são características centrais no *ethos* camponês, envolvendo mais que a reivindicação específica da terra. Esta é a pré-condição para a construção da identidade social de assentado e posteriormente como agricultor familiar “livre” da tutela do Estado.

Diferentemente da comunidade Serra dos Mares, o assentamento da Mata Escura não teve o papel da igreja ou lideranças religiosas em sua formação. Quando perguntado se tiveram ajuda da igreja ao longo da formação do assentamento, Sr. Emanuel disse: “não, aqui somos os sem terras atrasados. Não tem igreja, não tem nada”. Mas, como todos assentamentos da região tiveram o auxílio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, neste caso, foi o sindicato do município de Águas Belas. No entanto, não foi o sindicato que determinou os critérios para selecionar as pessoas a serem assentadas, deixando a tarefa de unir as pessoas com as lideranças do movimento, que buscaram apenas arranjar a quantidade exigida pelo

INCRA. O critério que procuravam cumprir, neste caso, era o de que só podiam ocupar a terra quem é sem terra, isto é, não podiam ter nenhuma propriedade em seu respectivo nome. Com isso, houve casos de pessoas que vieram até da cidade, com a promessa de que iriam dar os documentos, para ganhar terra e receber dinheiro do governo, como afirma Sr. João⁵³, um dos atuais moradores deste assentamento. O Sr. Emanuel disse que logo após a realização do assentamento dava desgosto ver as pessoas deixando a terra abandonada, porque não sabiam *trabalhar* na terra e foram embora *morar* na rua.

O fato de *morar* e *trabalhar* na terra são, pois, os critérios decisivos para o êxito no processo de assentamento. Foi assim que os assentados da Serra dos Mares desenvolveram a vida em comunidade e isso, segundo os próprios moradores, possibilitou uma melhora objetiva na qualidade de vida, no que diz respeito aos índices definidos por Sparovek (2003). Tanto assentados quanto as pessoas vizinhas são unânimes em reconhecer que as condições estruturais no assentamento são melhores que fora dele na região.

Isso acontece, segundo Sr. Zé Luiz, porque unidos os moradores têm mais força para reivindicar melhores serviços públicos. Atualmente, na comunidade, há um colégio onde estudam mais de 100 estudantes nos turnos da manhã e tarde, matriculados no ensino fundamental I e II. Os estudantes de ensino médio se dirigem à cidade de Iati, para onde o ônibus leva os estudantes em três horários: manhã, tarde e noite. As estradas que dão acesso à comunidade são bem pavimentadas, pois ficam as margens da estrada que liga a vila de Santa Rosa à cidade de Iati. Por essa mesma estrada passam os ônibus. Os moradores dizem que sempre estão indo à prefeitura reivindicar que a máquina passe nessa estrada, para facilitar o transporte dos estudantes. Já as vias internas, no assentamento, são mais estreitas do que a estrada principal, mas de maneira geral, as residências têm um bom acesso. A não ser os casos de Dona Zefa e Sr. Zuza que quiseram se isolar mais da estrada, pois preferem ficar num lugar

⁵³ O Sr. João tem aproximadamente a mesma idade de Sr. Emanuel, 63 anos de idade. Ele foi meu segundo contato no assentamento Mata Escura, depois de perguntar a uma moradora se ali era “sem terras” (assentamento), ela respondeu que não. Mas chamou o Sr. João, que me explicou que essa mulher, assim como outras várias, não sabiam que ali era um assentamento, porque chegaram bem depois e compraram lotes. Essa informação de que muitos moradores não sabiam que estavam morando num assentamento se confirmou repetidas vezes. Dona Mariquinha, de 52 anos, que mora na antiga sede da fazenda Mata Escura, trocou o lote com uma prima, numa casa na cidade. Sua prima era uma das que veio da cidade para receber algum recurso, mas como só recebeu R\$ 1.400,00, que foi o recurso financiado pelo Banco do Brasil, para comprar um carro de boi e uma junta de boi; esta senhora acabou vendendo seu lote à Dona Mariquinha, que assim como Sr. Emanuel e Sr. João nunca receberam dinheiro para construir suas residências. Sr. João construiu sua casa em seu lote, assim como Sr. Emanuel, já Dona Mariquinha mora com suas filhas e netas na antiga sede da fazenda, que seria de todos, mas que agora é dela, porque não funcionava nada antes e ela tomou posse. Assim como Dona Mariquinha tem outras tantas famílias que vieram, ao todo são ao menos 36 (pela minha própria contagem) que moram neste assentamento. Inclusive, a família de Dona Edileuza mora no antigo grupo escolar, que já não mais funciona. Está última senhora também não soube me responder se morava num assentamento e veio da vizinhança ocupar o grupo escolar porque estava abandonado e ela com várias filhas não tinham onde morar.

mais silencioso. Nas vias internas, a máquina não passa tão constantemente, porque não circulam carros e motos com tanta intensidade, mas o estado de preservação das estradas de maneira geral é muito bom se comparadas com outras estradas da região.

Uma das maiores preocupações dos assentados sempre foi o acesso à água, devido às secas. Pensando nisso, a população local se uniu e através de reivindicação conseguiu recurso com o governo do Estado para construção de uma barragem no meio da comunidade. O mesmo acontece com um poço que foi adquirido pelos moradores através do presidente da associação e um vereador que é tido como o representante do assentamento, muito embora não seja assentado, é eleito com o apoio local. Além desta barragem e do poço, alguns assentados conseguiram fazer barragens menores em seus respectivos lotes. Estes por sua vez foram realizados com recursos da prefeitura municipal de Iati. Como as barragens e o poço só têm água temporariamente foi necessário à construção de cisternas nas residências dos moradores. As cisternas foram conseguidas através da associação comunitária, que conseguiu o financiamento junto ao governo federal nos anos de 2006 a 2014, como diz o Sr. Zé Luiz: “até pouco tempo nós não tinha essas cisternas, só depois de Lula foi que viemos conseguir, o INCRA nunca deu nada.” Essas cisternas cabem em média 18 mil litros cúbicos de água, o que permitem às famílias usarem esta água por aproximadamente dois meses, o que garante um bom acesso à água, tendo em vista que na região há o abastecimento através do programa federal Operação Pipa. Este programa é realizado pelo Exército Brasileiro que fornece água tratada e gratuita à população.

Na comunidade, algumas residências são beneficiadas diretamente e outras se abastecem onde a água é deixada. Além disso, contam com apoio da prefeitura que também fornece água, mas esta última não é potável como a fornecida pelo Exército. Sendo assim, fica apenas para o consumo animal e uso doméstico. Tendo como parâmetro as demais residências da região e até mesmo as fazendas, perceberemos que no assentamento, apesar da seca, há um bom acesso à água, tendo em vista que os fazendeiros compram água para abastecer seus currais e para consumo próprio⁵⁴.

No que diz respeito ao acesso à eletricidade, todas as residências da comunidade têm este acesso. Os moradores quando construíram suas residências pensaram em fazer conforme o modelo sugerido pelo INCRA, mesmo sem ser financiados por ele, pois o modelo de agrovila facilitaria o acesso à eletricidade. O principal serviço que reivindicam é acesso ao

⁵⁴ No ano de 2015 o caminhão pipa com 14 mil litros cúbicos de água custava em média R\$ 300,00 na região, o fazendeiro Luiz Soares comprava dois tanques pipas mensalmente, ao longo dos meses de agosto a dezembro, para abastecer seu rebanho de 60 cabeças de gado, que está a 3 Km da comunidade Serra dos Mares.

serviço público de saúde. Reivindicação que é comum a toda região, tendo em vista que o Posto de Saúde da Família (PSF) mais próximo fica na vila de Santa Rosa a 14 km de distância e dizem que muito mal funciona. Muito embora, os moradores digam que: “quando a gente precisa, a ambulância vem”, há uma precariedade no serviço público de saúde, como acontece na maioria das regiões do Brasil. Isso nos faz perceber que não há um programa de Saúde voltado para este assentamento, como é o ideal necessário, conforme apontam os estudos de Sparovek (2003).

O único assentamento no município de Iati que tem um PSF em seu próprio território é o Boi Branco (FERREIRA; 2013). Este assentamento está muito distante (aproximadamente 44 km) da Serra dos Mares o que faz com que os moradores tentem improvisar o tratamento das doenças com lambedores e remédios caseiros, também recorrendo à rezadeira Dona Zefa para tratar de ferida de boca, mal olhado e peito aberto. As crianças por sua vez são assistidas por médicos quando vão à cidade de Iati. As principais doenças adquiridas pelas crianças estão diretamente ligadas ao uso da água, já que a água de barreiro não é tratada. Muitas vezes, não há saneamento nas residências e o esgoto corre a céu aberto, embora muitas residências tenham fossa, o esgoto da pia escorre no chão, onde normalmente as crianças brincam muito próximas.

Outro critério que eleva a definição do Serra dos Mares como um assentamento de experiência exitosa, e que é comum à avaliação de Sparovek (2003), diz respeito à preservação ambiental, pois os moradores dizem que na formação do assentamento os funcionários do INCRA não exigiram deixar a área de preservação ambiental, mesmo já estando em vigor a legislação atual⁵⁵. Mesmo sem a exigência dos funcionários do INCRA, os assentados optaram por cumprir a lei e deixaram uma área que é preservada. Esta área é mais de 20% do território ocupado, mais até do que manda a legislação atual sobre os assentamentos. A área que foi destinada como de preservação ambiental é coletiva, como foi a recomendação do INCRA na época, portanto, cabe a todos cuidarem.

De maneira geral, o território de preservação ambiental está bem conservado. Muito embora, haja a prática de carvoaria e a caça predatória na região de maneira geral e também entre os assentados. Entretanto, a área de preservação está bem arborizada e pássaros podem se reproduzir com certa segurança, porque fica distante da agrovila e também porque está em meio às serras mais altas do território de assentamento, o que estrategicamente dificulta o acesso. Em outros assentamentos na região, como é o caso do Mata Escura, as áreas de

⁵⁵ Atualmente de acordo com a Lei nº 4771, de 1965, os assentamentos agrários são obrigados a destinar um percentual de no mínimo 20% do território como área de preservação ecológica.

preservação ambiental não são respeitadas, havendo queimadas, desmatamentos, prática da caça predatória de animais silvestres como: tamanduá, tatú, gambá, rolinhas e codornas. Os próprios moradores desde último assentamento reclamam, pois uma parte do arame que devia proteger a reserva foi roubada e as estacas arrancadas. Sobre a área de preservação ambiental no assentamento Mata Escura, Sr. Emanuel diz:

Aqui é assim, ninguém quer saber disso não. O INCRA deixou aquela parte ali de cima da serra, mas o povo pula o arame e faz carvão, faz coivara e queima. Roubam arame. Nós ainda reclamamos, mas o cara disse: “isso aqui num é de vocês, é do governo e pra que o governo quer isso?” Aqui é assim, o povo pensa que é do governo aí todo mundo mexe, todo mundo é dono. (Entrevista realizada em 30/06/2015).

Dentre todos os assentamentos estudados os que melhor lidam com as áreas ditas públicas ou coletivas⁵⁶, são os da comunidade Serra dos Mares e a comunidade Boi Branco (Ferreira, 2013). Não coincidentemente são as mesmas tidas como as mais exitosas. Sabemos que uma das maiores dificuldades de implementação e consolidação das políticas públicas no Brasil, como aponta Cunha & Cunha (2002), dizem respeito ao direito subjetivo, isto é, a noção básica do que é a coisa pública. Pois, o patrimônio público muitas vezes é tido como sinônimo de desorganização e, portanto, se justifica o descaso e depredação.

Nesse sentido, a maior dificuldade encontrada é educar os indivíduos para preservarem o patrimônio público. É típico na história brasileira confundir o público com o privado, como já demonstrou Sérgio Buarque de Holanda (2006), em seu clássico “Homem Cordial”. Não é diferente nos assentamentos agrários e quando o público é tomado como privado o fracasso é certo. Isso quem afirma são os próprios moradores, tanto da Serra dos Mares como nos demais, quando dizem que os assentamentos Minador e Mata Escura fracassaram porque têm um dono. É justamente nesses casos que ocorrem a maior depredação das áreas coletivas e áreas ambientais, porque uma liderança as toma para uso particular ou permite e ordena que usem tais territórios, como é o caso do Minador, onde o único morador diz fazer carvão para o dono da terra.

Nesse sentido, o ideal para o sucesso no processo de assentamento é que se respeitem as normas e regras coletivas. O que significa dizer, em uma linguagem bem comum aos

⁵⁶ Chamo áreas públicas às reservas ambientais, aqui público não como sinônimo de livre usufruto, mas como estando sob a hedge da lei de preservação ambiental, que determina a preservação para o bem comum. As áreas coletivas são as de uso comum e coletivo dos respectivos assentados.

moradores da Serra dos Mares: “ninguém é melhor que ninguém”. Cada um tem sua propriedade tendo autonomia para gerir seu próprio lote, portanto, havendo claramente o respeito à propriedade privada como um direito legítimo⁵⁷. Sem que haja sobreposição de um proprietário sobre o outro, é aquilo que Sr. Sebastião e Zé Luiz afirmam: “aqui não há um dono”, ou seja, cada um cuida do que é seu e todos são responsáveis pelo destino da comunidade. Em outras palavras, é aquilo que podemos chamar de implementação⁵⁸ e consolidação⁵⁹ do direito a terra, onde os sujeitos envolvidos, ao conquistarem a terra, passam a morar, trabalhar e conviver nela, respeitando as regras de comportamento para tentarem conviver harmonicamente administrando os seus conflitos e problemas pertinentes ao processo de assentamento e a vida em comunidade.

4.2 A COMUNIDADE JUSSARA II E A BUSCA POR UM MODELO IDEAL DE ASSENTAMENTO

A comunidade Jussara II se espelhou e teve como modelo a ser seguida sua vizinha. Embora a maioria dos novos assentados não tenha participado do processo de assentamento da Serra dos Mares, para eles a história destes últimos funciona como sendo uma narrativa mítica. Para Sr. Aloízio a memória dos seus vizinhos se assemelha a narrativa mítica dos cristãos primitivos⁶⁰, segunda a qual: “Eles perseveravam no ensino dos apóstolos e na comunhão, no partir do pão e nas orações” (Ato dos Apóstolos, 2:42). Assim, Sr. Aloízio e os demais se referem aos vizinhos como sendo pessoas que viviam de maneira coletiva e partilhavam tudo, trabalhando e rezando juntos. Com isso, esses novos assentados tentaram

⁵⁷ Durante todo processo de pesquisa, ficou muito claro que para os moradores da Serra dos Mares e da Jussara II a propriedade privada é legítima e sagrada. É tanto que eles dizem que lutam por direito a terra porque Deus a criou para todos; e se afirmam ser diferentes do MST porque defendem que a terra não pode ser invadida de forma violenta, principalmente quando o dono a conquistou dignamente e a usa corretamente. Sr. Aloízio diz: “se alguém tem a terra é porque foi dada por Deus, é da vontade Dele” (10/10/2016).

⁵⁸ Implementação aqui pode ser entendido como fazer valer a legislação vigente, isto é, o direito de desapropriar a terra para realização do assentamento. Vale lembrar, que para os moradores da Serra dos Mares, esse direito antes de ser uma lei é a vontade de Deus. Muito semelhante ao caso etnográfico do Boi Branco (Ferreira, 2013), onde os direitos humanos são tidos como sendo os direitos dados por Deus.

⁵⁹ Consolidação do direito pode ser entendida como o aspecto subjetivo do direito, isto é, quando os sujeitos envolvidos têm entendimento da legislação e vivenciam as normas, em seus aspectos práticos e subjetivos. Para os moradores da Serra dos Mares a consolidação do direito é a vivência da graça de Deus, pois entendem que usufruírem da posse da terra é uma graça divina, como veremos em seguida.

⁶⁰ Embora Sr. Aloízio só tenha conhecido Frei Juvenal quando era presidente da associação comunitária e não tenha participado do processo de assentamento da Serra dos Mares e da invasão na fazenda em Paranatama, nem estado nas mobilizações que ocorreram na CEB Recanto dos Franciscanos nas décadas de 1980 e 1990, ele se reconhece como membro desta CEB e se diz seguidor de Frei Juvenal, para quem o livro bíblico que mais inspira as práticas nas CEBs é o Ato dos Apóstolos, porque “A comunidade está na Bíblia, no Ato dos Apóstolos, naquele capítulo chamado retrato da comunidade” (Ferreira, 2013, p. 65).

seguir esse modelo, que interpretavam ser o modelo inicial da Serra dos Mares, partindo do pressuposto de que também dariam certo se seguissem juntos em um modelo coletivo de posse da terra⁶¹.

Então, no início do assentamento Jussara II, foi decidido, em assembleia, que o modelo de gestão e organização da nova comunidade seria comunitário e coletivo. Assim, pretendiam trabalhar proporcionalmente juntos, dividirem a produção entre cada família e quitarem juntos as dívidas adquiridas com o empreendimento do assentamento, para com o Banco do Nordeste, órgão responsável pelo financiamento, que disponibilizou o recurso através da linha de crédito *Banco Célula da Terra* com acessória jurídica feita por pessoas ligadas ao INCRA. Esse modelo coletivo e comunitário agradava ao presidente da Associação Trapiá III (Sr. Aloízio) e também foi recomendado pelos membros do INCRA, mediante constatação de que, em outros empreendimentos, muitos indivíduos pegaram o dinheiro e desistiram do assentamento. A suposição era de que um modelo coletivo dificultaria a desistência, conseqüentemente, facilitaria o pagamento das prestações, tendo em vista que na assembleia coletiva os inadimplentes seriam coagidos a pagar mediante a pressão coletiva. Assim todos ganhavam e haveria reembolso do dinheiro investido e a associação responsável ficaria apta a fazer novos negócios bancários, mediante ampliação do seu crédito.

Segundo Sr. Aloízio este modelo só funcionou pouco menos que um ano. De início, os assentados receberam R\$ 80.000,00 para comprar a fazenda, que foi comprada por R\$ 34.000,00. O que sobrou foi decidido, na Associação Trapiá III, que seria comprado de vacas, cabras e plantado palma. Fizeram os projetos e executaram, mas ainda sobrou dinheiro. Fizeram, então, um curral que era tido como um modelo de logística e beleza na época, e, ainda construíram um açude. No entanto, sobrou dinheiro, resolveram comprar mais terras. A maioria queria comprar terras e primeiro escolheu uma fazenda que estava à venda, mas era muito distante e a terra não oferecia muitos atrativos, porque o solo era pedregoso e a vegetação era toda de caatinga, só sendo possível criar bodes e cabras. Isso agradava parte dos associados, como é o caso de Sr. Aloízio, que queria uma terra justamente para criar bodes e plantar palma. Segundo ele já planejavam plantar palma e soltar cabras nessa terra que seria comprada. Isso seria muito bom para todos, segundo Sr. Aloízio, porque o fato da terra ser improdutiva com os R\$ 20.000,00 que ainda tinha em caixa poderia comprar a maior parte

⁶¹ O interessante é que Sr. Antônio Barbosa afirma que nunca existiu esse modelo coletivo na Serra dos Mares, como Sr. Aloizio interpretou e tentou implantar na Jussara II, mas tão somente, eles viviam trabalhando juntos, porque a terra ainda não tinha sido dividida, uma vez que Sr. Antônio e a maioria dos moradores da Serra dos Mares acreditam que: “se cada um não tiver o que é seu não dá certo. Assentamento com um único dono não dá certo” (Sr. Antônio Barbosa, 27/10/2016).

dos 180 hectares⁶² e caso o dono não baixasse o preço, que pedia R\$ 36.000,00 na época, os moradores poderiam dar o que tinham como entrada e parcelar anualmente o valor que faltasse. Essa proposta era viável, segundo Sr. Aloízio, porque com a produção coletiva das cabras soltas seria destinada ao pagamento destas parcelas anuais, enquanto que o pagamento da dívida bancária seria pago com a produção das vacas e com seus bezerros.

Até esse instante a produção e o trabalho eram coletivos. Os rebanhos não tinham sido divididos e todos cuidavam do gado e das cabras; a produção também era dividida igualmente. Tanto o trabalho como a produção eram divididos em formas de sorteios em assembleia coletiva. Um exemplo disso é que cada mês cabia a uma pessoa ser responsável por tirar o leite das vacas. Sendo assim, das 13 famílias se sorteava um representante. O primeiro assumiria naquele mês e só seria novamente sorteado após os demais todo serem sorteados.

Sendo assim, cada membro que representava uma família iria trabalhar um mês e só trabalharia um ano e um mês depois, quando os outros 12 representantes de cada família fossem sorteados e ficasse cada um responsável durante um mês. O representante da família que fosse sorteado poderia contar com a ajuda de sua família, como é o caso das primeiras famílias sorteadas que contaram com a ajuda até das mulheres no trato do gado, fato que não é comum na região. Mas, devido à escassez de mão de obra, as mulheres ajudavam seus pais e esposos. Outras famílias preferiram contratar trabalhadores para lhes ajudarem na responsabilidade de tratar o gado. Neste caso, o ganho da produção era dividido para pagar aos trabalhadores, ao invés de ser exclusivamente para pagar o salário do tirador de leite daquele mês.

O tirador de leite recebia um salário durante o mês que ficasse responsável⁶³. Dentre suas obrigações, devia cuidar do gado, tirar o leite e fornecer três (3) litros diariamente para cada residência. Havia nesta época 26 vacas. Dessas, em média, 15 eram paridas e estavam em plena fase leiteira. A média diária era em torno de 10 litros por vaca. Dos 150 litros de leite diários, 39 eram destinados às cotas das famílias. O que sobrava era vendido diariamente. O pagamento do leite era recebido semanalmente e o dinheiro recebido era administrado pelo

⁶² Esta fazenda é justamente aquela que se pretendia comprar anteriormente, no início do assentamento, mas os futuros assentados acharam distantes e optaram por comprar a de Dona Guiomar, mesmo sendo mais cara, por ser mais próxima as suas famílias, que moravam no assentamento vizinho. Os valores aqui expostos revelam o real valor da terra e dá uma dimensão de como pagaram mais caro, porque os 84 hectares comprados custaram R\$ 34.000,00, enquanto os 180 hectares da outra fazenda custariam bem menos de R\$ 36.000,00 e Sr. Aloizio diz que, o dono desta última fazenda disse, tempos depois, que vendia até por R\$ 35.000,00.

⁶³ Sr. Aloizio afirma que: “depois de alguns de pouco tempo vimos que não dava certo fazer o sorteio para cuidar do gado. Era melhor um tratador tomar de conta. Porque tinha gente que botava até a mulher pra trabalhar.” Sendo assim, explica ele, o rebanho continuava coletivo, mas o trabalho seria exclusivo de uma pessoa.

tirador de cada mês, sendo de sua responsabilidade pagar o farelo e toda ração consumida pelas vacas e pelo touro⁶⁴. O que sobrava era colocado à disposição da associação e depositado em sua conta. O objetivo era garantir que todos tivessem no mês de dezembro um montante de dinheiro, para assim poderem pagar as prestações da dívida dos lotes.

Quando uma determinada família fosse sorteada a cuidar das vacas ficaria isenta de cuidar das cabras, da planta e limpa da palma ou de qualquer outra atividade, porque a lida com o gado é a atividade que mais requer trabalho e esforço braçal. Por sua vez, o cuidado com as cabras também era coletivo, mas diferente das vacas, não ficava sobre a responsabilidade de uma pessoa exclusivamente, mas caberia a todos soltar as cabras, tanger para não entrarem nas roças, dar água, sal mineral e vacinas. Como cada cabra tem uma gestação de 5 meses e, normalmente, a média de cabritos nascidos é 2 por cabra, a quantidade de cabritos cresce muito rápido e, por isso, a associação decidiu que iria vender os cabritos a cada semestre. Sendo que os nascidos num semestre eram vendidos no outro, com uma média de peso aproximadamente de 6 a 10 quilos. Diferentemente das vacas, o custo da produção destes cabritos era mínimo, o que lhes rendia lucros maiores porque vendiam em leilões coletivos e abertos a compradores de diferentes regiões, conforme aconteceu ainda duas vezes. O preço de venda era bom, o que rendia uma boa quantia para a associação, que dividia entre as famílias um percentual de 50% da renda total. Enquanto, os demais 50% eram destinados ao caixa da associação, com a finalidade de pagar as prestações do débito de todos assentados junto ao banco.

No entanto, isso durou por quase um ano e vinha dando extremamente certo na visão de Sr. Aloízio, mas começou a fracassar quando 3 moradores reclamaram que queriam pegar em dinheiro, justamente, aquele montante que sobrou e que a maioria já havia decidido comprar mais terras, mais a quantia que já tinham acumulado com a venda do leite e dos cabritos. A distância da terra que seria comprada foi o primeiro argumento usado por esses três moradores para não ser comprada tal terra. Então, o dinheiro, que já estava na iminência de ser entregue ao dono da fazenda a ser comprada, acabou sendo dividido igualmente entre as 13 famílias e Sr. Aloízio comunicou ao fazendeiro que não pretendia mais comprar as terras. Depois disso, essas três famílias resolveram comprar terrenos na cidade e decidiram tomar parte do rebanho. Com a notória desistência dessas três famílias, que inclusive não eram da região e que foram deslocadas pelo próprio INCRA, segundo moradores, houve uma

⁶⁴ O Touro era um orgulho, porque na época custou R\$ 1.000,00, era de raça holandesa, seu tamanho e beleza estética chamava atenção. A maioria dos fazendeiros reconhecia que o melhor touro da região, quem tinham eram “os Sem Terras”, prova disso é que traziam suas vacas para tomar cria no assentamento. Este touro foi comprado em São Bento do Uma, em um leilão.

divisão dos bens e da produção, para que cada um se tornasse dono de seu lote de 5 hectares, duas vacas e algumas cabras.

Segundo diferentes versões, logo no começo, quando decidiram que a produção seria coletiva, muitos moradores começaram a reclamar. Primeiro, surgiu uma polêmica, devido ao salário a ser pago ao tirador de leite. Muitos questionavam porque só uma pessoa iria receber e porque não era para cada pessoa da família que trabalhasse. Outros, afirmavam que ninguém deveria receber salário, pois o rebanho era de todos. O argumento do presidente da associação, Sr. Aloízio, se sobressaiu porque partiu do pressuposto de que o trabalhador deveria receber por seu trabalho, assim como todos iriam receber pelo trabalho realizado no trato das cabras. Por sua vez, sendo a produção de leite coletiva, todos deveriam ter direito. Então, ficaram decididos 3 litros para cada família poder consumir. Sobre a quantidade surgiu mais uma polêmica; algumas famílias por terem mais crianças, queriam mais leite. Outros questionaram se quem ficasse responsável não teria mais leite que os demais. Sr. Aloízio sugeriu que quem precisasse de mais leite, que os 3 litros, deveria comprar, assim ficou decidido. Depois disso, o maior problema surgiu quando mudou de uma família para outra o cuidado com o gado, pois a mudança acabou alterando a quantidade da produção leiteira. Isso demonstrava que uma família cuidava melhor que a outra. Alex, que foi o primeiro a cuidar do gado, disse que quando passou para a outra família, o gado passou fome e diminuiu a produção de leite e que muitas vezes o comprador chegava e o leite ainda não estava tirado. Segundo ele, o outro tirador dormia demais e o gado não espera, pois se atrasar 5 minutos a vaca esconde o leite e, conseqüentemente, ocorre prejuízo.

O Sr. Aloízio argumenta que foi mal interpretado no início, pois no trato das vacas deveria ser coletivo, ou seja, devia ficar sobre a responsabilidade de uma família, mas todos deviam cuidar. De fato, isso aconteceu em alguns momentos, mas o primeiro tirador de leite centralizou demais e não quis que os outros ajudassem, por isso acabou que as famílias não participaram mais e recebiam o leite sem trabalhar. Na visão de Sr. Aloízio ninguém deveria deixar de trabalhar no curral, mas algumas famílias usaram de esperteza ao dizerem que não iriam ajudar cuidar de vaca para “fulano” receber um salário no final do mês. O ideal, para Sr. Aloízio, era que só teria direito aos 3 litros de leite diários quem ajudasse ou participasse em alguma coisa no curral, mesmo sendo a responsabilidade administrativa do tirador, mas todos podiam e deveriam trabalhar. Assim, quando uma determinada família não quisesse leite, não tinha obrigação de trabalhar, mesmo assim, teria direito ao montante dos recursos produzidos, porque a sobra do lucro com o leite era destinada a pagar a dívida da terra de todas as famílias.

Para Sr. Alexandre, assentado que atualmente é dono da bodega na comunidade, esse modelo deu errado porque obrigava todo mundo a trabalhar sem ninguém ser dono de nada e que para um assentamento dar certo cada um tem que ser dono do que é seu. Segundo, ainda esse mesmo senhor, ninguém quer ser mandado por ninguém. Se fosse assim, preferiam trabalhar para os fazendeiros. Ao que percebi, a sensação que alguns tinham desse modelo coletivo era que ninguém é dono de nada. Isso foi o que incomodou Sr. Alexandre e o fez concordar com as três famílias que quiseram dividir os recursos e os lotes, pois para ele cada um deve cuidar do que é seu. Em suas palavras ele diz: “os dedos da mão nunca são iguais, se todo mundo pensasse do mesmo jeito não tinha graça. Ninguém quer viver trabalhando para os outros sem ter direito a nada, cada um quer ganhar do que faz, né!” (Sr. Alexandre, em 22/07/2016).

Dona Maria, uma das primeiras assentadas do Jussara II, por sua vez, diz que gostava daquela época, mas que deu errado porque cada um queria cuidar do que é seu. Na presença de Sr. Aloízio esta senhora disse que aquele modelo deu errado porque as pessoas não gostam da união, ao mesmo tempo disse que: “o povo num quer trabalhar não. Todo mundo disse que queria as vacas, mas depois que dividiu todo mundo vendeu. O povo querem é dinheiro” (Dona Maria, em 11/09/2015). Outros assentados afirmam ainda que nem todos queriam trabalhar no pesado e queriam pegar seus dinheiros para investirem em outros negócios, como é o caso de Sr. Alexandre que diz ter nascido para negociar. Já para Dona Helena, de 62 anos de idade, era muito ruim na época que havia o modelo coletivo, pois todos eram obrigados a trabalhar e ninguém podia cuidar do que era seu, ou seja, trabalhavam coletivamente, mas não viam resultados individuais. Muito embora, Sr. Aloízio afirme que as obrigações no curral e com as cabras não durassem mais que meia hora. Dona Helena diz que: “a gente quer criar uma galinha, quer cuidar da casa. Se tem que cuidar das vacas daí a pessoa fica preso” (22/07/2015).

Depois disso houve uma dificuldade em manter a Associação regular, pois com a desistência dessas três famílias não houve como pagar as parcelas dos recursos recebidos. Até tentaram pagar, mas a maioria decidiu que não iria pagar, porque houve um ano de seca e morreu muitos cabritos, dificultando o acúmulo de recursos. Decidiram que ao invés de pagarem pelos desistentes, deviam ajudar aqueles que estavam na comunidade e tivessem perdido parte do rebanho com a seca, ficando a Associação definitivamente no cadastro de inadimplência. Isso é o que deixa Sr. Aloízio indignado, pois o mesmo sabe que está perdendo o direito a novos empréstimos e isso também fere seu orgulho, porque queria ser um modelo completo, como é a comunidade Serra dos Mares vizinha, que não recebeu praticamente

nenhum recurso e se superou a ponto de ser: “hoje eles daqui de baixo são uma comunidade forte e unida, como era pra nós ser” (Entrevistado em 11/09/2015).

A crise e, conseqüentemente, a desistência do modelo coletivo não resultaram de modo algum no fracasso da comunidade Jussara II. No entanto, fizeram com que fosse repensado o modelo de posse da terra e dos bens⁶⁵. O modelo que vigorou foi o de produção individual, baseado na propriedade privada, em que cada um dos assentados é responsável por seu próprio lote e sua produção, embora estejam juntos e associados no mesmo CNPJ da associação e partilhando a mesma dívida sobre a terra conquistada. Isso ocorreu porque há dentro dos assentamentos uma busca incessante por autonomia, o que implica dizer que rejeitam a submissão a qualquer modelo que imponha regras e normas que tire o direito de usufruírem do próprio trabalho. A lógica de busca e posse da terra está baseada no modelo de partilha da propriedade privada, na qual cada um dos assentados se torna um dono da terra, proprietário do seu próprio chão e do trabalho. É a luta para “ser dono de si” (FERREIRA, 2013 p. 23), implicando dizer que os assentados não são contra a propriedade privada, mas favoráveis a maior divisão possível da terra como condição para viverem com autonomia e dignidade. Foi assim que esta comunidade se fez exitosa e se mantém até os dias atuais, sem mais desistência entre os assentados⁶⁶.

4.3 UMA LUTA SEM FIM: A QUALIDADE DE VIDA E OS DESAFIOS PARA CONSOLIDAR A LUTA PELA TERRA NA JUSSARA III

As comunidades Serra dos Mares e Jussara II são tidas como as que mais se destacam em qualidade de vida, dentre todos os assentamentos estudados nessa pesquisa⁶⁷. O padrão de vida das duas é muito semelhante, seja pela aproximação ou pela estreita relação que estabelecem. É tanto que as duas são tidas, pelos moradores de fora, como sendo um grande aglomerado, denominado de *acampamento*. Os desafios dessas duas comunidades é manter certa qualidade de vida, conquistar certos objetivos, como um posto de saúde comunitário, mas, enquanto isso, dois assentamentos vizinhos, que é a Jussara III e os

⁶⁵ Embora Sr. Aloízio veja um relativo fracasso em relação a Serra dos Mares, os dados etnográficos apontam para o contrário, porque não houve mais desistências. O único dado negativo é que a associação não pagou a dívida total para com o banco, que financiou o assentamento.

⁶⁶ Nesse modelo a divisão do latifúndio improdutivo resulta em vários minifúndios, preservando a lógica e o direito à propriedade privada da terra. A lógica dos assentamentos não tira o direito à propriedade, ao contrário o reproduz na medida em que divide a terra em escalas menores, mas obedecendo à mesma lógica de posse, segundo a qual tem direito a terra quem mora e trabalha nela.

⁶⁷ Quem diz isso são os vizinhos que fazem parte de outros assentamentos, aqui me refiro aos assentados da Jussara III, os do MST e os da Mata Escura.

assentados do MST, não têm nem sequer residências. Observa-se que, de maneira geral, todos os assentados querem melhorar, de uma forma ou de outra suas respectivas qualidades de vida, mas há alguns assentamentos que não é possível nem mesmo a sobrevivência, pois sem as residências e sem cisternas não é possível morar durante as secas.

4.3.1 Os Sem terras associados à FETAPE

A ausência das residências fez com que 13 das 21 famílias (ligadas à FETAPE) que desejam ocupar e morar nas terras da Jussara III se mudar e morar na cidade. As casas de lona e depois de taipa são muito inadequadas, imprópria para vida e são a marca do que há de mais humilhante e indigno para um ser humano, em termos de moradia. É como diz Sr. Antônio Barbosa: “é o camarada não ter nada, ser sujeito a tudo pra ir morar numa casa daquela” (28/10/2017). Na Jussara III, desde o início, a precariedade é tanta que um dos sem terras chegou a óbito, depois que foi picado pelo barbeiro, inseto comum às casas de lona e de taipa, devido à facilidade para seu alojamento e reprodução. Esse fato ocorreu entre os três primeiros anos de ocupação, assim que foram construídas as primeiras casas de taipa. Por esse motivo, houve muita revolta entre os sem terras e muitos decidiram ir embora e só voltar quando estivesse resolvida a posse definitiva da terra e com as casas de tijolos construídas.

Muitas mulheres falam que foi o momento mais triste para os sem terras, ver uma pessoa sadia e jovem de apenas 44 anos de idade morrer tão rápido, em menos de um ano, com o coração inchado e não poderem fazer nada. Isso revoltou muitos os sem terras, a ponto de alguns deles chegar a questionar se depois de mais de 10 anos de luta se valeria à pena mesmo lutar por “uma causa perdida” (Sr. José Francisco da Silva). Já havia acontecido outros desastres, como um fato ocorrido com o filho de Sr. José Francisco da Silva, que teve um olho perfurado por mordidas de cachorro, quando os pais estavam trabalhando e o cachorro o mordeu na face, a ponto de ficar cego de um dos olhos. Isso o revoltou e sua esposa ficou muito triste, ao ver seu filho novinho, aproximadamente 7 anos de idade, na época, naquela situação e não ter assistência médica devido à falta de transporte, distância da cidade e, principalmente, abandono, por parte do poder público, que não disponibiliza serviços públicos de saúde que fosse acessível a esta população.

Com essas dificuldades é muito difícil manter as pessoas unidas e coesas em prol de um objetivo. Logo, a associação comunitária, órgão jurídico e político comum a todos os assentamentos, sofre perda de membros. Com isso, os Sem Terras entram num ciclo-vicioso,

pois acabam sendo desestimulados por não receberem benefícios e, portanto, se dispersam da associação comunitária, passando a não contribuir com tanta frequência. Por outro lado, os membros do INCRA os acusam de dispersão por não haver coesão e não estarem morando juntos, motivos pelos quais dizem não ocorrer à desapropriação da terra, tendo em vista que um dos fatores decisivos para que ocorra todo o processo de assentamento é a pessoa está regularizada com a associação comunitária regularizada e morando já na terra a ser empossada. Isso deixa clara a importância da união entre os moradores e também mostra como a capacidade de organização dos sem terras, futuros assentados, é de extrema importância em todo processo de reivindicação e organização comunitária. Sabourin (1999) nos lembra da importância e o papel das associações comunitárias, nesse sentido:

A maioria das associações nasceu da conjunção de três fatores: a) a necessidade para as comunidades de dotar-se de representações jurídicas; b) a intervenção de atores externos: Igreja, ONGs, extensão, projetos públicos; c) a existência de ajudas e financiamentos públicos reservados a projetos associativos ou comunitários, geralmente com uma finalidade produtiva (Sabourin, 1999, p. 45).

Como ocorreu em vários outros assentamentos, entre eles o Boi Branco (Ferreira 2013), um fator determinante no êxito para obtenção da terra é a relação estabelecida com os órgãos do governo, pois é a capacidade de reivindicar e se articular com a esfera pública que determina, em grande parte, a sobrevivência nos assentamentos. Para o Sr. José Francisco da Silva, o grande responsável pela precariedade e fracasso no assentamento Jussara III é o INCRA, juntamente com todo poder público, porque o governo não prioriza as questões ligadas às populações sem terras, ao contrário: “o INCRA deixa a gente jogado ali, jogado como cachorro. Eles dão a posse e deixam a gente esquecido e abandonado, é 14 anos já de sofrimento!” (02/01/2016). Essa queixa é comum a todos sem terras, mas quem mais se queixa são as mulheres que reclamam da péssima qualidade de vida, tendo em vista que mal têm acesso à água, uma vez que para as 8 famílias só há uma cisterna, a eletricidade é improvisada, isto é, a companhia de eletricidade instalou energia nas 8 residências, mas por ser casas de taipa, em sua maioria, com apenas um cômodo, só há um “bico de luz” e uma ou duas tomadas. A poeira é constante, pois estão às margens de uma estrada, mesmo fazendo uma lombada na frente das residências, os carros passam em alta velocidade.

As mulheres dizem que dão banho nas crianças para ir para escola, que fica na comunidade Serra dos Mares, mas antes de chegarem lá já estão sujas, porque a água não é boa, deixando a pele com cracas e a poeira que muita piora a situação. A principal queixa, sem dúvida, está relacionada às casas. Por ser de taipa tem que estar sempre em construção e ainda assim são muito precárias, pois tem que ser sustentadas por estacas, que ficam no meio das casas. Duas das residências são cobertas com telhas brasilites, o que esquentava ainda mais em seus interiores. Dona Sueli, a esposa de Sr. José Francisco da Silva, me perguntou: “quem quer morar numa casa toda troncha?” Fica claro a indignação desta senhora, que diz estar morando ali porque tem que acompanhar o marido, mas se fosse da vontade dela morava em outro lugar. Por sua vez, seu esposo diz não ter para onde ir, porque não quer morar na terra dos outros nem ser sustentado pela família e emprego é muito difícil na região.

O que os moradores mais anseiam é que o INCRA garanta a propriedade da terra e construa as residências. Esse é o principal desejo e a última esperança das 8 famílias que resistem e continuam morando “na beira da estrada”. As famílias que estão resistindo, afirmam que já pensaram em ir embora, como as 13 demais, mas preferem ficar “na beira da estrada”, pois se forem embora o INCRA nunca vai fazer as casas. Sendo assim, resistir é uma opção estratégica, uma vez que assim dão prova de que não desistiram e garantem que as demais famílias possam voltar, se algum dia o INCRA resolver cumprir seu papel de órgão responsável pelos processos de assentamento.

Sr. José Francisco da Silva disse já ter feito tudo que o INCRA mandou, já entregou todos os documentos que pediram, já cumpriu todos os requisitos, inclusive os próprios membros do INCRA informaram que seria liberado os recursos para construir as residências, mas esse recurso nunca chegou, apesar de mais de 10 anos de promessa e constantes adiamentos. A revolta é grande, porque os Sem Terras dizem que por mais de uma vez ouviram o pessoal do INCRA e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iati dizerem que estava tudo certo e era só esperar o recurso ser liberado, mas ao voltar para casa esperam e nada aparece, deixando um sentimento de indignação nas pessoas. Em alguns momentos, os sem terras, dizem que era melhor saber de uma decisão definitiva, ainda que fosse uma resposta negativa, no sentido de não ser possível a construção das residências, pois assim não se alegravam e ficavam esperando o que nunca acontece.

Dona Quinha, senhora de 53 anos de idade, diz que não quer muito, apenas espera alcançar uma casa, para morar com suas duas filhas e quando morrer deixar para elas. Quando pergunto a ela como queria a casa para morar, se pudesse construir do jeito que quisesse, sua resposta foi: “uma casa boa, uma casa de tijolo”. Acrescenta que já está velha e não espera

mais riqueza, mas sonha em deixar suas duas filhas, que são menores de idade, morando numa casa boa. Perguntada se acreditava um dia receber sua casa, afirmou que: “um dia, se Deus quiser, eles dão”. Para Dona Quinha é uma questão de Deus tocar no coração deles, os membros do INCRA responsáveis pelo assentamento, para fazerem as casas e se não fizeram ainda é porque não foi da vontade de Deus. Aqui há uma relação análoga à análise feita por Farias (2007:36), quando diz que:

(...) a partir desse apego a Deus visualizado nas referências feitas a este, nota-se que o discurso religioso permeia o significado da terra. Esta não é vista como um elemento comercial, mas como uma divindade que possibilita a existência humana, assim como a mãe que dá a luz à criança e dela cuida por toda a vida.

Já para Sr. José Francisco da Silva, o INCRA não fez as residências porque é muito cheio de burocracia e não há decisão política vinda de “cima”. Acrescenta que se fosse recurso para gente rica já tinha saído, mas como os pobres não saem no jornal, ninguém faz nada. Quando pergunto qual seria o ideal, em relação às residências ele responde que: “o certo era que saísse as casas, que liberasse logo esse dinheiro”. Complementando sua resposta, de como seria essas residências, afirma que: “casas boas, com tanque e de tijolos, aquelas casas de alvenaria. Se pudesse era bom fazer nos terrenos as casas, para o povo ficar morando na roça” (Entrevistado em 02/01/2016). Mas de maneira irônica, conclui dizendo que não está nem recebendo água para beber, que dirá ficar escolhendo casas nos lotes.

O argumento de Sr. José Francisco da Silva é comum a outros assentados, como é o caso de Carlos, liderança no assentamento Boi Branco (FERREIRA, 2013), o mesmo ocorre na maioria dos assentamentos:

Mostra resultado da pesquisa realizada no ano de 2004 por professores e estudantes da Universidade Camponesa no território do Cariri paraibano. Verifica que, embora o discurso dos assentados apontasse inequivocamente para a preferência da construção das casas nos lotes em virtude de questões culturais, sociais, econômicas e produtivas, havia uma forte predominância da implantação de agrovilas nos assentamentos. Segundo os próprios assentados, a decisão favorável à construção das agrovilas teria sido induzida pelos técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a partir do argumento de que somente essa opção garantiria o

acesso das famílias à água encanada, energia elétrica, assistência médica e educação. O artigo demonstra que o argumento dos técnicos é falacioso, sendo imposto aos assentados por meio de uma série de expedientes espúrios, como a imputação de regime de urgência à decisão. Conclui que a construção das casas nos lotes destinados às famílias daria uma maior sustentabilidade aos assentamentos uma vez que é mais condizente com o *ethos* camponês e com a dinâmica econômica da agricultura familiar, sustentáculos básicos do empreendimento rural no semi-árido brasileiro (CANIELLO & DUQUÉ, 2006, p. 629).

Para as 8 famílias, que residem nas margens da estrada, não há outra opção de moradia e os argumentos que usam para dizer porque moram ali são comuns. A maioria afirma: “não tenho para onde ir”, “aqui pelo menos ninguém expulsa”, “pobre não tem escolha” e “estamos aqui até quando Deus quiser”. Apenas uma senhora disse que gosta de morar ali. Dona Zefa disse que gosta porque a vizinhança é boa, todo mundo ajuda. Sr. José Francisco da Silva afirma que “não há brigas entre os moradores” e isso é bom, porque é diferente de outros sem terras, que já começam brigando logo no começo, por sua vez sua esposa disse que: “a vida entre nós é boa”, o argumento para isso é que todo mundo se conhece e se ajuda. Mas, se queixa que mal pode criar galinhas, porque não tem espaço. O mesmo é dito por Dona Quinha que afirma querer criar cabras e galinhas, mas não tem espaço, quando passa de uma ou duas cabras já tem que vender, porque não tem ração nem espaço para criar. Dessa forma, fica claro que as famílias tentam a todo custo construírem estratégias de permanência na terra, resistindo às imposições do meio, para desenvolverem um modo de vida o mais livre possível (FARIAS, 2007, p. 37).

O relato mais emocionante é de Paulo, filho de Sr. Zuza da Serra dos Mares, ele disse que guarda uma tristeza por não poder criar nenhuma vaca: “é duro você ver seus filhos crescendo e não ter um copo de leite pra dar a eles. Você tem saúde, mas não pode criar porque não tem aonde” (02/01/2016). Isso nos faz concordar com Farias (2007:43), quando afirma que:

Observa-se a permanência nos assentamentos de alguns valores, como, por exemplo, os referentes à criação da “vaquinha”. O uso do diminutivo visa caracterizar o sustento e não demonstra a intenção de ampliação do rebanho, destinado ao corte. Esse interesse também é influenciado pelas

características da terra que, na maioria, já estava preparada para o plantio de pasto ou possuíam uma área reduzida.

Por sua vez, Paulo continua dizendo que não tem medo de trabalhar no pesado, mas não tem emprego na região, pois depois das secas acabou tudo. Se tivesse terra iria plantar palma, pois mesmo com a praga da cochonilha, a palma sobrevive. Quando plantou na terra do pai, a palma estava boa e dá para vender e comprar uma boa feira, mas não tem terra para poder criar e plantar mais palma. Assim fica dependendo da aposentadoria do pai e do Bolsa Família da esposa. Disse ainda, que isso não é vida: “o cara tem que viver do que tem, num é vida não viver sustentado pelos outros, ainda mais com saúde”. Nesse sentido, concordando com Farias (2007:37):

(...) a conquista da terra parece oferecer aos sujeitos sociais a oportunidade de uma vida mais digna. É possível perceber que esses sujeitos alimentam anseios que povoam a memória não somente de um homem e de uma mulher, mas uma memória coletiva constituída por meio das experiências vividas e revividas por várias gerações.

4.3.2 Os sem terras do MST⁶⁸

Entre os vizinhos e rivais, assentados do MST, os desafios também são imensos e semelhantes, pois as condições de vida são muito precárias. Muito embora, já tenham construídas, com recursos próprios, 7 residências. Não têm cisternas, o acesso às casas é precário e improvisado, também não há proximidade com escola e muito menos posto de saúde. Melhora um pouco em relação aos assentados da FETAPE, porque as residências são de tijolos e não enfrentam tanta poeira, tendo em vista que ficam mais afastadas da estrada de chão que liga Iati a Águas Belas. As queixas de fracasso entre estes últimos são bem maiores do que entre todos os demais assentamentos. Vejo que as lideranças cobram mais participação e luta dos membros que compõe a associação comunitária. Em alguns momentos, as acusações de fracasso são atribuídas aos próprios assentados, por parte de algumas lideranças, como forma de coagir a lutarem ainda mais pela terra e melhores condições de vida. Uma fala emblemática do Sr. Zé Medalha, que não é única, expõe exatamente essas queixas:

⁶⁸ Os chamo assim porque é assim que se reconhecem e são nominados pelos vizinhos.

Nós aqui já não estamos com a posse da terra, porque o povo daqui quando você procura estão na rua. Ai como é que a coisa vai? Quem quer terra tem que viver nela. Ai deixam tudo aqui abandonado, por isso está nesse fracasso, todo mundo sofrendo. O rapaz do INCRA já veio aqui duas vezes marcar reunião, mas eu fico mentindo dizendo que o povo estão fora trabalhando, sendo que as casas estão fechadas. Aquele ali mesmo perdeu de ganhar um tanque porque dormiu no ponto, deixou a casa fechada e foi morar em Iati mode a seca. Para que um homem desse quer terra? Porque isso aqui é seco por vida. Ai não ganha nada, a única coisa que ganha é essa cesta da CONABE, agora no dia que eles cismarem nem isso vem mais, porque aqui num vejo ninguém morando dentro da terra, só quem mora mesmo dos 7 é eu e aquele daquela casa ali, mas os outros vive ai, é um dia aqui e outro na cidade, como se diz é pé no mato e pé no caminho! Agora se fosse todo mundo morando aqui, unido e junto, queria ver se num já tinha saído. Porque ai a coisa anda. Se for esmorecer mode seca num vai é nunca, todo mundo já sabia que aqui não tinha água, já sabia antes. Agora vai também de cada um né, o movimento manda a gente ficar dentro. Agora o camarada é quem sabe. (Sr. Zé Medalha em 09/10/2016).

Segundo diferentes versões, no início, o número de pessoas que invadiram a terra era bem maior do que as 7 famílias que hoje moram na terra. Em parte, porque algumas pessoas que vieram invadir a terra não eram da região, mas militantes ligados ao MST, companheiros que ajudaram na luta. É o que diz Lula Preto:

O que a gente faz é trazer gente de um lugar para outro para ajudar. Aí depois a pessoa ver se vai ficar ali, num sabe? Cada um escolhe. Mas na hora do vamos ver está todo mundo junto. Aqui veio gente de todo canto. Até eu ajudei, gente do Normandia. Aí é assim, uns fica e outros vão embora. Mas na hora da precisão um ajuda o outro. Daqui também vai pra outros, como a gente está combinando agora ir pra Petrolina, que deve tá um calor pior do que aqui. Nós vamos enfrentar lá a luta. (Lula Preto em 22/11/2016).

Então, fica claro que no processo de luta pela terra, o MST trabalha com dois tipos de pessoas que são imprescindíveis ao êxito na conquista da terra. O primeiro grupo é de pessoas militantes que são aqueles que fazem à invasão/ocupação. O outro grupo é formado por

moradores, que iriam permanecer na terra e morar. Nesta terra, em particular, a estimativa é de que ao menos 15 famílias estavam juntas no primeiro momento, ou seja, faziam parte do grupo de “invasão” da terra. Além dessas famílias, tinham alguns militantes, como é o caso de Lula Preto, que não é considerado da família, pois sempre está desacompanhado, embora tenha filhos, nunca trouxe sua esposa nem demais parentes, o que não conta como núcleo familiar, nos critérios do INCRA, que deixa claro que só empessa famílias.

Já o número de famílias que pretendiam morar é mais de 20, o que demonstra um desencontro entre quem invade e quem quer morar. Essas famílias demonstraram interesse, mas não chegaram invadir. Posteriormente a invasão é que foi chegando pessoas aptas a participar, o que somou 21 casais. Mas as lideranças do MST deixaram claro que só iriam ter direito a terra quem já passasse a morar, ou seja, fazer barracas de lona e ficar na terra.

Nisso, resultou que apenas 16 famílias ficaram em barracas de lona. Dessas, algumas moravam, esporadicamente, passando temporadas na cidade ou em outros lugares. Três anos depois da invasão, com a seca castigando, apenas 12 famílias tinham barras de lona. Até que 5 dessas desistiram e chegou ao número atual de 7 residências de tijolos. A queixa de Sr. Zé Medalha é que fica um impasse de não saber se essas famílias que não moram mais na terra, mas que estavam até anos anteriores, se iriam ou não ter direito sobre a terra, quando o INCRA resolver emitir a carta de posse. Além deste impasse, que implica na divisão ou não da terra, o que resultaria em lotes maiores ou menores, a depender do número de famílias que venham ter direito, também pesa uma acusação sobre as famílias desistentes, pois há uma crença entre alguns membros do MST, de que:

O camarada sozinho não é nada. O negócio é se juntar. Quando o governo ver um monte de gente invadindo a terra ele não tem o que fazer. A união faz a força, é como se diz. Agora fica 4 gatos pingados de gente, não dá em nada. Mas se vem um caminhão de gente, aí a coisa anda. Quanto mais gente maior é a luta. Muita gente faz a guerra. O que manda na terra é a força. Se o movimento é fraco num vai pra frente. Se o povo for fraco e esmorecer num sai nada. É por isso que no Brasil as coisas não andam, é essa derrota. Por quê? Porque ninguém quer lutar, agora lute para ver se num sai. Se for esperar por governo num sai nada. Ou o camarada se sacrifica ou num sai nada. O povo num sai da miséria porque o povo é ruim, num se une. (Sr. Zé Medalha, em 09/10/2016).

Para Sr. Zé Medalha o que estes “Sem Terras” precisam é se unir na resistência e pressionar o INCRA para receberem a carta de emissão de posse, mas independente do aval do governo defende que devem morar na terra, produzir e nunca sair, porque para ele na prática “o dono é aquele que mora na terra”, independente de documento e da ordem do governo. Isso mostra como a lógica destes “Sem Terras” está dentro de uma lógica camponesa, segundo a qual: “para os sitiantes, os direitos sobre a terra não passavam pelo cartório, mas derivavam do trabalho” (WOORTMAN, 1997, p. 19).

Distintamente de Sr. Zé Medalha, o atual presidente da associação Sr. Vavá diz que:

O fracasso nosso é mode o INCRA. O INCRA é o responsável por nossa situação, porque se o INCRA quisesse nós já estava assentado, com a terra e vivendo bem. É muita tapia, muito documento, muita reunião. Falta vontade, a gente ver que não querem dar a terra. Quando a gente vai uma reunião já sabe que num vai dá em nada. Agora tem gente que pensa que a culpa do fracasso é nossa. Os caras do INCRA vêm aqui e diz a terra não saiu porque o povo não mora na terra. Mas como vai morar? Uma terra seca dessa, num tem nada, não tem água. Tá vendo esse terreno dali? Aquele dali queria morar lá, mas até as galinhas morreram de cede. Aí, vem o povo do INCRA e diz: ‘tem que permanecer na terra’. Eu estou aqui, num tenho salário. Você sabe quantos remédios eu tomo? Olhe ali. É mais de R\$ 300,00 de remédio, minhas meninas não querem vim pra cá, minha mulher me deixou quando eu vim morar aqui. Ninguém quer ficar aqui. Aí, fico eu aqui doente? Sem água, energia só tem porque eu fiz um gancho, tomei energia, mas arriscado ser preso. O povo do INCRA vem nos carros bom, num pega nem poeira. Então, é isso aí que você está vendo. O cara sofre nessa vida viu? (Sr. Vavá, em 11/10/2016).

Esta fala aponta para as dificuldades enfrentadas, em relação aos órgãos do governo. Esse argumento, por sinal, é comum e pertinente à maioria dos assentamentos estudados (Ferreira, 2013), onde o INCRA não consegue garantir os direitos estabelecidos em lei e mesmo quando garante algum direito é de forma demasiadamente demorada, burocratizada e precária. Com isso, fica claro que para o êxito no processo de assentamento é imprescindível vontade política, por parte do INCRA, que deve, no mínimo, disponibilizar recurso e assessorar os sem terras. Como já foi dito, em pesquisa anterior, na comunidade Boi Branco

(Ferreira, 2013), um elemento decisivo para o êxito na luta pela terra foi à boa relação com os órgãos do governo. Particularmente, com o INCRA é preciso ter uma relação constante e este órgão deve garantir no mínimo as condições para as pessoas ficarem na terra, isto é, dar o direito a propriedade e posteriormente possibilitar o desenvolvimento do assentamento.

Os dois argumentos acima, presentes nas falas de Sr. Zé Medalha e Sr. Vavá, são distintos, mas complementares. Enquanto, a fala do primeiro aponta para um aspecto interno, pertinente aos moradores, o argumento presente na fala de Sr. Vavá aponta para o aspecto externo a comunidade, que diz respeito às políticas públicas e ações governamentais. As duas visões, embora apareçam como categorias acusativas sobre o fracasso dos sem terras, são argumentos válidos quanto ao processo de assentamento, pois sobre o êxito na comunidade Serra dos Mares é notório que é imprescindível manter a coesão, morar e trabalhar na terra para obter êxito. Por outro lado, como é claro entre os assentados da Jussara III, ligados à FETAPE, não adianta de nada cumprir os critérios exigidos pelo INCRA, se não for liberado recurso e não houver resolução política para que ocorra a indenização da terra e a construção das residências.

Um argumento comum aos membros do MST é de que mesmo quando não há vontade política, por parte do INCRA, é possível e preciso ocupar a terra. Como ocorre atualmente nesta propriedade, independente de recursos, a terra foi invadida, passou a ser terra de trabalho e foram construídas residências com recursos próprios. Aliás, o êxito da comunidade Serra dos Mares ocorreu porque as residências foram construídas pelos próprios moradores, sem recursos governamentais, ou seja, ocorreu um processo de resistência ao morem na terra em barracos de lonas e insistência para construção das residências de tijolos, apesar da ausência de recursos.

4.4 O INCRA E A SUA VISÃO QUADRADA SOBRE A TERRA

Nos vários assentamentos pesquisados, o relacionamento para com INCRA é uma constante fonte de discórdias, tensões e conflitos. As reclamações dos moradores são comuns, isso aparece em várias pesquisas (FERREIRA 2013, CANIELLO & DUQUÉ 2006, SPAROVEK 2003 e FERNANDES 2001). Sabemos que o INCRA é o órgão do governo responsável pelo processo de assentamento, monitoramento e assistência aos assentados, e muitas vezes, este é tomado como sendo a única forma de relacionamento com o governo. Por um lado, porque é o representante legal do Estado, por outro, porque na maioria das vezes há

uma extrema ausência de políticas públicas junto às populações assentadas, seja na esfera municipal, estadual e até federal.

Para a maioria dos assentados, o INCRA é sinônimo de burocracia. Aqui se pode tomar a noção de burocracia como legitimidade, lei e racionalidade no sentido weberiano do termo (WEBER, 2005). Portanto, o INCRA é o representante da normatividade legal e de todo aparato da lei, funcionando assim, como o Estado propriamente dito, porque é um dispositivo regulador, a partir do qual se organiza a vida social e coletiva. Nessa relação com a legalidade nasce um dos múltiplos conflitos que diz respeito à dificuldade dos moradores lidarem com a imparcialidade da lei e de seus agentes públicos. Aqui, não se trata da incapacidade dos assentados, mas da imparcialidade que não leva em conta as especificidades e os anseios da população local.

A prática dos membros do INCRA tende a uniformizar, juntar e agrupar os assentados. Enquanto que na maioria dos casos os moradores têm diferenças, demandas específicas e anseios particulares. Grosso modo, o paradoxo da lei, que se pretende imparcial e tenta tratar como iguais os diferentes e Weber (1999) já tratou disso, ao problematizar questões pertinentes às comunidades étnicas.

Na comunidade Serra dos Mares, o INCRA garantiu o mínimo necessário à realização do assentamento que foi a desapropriação da terra mediante pagamento de indenização a sua antiga proprietária. Depois disso, se vê um vácuo no qual ocorre uma grande ausência do Estado e de qualquer política pública. No entanto, essa ausência não implicou em fracasso, como ocorreu normalmente em outros assentamentos. Mesmo sem recursos, acamparam em plena a década de 1980 sem apoio e auxílio, como as cestas básicas e os carros pipas que outros assentamentos recebem atualmente durante o processo de acampamento. Mas, a ausência de políticas sociais de assistência não implicou em desorganização, pois os moradores se afirmaram e, conforme as recomendações dos membros do INCRA, dividiram o terreno, passaram rapidamente de barracas de lona para casas de taipa e, logo em seguida, casas de tijolos.

Esse processo foi tão marcado pela ausência das políticas de assentamento que é visível nas construções uma grande diferença, em relação ao Boi Branco (Ferreira, 2013), por exemplo, onde as residências seguem um padrão lógico, no qual estão colocadas em linha reta e num espaço com recortes simétricos. Na Serra dos Mares, ao contrário, ocorre de algumas residências ficarem isoladas, afastadas da estrada e até fora do lote do proprietário da residência e muito longe da área coletiva, na qual fica o espaço comum às residências. Esse é o caso da morada de Dona Josefa, a rezadeira da comunidade, que preferiu se isolar de tudo e

de todos, construído sua residência nas terras de Sr. Zuza, porque é um lote afastado e o mesmo doou uma parte para que a mesma pudesse morar.

O fato de ter residências fora do padrão simétrico estabelecido pelo INCRA não significa de modo algum desorganização, ao contrário; pois para eles morar dessa forma é a melhor forma de organização, tendo em vista que estão onde se sentem mais confortáveis e melhor agrupados. Sr. Antônio Barbosa falando sobre o padrão oficial de moradia e a forma como se organizam, deixa claro que sabiam os motivos pelos quais deviam as residências ficar próximas uma das outras, pois isso facilitaria para ser colocada eletricidade e ser feito o abastecimento de água. Além disso, as residências formando uma “agrovila” economizariam para o governo, que não precisava gastar com combustível para carregar os estudantes, não era preciso fazer estradas mais longas. Por todos esses motivos, as residências construídas com verbas governamentais seguem um padrão uniforme e são de tamanhos iguais para que não haja descontentamento entre as famílias. Porém, para Sr. Antônio Barbosa o fator mais decisivo para que as casas fossem feitas perto uma das outras foi um só: “nós queríamos ficar perto um do outro, uma comunidade” (26/10/2016). Depois dessa fala, faz uma ressalva alertando que nem todas as casas deviam estar perto uma das outras, pois ele mesmo mora perto de seus filhos e parentes, mas não é “misturado” com os demais, porque cada um quer viver de um jeito.

Há alguns questionamentos, não só na comunidade Serra dos Mares, mais em todos os assentamentos pesquisados, sobre essa forma igualitária que os assentados são tratados. Primeiro questionam se as diferenças familiares não deviam ser levadas em conta, como por exemplo, o fato de uma família ser maior e com mais membros, não daria o direito de ter uma casa ou até mesmo uma extensão de terra maior? Segundo, não seria melhor cada família receber os recursos e executar suas respectivas obras, de construção das residências, realizações de cercas nos lotes e outros serviços com seus próprios trabalhos? Já que isso permitiria ganhar sobre o trabalho remunerado como já ocorre em alguns assentamentos, mas, além disso, queriam ter mais liberdade, quanto à construção das residências e no modo de fazerem seus lotes, mesmo com a tutela do INCRA, gostariam de fazer, cada um ao seu modo, do seu próprio jeito, tendo em vista que não se reconhecem e não gostam do modelo que tende a igualizar, tanto as residências quanto os lotes.

Os nativos, de modo geral, demonstram descontentamento sobre esse modo operante do INCRA e uma anedota que demonstra esse descontentamento foi contada por Sr. Zuza da comunidade Serra dos Mares:

Uma vez um cara vivia trabalhando e chegava em casa de noite. Chegava cansado e só ia dormir. Depois de um ano só vindo dormir em casa se acordou num domingo do lado de uma mulher diferente, aí disse: oxe, o que é isso? Aí a mulher disse, e você num sabe não que faz quase um ano que dorme mais eu? Ele disse e quem dorme mais a minha? A mulher disse num sei, só sei que achei foi bom porque meu marido num vive em casa. Aí o camarada disse: eu todo dia pensava que entrava na minha casa e no meu quarto, só vi agora porque a mulher me avisou, mas num tem diferença não, até os quartos são iguais e já que é tudo igual eu fico com essa e outro toma de conta da minha que é tudo de um jeito só. (Sr. Zuza, em 27/10/2016).

Isso deixa claro como rejeitam o fato de serem uniformizados em um modelo padrão sem espaço para diferença e criatividade. Sr. Antônio Barbosa diz que o INCRA quer colocar todo mundo num quadrado, como se todo mundo ficasse enjaulado igual a passarinho: “essas casas nossas são melhor do que as do governo. Essas do governo, é igual uma gaiola. Pode olhar. É igual a uma prisão. É tudo igual a uma gaiola de passarinho” (02/01/2016). Essa visão quadrada é um padrão imposto em todo processo de assentamento, como chama atenção ainda Sr. Antônio Barbosa:

(...) o INCRA faz tudo quadrado, pode olhar. Eles passam a régua e fazem uns quadrados igual os pedreiros fazem. As casas são tudo quadradas, os terrenos das casas são quadrados. As estradas são quadradas. Os lotes, você já viu? São quatro aceiros formando um quadrado. Até a comunidade é quadrada. É porque eles pensam que a terra é quadrada. (Sr. Antônio Barbosa, em 02/01/2016).

Essa queixa dos moradores é também pertinente à forma como o INCRA tenta enquadrar os diferentes nos mesmos quadrados, por exemplo, nos processos de assentamento querer trazer pessoas de histórias e lugares diferentes para formar o mesmo assentamento e dividir a mesma terra. Isso ocorreu no Boi Branco (Ferreira, 2013), quando o INCRA trouxe pessoas da Zona da Mata Sul de Pernambuco para morar junto a estes assentados. Na Jussara II é outro exemplo, mais uma vez os funcionários do INCRA impuseram sua vontade e trouxeram três famílias, que não moravam na região, não partilhavam da mesma história e não tinham uma memória em comum com os demais assentados. Nesses dois casos, o desfecho foi

comum; os que foram integrados e juntados, sem a vontade dos demais moradores, logo foram embora ou desistiram do assentamento. O que fez com que lotes fossem vendidos ou mesmo abandonados, o que é uma injustiça social promovida pelo próprio governo, ao dar terra e promover o abandono da mesma, na medida em que tenta enquadrar os diferentes na mesma tábua rasa da racionalidade burocrática, seguindo unicamente os trâmites legais, sem levar em conta os anseios e valores diferentes de quem tem trajetórias e histórias diferentes.

Entre os assentados do MST é onde ocorrem mais críticas aos modelos impostos pelo INCRA. Parece que os conflitos entre os membros desse movimento e os funcionários do governo é uma constante, um ponto crítico e que dificulta ainda mais o processo de luta e conquista da terra, segundo as lideranças do MST. Sr. Vavá diz que os funcionários do INCRA entendem de tudo, menos de luta pela terra, em suas palavras:

(...) é bom demais você ter uma profissão, trabalhar no ar-condicionado, vim numas caminhonetonas de luxo 4 x 4, vim olhar os pobres que não tem o que comer e cheiram mal. O governo gasta mais com luxo dos funcionários do que com quem recebe terra. É assim, os caras recebe pra dar terra, mas o salário deles é mais caro do que a terra que nós quer. Aí é assim, o camarada não entende de nada de terra, nada de luta, nada de fome e miséria e vem decidir sobre a vida da gente. As vezes é má vontade. Porque eles entendem de tudo, de trabalho bom, querem é receber o deles. Todo final de mês eles têm o deles no bolso, não estão preocupado com chuva nem com terra, eles não comem do que plantam. É um povo que come as nossas custas, mas não planta. Aí eles vem e vem decidir se nós tem direito. Agora me diga o que você acha? Cadê que o governo bota gente nossa lá, gente que nem a gente, mas não, bota um monte de gente interessada em ganhar o deles. Eles entendem de tudo menos de terra, a única terra que conhecem é quando visitam. (Sr. Vavá em 11/10/2016).

A respeito dessa relação com os funcionários do INCRA, a tensão tem aumentado na comunidade Jussara III, porque há um conflito interno entre dois movimentos distintos, que invadiram a mesma terra e não há como fazer dois assentamentos separadamente. Um funcionário⁶⁹ do INCRA, entrevistado na sede do Instituto de Pesquisa Agrária (IPA) em

⁶⁹ Pediu para não ser identificado.

Garanhuns, falou um pouco de como funciona a lógica do INCRA e porque no campo aparecem essas tensões:

É o seguinte: nós cumpre ordem. O governo chega e diz: nós tem 1 bilhão de orçamento para desapropriar. Aí o que a gente faz, manda relatório. O governo vai ver quem está mais avançado, quem já está em andamento. Aí que já está dentro da terra leva uma vantagem, porque aí o governo é obrigado a indenizar. Tudo é documento. É relatório. Relatório e mais relatório. A gente no campo é uma coisa, mas quando chega aqui acaba nos papéis, porque a gente não tem como contar a fome e a necessidade. O que o governo quer saber é quem está mais avançado. O povo pensa que a gente é quem dá a terra, mas aqui a gente é só funcionário. Ai a gente ver, tem tanto pra gastar e vamos fazer isso e aquilo, aí depende da gerência, depende do governo. Nós disputa com outras gerências e a gente tenta fazer nosso papel, mandando relatórios que o governo pede. Agora o povo tem que fazer como a gente manda, é entrar e ficar na terra, porque a gente faz os relatórios e depois de nós ainda vem fiscalização que fiscaliza eles e nós né? (Funcionário do INCRA, em 17/09/2017).

É a mais pura demonstração da burocracia incorporada e vivenciada nas repartições públicas, tal qual nos fala Weber (1999). Não há espaço para parcialidade, subjetividade e opiniões criativas, mas dependendo de vontade e decisões políticas esbarram sempre em limites orçamentários.

Diante desse quadro, a recomendação do INCRA para o ano de 2018, foi que se unissem os Sem Terras, ligados à FETAPE, com os dos MST, para que pudessem conseguir a terra, pois em virtude de limitações orçamentárias, e diante de drásticos cortes de verbas previstos em orçamentos futuros, não ocorrerá a desapropriação definitiva da terra com dois grupos separados invadindo a mesma terra.

Nesse sentido, outra recomendação foi que as oito famílias ligadas à FETAPE passassem de fato para dentro da terra e construíssem a todo preço residências, tendo em vista que para o estado de Pernambuco a ex-presidenta Dilma Rousseff haveria destinado um recurso, ainda quando estava no exercício do poder, que permitiria realizar alguns poucos assentamentos, o que provavelmente poderia resultar com a desapropriação da terra e

apossamento por parte dos Sem Terras, tendo em vista que nessa região o empreendimento de assentamento é de baixo custo, o que facilita em muito as decisões do INCRA⁷⁰.

Diante dessas novas informações, no campo de pesquisa, houve algumas alterações, surgiram nossos impasses e novos dilemas. Entre os associados à FETAPE houve uma mudança, passaram a morar dentro da terra que pretendem ocupar e aumentou o número de família que atualmente moram e formam esses “Sem Terras”, sendo agora um número de 12 famílias. Nove destas já estão morando dentro das terras, conforme a recomendação do INCRA. Foram construídas várias residências de palha de coqueiro, outras de taipa e ficaram apenas 3 famílias morando ainda nas antigas casas de taipa na beira da estrada. Essas famílias que vieram morar e construir suas residências estavam em casas e terras de parentes aguardando alguma resolução do INCRA e agora reapareceram porque têm direito, tendo em vista que são pioneiras na luta, tal qual as 8 famílias que estavam na beira da estrada.

Já dentre os membros do MST não houve mudança e ao que parece às lideranças não aceitam que outros, antigos interessados e que participaram no início, se acheguem de volta, porque dizem que agora é tarde. São duas lógicas distintas, pois enquanto o presidente dos Sem Terras, associados à FETAPE, diz que ainda faltam acolher outras famílias para recompor o número inicial de interessados, entre os membros do MST, as lideranças dizem fazer justiça e não aceitam ninguém de volta, com o argumento de que tem direito a terra quem permanece morando nela. E de maneira geral, nenhuma das respectivas lideranças sinalizaram interesse em se unirem, conforme foi à recomendação do INCRA, como condição para que haja desapropriação e seja dada posse da terra a todos.

Sr. Vavá diz que se for para ganhar a terra se une com os vizinhos e rivais, mas com uma condição: “nós só se junta se ficar separado”. Explicando isso, diz que: “se for pra ganhar a terra, a gente se junta no documento, mas cada um morando em seu lugar, eles lá e nós cá como está” (22/01/2018). Porque entende que não há como juntar os diferentes e mesmo que o INCRA queira resolver isso ao seu modo não irá dar certo, tendo em vista que são muitas tensões e modos de compreensão diferentes. Sr. Vavá me faz uma pergunta, que tenta demarcar a real diferença entre eles e os assentados da FETAPE: “Eles têm coragem de matar para ter terra? Eles têm coragem de brigar? Pegar arma pra viver na terra? Porque nós têm!” (22/01/2018). Essa foi a fala mais emblemática da real distinção entre as diferentes compreensões sobre a terra, pois para esses associados ao MST a violência não só é legítima,

⁷⁰ Informações fornecidas por Sr. José Francisco (líder da associação), que diz ter recebido essas recomendações de membros do INCRA que visitaram constantemente essa propriedade, junto com membros da FETAPE/Garanhuns.

como necessária em alguns momentos, e isso, os diferenciariam dentre os demais. Note-se que ao questionar se os outros, associados à FETAPE, tinham coragem de brigar e matar pela terra é usado como argumento de distinção e que, portanto, daria mais legitimidade aos membros do MST sobre o direito de possuir a terra. Essa concepção não só os distingue dos vizinhos e rivais, mas de todos os demais assentados e “Sem terras” aqui pesquisados, pois é outra lógica de lutar e possuir a terra.

5 DEVOÇÃO E VISÃO DE MUNDO: A VIVÊNCIA RELIGIOSA NA COMUNIDADE SERRA DOS MARES

Neste capítulo problematizo a vivência religiosa e as práticas cotidianas na comunidade Serra dos Mares. Aqui enfatizo esta comunidade em detrimento dos demais assentamentos porque a pesquisa etnográfica apontou evidências de que a cosmologia católica e os rituais religiosos são percebidos com mais frequências e de forma mais intensa⁷¹. As práticas religiosas são tomadas como ponto de partida para entender os vários desdobramentos de vínculos sociais e as vivências simbólicas cotidianas na comunidade. Teoricamente tomo como pressuposto a noção durkheimiana de que a religião é um elemento de coesão social (Durkheim, 1996). A visão religiosa de mundo dos moradores é tratada em duas dimensões, ao longo da história de formação da comunidade e nas práticas cotidianas na atualidade.

Na história da comunidade, fica evidente a relação com a CEB Recanto dos Franciscanos, o que possibilita problematizar a relação com uma tendência progressista do catolicismo na forma da teologia da libertação (Löwy, 2000). Essa concepção religiosa resulta em determinadas práticas políticas e vínculos sociais, as consequências dessas práticas e vínculos serão aqui tratados com a finalidade de compreendermos como ocorreu o processo de luta pela terra e é vivenciada atualmente a fé dos moradores. Na literatura clássica sobre religião é possível distinguir o catolicismo progressista de uma vertente mais tradicional (Zaluar, 1983; Steil 1996), esta última vertente está mais ligada a um conjunto de crenças e rituais ligados à devoção aos santos, no entanto, no meu campo de pesquisa essas duas tendências aparecem implicadas, o que me possibilita pensar o catolicismo como uma cosmologia religiosa de mundo (Reesink, 2012). Isso ocorre porque as diferentes práticas e concepções religiosas dentro do catolicismo não resultam em rupturas, mas continuidades e variações de uma mesma cosmologia. No campo de pesquisa os dados evidenciam isso porque os sujeitos pesquisados acreditam que há um só Deus, criador do céu e da terra e “tudo que é de Deus é Bom” (Theije, 2002).

5.1 A PROMESSA DA CAPELA E O SENTIDO DA VIDA

Ao longo do processo de luta e conquista da terra os moradores da comunidade Serra dos Mares fizeram uma promessa, para construírem uma capela nas terras da comunidade,

⁷¹ Dados etnográficos referentes a estes aspectos nos demais assentamentos aparecem no capítulo seguinte.

com o propósito de homenagearem e louvarem ao padroeiro São Francisco de Assis. Fica claro que “ao fazer a promessa, o romeiro reconhece que existe um centro que está fora dele, junto ao santo” (FERNANDES, 1990, p. 118). Nessa promessa é atribuído um poder especial ao santo porque se torna o protetor de toda comunidade. Segundo Sr. Antônio Barbosa quem fez a promessa, assim como quem escolheu o padroeiro foi Frei Juvenal, que era franciscano. Esse líder religioso dizia que depois da conquista da terra, seria preciso agradecer e louvar a Deus, pelo dom da vida, pela saúde para trabalhar e pela graça de terem conquistado terra. Essa promessa mostra a influência de Frei Juvenal na vida religiosa da comunidade, pois assim como no caso etnográfico de Alba Zaluvar (1983) aqui também:

(...) só eram homenageados dessa forma os santos de devoção de agrupamentos socais – quer fossem de famílias, redes de parentesco, amigos, compadres ou dependentes; de freguesias, povoados ou cidades; e até mesmo do povo em geral – santos que, portanto, se haviam tornado símbolos dos laços socais que ligavam as pessoas componentes de tais agrupamentos ou categorias (ZALUAR, 1983, p. 59).

A igreja, enquanto espaço físico, seria imprescindível aos membros da comunidade, porque ao longo da luta foram protegidos por Deus e a construção da igreja seria também uma forma de retribuir à graça alcançada, homenageando o santo. Aqui há uma semelhança com a crença na comunidade Boi Branco, onde os nativos acreditam ser a terra uma graça alcançada mediante a promessa feita a padroeira, no caso Nossa Senhora das Dores. Nesse assentamento a promessa também tem como dívida para com o santo a construção de uma igreja (FERREIRA, 2013). Tanto na comunidade Boi Branco como na Serra dos Mares há uma busca incessante em se pagar a dívida para com seus padroeiros, isso porque: “ajustar contas com o santo significa ajustar contas com a tradição e recomeçar a vida rotineira, com suas normas e valores lembrados, resolvendo ritualmente (ou simbolicamente) contradições socais inerentes à maneira pela qual se organiza essa sociedade” (ZALUAR, 1983. p. 76).

Diferentemente da comunidade Boi Branco⁷², na Serra dos Mares o processo de tentativa de construção da igreja chegou muito perto de cumprir a promessa. Dona Edith conta que ficou muito feliz quando Frei Juvenal escolheu um espaço perto de sua casa, para que fosse construída a igreja. Essa senhora me falou que: “esse terreno aqui detrás de casa foi

⁷² Tanto no Boi Banco (FERREIRA, 2013) como na Serra dos Mares as escolhas dos Padroeiros e, ao que parecem, as promessas foram sugestões do Frei Juvenal, que teve nos dois casos total apoio das lideranças locais.

consagrado por Frei Juvenal. Ele benzeu o terreno, já é sagrado. Era pra ter sido feita a igreja aqui. Mas já é consagrado. Num acontece coisa ruim aqui, porque ele benzeu” (Dona Edith, em 14/10/2015). Ao longo da história destes assentados, houve seguidas tentativas de construção da igreja, como forma de se pagar a promessa, mas como ainda não foi construída a comunidade de maneira geral tem um sentimento de dívida para com o santo e com o sagrado. Isso mostra como “a dívida, no contexto da promessa, tem o caráter de um contrato informal, regido por obrigações morais onde a perspectiva temporal é de longo alcance” (ALVES, 1993, p. 108).

O atual presidente da Associação, Zé Luiz, diz que era o sonho de Frei Juvenal ver a igreja construída e lamenta ele ter morrido sem ter visto a promessa ser cumprida. Esse desejo de construir a igreja era comum ao Frei Juvenal e os primeiros assentados, porque sabem que toda luta começou dentro de uma igreja, ainda no município de Paranatama, na capela do sítio Serra das Vacas. Foi nesta capela que muitos conheceram o Frei franciscano, o próprio Zé Luiz disse que o conheceu lá e foi com ele que fez a primeira comunhão e sua crisma, rituais religiosos dos quais se orgulha de ter realizado com Frei Juvenal. Hoje diz que queria ver a igreja construída na comunidade porque quer ver as crianças fazerem a primeira comunhão dentro da igreja e não no galpão ou fora da comunidade, porque o galpão não é um espaço adequado e porque mandar as crianças fazer em outro lugar não é a mesma festa e alegria que seria na comunidade.

Muito embora haja celebrações religiosas, como missas mensais neste galpão, muitas vezes ao longo destas missas o padre que celebra ou os próprios moradores relembram a necessidade de construir a igreja, seja como necessidade de um espaço físico adequado às celebrações ou como forma de cumprimento da promessa. Ao que percebi, a história do assentamento é também a história de várias tentativas de construção da igreja. Cada presidente da associação que é eleito tem como meta cumprir a promessa, assim como há entre os moradores uma expectativa de que se criem condições para a construção.

Desta forma, buscam apoio com políticos e religiosos para atingir tal objetivo. Foi o que aconteceu, por exemplo, com Zé Luiz, que assumiu a presidência da Associação Trapiá III com o propósito de construir a igreja, mas diz que não houve condições porque nos últimos 6 anos, de 2011 a 2017, houve uma seca tão grande na comunidade que não tem água nem para os animais beberem, muito menos para construir a igreja. A história mais marcante que ouvi é do ex-presidente da associação, o Sr. Aloízio, que teve dois mandados na comunidade Serra dos Mares um deles na final década de 1990, antes de formar a comunidade Jussara II, e outro mandato durante os anos de 2001 a 2003, quando acumulou as presidências

das duas associações, da Serra dos Mares e da Jussara II. Segundo o próprio Aloízio, tentou construir a igreja na sua última gestão na Serra dos Mares, porque queria deixar sua marca, um legado para marcar sua saída e também o início de uma nova etapa junto à comunidade Jussara II que estava se formando.

Ao que percebi, havia um consenso quanto à urgência de se construir a igreja. Várias pessoas estavam dispostas a trabalhar e pagar à promessa. Desta forma, foram reunidas várias pessoas para bater tijolos, formaram alguns mutirões e chegaram a acumular 10 mil tijolos, que foram cuidadosamente feitos com barro e água de um barreiro, que os moradores cavaram no braço, dentro das terras da comunidade, com a finalidade de fazer tais tijolos. Esses 10 mil tijolos foram feitos pelos homens da comunidade, depois de feitos foram carregados à mão até uma caieira, para serem queimados com madeira de catingueira. Por fim, os tijolos foram carregados em lombos de animais até o lugar que Frei Juvenal havia consagrado e escolhido para ser a igreja.

Há várias narrativas que confirmam o entusiasmo dos moradores, alguns dizem ter sido os dias mais alegres na comunidade Serra dos Mares, enquanto trabalhavam para fazer a casa de Deus. Há um orgulho explícito nas falas, na medida em que afirmam terem trabalhado juntos a ponto de conseguirem tijolos suficientes, fruto do trabalho braçal e comunitário, no qual todas as famílias haviam trabalhado, com no mínimo um de seus membros se fazendo presente ao longo dos mutirões. Além disso, conseguiram através de doações telhas, madeiras, cimento e até pregos. Não faltava mais nada para que a igreja fosse construída, era somente juntar pessoas, levantar paredes, cobrir, fazer reboco, piso e colocar portas. Inclusive, as portas já haviam sido escolhidas, assim como um janelão que tinha sido doado, por um político local.

No entanto, houve um imprevisto, que desanimou toda comunidade e desmotivou a construção da igreja. Foram as palavras do padre Antônio Elias, que segundo várias versões, não gostou do lugar escolhido para a construção da igreja. Segundo afirmam, para o padre naquele lugar não havia circulação de ar e a igreja ficaria muito quente. Os moradores afirmavam unanimemente que só queriam construir no lugar consagrado por Frei Juvenal. Mas o pároco local queria escolher outro lugar, que fosse mais arejado e houvesse circulação de ar e também maior visibilidade para a igreja. Com isso os moradores decidiram que se a igreja não fosse construída onde Frei Juvenal consagrou, não haveria de ser lugar nenhum. Com isso, o padre Antônio ficou zangado, porque os moradores manifestaram obediência ao Frei Juvenal e não a ele. Por esse motivo Frei Juvenal foi impedido pela diocese de fazer celebrações religiosas na comunidade, tendo em vista que “poderia confundir a cabeça dos

fiéis”, foi o lhe disse o Bispo. Segundo as próprias palavras do Frei, o que ocorreu: “era ciúmes de padre” (Fala Registrada em 2011).

Depois de muita discussão entre os moradores e o padre, alguns moradores resolveram construir a igreja de qualquer jeito, mas o padre alegou que não haveria horários disponíveis para celebrações, porque a paróquia da cidade de Iati, juntamente com as igrejas das vilas, tomava seu tempo e não aceitaria que nenhum padre de fora viesse celebrar na localidade. Isso gerou revolta entre os moradores, porque se perguntavam: se o padre tinha tempo para celebrar num galpão, porque não teria tempo para celebrar na igreja? Segundo Sr. Aloízio, ao perguntar isso ao padre Antônio, ouviu as palavras mais duras e dolorosas de sua vida, da boca do padre, que disse: “Frei Juvenal dá muito valor a Sem Terra, eu não gosto disso não”. (Aloízio em 28/10/2016). Sr. Aloízio disse não acreditar no que estava ouvindo e tentou perguntar: “eu disse: é o quê Sr. Padre? ‘Isso mesmo, eu não gosto de Sem Terra não’”. Complementa Sr. Aloízio: “pronto, a partir daquele dia não disse nada a ninguém, cheguei em casa, chorei e me perguntei: será que Deus não gosta da gente e por isso somos amaldiçoado?” (Sr. Aloízio em 28/10/2016). Segundo sua esposa, Sr. Aloízio foi conversar com o padre e depois daquele dia chegou em casa, não quis comer, ficou desconfiado, calado e nunca mais teve aquela alegria de antes. Ficou durante dias sem querer sair de casa, trancado num quarto, o que ele mais gostava era de ir à missa, participar das celebrações, recolher as ofertas e cantar, mas depois daquela conversa não foi mais. Até mesmo à respeito da construção da igreja, que já tinha cavado ele mesmo a sapata, não quis mais saber.

Nas palavras do próprio Aloízio: “uma angustia tomou meu peito” e noite e dia se lembrava do Frei Juvenal e se perguntava se um homem como aquele estava mentindo e se Deus não gostava deles (Sem Terras). No auge de sua crise existencial, se perguntava ainda sobre duas coisas: “eu me perguntava por que um homem de Deus me disse aquilo e será que Deus não gostava de Sem Terra, porque a gente sofria tanto nesse mundo?” (Sr. Aloízio em 28/10/2016). Havia um questionamento por parte de Sr. Aloízio que resultaria em ações práticas, como ele mesmo disse: “se um homem da igreja não gosta da gente pra quê ir à igreja?” O resultado disso é que repentinamente Sr. Aloízio desistiu de construir a igreja, segundo o atual presidente da associação, Zé Luiz, que nunca entendeu o que realmente aconteceu, sabe que: “o Aloízio marcou de vim trabalhar na segunda e não veio e depois eu sei que ele mandou o povo carregar os tijolos”. (Zé Luiz em 02/11/2016). Segundo o próprio Sr. Aloízio, ele desistiu de construir a igreja porque sabia que o padre não iria celebrar e que iria arranjar uma desculpa porque já sabia que ele não gostava de Sem Terra.

Sabendo que teologicamente Frei Juvenal estava dentro de uma perspectiva do cristianismo libertador (Löwy, 2000), esse “ciúme de padre” pode ser interpretado também como um conflito entre duas tendências teológicas, dentro da igreja católica, que podem ser entendidas como duas visões de mundo. De um lado, Frei Juvenal, com sua visão progressista ligada a teologia da libertação, já na outra vertente o padre Antônio Elias⁷³, que sempre foi definido como um padre conservador, tanto pelos moradores da comunidade Serra dos Mares, como pelos assentados da vizinhança. De maneira geral, sabemos que a teologia da libertação sofreu resistência, em vários setores da sociedade e da igreja católica, na comunidade não seria diferente. Isso ocorre devido à escolha daqueles que se associam a esta vertente teológica, pois sabemos que:

As bases teológicas da opção preferencial pelos pobres foram formuladas na teologia da libertação, cujas idéias centrais podem ser sintetizadas em três pontos que assimilam importantes diferenças em relação à teologia católica tradicional. O primeiro deles é que a teologia não pode ser separada dos contextos socioeconômicos e político. Segundo, a teologia da libertação sustenta a premissa de que Deus fez “uma opção preferencial pelos pobres”. Embora Deus ame igualmente os ricos e os pobres, favorece os pobres em sua luta pela libertação das estruturas opressoras do capitalismo, criadas pelos ricos. A terceira e última característica da teologia da libertação é a ideia de que a salvação deve ser encontrada nesta vida: não é um prêmio a ser obtido após a morte. Assim, nessa teologia, o significado simbólico da pobreza é modificado e é formulada uma forte propensão a ação política (THEIJE; 2002, p. 23).

Então, fica claro um conflito de visões de mundo, não se trata apenas de diferentes personalidades, mas de dois protótipos, representantes de duas tendências teológicas e políticas distintas dentro da igreja católica. Foi isso que gerou o conflito entre o padre Antônio e os moradores da comunidade Serra dos Mares. Isso fica muito claro, quando os moradores da Serra dos Mares dizem que a igreja não foi construída naquele momento porque existia um conflito entre o padre e a liderança da comunidade. Muitos apoiavam Sr. Aloízio e queriam que fosse construída onde Frei Juvenal escolheu e consagrou, outros como Sr.

⁷³ Em uma conversa com o padre Antônio Elias, na cidade de Palmeirina/PE, na noite de 22/12/2014, ocasião que me sugeriu procurar os “sem terras da década de 1980 em Iati”, mesmo sem citar Frei Juvenal, ele disse não ter muitas simpatias pelo marxismo professado por alguns padres ligados a teologia da libertação.

Antônio Barbosa acha que poderia ser construída em outro lugar, mas preferia o lugar deixado por Frei Juvenal, como ele mesmo diz: “o certo, certo mesmo era aqui. Onde Frei Juvenal marcou, mas é melhor ter uma igreja, do que não ter. Se o padre queria em outro lugar era o jeito, mas parece que ele num queria era em lugar nenhum”. (Sr. Antônio Barbosa, em 02/11/2016).

Continuando sobre o mesmo assunto, Sr. Antônio Barbosa diz não ter entendido porque tão de repente Sr. Aloízio desistiu da construção da igreja, porque numa semana tinha visto uma reunião da comunidade com o padre e tinha ficado certo de que a igreja iria sair de todo jeito, mas quando viu o povo já estava carregando os tijolos, cada um pegando um bocado para levar para casa e vendo o sonho de pagar a promessa indo embora.

Por sua vez, Dona Edith, que assistia tudo de perto, porque sua casa era a mais próxima de onde seria construída a igreja e do galpão onde se reunia para tomar decisões, disse que o que aconteceu foi que não era da vontade de Deus que a igreja fosse construída, porque se dependesse só do povo da terra (da comunidade) aquela igreja tinha sido feita de qualquer jeito, mas: “quando Deus não quer nada acontece, veio o padre e disse que não queria, o padre é padre né!? Se fosse por nós tinha feito, mas quem somos nós para querer mandar nas coisas de Deus. Êh, nós não somos nada não. Aloízio, pobre de Cristo, já sofreu tanto, mas Deus tá vendo” (Dona Edith, em 05/11/2016)

Muito além da decisão de não construir a igreja e se afastar das celebrações que tanto gostava, Sr. Aloízio passou a questionar profundamente suas crenças a ponto de se perguntar: “será que tinha aprendido errado? Porque Frei Juvenal dizia que Deus não criou o mundo para ter gente passando fome e gente sem terra. Agora vem um homem de Deus e diz que não gosta de sem terra. Ainda diz que o Frei Juvenal dá muito valor a Sem Terra” (Aloízio em 29/10/2016).

Então, a administração da comunidade começou a ruir, assim como o próprio Sr. Aloízio passou a beber muito e desistir da presidência da associação. Foi quando largou tudo, presidência da associação, já não cuidava mais do gado, quando sua esposa o chamava para a igreja não queria ir, assim como deixava de ir para a igreja para ir aos bares, ficando alcoólatra segundo ele próprio e desacreditando da luta pela terra. Para ele, a terra que tinha suado tanto para conquistar já não tinha mais valor, porque “o valor da terra era a gente fazer a igreja e toda vez que iria construir acontecia alguma coisa e impedia, parece que tinha algo empatando aí vem o padre e diz uma coisa dessa” (Aloízio em 29/10/2016).

Um dia anterior a essa fala ele me disse que até a comida tinha perdido o gosto e que pensou muito em sair da comunidade, para deixar de ser Sem Terra. Queria trabalhar e

comprar uma casa na rua, ir embora, mas a única coisa que aliviava era quando tomava cachaça, que esquecia tudo. Então, resolveu deixar tudo e ir embora para São Paulo, quando passou a se humilhar e lembrar de tudo quanto tinha construído e pensou: “assim como na igreja tem gente que pensa de um jeito, tem gente que pensa de outro” (Aloízio em 29/10/2016). Seu coração se alegrou, porque pediu uma resposta à Deus e de repente o padre Antônio foi transferido de Iati, foi quando adoeceu em São Paulo e resolveu vir embora, para sua terra.

Algum tempo depois disso, ele soube que algumas pessoas da Iati diziam que o padre Antônio gostava era dos ricos. Segundo Sr. Aloízio: “aquilo (de saber que o padre gostava dos ricos) alegrou meu coração, porque eu via que o erro não era nós” (Aloízio em 29/10/2016). Enquanto estava em São Paulo, soube que o mesmo padre, que havia dito não gostar de Sem Terras, havia construído uma igreja no sítio da Torre, que fica a menos de uma légua (6 km) da comunidade. Dando detalhes sobre essa igreja, diz que se trata de algo extremamente luxuoso, porque só as portas na época custaram R\$ 12.000,00 reais e os bancos, pintura e todo resto era muito luxuoso, confortável e com riqueza de detalhes, inclusive com vidro nas portas e porcelanato nos banheiros.

O lugar onde foi construída, tal igreja, fica junto a algumas fazendas e Sr. Aloízio soube que quando era celebrada a missa, em seguida, se preparava um banquete, exclusivamente para o padre e, talvez, por isso o padre não gostasse de sem terra, porque não havia essas regalias nem se poderia haver tamanho luxo na comunidade. Quando o padre foi embora, depois de alguns anos, Sr. Aloízio diz ter voltado frequentar a igreja, não como antes, mas deixou o vício da bebida e retomou seu rumo de vida. A partir do momento que voltou para sua comunidade, se juntou aos seus e diz ainda ter ficado muito feliz quando ouviu por mais algumas vezes as palavras de Frei Juvenal.

Hoje sabe que são perseguidos, mas como dizia Frei Juvenal, mesmo sendo humilhados temos que lutar. Apesar da igreja não ter sido construída, ainda não desistiu do sonho e sabe que vai ser difícil, mas “nada para Deus é custoso” e pior já esteve, quando nem imaginava que um dia seria de novo presidente da associação, que já nasceu fruto da Serra dos Mares. Complementa sua fala dizendo: “hoje eu faço hemodiálise, tenho um problema sério na coluna, num posso comer, nem beber, mas você me acredita que hoje sou mais feliz, do que naquele tempo, porque voltei para a igreja!” (Aloízio em 29/10/2016).

Aqui, há nitidamente uma analogia com aquilo que Lévi-Strauss (1989) chama de *eficácia simbólica* nos rituais xamânicos. Pois, todos os moradores acreditam unanimemente ser a terra uma graça alcançada, atribuindo essa graça aos santos e a Deus. Essa crença

coletiva produz efeito sobre a psique dos indivíduos, que mergulhados e crendo religiosamente nos mitos e na sua eficácia simbólica, produz o sentido de ser e estar no mundo. Tomemos como exemplo a magia, que nos fala Lévi-Straus (Idem), para demonstrar como esta funciona e como a mesma é construída coletivamente:

Não há, pois razão de duvidar da eficácia de certas práticas mágicas. Mas, vê-se, ao mesmo tempo, que a eficácia da magia implica na crença da magia, e que esta se apresenta sob três aspectos complementares: existe, inicialmente, a crença do feiticeiro na eficácia de suas técnicas; em seguida, a crença do doente que ele cura, ou da vítima que ele persegue, no poder do próprio feiticeiro; finalmente, a confiança e as exigências da opinião coletiva, que formam à cada instante uma espécie de campo de gravitação no seio do qual se definem e se situam as relações entre o feiticeiro e aqueles que ele enfeitiça. Nenhuma das três partes em causa está, evidentemente, apta a formar uma representação clara da atividade do simpático, e dos distúrbios que Connon denominou de homeostáticos. Quando o feiticeiro pretende extrair por sucção, do corpo de seu doente, um objeto patológico cuja presença explicaria o estado mórbido, e apresenta um seixo que dissimulara na sua boca, como se justifica este procedimento aos seus olhos? Como chega um inocente, acusado de procedimento de feitiçaria, a se desculpar, se a imputação é unânime, já que a situação mágica é um fenômeno de *consensus*? Enfim, que parte de credulidade, e que parte de crítica, intervêm na atitude do grupo face àqueles nos quais reconhece poderes excepcionais, aos quais concede privilégios correspondentes, mas dos quais exige também satisfações adequadas? (LÉVI-STRAUSS, 1989, p. 194).

Crer e estar inserido numa sociedade de crentes é a condição para a eficácia da magia. O mesmo ocorre com Sr. Aloízio, que estava vivendo dentro de um universo religioso, no qual produzia sentido para sua vida e na medida em que essa crença, através de uma autoridade religiosa, produziu-lhe uma rejeição, todo o sentido de sua vida foi questionado a ponto de adoecer, como ele mesmo diz⁷⁴. Mais uma vez é Lévi-Strauss (1989) quem trata

⁷⁴ Vale salientar que em nenhum momento Sr. Aloizio desacreditou nas palavras do Padre Antônio Elias, muito ao contrário, mesmo angustiado não duvidou da autoridade eclesial. Apenas num segundo momento, onde o padre é associado aos ricos, é que Sr. Aloizio acredita não estar nele o “problema”, mas ainda assim a autoridade e legitimidade do padre não é questionada.

destas questões e, como ninguém, demonstrou como o universo simbólico pode afetar o estado da alma, podendo produzir a doença e a cura:

A cura consiste, pois, em tornar pensável uma situação dada inicialmente em termos afetivos, e aceitáveis para o espírito as dores que o corpo se recusa a tolerar. Que a mitologia do xamã não corresponda a uma realidade objetiva, não tem importância: a doente acredita nela, e ela é membro de uma sociedade que acredita. Os espíritos protetores e os espíritos malfazejos, os monstros sobrenaturais e os animais mágicos, fazem parte de um sistema coerente que fundamenta a concepção indígena do universo. A doença os aceita, ou, mais exatamente, ela não os põe jamais em dúvida. O que ela não aceita são dores incoerentes e arbitrarias, que constituem um elemento estranho a seu sistema, mas que, por apelo ao mito, o xamã vai reintegrar num conjunto onde todos os elementos se apoiam mutuamente (LÉVI-STRAUSS, 1989, p. 228).

Não podemos de modo algum confundir magia com religião, pois Mauss (2003) já fez essa distinção e através dela sabemos os paralelos e distinções destas duas categorias. Mas aqui podemos compreender como há um paralelo, onde ocorre uma eficácia simbólica, que produz efeitos e consequências:

É a eficácia simbólica que garante a harmonia do paralelismo entre mito e operação. E mito e operação formam um par, onde se encontra sempre a dualidade do doente e do médico. Na cura da esquizofrenia, o médico executa as operações e o doente produz seu mito; na cura xamanística, o médico fornece o mito e a doente executa as operações (LÉVI-STRAUSS, 1989, p. 232).

O que nos interessa nesse paralelismo é a lógica, produzindo efeitos por estar inserida dentro de universo simbólico, que dá sentido à vida das pessoas. Acima, vimos como é comparada a crença mágica com a medicina, a mesma comparação pode ocorrer com a religiosidade, pois neste caso é a cosmologia religiosa, quem produz sentido e harmonia simbólica para que Sr. Aloízio pudesse viver e, posteriormente, restaurar sua vida. Podemos falar na cura da alma através da religião, tendo em vista que o religioso recuperou seu sentido de vida social na medida em que fez as pazes com suas crenças religiosas.

5.2 SER GENTE: A GRAÇA DA TERRA E A IDENTIDADE CATÓLICA

Ao longo da pesquisa de campo nas comunidades Serra dos Mares, Jussara II e III, bem como no assentamento do MST, percebi que um traço comum a todos os moradores é o catolicismo. Só há uma exceção, Sr. Emanuel, que é Evangélico Protestante, convertido à igreja Assembleia de Deus de Iati. Esse senhor mora na comunidade Serra dos Mares e faz parte dos primeiros assentados, diz ter participado de todo processo, desde quando Frei Juvenal começou no município de Paranatama, mas que se converteu porque percebeu que os santos não salvam e só Jesus Cristo é santo e único salvador, ao contrário do que pensam muitos católicos, segundo ele. Mesmo sendo evangélico diz que gostava do finado Frei Juvenal, porque foi ele quem apoiou toda luta pela terra e quem ajudou nas horas de precisão e suas “orações” não eram como as “rezas” de muitos católicos, em suas palavras: “Frei Juvenal era um homem que sabia das coisas” (Sr. Emanuel, o evangélico da comunidade Serra dos Mares, em 26/10/2016)

Segundo Dona Edith já houve várias tentativas por parte dos evangélicos de converterem parte dos assentados, mas não houve êxito porque a comunidade é católica fervorosa e há constantemente à presença de membros da igreja, celebrando na comunidade. Como diz Dona Neguinha: “nasci católica, vivo na igreja e na igreja quero morrer, porque foi na igreja que cheguei aqui. Se Deus quisesse que a gente mudasse de religião não tinha dado a terra pra nós vim para cá como católicos”. (Dona Neguinha, esposa de Sr. Antônio Barbosa, em 28/10/2017). Em relação ao Sr. Emanuel, Dona Neguinha e Dona Edith dizem que respeitam a religião dele, mas que acham errado uma pessoa mudar de religião, principalmente depois de ter alcançado a graça da terra, porque como diz Dona Edith: “porque o Deus de pedir a terra era o dos católicos e agora o Deus de agradecer é dos crentes?” (Dona Edith, em 01/11/2017). Por sua vez, Sr. Emanuel como um bom evangélico já tentou converter alguns católicos e disseminar o evangelho, mas foi hostilizado, agora convive muito bem com seus vizinhos e não tenta os converter, porque diz que: “só Deus é quem muda o coração deste povo”.

Quem conta uma narrativa expressiva sobre a relação, que se estabelece, com os evangélicos, na comunidade Serra dos Mares, é Dona Edith:

Um dia tava eu aqui dentro de casa e quando penso que não vem aquele carro de gente. Era os crentes. Acho que foi Emanuel dali de baixo quem mandou eles vim para cá. Eles olharam logo para os meus retratos dos

santos, como você tá vendo. Mas num falaram nada não. Mandeí eles todos entrarem. Botei logo a chaleira no fogo. Aí disseram: “nós viemos aqui falar de Deus”. Pois bem seja bem vindo, eu já estou com Ele. Eu ia subir lá pra serra, já tinha aprontado a foice e o facão. Mas eu digo, deixa ver o que é que dar. Ai o crente começou à orar. Mas você me acredite que eu tive foi medo. Era cada pulo, uns berros. Deus me perdoe, mas eu tive foi medo. Ai me lembrei de Frei Damião. Uma vez eu fui uma missão em Capoeiras, com padre Geraldo, aquele padre neguinho, baixinho. Frei Damião dizia: “você num deve comparar os crentes nem com bode nem com sapo, porque os bodes e os sapos servem de alguma coisa. O bode pula e berra, mas foi Deus quem fez eles assim, os crentes são piores do que cupim, que é um bicho que só come madeira, num tem serventia de nada”. Quando eu vi o crente pulando e aqui dentro de casa eu me lembrei logo de Frei Damião, aquilo era um homem santo. Veja se num é, hoje você liga a televisão e só ver os crentes. É que nem uma praga de cupim. Agora você num ver um crente ajudando ninguém. Já viu falar que um crente ajudou um sem terra? Agora pra pedir dinheiro é com eles mesmo. Eles são tudo bonzinho no começo, mas depois que você entra seu salário vai se embora todinho. Eu todo dia quando vou subindo lá para o roçado, lá na serra, vou rezando, saí daqui 5 horas, já sai até 4 horas. Rezo um Pai Nosso, quando termino rezo uma Ave Maria até chegar. E minha santa anda comigo. Todo dia vou e venho sozinha. Meu filho a gente pra *ser gente* não precisar ser crente. O padre manda fazer alguma coisa errada? Errados somos nós! Compadre Frei Juvenal, veja. Ele nunca deu uma palavra errada. Agora depois de veia vai eu virar crente e quebrar meus santos? Era ser muito besta, depois que já ganhei a terra, que vivia rezando dentro de uma igreja, depois que vivo fazendo promessa. Eu num gosto não, de crente. (Dona Edith, no dia de todos os santos, em 01/11/2016).

De forma convergente com a opinião de Dona Edith, Sr. Antônio Barbosa e sua Esposa Dona Neguinha dizem que já viram alguns “crentes”⁷⁵ querendo se chegar na comunidade, mas que nunca conseguiram nada além de boas conversas e amizades, porque Sr. Emanuel era quem trazia ou os apresentava. Para Sr. Antônio Barbosa os “crentes” tinha

⁷⁵ Crentes é como se referem aos Evangélicos Protestantes, mesmo sabendo que a palavra crente significa quem crer, como afirmam Dona Edith e tantos outros, como Sr. Aloizio, que fazia referência à uma missa de Frei Juvenal, quando explicou que crente é aquele que crer, mas mesmo sabendo disto ao longo de suas falas usam crente para se referir aos Evangélicos Protestantes.

interesse na comunidade porque eles pensam que iria levar Jesus para aquele povo ignorante, porque: “os crentes pensam que só é salvo quem está na leis deles, num sabe? Aíeles pensam que aqui era um monte de gente ignorante, deixa que Frei Juvenal e Dona Cida já tinha feito a obra, bem feita, o povo daqui num é fraco de fé não, viu?” (Sr. Antônio Barbosa, em 28/10/2017).

No fundo há um sentimento que os evangélicos também são cristãos e, portanto, merecem respeito e atenção, muito embora não concordem com suas práticas e crenças totalmente, principalmente em relação às crenças nos santos. Isso fica claro porque nas celebrações das festividades, que no ano de 2016 foram celebradas no final de outubro, por conta das eleições municipais, ouvi por várias vezes o padre chamar os evangélicos protestantes de irmãos em Cristo e dizer que São Francisco de Assis era um homem santo, mas quem salva é Jesus Cristo. Entretanto, Jesus tem seus escolhidos na terra, como São Francisco de Assis foi um, que se tornou santo e é um modelo a ser seguido na terra. Por sua vez, Sr. Antônio Barbosa, que nem assistiu essa missa, explica que os santos são homens sábios, como Frei Juvenal foi e que Deus é um só, mas que tem pessoas que ajudam na obra de Deus e por isso são santas.

Para a maioria dos moradores das comunidades Serra dos Mares, Jussara II e Jussara III a identificação católica é tida como uma escolha natural, ou seja, dada pela ordem da natureza de Deus, porque Ele é único, portanto, só há uma religião no mundo, mesmo que outras pessoas sigam outros credos ou religiões, para eles a igreja que Deus deixou no mundo foi à católica. Para Sr. Aloízio, atual presidente da associação da Jussara II, o catolicismo é o certo porque é a religião mais antiga, segundo ele:

(...) num adianta a gente querer passar para outra lei não, porque o Deus deles também é o nosso. E Deus num deixou duas leis não. A gente tem que seguir é a católica, porque é a mais velha, você veja quantas igreja de crente tem, eles mesmo não se acerta, a católica não! É uma só.” (Sr. Aloízio, em 29/10/2016).

Os moradores da Jussara III, mesmo sem terem tido a ajuda da igreja católica ao longo de sua luta pela terra, pensam de forma semelhante ao Sr. Aloízio, quando afirma: “mesmo a gente não indo direto a igreja a gente acredita em Deus, a gente tem fé, só não é como eles, mas acredita em Deus. Deus é um só né! O cara num precisa viver na igreja pra ser direito” (Sr. José Francisco da Silva, em 01/01/2016). Por sua vez, os moradores que se dizem fazer

parte do assentamento do MST, se dizem católicos, muito embora, como observa Sr. Zé Medalha: “aqui são uns católicos não praticantes, como eu. A gente num faz nada errado, mas também num faz o certo.” (Sr. Zé Medalha, em 09/10/2016). De forma paradoxal, os assentados do MST estão dentro de uma lógica católica, que não é errada, mas que não é atuante, porque não existe a prática da religião, tendo em vista que a lógica que seguem é uma lógica política. Portanto, secular, mas sem deixar de acreditar em Deus, como afirma Lula Preto que diz: “eu até hoje não vi nenhum membro do MTS ser ateu, mesmo nós tendo a fama de comunista” (Lula Preto, em 22/10/2017).

Para todos os assentados, seja do MST ou da FETAPE, com a participação da igreja no processo de assentamento ou não, há uma questão unânime, a terra é sagrada. Em uma conversa aberta, com Sr. Zé Medalha, Sr. Vavá e Lula Preto, perguntei se a terra era sagrada. Quem primeiro respondeu, com uma voz contundente, foi Sr. Zé Medalha, que disse: “Bem vê”. Já Sr. Vavá, de maneira tímida, quase sem dar para ouvir, apenas afirmou: “é”. Foi Lula Preto que fez uma retórica explicativa dizendo que a terra era sagrada:

A terra é sagrada porque ninguém vive sem terra. Por isso não é certo ter uns com tanto e outros sem nada. Você acha certo uma pessoa só ter meio mundo de terra enquanto tem gente passando fome? No sul, um usineiro tem mil hectares de terra, enquanto tem gente que trabalha para ele e não tem nem onde morar, morre soterrado porque tem que fazer sua casa na beira do rio. Agora eu pergunto a você? Um país como o Brasil, rico em tudo, tem água, tem sol, tem terra e tem de tudo, é certo o povo passar fome? Se tivesse terra para todo mundo eu garanto, que não haveria fome. Não precisava Bolsa Família, não precisava dar esmola. O povo tem um dizer: a educação é a solução. Mas se num fizer a reforma agrária, se não começar da terra, do homem do campo, que é quem bota comida na mesa, esse país não vai pra frente não. O povo diz que vai ter guerra mode água, mas a guerra da terra já começou, porque você acha que existe toda essa violência na cidade, povo se matando? Daqui a alguns anos vai faltar alimento. Numa reunião da gente lá no Norma Dias foi discutido, quem sustenta o Brasil é o pequeno. A terra é um *direito sagrado* do trabalhador, está na constituição, porque é o trabalhador quem sustenta o país. (Lula Preto, em 22/11/2016).

Para Lula Preto e, ao que percebi, para muitos assentados do MST, a terra é sagrada porque é útil e é um direito porque foi expropriada do trabalhador rural, ao longo do processo

histórico de exploração do trabalho e através de grilagem. Já para os assentados da Serra dos Mares, assim como para Sr. Aloízio do Jussara II, a terra é o único meio pelo qual o homem tem dignidade e a posse da terra é a única maneira de ser gente, pois: “se o homem não tem terra ele não é nada. Na terra o homem planta, na terra o homem cria, na terra o homem vive, anda, caminha, se sustenta. A terra é firme. Você ver esse barro vermelho, isso é terra, criada por Deus, com essa cor. A terra é como a carne, é o sustento. O homem só é homem quando ele é um pai de família, que trabalha, que tem o que é seu” (Sr. Aloízio 11/09/2015). No entanto, para estes últimos assentados a terra é *sagrada* independentemente de ser um direito, porque como afirma Dona Edith: “Deus pisou na terra”. Mesmo que a terra seja indispensável para estar na vida que “se pediu a Deus”, a terra tem um valor *a priori*:

Eu pego minhas coisas subo lá para cima sozinha, às vezes vou com esse menino. Mas ele num gosta de trabalhar num sabe? Mas eu dou Graças a Deus ter minha terrinha, porque lá mesmo nessa seca, tem feijão de corda, tem batata. Quando não tem nada eu trago madeira para fazer o fogo. Chego às vezes aqui no pinga da meio-dia, mas você não imagina como eu venho alegre. Antigamente eu pedia à Deus ter um pedaço de terra onde pisar, que fosse meu. Hoje eu passo pelo terreno dos outros, mas é para ir para o que é meu. Lá eu me deito e vejo os passarinhos cantar. É o maior sossego. Qualquer dia é bom você subir mais eu, pra você ver. Quando eu estou lá, eu imagino, agora eu *estou na vida que pedi a Deus*, vivo no que *Deus me deu*. Eu nunca gostei de trabalhar para os outros não, quando o finado meu esposo era vivo a gente trabalhava, mas nunca gostamos não. (Dona Edith, em 24/04/2015).

Essa mesma senhora acrescenta que: “Frei Juvenal dizia que ninguém podia viver sem terra porque Deus criou a terra para todo mundo”, ainda sobre esse mesmo tema concordando com o Frei entende que: “a terra é sagrada porque foi Deus quem criou”. Nesse ponto Dona Edith me dá pistas de que a terra é sagrada independentemente da justiça social, que pode ocorrer com a partilha da terra, porque para ela não é justo invadir a propriedade dos outros, bem como não se deve tomar do patrão aquilo que é dele, mesmo que esteja na lei. Sobre este tema, muitos dos moradores dos assentamentos Serra dos Mares e Jussara II parecem concordar com alguns camponeses e vizinhos da região, que são contra a reforma agrária, a qualquer custo, e também são parcialmente contra algumas leis trabalhistas. Nesse sentido, alguns moradores da Serra dos Mares me mandam ouvir um vizinho da comunidade, que se

diz nunca ter concordado com nenhum Sem Terra e que é contra a lei que toma do patrão para dar ao empregado. Este senhor se chama Sr. Luiz⁷⁶. Chegando em sua casa, vejo que o Sr. Luiz vinha da roça junto com duas filhas e uma neta. Ao sentar para conversar no primeiro momento não houve muito diálogo, mas no segundo encontro numa conversa descontraída, Sr. Luiz fala abertamente sobre os sem terras e as leis trabalhistas e explica porque nunca participou de nenhum movimento sem terra:

Olhe eu não sou de acordo não. O camarada ver que tem gente que quer tomar a terra dos fazendeiros só para comer dinheiro do governo. Agora depois fica tudo com o nome sujo, de quê serve? Eu já fui chamado, não por esses mais velhos, por esses mais novo. Mas eu não quis, quis não. Porque eu acho, que o homem deve viver daquilo que Deus lhe deu. Agora essas leis que tão aí são diferentes. Hoje o camarada trabalha 6 meses e já quer ser dono. Quer dizer, antigamente o camarada chegava e dizia: ‘Sr. Roberto, o senhor deixa eu morar na sua terra?’ Aí, o senhor deixava, eu tomava de conta do gado, limpava a palma e você me dava morada, deixava eu criar minhas galinhas, minhas vaca e os meus animais. Ai depois com a seca o senhor vinha e dizia que não pode mais pagar, ai eu vou botar o senhor na justiça. Isso é certo? O senhor que me deu morada, que me deu de comer? Por isso que está essa bagaceira, porque homem nenhum quer botar mais morador nem dar um dia de alugado, porque tem medo e com razão. (Fala de Sr. Luiz de Azira, registrada em 09/01/2017).

Em uma ocasião expus essa opinião de Sr. Luiz, para ver a reação de alguns moradores, que já conhecem seus argumentos e me surpreendi ao perceber que Dona Edith, por exemplo, concorda, em partes com ele, quando diz que: “é injusto você tomar o que é dos outros, porque se alguém tem terra foi porque trabalhou por ela” (Dona Edith, em 01/03/2017). Por sua vez, Sr. Aloízio disse que se fosse colocar na justiça os seus antigos patrões teria recebido uma bolada de dinheiro, mas não acha isso justo, porque muitas vezes o patrão era pobre igual a ele. Sobre a opinião de invadir terra, o Sr. Aloízio diz não achar isso

⁷⁶ Conhecido como Luiz de Azira, mora a alguns quilômetros da comunidade Serra dos Mares, atualmente é viúvo e aposentado como agricultor. Já foi morador de diversos fazendeiros da região, vivia fazendo carvão, junto com suas 8 filhas e seus 4 filhos. Avô de 18 netos, diz ter criado todos eles “no cabo da enxada”, é saudosista quanto ao tempo que trabalhava no alugado, porque diz que todo final de semana tinha sua feira e sua carne. Este senhor é reconhecido como o homem da rizada mais gostosa da região, ele se diz realizado depois de velho, pois hoje fez sua casa com seu próprio suor e comprou um terreno onde morar. Disse ainda, que depois de velho já fez 6 casas de taipa, para suas filhas e netas morarem, sem nunca ter invadido nenhum palmo de terra de ninguém, diz isso com orgulho e afirma que: “Deus nunca desampara quem trabalha certo”

certo. Mas, quando a terra é de herança e está abandonada, pode ser invadida. Mas, ainda assim, antes se deve negociar, porque: “toda terra tem dono e todo dono só é dono porque alguém trabalhou e sofreu, agora se a terra foi invadida ou roubada aí o camarada se resolve na justiça ou então com Deus quando morrer” (Sr. Aloízio, em 06/03/2017).

Ao expressar a opinião de Sr. Luiz, para o atual presidente da associação da comunidade Serra dos Mares, ouvi uma boa risada e a confirmação de que já sabia como ele pensava. Esse diálogo, no qual expus a opinião de Sr. Luiz já tinha sido autorizado por ele e também muitos dos moradores falavam dele, na medida em que me mandavam ir procurá-lo. Nesse sentido, o presidente da associação perguntou o que eu havia achado da conversa com Sr. Luiz e disse-me que: “ali é um cabra de opinião, homem do certo. Um homem daquele num quer nada de ninguém, é difícil você vê hoje em dia um homem assim” (Sr. Zé Luiz, em 07/04/2017). Essa opinião de Sr. Luiz, mesmo morando fora do assentamento, me foi muito útil para perceber como os próprios assentados da Serra dos Mares e da Jussara II pensam sobre a terra, bem como sobre as leis que incidem sobre a posse da terra e as relações de trabalho no campo. Com isso descobri que vários assentados, como Sr. Aloízio, Dona Edith, Sr. Antônio Barbosa e Dona Neguinha, Sr. Zuza e Sr. Zé Luiz haviam deixado de reivindicar seus direitos trabalhistas e a posse sobre a terra que já haviam morado antes na condição de *moradores*. Sobre a renúncia de seus direitos trabalhistas de posse sobre a terra onde moravam, a maioria dos argumentos são comuns, como: “nunca quis nada com confusão”, “só quero o que Deus me deu”, “não é justo tomar nada de ninguém” ou ainda “não quis nada porque me ajudaram quando precisei” e “era terra dos meus parentes como iria tomar?”.

Nisso, fica explícito dois elementos em relação aos moradores das comunidades Serra dos Mares e Jussara II. Em primeiro lugar, a posse da terra é algo tão sagrado quanto a própria terra, pois o direito a posse da terra só pode ser contestado em determinadas situações e ainda assim não se deve haver violência, quanto a contestação dessa “posse indevida”. Em segundo lugar, fica claro que a relação estabelecida para com a terra não é guiada meramente pela legislação vigente, mas é permeada por uma cosmologia religiosa, na qual antes se falar na constituição, se fala na vontade de Deus; e antes mesmo de haver um direito, há uma vontade divina, que é muito mais importante para os moradores assentados destas duas comunidades. Isso fica muito claro quando Sr. Antônio Barbosa havia dito, há tempos atrás, que: “o Sem Terra que pega terra sem querer trabalhar, é do mesmo jeito de quem rouba, porque quem quer terra quer trabalho” (Sr. Antônio Barbosa, em 24/04/2015). Nessa mesma direção, afirma Sr. Aloízio que terra é vida, portanto: “o homem não vive sem terra”, logo não se deve querer a terra se não for para viver nela.

Por sua vez, para Dona Edith, sua vida, no sentido mais pleno da palavra, começou quando conquistou a terra:

Graças a Deus hoje eu estou rica, porque antigamente eu já fui feliz, mas não vivia. Aquilo num é vida não. Eu já chequei aqui viúva num sabe? Quando o finado meu esposo era vivo a gente vivia bem, mas aquilo num era vida não. Quando ele era sadio botava a feira em casa, não deixava faltar nada, mas minha vida mesmo começou depois que comecei a morar aqui, porque *quem vive no que é dos outros num é vida não* meu filho. (Dona Edith, em 01/11/2016).

5.3 A VIDA RELIGIOSA NA COMUNIDADE

Para os moradores da comunidade Serra dos Mares existe um centro comunitário que é considerado como sendo um santuário. Nesse santuário, há a presença de três rochas que são tidas por todos como sendo o “meio” da comunidade. Essas rochas são por assim dizer o lugar privilegiado, para fixar o lugar do sagrado (Eliade, 2010). Aqui, muito parecido com o caso etnográfico de Steil (1996), paisagem e religiosidade parecem fazer um acordo tácito, no qual a cultura se apossa da paisagem, para usar a expressão de Lévi-Strauss (1989). Assim, é possível também dizer como Steil (1996:38) sobre o santuário de Bom Jesus da Lapa: “procuro introduzir o leitor na paisagem do morro e das grutas, depositária de uma memória mítica que vem se atualizando em cada novo evento cultural”. Na comunidade Serra dos Mares também há uma poética, na qual as rochas são tidas como a revelação do sagrado (Augras, 1983), a partir do qual surgem os significados da natureza, da terra e da criação divina. Pois, para os moradores “aquelas pedras são tão bonitas que parecem que foram desenhadas, só Deus mesmo!” (Dona Neguinha).

Ao lado dessas três rochas, foi construída uma pequena casa de oração e na frente dela há uma cruz de madeira e dentro da casa de oração várias imagens de santos, três estatuas de barro: uma de Padre Cícero, Frei Damião e Nossa Senhora. Essa casa de oração está muito enfeitada com flores de plástico e, aparentemente, o espaço interno e externo é constantemente varrido, porque várias vezes observei o espaço limpo e organizado. A casa de oração é limpa por diferentes pessoas, sejam os próprios vizinhos, como Dona Edith ou Dona Neguinha, mas também é limpa pela catequista da comunidade Ritinha ou por qualquer um dos moradores da região, porque segundo eles próprios, aquele espaço é de todos, portanto,

todos devem cuidar, limpar e conservar. Uma das dificuldades é que a casa de oração é muito baixa, não cabendo uma pessoa em pé dentro do espaço, logo as pessoas mais idosas sentem dificuldade para limpar, mas ainda assim o fazem, porque “é uma alegria limpar essa casinha, é servir a Deus” (Dona Edith). Por sua vez, a cruz de madeira, o cruzeiro que marca o centro da comunidade, muitas vezes, o encontrei quebrado com uma parte da madeira no chão. Isso ocorre porque a cruz é muito velha e a madeira que ficaria na horizontal se solta constantemente com o vento, mas os moradores o colocam de volta insistentemente, mas ele cai de volta quando o vento é forte. Os moradores dizem que não trocam a madeira porque aquela cruz é do início do assentamento, quando antes mesmo de construírem suas residências fizeram aquela cruz. Para alguns poucos moradores, como Sr. Antônio Barbosa, a cruz é anterior à chegada dos atuais moradores, mas todos são unânimes em dizer que a casa de oração foi feita por eles e aquele lugar, onde está a cruz ao redor das rochas, é para todos o centro comunitário e, por assim dizer, o marco zero do assentamento.

Num circuito de menos de cem metros, estão situados a casa de oração, as três rochas, o galpão comunitário e o terreno consagrado por Frei Juvenal para ser a igreja. A residência mais próxima é a de Dona Edith, que também forma o centro comunitário, esta casa era a antiga sede da fazenda desapropriada para formação do assentamento. É nesse lugar que ocorrem as maiores manifestações, os encontros e celebrações religiosas. As estradas todas ligam as residências a este centro comunitário, assim como a formatação das construções tem como referência este local, porque todos os caminhos levam ao centro. Nesse sentido, podemos pensar como o sagrado, que produz sentidos e significados (Eliade, 1992), é o ponto de unidade e uniformidade da comunidade. Assim, a religião é *dinamogênica*, produzindo a unidade dos indivíduos para com a sociedade, para usar exatamente os termos durkheimianos (Durkheim, 1996). A religiosidade funcionando como unidade simbólica, pela qual se produz uma unidade coletiva. Portanto, é possível pensar a religião como sendo uma expressão coletiva, que produz unidade, uniformidade e congrega as identidades dos moradores.

Nesse sentido, o espaço é performático (Turner, 1988), produzindo e revelando a identidade coletiva do grupo social. A noção de espaço performático nos é útil para pensar como o espaço funciona para os moradores da comunidade Serra dos Mares. Vale salientar que é nesse espaço que ocorrem as celebrações religiosas e os principais eventos comunitários. Toda última quinta-feira de cada mês é celebrada uma missa comunitária, na falta da igreja, as missas ocorrem no galpão. Os moradores acham o lugar inapropriado, porque dizem que têm que adaptá-lo para fazer o altar e o calor é muito grande, porque não há circulação de ar, tendo em vista que não há janelas adequadas para captar o vento. Mas como

diz Sr. Aloízio “a gente quando quer rezar e agradecer a Deus, num inventa desculpas de que falta vento ou que a igreja é quente não” (Sr. Aloízio, em 29/10/2016). Claramente é a comunidade se expressando *performativamente* em suas formas religiosas.

Para Durkheim (1996) dois elementos centrais compõem a religião e fazem dela uma expressão de unidade coletiva, essas duas categorias são o “sagrado⁷⁷” e “igreja”. É a este autor a quem devemos a expressão “não encontramos, na história, religião sem igreja” (DURKHEIM, 1996, p. 28). Por sua vez, aprendemos com Mauss (2003:25) que “a religião é um fenômeno essencialmente coletivo em todas as suas partes”. É nesse sentido que a comunidade se apossa desse espaço⁷⁸, para viver sua religiosidade e promover a expressão coletiva de suas crenças, valores e símbolos. A igreja nesse sentido pode ser entendida da seguinte maneira:

(...) as crenças propriamente religiosas são sempre comuns a uma coletividade determinada, que declara aderir a elas e praticar os ritos que lhe são solidários. Tais crenças não são admitidas, a título individual, por todos os membros dessa coletividade, mas são próprias do grupo e fazem sua unidade. Os indivíduos que compõem essa coletividade sentem-se ligados uns aos outros pelo simples fato de terem uma fé comum. Uma sociedade cujos membros estão unidos por se representarem da mesma maneira o mundo sagrado e por traduzirem essa representação comum em práticas idênticas, é isso que chamamos igreja (DURKHEIM, 1996, p. 28).

As maiores celebrações que ocorrem na comunidade são as festas do padroeiro São Francisco de Assis, que normalmente ocorrem no final de semana mais próximo ao dia 4 de outubro, dia do santo. No ano de 2016, essas festas ocorreram no último final de semana do mês de outubro, por conta do processo eleitoral no município. Nos dias 26, 27 e 28 de outubro pude presenciar, naquelas noites calorosas, o pátio daquela comunidade rodeado de gente, crianças brincando e comendo doces, grandes queimas de fogos e um silêncio profundo na hora da celebração. No último dia da festa, havia aproximadamente 120 pessoas, tanto da comunidade como também dos assentamentos vizinhos. No altar improvisado do galpão havia uma estátua de Nossa Senhora e outra do Cristo crucificado, as cadeiras eram bancos de

⁷⁷ Cabe destacar que para Durkheim (1996) o sagrado sempre está em oposição ao profano e as duas categorias são indissociáveis.

⁷⁸ É claro que a definição de igreja em Durkheim (1996) vai muito além da noção de espaço físico, mas é justamente na ausência desse espaço físico que o galpão vira a igreja da comunidade e passa ser o espaço onde é vivenciada a fé católica.

madeira e as pessoas mais vizinhas trouxeram cadeiras de plásticos, para acomodar os visitantes. Ao fundo do galpão foram colocadas a imagem do padroeiro São Francisco de Assis e junto dele uma imagem fotográfica do Frei Juvenal. Essas duas imagens tinham o mesmo tamanho, aproximadamente mediam um metro e vinte de comprimento por cinquenta centímetros de largura. Como as imagens eram retratos em *banner*, eram facilmente carregadas e os moradores as colocaram no fundo do galpão dependuradas, para que todos pudessem ver e o celebrante, padre Carlos de Iati, ficava justamente de frente para as imagens do padroeiro e de Frei Juvenal.

Há memórias de que no passado as festas de aniversário de fundação da comunidade, no dia 8 de março, era o dia mais importante para a comunidade, em termos de data comemorativa, porque “era o dia que Frei Juvenal vinha, com sua comitiva. Mas era uma alegria, a gente só acabava quando o dia amanhecia e o tocador cansava” (Dona Neguinha, em 26/10/2017). Nesse mesmo dia, São Francisco de Assis era homenageado, uma vez que era por assim dizer o santo preferido do Frei, que por sua vez era membro da ordem dos franciscanos e onde fosse pregava a mensagem do seu patrono: de proteção aos animais, amor à natureza e comunhão para com os pobres. Inclusive a escolha do padroeiro, todos reconhecem, foi uma homenagem a Frei Juvenal, por sua devoção.

Ocorreu que no dia da promessa de construção da igreja, todos se reuniram para fazer uma surpresa e anunciaram que o santo padroeiro seria São Francisco de Assis, na presença de Frei Juvenal. Esse fato o deixou muito contente. O Sr. Aloízio disse que sabia da preferência de Frei Juvenal sobre o padroeiro, mas também sabia que sendo ele muito educado, não iria falar isso aos moradores, porque considerava certa imposição. Então, na condição de presidente da associação comunitária, conversou primeiro com seus associados e resolveu fazer uma surpresa para agradar ao Frei, o que o deixou até emocionado, segundo dizem os moradores e naquele momento foi feita a promessa, em público por Sr. Aloízio, com apoio de todos os presentes, de que seria construída na comunidade a igreja para louvar a São Francisco de Assis, como já tinha sido um pedido do Frei, antes mesmo de construírem as residências dos moradores.

A vida religiosa dos assentados, ao que consta, já era muito intensa, muito antes de conhecerem Frei Juvenal e antes mesmo de serem assentados. Mas, a partir do contato com o franciscano, a religiosidade se intensificou e tomou uma dinâmica diferente, pois como diz a catequista da comunidade Ritinha: “abrimos os olhos para o evangelho, para os pobres e necessitados” (Ritinha, em 30/10/2016). Desde a fundação da comunidade Serra dos Mares, até os dias atuais, todos os anos tem uma turma de catequização para fazer a primeira

comunhão e a crisma, sinais de uma intensa religiosidade e de que a semente do evangelho está sendo disseminada por diferentes pessoas na comunidade, como afirma Ritinha. Atualmente, na comunidade, ocorrem aulas de catecismo aos sábados no galpão comunitário, quem oferece os ensinamentos é Ritinha e Rodrigo, este último não é membro da comunidade, mas é religioso, já foi coroinha e junto com outros membros da comunidade diz fazer parte da Comunidade Eclesial de Base, Recanto dos Franciscanos. Esta comunidade foi fundada por Frei Juvenal. Ritinha e Rodrigo se afirmam como membros da teologia da libertação e dizem lutar por um mundo mais justo, tendo como fonte de mudança social o evangelho de Jesus Cristo.

As aulas de catecismo na comunidade ocorrem nos sábados à tarde e são divididas duas turmas. Primeiro, às 15 horas, ocorrem a reunião com as crianças que vão fazer a Primeira comunhão, com duração de uma hora ou uma hora e vinte minutos. Ao término desta reunião, ainda com a presença de algumas crianças no galpão, chega a segunda turma, que inicia às 16:30min, formada por jovens que estão se preparando os jovens para fazer a crisma. Todos os jovens já fizeram a primeira comunhão. A primeira turma, que é para primeira comunhão é a maior e conta com aproximadamente 22 estudantes, sendo que sempre há mais de 30 presentes, seja porque vêm jovens que já fizeram ou porque chegam curiosos para assistirem as brincadeiras, as lições e as dinâmicas das aulas. É por, assim dizer, uma diversão para as crianças e jovens nos sábados à tarde.

Já a segunda turma, que estuda para fazer a crisma, tem apenas 6 alunos, mas normalmente estes chegam mais cedo e acabam vendo as lições dos primeiros, assim como ocorre de algumas crianças da primeira turma ficarem para assistir as aulas destes últimos. Na condição de etnógrafo, não consegue separar uma turma da outra, mesmo havendo certa diferença de idade entre os estudantes, como diz Ritinha: “aqui é tudo junto e misturado, é junto, mas é separado, cada um sabe o que é sua lição e sua obrigação, mas todos gostam de ficar juntos, porque aprendem” (Ritinha, em 30/10/2016). Para Rodrigo, é muito simples, o que diferencia uma turma da outra são as lições, as obrigações, por exemplo: “hoje os da primeira comunhão vão ler, em casa uma passagem bíblica e dizer semana que vem o que entendeu. Já os da crisma, vão estudar o evangelho de Mateus completo, é para ler todinho!” (Rodrigo, 30/10/2016).

O catecismo é considerado por seus professores como sendo uma prática das CEBs, uma extensão da forma de militância política e religiosa, que desenvolvem nas reuniões semestrais ou trimestrais que ocorrem no sítio Cruz, no Recanto dos Franciscanos. Os professores reconhecem suas aulas como práticas políticas e religiosas, na medida em que

afirmam: “praticamos o evangelho de Jesus Cristo, para transformar o mundo. Fazer um mundo melhor. É tanta coisa errada nesse mundo, então a gente quer mudar muita coisa”. (Ritinha, 30/10/2016). Os professores acreditam que o catecismo é uma forma de fazer os meninos e meninas ingressarem na vida cristã e transformar a realidade, na qual estão inseridos, sendo uma forma de resistir ao mal. A condição para que isso ocorra é ser católico, pois: “Deus só deixou uma igreja, Deus é um só e Maria é a mãe de Deus, queira os crentes ou não” (Rodrigo, em 30/10/2016).

Rodrigo, todas as vezes que falava sobre o catecismo e as CEBs afirmava: “somos igreja”. Essa afirmação me parecia, um tanto quanto, estranha, porque sugeriria que eu como etnógrafo estava duvidando de que ela fazia parte da igreja, pois toda vez ele afirmava categoricamente. Depois, diante da explicação dele e de Ritinha ficou claro, que muitos padres não consideravam o catecismo e as CEBs como sendo uma extensão oficial da igreja, porque diziam que era muito mais política do que catecismo religioso, mas Rodrigo e Ritinha dizem: “o Bispo faz a crisma e a primeira comunhão é isso que vale”. Isso é a consequência da perseguição à prática da Teologia da Libertação e das CEBs, pois “para a Igreja do Brasil isso significou uma transformação profunda nos alicerces da própria instituição, que ao longo de toda sua existência havia estado, de certa forma, muito mais próxima às esferas do poder do que do povo” (SILVA, 2006, p. 17).

A famosa reação da Santa Sé contra a Teologia da Libertação e por consequência o não reconhecimento das CEBs, como sendo parte da igreja, é algo visível neste campo de pesquisa e não é apenas algo oficialmente, que emana tão somente da cúpula da igreja, mas o não reconhecimento das CEBs é também uma postura de uma boa parte dos padres e dos Bispos que estão mais próximos ao povo. Aliás, essa tem sido uma postura histórica cujo “objetivo da Igreja é de influenciar os homens e a sociedade ou, mais especificamente, levar os homens e, por decorrência, a sociedade à salvação” (BRUNEAU, 1979, p. 17). Alguns padres, como é o caso do padre Antônio citado por Sr. Aloízio, ou ainda padre Carlos⁷⁹ de Iati, preferem manter a ideia de uma neutralidade política, diante dos problemas sociais e políticos. Como demonstra Silva (2006:20) essa tem sido a tática da igreja, desde o período da reforma protestante:

⁷⁹ Numa breve conversa com ele no dia 28 de outubro de 2016 ficou bem claro que: “prefiro não entrar em política, porque esse não é o papel do padre. Aqui em Iati o padre Jorge, não sei se você sabe, virou prefeito. Mas eu defendo que quem quiser fazer política deve deixar a batina, como ele deixou”. Muito embora, essa fala se refira à política partidária, interpreto que ela está baseada no mito da *neutralidade* política, totalmente ao contrário da concepção de Frei Juvenal que acreditava piamente ser sua prática religiosa uma postura política.

Na verdade, desde a Reforma Protestante do século XVI, a Igreja viveu um profundo *desconforto* em relação à modernidade e seus novos valores, como individualismo, a valorização da subjetividade e a ascensão da experiência como fonte de verdade. A Revolução Francesa e os paradigmas iluministas aumentaram ainda mais os atritos da instituição com o mundo moderno, e ela passou para situação de maior fechamento, defensiva e, ao mesmo tempo, de ataque a um mundo cada vez mais laico e afastado dos valores propostos por sua concepção de cristianismo, advindo do mundo medieval. A modernidade era compreendida antes de tudo como má e nociva à Igreja.

Desde então, acrescenta, a igreja teve que conviver com os valores da modernidade e se dividiu em uma parte conservadora, que era hegemônica, e outra mais liberal, que via na aceitação da modernidade o caminho para sair dos impasses ideológicos (Idem). Não precisa nem dizer, que historicamente se sobressaiu a tendência mais conservadora da igreja. Em termos práticos, essa forma de conviver com o mundo laico é no máximo uma admissão de que existe a modernidade e suas consequências, porque de fato sendo a Teologia da Libertação aquilo que mais se aproxima dos valores modernos. Como salienta Motta (2009), a cúpula da igreja jamais admitiu sua prática e muito menos a reconheceu oficialmente como sendo um movimento da igreja. Sendo assim, além de lutarem contra as injustiças mundanas, os membros das CEBs reivindicam também o reconhecimento por parte da igreja. Porque o objetivo de transformar a realidade social em que vivem é tido como uma postura laica-política e não como um comportamento religioso.

Para os catequistas da comunidade Serra dos Mares, o fato do Bispo fazer a primeira comunhão e a crisma de seus alunos, dá um caráter oficial, ou seja, reconhece a prática do catecismo e por sua vez legitima as CEBs que pratica o catecismo. Rodrigo afirma constantemente que é católico porque é das CEBs, se fosse para sair de sua CEB iria para outra igreja, porque já foi chamado várias vezes a integrar algumas igrejas evangélicas, mas disse que não quer abandonar Maria, como santa e mãe de Deus; diz também se lembrar de Frei Juvenal e seus ensinamentos, que abriram seus olhos para ver as desigualdades e as misérias do mundo.

É comum em meio às aulas de catecismo, sobretudo, na turma do segundo horário, Rodrigo levantar alguma discussão sobre temas ligados a desigualdade social. Em uma das aulas presenciei uma discussão sobre a má distribuição de água no planeta, um trecho de sua fala dizia: “hoje tem gente que usa por dia mais de mil litros de água, enquanto tem gente que

não tem um litro. Na África tem gente morrendo de sede, aqui pra gente também tem lugares que não tem água. Daí a importância de preservar as árvores, não desmatar, não poluir” (Rodrigo, em 15/10/2016). Por sua vez, Ritinha diz que sempre gosta de debater questões ligadas às campanhas da fraternidade, que ultimamente têm sido temas ligados à preservação ecológica ou questões sociais. O tema da campanha da fraternidade, sobre o qual mais gosta de debater é o do ano de 2016, cujo título foi: *Casa Comum, Nossa Responsabilidade*. Por si só essa temática já problematiza as questões ecológicas, mas o subtema, que vem sempre com uma citação de um versículo bíblico, traz consigo um viés bastante sugestivo: *Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca* (AM; 5:24). Ao citar este versículo bíblico, do profeta Amós, os bispos acabaram presenteando e homenageando as pessoas ligadas às CEBs e à Teologia da Libertação, segundo a interpretação de Ritinha e de Rodrigo, pois: “um tema desse era tudo que nós queria para debater, para trabalhar em sala de aula e esse tema vai até para missa. O padre debate na hora da missa. Foi um presente pra nós” (Ritinha, em 30/10/2016).

Alguns moradores da comunidade também gostaram deste tema da campanha da fraternidade, para Sr. Zé Luiz esse tema trata a importância do meio ambiente, porque fala sobre a responsabilidade de cuidar do planeta, como casa comum. Já para Sr. Aloízio “esse tema fala da importância da terra. Fala da divisão da terra. Porque fala do direito à terra, né? Eu gostei. De uns dia pra cá, depois desse papa, a igreja mudou muito” (Sr. Aloízio, em 29/10/2016). A concepção religiosa de que a religião é uma forma de transformar a realidade social é comum na comunidade, de maneira geral, pois é uma prática no catecismo, mas também é uma concepção política, vivida principalmente pelas lideranças, como Sr. Aloízio e Sr. Zé Luiz que dizem serem membros da CEB Recanto dos Franciscanos e por isso assumiram a responsabilidade de administrar as suas respectivas associações, porque acreditam que:

(...) o camarada não pode fugir da responsabilidade. Se eu não assumir vem outro pior do que eu e assume. Deus não gosta de gente preguiçosa! Deus gosta de gente de coragem, gente esperta. Frei Juvenal tinha um ditado que dizia: ‘quero ver todo mundo com a mão na massa’. Aí, é assim, nós temos que tomar a frente, porque senão a coisa não anda, quem quer botar as coisas para andar tem que andar na frente. (Sr. Aloízio, em 11/09/2015).

Para estas pessoas a *vocação política* é uma *missão religiosa*. É o que deixa claro os diálogos com Sr. Aloízio, Sr. Zé Luiz, Ritinha, Rodrigo, Dona Neguinha, Dona Edith entre outros tantos. Pois, a religião é um estilo de vida, uma forma de ser e agir no mundo, é ela quem fornece valores, fundamenta práticas e motiva os sentidos de luta e resistência na comunidade. A prática religiosa dentro das CEB é também uma visão política de encarar o mundo, de querer transformá-lo, pois partem do princípio de que o Reino de Deus começa neste mundo e que é preciso levar Jesus Cristo aos mais necessitados (BOFF & BOFF; 2010 e NORONHA; 2012).

Ao contrário do que pressupões Silva⁸⁰ (2006:13), o movimento da Teologia da Libertação não teve um fim, não sucumbiu mediante a perseguição da Santa Sé, mas ao contrário, rendeu frutos e é uma chama viva e atual. Os moradores das comunidades Serra dos Mares e Jussara II escolheram viver essa forma de religião, baseada na concepção política de que é preciso transformar o mundo num lugar melhor para se viver. O Sr. Zé Luiz diz que: “a comunidade é fruto hoje da luta, que começou lá. Quer dizer, hoje nós estamos vivendo o que Frei Juvenal *pregava*, né! Aqui é onde nós vive como a gente *acredita*. Porque isso é o resultado da luta que vem desde os nossos pais” (Sr. Zé Luiz em 24/06/2015). Pode-se dizer que a comunidade Serra dos Mares e a Jussara II são a vivência cotidiana dos valores cosmológicos que emanam das CEBs; é por assim dizer, a vivência prática e a organização político-social, daquilo que aprenderam e defendem ainda hoje no seio das CEBs. Por isso, nos discursos das associações comunitárias a palavra mais dita e repetida é *comunidade*, sempre no sentido de reforçar a ideia de uma vida coletiva, de uma vida em solidariedade e principalmente quando se quer reforçar os laços de união entre os moradores, isso nas respectivas comunidades (THEIJE, 2002).

É bem verdade que nessas duas comunidades há uma prática religiosa recorrente daquilo que Alba Zaluar (1983) chama de *catolicismo devocional*. A característica mais marcante desse seguimento religioso é o culto e a devoção aos santos, prática comum entre todos moradores dos assentamentos estudados, é por assim dizer uma característica marcante em meio aos camponeses (LANNA, 2005; WOORTMAN & WOORTMAN, 1997). O Sr. Aloízio mesmo se reconhece como romeiro do Padre Cícero, muito embora saiba que a igreja não o reconheça como santo, mas mesmo assim insiste em defender sua santidade e todos os

⁸⁰ Ele diz em sua dissertação que: “procurei melhor compreender os impasses e as contradições no seio da Igreja Católica com o surgimento e a afirmação da Teologia da Libertação, processo que levará seu fim” (SILVA; 2006, p. 13).

anos vai ao Juazeiro do Norte, adorar ao seu padrinho e levando consigo vários outros romeiros, de sua comunidade e da região. Sua devoção à Padre Cícero começou quando ainda era adolescente. Sua primeira viagem, ao Juazeiro do Norte, foi quando ainda era solteiro e sua primeira promessa foi quando sua primeira filha, Suzi, nasceu. Desde então, a partir dos anos 80, nunca deixou de ir à cidade que considera santa, mas infelizmente no ano de 2016 não pode ir, porque estava fazendo tratamento de hemodiálise, o que o deixou muito triste, mas diz que “o santo sabe por que eu não fui”.

Por sua vez, Dona Edith diz já ter feito promessa para com Nossa Senhora e com Frei Damião, este último também é considerado santo e diz ter alcançado a graça da promessa, obtendo a saúde de seu filho mais novo, que estava quase morrendo. Ela diz que quando foi a uma das missões de Frei Damião em Capoeiras pediu a cura e ao chegar à porta da igreja já o ouviu dizer: “seu filho está curado”. Daquele dia em diante o menino não teve mais nada. Antes disso tinha uma febre interminável e não comia, só chorava a noite inteira. Já Dona Luzia que se declara devota do Padre Cícero, pretendia viajar na comitiva de romeiros organizada por Sr. Aloízio para o Juazeiro, mas como este não foi, ela teve que ir para o município de Paranatama, saiu de sua casa ainda meia noite, para chegar na madrugada do dia 30 de outubro, na casa do caminhoneiro, que leva os romeiros para o Juazeiro. Esses dias são dias de sacrifícios, dias de penitências como já demonstrou Campos (2013), na medida em que os romeiros entendem ser o Juazeiro do Norte uma terra santa e que devem sofrer para pagar seus pecados. Dona Luzia fez esta última viagem no intuito de pagar uma promessa, tão importante, que não quis me dizer qual era a graça alcançada. Quando eu perguntei ‘porque vai à Juazeiro’, ela simplesmente disse: “vou todo ano, mas dessa vez é especial, só sabe Deus e eu” (Luzia, em 16/09/2016).

Tanto Sr. Aloízio, como Dona Luzia e Dona Edith são devotas de Padre Cícero e outros santos, mas ao mesmo tempo se reconhecem como membros das CEBs. A fé vivenciada ligada a Teologia da Libertação (Löwy, 2000), é praticada em comum acordo com as crenças nos santos. Muito embora, Sr. Aloízio diz que não gostava muito dos sermões de Frei Damião, porque ele não falava em pobre e diz preferir missas onde os padres falem dos necessitados e que: “Padre Cícero era um homem querido, era homem sabido. Ele era santo, ele sustentava uma nação de pobres” (Sr. Aloízio, em 02/01/2015). Ao que percebi, a prática religiosa e a militância política-religiosa sempre andaram juntas nas comunidades Serra dos Mares e Jussara II. Uma prova disso, é que as pessoas presentes nas missas e celebrações são as mesmas que frequentam as reuniões das associações comunitárias para tomarem decisões políticas. Há um ativismo religioso e político que são práticas de uma mesma fé, que toma

diferentes formas, seja no catolicismo devocional ou na atuação mais política cotidiana da comunidade.

5.4 O COMPADRIO E A PREFERÊNCIA PELOS POBRES

Na comunidade Serra dos Mares, várias pessoas tinham vínculo de compadrio com Frei Juvenal, há atualmente pelo menos 16 afilhados deste franciscano. Isso sem contar os casos de compadrio sem haver afilhados, que é o caso dos compadres de fogueira. De maneira geral, há pelo menos quatro formas de compadrio, são eles: de representar, de crisma, batismo na igreja e de fogueira (Arantes Neto, 1993 e Paiva, 2008). Em seguida, veremos mais sobre cada um deles, por hora basta dizer que o compadrio de fogueira não gera obrigatoriamente afilhados. Dona Neguinha, Dona Edith, Sr. Antônio Barbosa são alguns dos exemplos de pessoas que eram compadres de Frei Juvenal e tinha filhos batizados na igreja tendo Frei Juvenal como padrinho, por sua vez Sr. Aloízio, dentre outros, era compadre dele de fogueira.

Segundo Ritinha, a catequista da comunidade, a maior recorrência à Frei Juvenal para ser padrinho se dava na primeira comunhão e na crisma, que eram realizadas na cidade de Iati, com a presença do Bispo da cidade de Garanhuns. Era nesse momento que vários dos rapazes e moças tinha como referência a pessoa de Frei Juvenal e aqueles mais jovens eram influenciados pelos pais a tomar ele como padrinho. Há casos em que algumas pessoas queriam ser afilhadas dele, mas não podiam, porque tinha que optar por ter ele como celebrante ou como padrinho, como é o caso de Sr. Zé Luiz, que fez a primeira comunhão e crisma recebendo a hóstia sagrada das mãos dele e por isso não pode tomá-lo por padrinho, como era seu desejo. Além destes casos, havia pessoas que o chamavam de padrinho e compadre sem terem sido batizados por ele ou o ter tomado por compadre em algum ritual religioso. Ou seja, tinham outros padrinhos e compadres na prática, mas o consideravam por respeito e em nome da admiração o atribuíam esses títulos.

Numa entrevista, no ano de 2012, por ocasião da pesquisa de mestrado, o próprio Frei Juvenal fala indiretamente sobre o compadrio, ao se referir a tradição religiosa e os santos católicos:

Padre Cícero era um homem bom. Ele distribuiu terra para os pobres. Frei Damião era um homem do povo, o povo gostava e ele pregava o bem. O que a gente tem que admirar neles é esse carisma que eles tinham. Padre Cícero tinha muitos *afilhados*, criava muitos passarinhos e *dava de comer* a todo

mundo. Isso já era um jeito de ajudar os pobres. A gente tem que entender que a igreja é uma só. Num tem essa divisão. O papel da igreja é ajudar os necessitados. Ajudar a quem precisa né! Se Padre Cícero tem o dom de ser político ele vai ser político e se ele vai ajudar o povo isso está certo. Num é errado não. Para quem está de fora as CEBs é outra coisa, mas não é. Somos igreja. O nosso papel é levar o bem, quer dizer, o evangelho a quem precisa. Você veja que o erro dos políticos é esquecer Deus, mas o povo de Deus não pode deixar de fazer política aqui nessa terra. Porque cada um usa o dom que tem. (Relato registrado no diário de campo e gravado em 14/03/2012).

A ocasião da pergunta, lembro-me muito bem, era se havia alguma tensão entre a Teologia da Libertação, praticada nas CEBs e a tradição católica dos santos populares, como Padre Cícero e Frei Damião, tendo em vista que estes são vistos como “conservadores” e as CEBs são uma tendência progressista dentro do catolicismo. Sua resposta foi, ao contrário de minha pergunta, altamente conciliadora⁸¹. Parece que essa era uma característica de sua personalidade, conciliar, seja na resposta de uma pergunta ou na sua prática como pároco e militante político, pois sabia pegar aquilo que se tem na prática cotidiana e na medida em que concordava, consentindo a prática da tradição, negociava tentando transformar a visão de mundo dos seus interlocutores, através de uma visão progressista de mundo. Isso para ele parecia muito fácil porque seu carisma era uma característica marcante. É sobre isso que está falando Dona Edith, ao dizer que: “aquele homem nunca disse uma palavra errada”. Em outras palavras, era uma pessoa carismática, cujo falar atraía e cativava. Essa foi a exatamente a palavra que Sr. Aloízio usou para falar sobre Frei Juvenal, o definiu como sendo uma pessoa cativante.

Aqui ocorre um curioso paradoxo, pois sabemos que “o compadrio não é apenas uma instituição religiosa ou de parentesco, que reforce desigualdades supostamente pré-existentes, mas que se constitui numa estrutura que cria tais desigualdades” (LANNA; 2009, p. 5). Sendo, pois, Frei Juvenal um pregador contra as desigualdades, como poderia participar e ser protagonista de uma prática, que é assimétrica e por si só produz e reproduz a desigualdade? Ao fazer esta pergunta estou partindo da pressuposição de que:

⁸¹ Fazer uma releitura da tradição religiosa do cristianismo parece ser uma característica comum as pessoas ligadas a Teologia da Libertação, pois sempre têm respostas conciliadoras no que diz respeito a relação tradição *versus* progressistas, é o que demonstra Löwy (2000, p. 123), interpretar os textos da T.L.: “a preocupação com o pobre foi uma tradição da Igreja por quase dois milênios que remonta à origens evangélicas do cristianismo. Os teólogos latino-americanos se colocam como continuadores dessa tradição que lhes dá tanto referência quanto inspiração”.

Entende-se o compadrio como uma estrutura a partir da descrição de circuitos de reciprocidade. Compreendida como circulação entre pais biológicos e espirituais de uma criança, a ser retribuída pela “graça”, ela implica assimetrias e desigualdades e também remete a uma ontologia do social, a qual é fundada na circulação de valores não mercantis e no que Sahlins (2008) designa de “estrutura elementar da vida política” (LANNA; 2009, p. 5).

É nesta ação de se tornar padrinho que Frei Juvenal se consagra como uma figura conciliadora, entre a prática recorrente do catolicismo, tendo em vista que o compadrio é uma prática religiosa, sendo que ao mesmo tempo ele tenta negociar novas perspectivas e trazer outras visões de mundo, para com seus afilhados e compadres. Sabemos que o compadrio e a desigualdade nele contida, que nos fala Lanna (2009) e Arantes Neto (1993), são anteriores a chegada de Frei Juvenal à comunidade. Sr. Antônio Barbosa e Dona Neguinha disseram que, antes de tomarem Frei Juvenal como compadre, era comum na região e até mesmo em suas famílias, tomar como padrinho um patrão⁸² ou algum fazendeiro que tivesse posses e fosse uma pessoa considerada pela família. Dona Edith por sua vez, disse que já aconteceu de tomar como padrinho de um dos seus filhos um fazendeiro rico, mas que ele nem sabe quem é seu afilhado, porque só o viu no dia do batismo. Isso deixa claro que essa assimetria contida no compadrio é múltipla, pois pode se relacionar as relações biológicas e espirituais, no caso dos pais biológicos com os padrinhos (Arantes Neto, 1993 e Paiva, 2008), mas também pode haver um conjunto de relações sociais e econômicas para além do ato de batismo. Como afirma Sabourin (1999:42), “o apadrinhamento recíproco das crianças entre duas famílias sem laço de parentesco é uma forma de aliança extremamente forte que permite multiplicar as redes interpessoais além da esfera local, das classes sociais e das categorias socio-profissionais”.

Sendo o compadrio uma instituição que impõe trocas simbólicas, o vínculo construído acaba por trazer determinadas obrigações, entre os padrinhos e os afilhados. Sr. Antônio Barbosa diz que hoje em dia não se respeita mais os padrinhos como antigamente, porque antes se tinha aquele costume de dar a benção na semana santa, levar presentes até o padrinho e a madrinha, sem se esperar receber outro melhor em troca, mesmo sabendo que eles iriam dar presentes de volta, o presente recebido não era esperado como uma forma de interesse

⁸² Lanna (2009: 7) salienta que em alguns lugares como em Andaluzia a palavra compadre é derivada/sinônimo da palavra patrão e mostra ainda como no Brasil padrinho e compadre estão intimamente associadas a relações de patronagem.

lucrativo. Essa memória saudosista também faz lembrar, como narra Sr. Aloízio, que normalmente os afilhados eram trabalhadores braçais nas terras dos seus padrinhos: “era como na novela dos coronéis, o cara ia, quando chegava lá ia era trabalhar quase de graça para o padrinho, enquanto ele vivia sua boa vida. Quer dizer, isso é considerar a pessoa? Quem toma rico por padrinho é porque tem interesse, aí quebra a cara” (Sr. Aloízio, em 02/01/2016). Embora no compadrio o que há de importante é a consagração, a iniciação a vida religiosa ou ainda o aspecto sacrificial (Arantes Neto, 1993 e Paiva, 2008), a partir do compadrio surgem múltiplas relações de reciprocidade como observa Lanna (2005:5):

Observa-se que a reciprocidade se liga ao aspecto sacrificial do dom da criança e de outros tipos de retribuição, como os implicados nas promessas católicas. Finalmente, verifica-se a relevância deste tipo de análise para futuros entendimentos de outras prestações e categorias, frequentemente tidas como puramente econômicas como a categoria de trabalho.

Há na comunidade Serra dos Mares um conjunto de narrativas históricas de que no passado remoto e numa distância geograficamente indefinida os padrinhos criavam seus afilhados e tinha direito sobre seu trabalho, de modo que o afilhado era “quase um escravo”, como diz Sr. Aloízio:

(...) antigamente o povo pegava e dava uma criança a um padrinho, aquele padrinho tomava de conta, era quase que nem um filho, mas deixa que o afilhado trabalhava mais, era humilhado e só tinha o que comer. Aquela vida de sofrimento. Era ser pobre na casa do rico, porque não tinha o que comer em casa, na seca. Aí o pai e a mãe dizia: vou dar esse menino pra compadre fulano tomar de conta. O menino ia feito um besta, porque lá tinha o que comer. Vivia a vida inteira feito um escravo. É essa a bondade dos ricos” (Sr. Aloízio, em 02/01/2016).

Ao mesmo tempo em que conta essa narrativa, Sr. Aloízio, disse que isso era antigamente, que já ouviu muito falar de pessoas que viviam assim, na casa dos grandes fazendeiros da região, mas que graças a Deus ninguém de sua casa chegou a viver dessa forma. Dessa forma é possível dizer que: Voltando ao compadrio, após a troca inicial da criança por graça, restam assimetrias e desequilíbrios. Em alguns locais e momentos históricos, os padrinhos receberiam outras prestações materiais, as quais podem simbolizar a

própria pessoa do afilhado e o trabalho deste é a contraprestação mais valiosa que ele poderia dar em troca da graça (ou uma continuação lógica, uma reprodução da dádiva inicial que seus pais fizeram aos padrinhos).

Se a pessoa física foi dada pelos pais biológicos antes do batismo, o trabalho constitui o dom da pessoa social do afilhado, algo com certo conteúdo sagrado, que se aproxima da graça como modo de retribuição. O afilhado é, ao mesmo tempo, um sujeito que dá e um objeto que circula, semelhante às mulheres no modelo das estruturas elementares do parentesco de Lévi-Strauss, um valor simbólico e um veículo de valor, sua incorporação. Se o dom mais valioso que os pais biológicos podem fazer é o do seu filho, ou de alguns direitos ligados ao seu filho, o afilhado pode dar mais dele mesmo, do seu trabalho. Isso sugere o aspecto sacrificial do compadrio. Em algumas regiões específicas do nordeste brasileiro, se prescrevem ou se prescreveram no passado prestações de trabalho da parte do afilhado (Arantes, 1971), para a Bahia; ou (Woortmann, 1995) para Sergipe. Ainda que tal prestação seja hoje rara, ela importa como possibilidade lógica mais do que como ocorrência prática, seja lá qual sua frequência (LANNA; 2005, p. 8)

A prática do compadrio entre os moradores da comunidade Serra dos Mares, sendo obviamente anterior ao contato com Frei Juvenal, ao tomá-lo como padrinho, há uma grande diferença entre o vínculo que se estabelece com ele e com outros padrinhos. Primeiro porque ele não era uma pessoa rica em posses materiais, como comumente ainda se tem referência na vizinhança da região; segundo porque ao tomá-lo como padrinho os pais da criança queriam um modelo paternal que guiasse seu filho num caminho espiritual, isto é, que tivesse como exemplo de vida a própria prática do seu padrinho, como afirma Dona Neguinha:

(...) ah, eu tomei ele porque ele era um *homem bom*, uma *pessoa de Deus*. Porque a gente devia muito a ele e queria ver nossos filhos tendo ele como padrinho. Frei Juvenal era que nem um pai pra nós! Bem queria que todo padrinho fosse que nem um daquele. Porque quem tivesse perto dele sentia a presença de Deus. Era um homem bom viu? (Dona Neguinha, em 24/04/2015).

Fica claro um poder, no sentido weberiano do termo (WEBER, 2005), atribuído ao Frei Juvenal a partir da influência que exerce com seu carisma e suas ações pautadas na tradição religiosa. Sabemos que a noção de poder “é entendido como toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o

fundamento dessa probabilidade” (VILA NOVA, 2006, p. 127). Ao tomar Frei Juvenal como padrinho de seus filhos os moradores da comunidade Serra dos Mares e Jussara II estão partindo do princípio de que este homem possa exercer influência sobre seus afilhados, numa palavra Dona Neguinha diz: “quem é afilhado de uma pessoa quer ser que nem ela”. A lógica do compadrio, neste caso, é a mesma que reproduz a assimétrica, porque o padrinho exerce influência com seu prestígio sobre os afilhados.

No entanto, os moradores deixam claro que a relação com Frei Juvenal é diferente daquela atribuída aos outros padrinhos, porque comumente os afilhados deviam trabalhar quase de graça para seus padrinhos, que eram na maioria das vezes seus próprios patrões, mas no caso do compadrio com o franciscano não haveria esse tipo de exploração, pois sua influência na vida dos afilhados não estava pautada numa relação econômica, mas espiritual. Neste último aspecto, fica claro que a escolha do padrinho se dava porque o padrinho tinha uma história junto da comunidade, como vários moradores afirmam: “nós devemos muitos favores à Frei Juvenal”. A ideia da dádiva maussiana (MAUSS; 2003) está explícita, o dever de retribuir o favor recebido com um presente diferente, daquele que foi dado anteriormente. Como salienta Lanna (2005:7):

(...) a graça não é nunca perfeitamente retribuída, mas algo que coloca seu recebedor numa posição inferior, com a obrigação de retribuir. Vê-se, com isso, já que a dádiva é uma relação instável desequilibrada, não se retribui identicamente, ao mesmo tempo, a alguém em posição social idêntica. Percebe-se, ainda, como a troca é uma síntese entre dois movimentos em sentidos opostos, cada um criando sua dívida. Dessa forma, é possível afinal definir o compadrio como a troca da pessoa física pela pessoa social, esta simbolizando um valor superior maior do que aquela. Ainda: o compadrio é a troca do afilhado pela graça, uma troca assimétrica, ainda que recíproca.

Ao retribuir os favores recebidos com a escolha de Frei Juvenal para ser padrinho também se está homenageando a sua personalidade. Aqui há, mais uma vez, claramente uma noção de pessoa no sentido maussiano (2003), baseado na ideia de Deus, já que: “são raras que fizeram da pessoa humana uma entidade completa, independente de qualquer outra, exceto de Deus” (MAUS, 2003, p. 384). Isso fica claro porque os nativos afirmam recorrentemente que Frei Juvenal era um homem de Deus. A noção de pessoa é forjada na relação com Deus porque, como afirma Simmel (2011: 14) “o indivíduo sente-se ligado a um

universal, a algo superior, de onde ele veio e para onde retornará, de quem espera elevação e salvação, do qual é diferente, mas ao qual é idêntico”. No contato com o divino, mais do que fonte de uma ética, há um vínculo moral, transcendental e social. Os vínculos sociais se dão porque, como afirma Durkheim (1996), a religião é coletiva em todos os seus aspectos. Logo a noção de Deus é também uma construção social e coletiva (Durkheim, 1996; Simmel, 2011; Mauss, 2005). Nesse sentido, pensar a ideia de pessoa e a ideia de Deus é pensar as formas de ser e agir no mundo. Quando os nativos afirmam ser Frei Juvenal um homem de Deus estão o atribuindo determinadas características, que se assemelham a noção de Deus, partindo da forma como percebem as ações e o jeito de ser do franciscano.

No compadrio, de algum modo, se deseja que o afilhado aprenda com o padrinho, que pareça com ele e siga seus passos. Esta ideia está baseada no princípio da graça, segundo a qual é “valor máximo, retorno apropriado à dedicação da criança e que define o aspecto sagrado do compadrio” (LANNA; 2005, p. 7). Uma vez escolhido o padrinho, o afilhado receberá a graça de ter a influência desta personalidade na sua vida, que deverá guiá-lo espiritualmente, pois sabemos que “a Lei Canônica da religião Cristã explicita que, apenas depois de ‘os padrinhos receberem no batismo o afilhado’ é que este recebe ‘o dom do Espírito Santo, o dom da fé’” (Gudeman, 1972, p. 49-50). Portanto, é uma graça dada a partir de um ritual, no qual há uma dádiva dada de uma pessoa para outra (MAUSS, 2003), uma vez que é através da pessoa do padrinho que o afilhado é iniciado na vida cristã. Por isso, concordo com a concepção de Lanna (2005, p. 7) elaborada a partir de seu caso etnográfico:

O compadrio não pode, dessa forma, ser reduzido a “mecanismo” ou “ferramenta para estender ou intensificar relações sociais” (Mintz e Wolf 1950, p. 348), visto que é fundamento da vida comunal. Quando uma comunidade se forma, as pessoas estabelecem laços de compadrio, como em um assentamento fundiário, por exemplo, o qual foi acompanhado pelo autor deste texto, a Baixa da Quixaba, onde 63 famílias foram assentadas. Alguns casais eram escolhidos como padrinhos preferenciais. O batismo significa pertencimento, incorporação em uma comunidade moral (Kottak, 1967, p. 433). A lei canônica fala em pais naturais dedicando seus filhos a santos, e considera os padrinhos como intermediários (Gudeman, 1972). Assim, tem-se, aqui, uma primeira dádiva, a da criança.

No sermão da festa de São Francisco de Assis, celebrado no galpão da comunidade Serra dos Mares, ouvi o padre dizer uma frase bastante pertinente sobre São Francisco de Assis e Frei Juvenal:

(...) sabemos que a salvação vem de Jesus, mas temos os santos na terra guiando o povo de Deus. Vocês olhem para aquelas fotos, temos ali dois homens de Deus. Frei Juvenal e São Francisco, um daqui tão perto da gente e outro de tão longe. O que esses homens têm em comum? São homens de Deus. Eles são como modelos, modelos de santidade, de caridade. São como passos, que a gente deve seguir na estrada da vida. Porque só quem salva é Jesus, mas se você tem um modelo você segue e quer se parecer com ele. Se você quer seguir um modelo, os santos estão aí, porque quanto mais você segue os santos mais se parece com Jesus. Todos nós devemos seguir Jesus e se os santos se parecem com Ele é porque isso é possível” (Padre Carlos, em 28/10/2016).

Depois disso, se seguiu uma música do cantor e compositor Padre Zezinho, cujo refrão dizia: “(...) andar como Jesus andou, viver como Jesus viveu, amor como Jesus amou e ao chegar ao fim do dia, eu sei que dormiria muito mais feliz (...)”. Isso deixa claro que a vida cristã é feita de um conjunto de rituais de passagem, cujo objetivo é atingir cada vez mais um grau de santidade e pureza. Assim, o batismo inicia a vida cristã, a primeira comunhão inicia a vida na comunhão com Cristo ao tomar a hóstia consagrada e a crisma é mais um nível de aperfeiçoamento e aprofundamento na vida cristã, dentro da hierarquia da igreja, o mesmo vale para o casamento, que é a consumação do sagrado matrimônio. Em todos esses rituais de passagem e aprofundamento da vida cristã há sempre a presença de padrinhos e o espelho exemplar são os santos e a Santíssima Trindade.

Sendo assim o padrinho é um tipo ideal, no sentido weberiano do termo (WEBER; 1999), assim como os próprios santos são tipos ideais de comportamento. Há na memória dos assentados histórias de que se escolhiam como padrinhos dos filhos os próprios santos, aliás, o próprio Marcos Lanna (2005:7) fala sobre esse tipo de apadrinhamento “o padrinho pode viver a milhares de quilômetros e o afilhado pode nunca tê-lo conhecido – em especial quando ele toma a figura de um santo, como frequentemente ocorre em partes do país, especialmente na costa nordestina, apesar da proibição da igreja”. Nos dias atuais, no meu campo de pesquisa, já não ocorre de se tomar os santos como padrinhos, apenas há narrativas de um

passado aparentemente distante, mas há outros tipos de apadrinhamento que também foram proibidos pela igreja e que se praticava até então. É o caso de se tomar membros da própria família como padrinho, como há na comunidade pessoas que têm como padrinho o avô materno e outros tantos que são afilhados dos tios e tias.

Muito embora a igreja recomende que seja tomado como padrinho alguém que seja considerado pela família, mas que não seja parente de primeiro ou segundo grau, mas os nativos dizem que o mais importante é o primeiro critério, o que acaba algumas vezes na prática anulando o segundo critério de não poder tomar parentes. Sabemos com Paiva (2008) e com Arantes Neto (1993, p. 200), que o padrinho mais importante é o do batismo oficial da igreja. Isso porque:

Em posição equivalente à do Espírito Santo no episódio do nascimento de Jesus Cristo, no batismo o padrinho é responsável pela transmissão (resgate) da essência mística (alma) da criança cristã, a qual, tal como o Filho de Deus, passa a ser filha de uma mulher e, simultaneamente, de dois homens: mãe, pai e padrinho. Diferentemente do que ocorre com José no relato bíblico, entretanto, pressupõe-se no compadrio a participação do pai na geração biológica da criança. No sistema de relações rituais, esse é substituído pelo padrinho, genitor espiritual da criança, para o qual, muito significativamente, a Doutrina da Igreja prevê a proibição explícita de relacionamento sexual com a comadre.

E os próprios nativos falam que Frei Juvenal chamava muito atenção para a importância do batismo. Paiva (2008:86) ao tratar de seu caso etnográfico, mostra uma suposta hierarquia na importância atribuída aos padrinhos, sendo que no seu caso chama atenção a madrinha de representar. Para os seus nativos, ela é mais importante por apresentar o afilhado a Deus. Neste caso, o quadro hierárquico, numa escala valorativa de importância na vida cristã seria:

1ª Madrinha de representar

2ª Padrinho ou madrinha de crisma

3ª Padrinho ou madrinha de igreja

4ª Padrinhos e madrinhas de fogueira

No entanto, na comunidade Serra dos Mares a influência e o prestígio de Frei Juvenal é tanto, que alguns moradores afirmam que o padrinho mais importante é o da crisma, ou seja, Frei Juvenal. Segundo eles, porque diferentemente do batismo, na crisma já tinham mais entendimento, isto é, mais idade para saber decidir se iriam ou não fazer a crisma e também porque os próprios afilhados escolhiam os padrinhos. Aqui, há diferença entre os meus dados e o caso etnográfico de Paiva (2008:86), muito embora ela não despreze a importância do padrinho de crisma, diz que: “a posição do compadrio de crisma, que aparentemente não tem muito destaque, nem no cotidiano nem nas representações religiosas, é fundamental porque é considerado como aquele que confirma os laços cristãos do afilhado, estabelecidos no primeiro batizado”. Algumas pessoas como é o caso de Ritinha diz só conhecer e considerar como padrinho mesmo Frei Juvenal, pois é o único que convivia com ela. Já para Sr. Zé Luiz, embora não fosse afilhado dele, o considerava como tal e afirmar: “ele era o padrinho da comunidade”. Podemos destacar dois fatores para compreender o contexto no qual foram feitas essas afirmações. Primeiro que essas afirmações vindas dos afilhados, como Rosinha, Marina (filha de Sr. Aloízio) e Zé Luiz, foram feitas em 2016, poucos meses depois do falecimento de Frei Juvenal,⁸³ o que acaba dando mais visibilidade ao padrinho referido. Segundo elemento, é que depois da presença dos Evangélicos Protestantes, ocorrem vários questionamentos sobre as práticas e tradição da igreja católica. Um dos maiores se refere à idade do batismo, pois segundo a catequista Ritinha:

Hoje os crentes estão em todo canto. É na rua, nos colégios. Até aqui na comunidade e a gente tem que ensinar a gente a se defender. Porque eles dizem que Maria não é santa, depois vem outro e diz que os santos não salvam. Como é que Maria não é santa se ela é a mãe de Deus. E todo católico sabe que quem salva é Jesus. Nada do que os crentes falam é verdade. *Porque eles querem batizar de novo.* Mas onde já se viu batizar uma pessoa duas vezes? Eles dão é banho no povo. Porque eles dizem assim: ‘a criança não sabe que está sendo batizada’. Mas porque a gente batiza criança? Para ela não morrer sem se batizar, antigamente morria muita criança, aí os padres resolveram batizar a criança para os anjinhos morrer todos batizados. Aí, é assim, a criança pode num saber. Mas quando vai

⁸³ Ele veio a falecer durante uma cirurgia, para retirada de pedras na vesícula, no mês de junho de 2016.

crescendo, faz a *primeira comunhão* e a *crisma*, que é a *conformação do batismo*. Os crentes não. É só se batizar e pronto. Mas será que depois de batizado a pessoa não peca mais? (Ritinha, em 30/10/2016).

Logo pressupõe-se uma maior consciência ao escolher o padrinho de crisma e também uma maior autonomia ao afilhado, que ao escolher seu padrinho de crisma está também escolhendo se aprofundar e aprimorar a vida cristã, já que a crisma, assim como a primeira comunhão são as confirmações do batismo e o aprofundamento na vida cristã dentro da igreja, para usar os termos da catequista. É claro e evidente que muitos dos afilhados que escolheram Frei Juvenal como padrinhos foram influenciados, em alguma medida, pelos pais. Como é o caso da filha de Dona Edith, que diz: “foi mãe quem mandou eu chamar ele”. Mas, mesmo nesse caso, a autonomia de escolher o padrinho de crisma e o convidar é sempre do afilhado, pois ele é quem decide quem vai entrar com ele na igreja. Isso é uma das coisas que são ensinadas no catecismo, sobre a autonomia de quem vai fazer a crisma. É tanto que existe uma idade mínima para passar por este ritual, não podendo fazer a crisma quem tem menos de 14 anos de idade. O ideal é que já tenha 16 anos, afirmam Ritinha e Rodrigo.

Muitos dos compadres e afilhados de Frei Juvenal nas comunidades Serra dos Mares e Jussara II dizem que o tomaram como padrinho porque prezam por relações que não sejam de subordinação econômica e acreditam que tomar como padrinho os fazendeiros da região seria perder a autonomia, tendo em vista que o prestígio econômico os colocaria em uma relação muito inferior. Mesmo quando o padrinho não é Frei Juvenal, nessas duas comunidades preferem-se padrinhos que seja da vizinhança e que tenha uma aproximação, tanto física quanto na condição econômica, para que não seja uma relação totalmente assimétrica, onde o padrinho explora o afilhado ou sua família economicamente. Nesse caso, preferem-se os parentes, amigos e pessoas que desenvolvam afeto. Quando se referem a pessoas que tomaram padrinhos ricos tomam isso como algo indigno, porque esse tipo de relação demonstra interesse, seja na festa do batismo, no casamento ou qualquer que seja a ocasião que o padrinho seja solicitado. Para muitos dessas comunidades, fazer uma festa com o uso dos recursos dos padrinhos é um “amostramento” com aquilo que é dos outros, o que coloca a pessoa que tomou o padrinho rico como alguém interesseiro. Isso é justamente o contrário de como deve ser moralmente a relação de compadrio, ao menos esse é o ideal dito pelos nativos:

Eu vejo gente que toma como padrinho aqueles ricão, aí se ferra. Eu trabalhava aqui numa fazenda. Quando era dia de semana santa os moleques

viam dá bença. Aí a patroa dizia, essa comida aqui é para meus afilhados tal, essa daqui era para os da rua que vem mais tarde. Aí chegava aqueles moleques com um punhado de umbu, com uns ovos na mão e tinha outros com aquelas latas de doce, num tem? A madrinha pegava e dizia: ‘fique por aí’. Os meninos ficavam ali, mas quando chegava aqueles carrão os moleques ficavam ali com vergonha. Então quer dizer, do que adianta? Dos meus os padrinhos são tudo pobre, quando Frei Juvenal batizou a mais velha, a festa faz vergonha eu dizer, só tinha uma galinha porque a vizinha deu, mas também filho meu nunca passa uma vergonha dessa. (Sr. Aloízio, em 11/09/2015).

Assim se justifica o porquê de terem tomado Frei Juvenal como padrinho, porque sempre o viram como sendo igual, isto é, “ele era que nem nós” (Sr. Aloízio, em 28/10/2016). Em uma de suas falas Sr. Aloízio deixa claro que Frei Juvenal não tinha nojo de pobre, que comia junto, que bebia da mesma água, que estava junto, deixando-os a vontade. Com sua presença os moradores eram como realmente são, ou seja: “um padrinho que a gente tem vergonha de ser pobre não é um padrinho” (Sr. Aloízio, em 11/09/2015). No apadrinhamento, os nativos procuram evitar as relações assimetrias que geram subordinações econômicas, isso porque tal situação gera a *vergonha*, ausência de dignidade, na qual os sujeitos perdem a autonomia. É justamente o contrário do que buscam, como modelo de vida e de relações sociais, porque a todo custo estão buscando manter relações nas quais tenham dignidade e autonomia, tendo em vista acreditar que: “*Nessa vida o homem deve esperar só em Deus*” (Sr. Aloízio).

5.5 A HOMENAGEM PÓSTUMA À FREI JUVENAL

Na comunidade Serra dos Mares há um colégio, no espaço denominado centro comunitário. Os moradores agora estão em processo de mudança do nome deste colégio, porque depois da morte do Frei Juvenal querem homenageá-lo e colocar o nome dele nessa instituição de ensino⁸⁴. O desejo de realizar essa homenagem irá expor para as pessoas a gratidão da comunidade para com Frei Juvenal, mas principalmente mostrará que se trata de uma *comunidade religiosa*, que consolidará através da escolha de um nome qual é o caráter comunitário, isto é, a devoção religiosa e a gratidão. Primeiro devemos deixar claro quem é

⁸⁴ O nome atual do colégio é uma homenagem a uma liderança política do município de Iati.

Frei Juvenal no contexto religioso e político em que viveu e quem fala sobre isso é Sr. Zé Luiz ao dizer que: “foi um homem perseguido como nós”. Trata-se de um religioso claramente associado à teologia da libertação, fazendo parte de uma CEB e defendendo a causa dos Sem Terras no contexto político do pós-ditadura militar, portanto, sofrendo muito em vida, sendo perseguido por lideranças políticas onde atuava. Ao homenageá-lo, os moradores estão afirmando a identidade religiosa junto as CEBs e consolidando uma prática de luta e resistência, pois o nome dado ao colégio é parte de uma dívida histórica para com Frei Juvenal, já que não construíram a igreja, não cumprindo a promessa que fizeram a ele e ao santo de sua devoção São Francisco de Assis. Essa gratidão se dá devido à aprendizagem que tiveram em seus sermões e também devido à vivência que tiveram com ele, pois era um homem de ensinar em seus sermões e ir lutar junto com aqueles que sofriam⁸⁵.

A ideia de homenagear Frei Juvenal com o nome do colégio surgiu logo após sua morte em 22 de junho de 2014, mas os moradores sempre afirmam não se trata apenas de um reconhecimento pós-morte, tendo em vista que sempre o homenageavam e gostavam de sua presença, é tanto que sempre o visitavam e o convidavam para passar alguns dias na comunidade. Mantinham uma relação estreita para com ele, de modo que se ofenderam quando foi feita uma estátua em sua homenagem na cidade de Paratama. Ofenderam-se por dois motivos, primeiro porque dizem que essa foi à cidade onde ele mais foi perseguido e humilhado em vida e, portanto, a homenagem é descabida e tardia, porque não apaga o não reconhecimento em vida. O segundo motivo pelo qual não gostaram da homenagem é porque a estátua é feia, ao menos é o que dizem, por ser desproporcional e não se parecer com o Frei. Deixando essa disputa simbólica de lado, para saber quem tem mais legitimidade sobre a homenagem póstuma, notamos um imenso prestígio dessa figura religiosa na região por onde atuou.

Aqui, sobre essa homenagem, quero problematizar como fizeram Campos, Gusmão e Mauricio Junior (2015) ao tentar entender como se dá *a disputa pela laicidade*. Esses autores tentam entender como se dá a atuação de sujeitos religiosos na esfera pública, para tanto afirmam que: “Faz-se necessário explicitar uma pergunta habermasiana de fundo: como esses atores fazem uso da razão na esfera pública?” (Campus, Gusmão & Mauricio Junior, 2015, p, 167). Além desta pergunta hebermasiana (Habermas, 2003), acrescento uma pergunta weberiana (Weber, 1999), no meu contexto etnográfico, para buscar compreender “qual é o

⁸⁵ Há vários relatos que dão conta da participação de Frei Juvenal em manifestações, como a que ocorreu em 1983 no Recife, em frente ao Palácio das Princesas, também a manifestações no município de Águas Belas, no ano de 1998. Em todas essas manifestações as reivindicações estavam ligadas a melhoria da vida no campo.

motivo subjetivo da ação social”. Em outras palavras, quero compreender quais foram os argumentos usados pelos nativos para reivindicar e conseguirem essa mudança se nome na instituição religiosa, bem como se deu esse processo.

Primeiro, quero lançar mão dos próprios argumentos usados pelos moradores nas falas e entrevistas que tive com eles. Segundo o Sr. Zé Luiz, os moradores buscaram mudar o nome do colégio por que:

Frei Juvenal é quase um santo, é mais do que muitos santos, porque o povo diz que santo de barro não faz milagre e é mesmo... Frei Juvenal foi quem fez essa comunidade, porque se não fosse por ele eu mesmo não estava aqui, eu digo por mim, não sei os outros e sei. Já que nós não fizemos a igreja vamos pelo menos fazer isso, pra onde ele tiver nós se lembrar dele. (Sr. Zé Luiz, em 26/10/2016).

O motivo de reivindicação para mudança no nome do colégio é eminentemente religioso e isso é unânime para os moradores. Trata-se de uma mudança religiosa. Mesmo deixando claro não terem Frei Juvenal como santo, mas o consideram “quase santo” como afirma também Dona Edith. E foi com essa motivação que procuraram o vereador Francisco, que foi eleito majoritariamente com os votos da comunidade, para fazerem essa mudança. Quem primeiro sugeriu em reunião que o nome do colégio fosse mudado foi Sr. Antônio Barbosa, mas sua preocupação maior não era de fato a homenagem póstuma, mas um questionamento: “eu disse assim: será possível que Frei Juvenal morreu e nós não fizemos a igreja?” (Sr. Antônio Barbosa). Diante desse questionamento a comunidade se percebeu em débito, reconhecendo uma dívida sagrada e de honra. Foi assim que surgiram várias sugestões, como fazer a igreja a qualquer custo, mandar celebrar várias missas, outros até queriam sair em procissão até o sítio cruz, antiga morada de Frei Juvenal, mas essa última ideia pareceu insana para as principais lideranças, como afirmam Sr. Aloízio e Sr. Zé Luiz, que dizem terem achado uma loucura a ideia e percorrer aproximadamente 132 km de distância numa procissão, como sugeriram alguns.

Essas ideias mostravam a devoção e gratidão para com Frei Juvenal e reacendia a dívida, foi quando foram pedir transportes na prefeitura de Iati para irem à missa de trigésimo dia no município de Paranatama. Na ocasião, ao falarem com o vereador Francisco o mesmo perguntou se agora iriam mudar o nome da comunidade, sugerindo assim que era possível mudar o nome da comunidade para homenagear o recém-falecido. Essa pergunta um tanto

quanto fora de contexto, porque até então ninguém havia internamente cogitado essa proposta fez com que Sr. Zé Luiz procurasse as demais pessoas e fizesse essa pergunta, até surgir à ideia de mudar o nome do colégio. Os moradores ficaram muito satisfeitos, porque não havia identificação com o antigo nome do colégio. Para o vereador Francisco⁸⁶ essa mudança foi bem vinda, pois o nome que estava no colégio até então não tinha nenhuma ligação com a comunidade, por se tratar de um parente do ex-prefeito, recém-derrotado na eleição.

O momento político no município era de mudança, a comunidade participou dessa mudança, apoiando majoritariamente o prefeito recém-eleito, que derrotou um “cacique” da política local, que dominava politicamente o município há mais de 30 anos. Com a mudança na prefeitura também ocorreu mudança na Câmara Municipal, de modo que o prefeito tinha apoio de 8 entre os 9 vereadores eleitos. Nesse contexto não foi difícil obter êxito na mudança do nome do colégio. Aliás, essa mudança de nome ocorreu também em várias ruas da cidade e em outros colégios espalhados pelos sítios. O argumento principal era de que os antigos nomes atribuídos não mais faziam parte da memória das pessoas e das comunidades. Nesse contexto, a mudança do nome do colégio na comunidade Serra dos Mares foi uma das últimas mudanças institucionais, só veio ocorrer em 2016, muito embora a reivindicação já tenha chegado a Câmara em 2014, através de um projeto do vereador Francisco Barros e com baixo assinado de 60 assinaturas, referendando o projeto e reivindicando já o nome de Frei Juvenal como substitutivo.

O interessante é que os argumentos usados pelo vereador são os mesmo da comunidade, ou seja, na esfera pública foi usada uma linguagem religiosa como meio de argumento. Em uma breve conversa com Francisco, que atualmente não é mais vereador, fica claro que: “Frei Juvenal já era conhecido, era amigo do prefeito (Padre Jorge) e nós tudinho já conhecia ele, nós tudinho somos católicos, até o vereador da oposição votou a favor, ninguém nem leu o projeto” (Francisco, em 13/04/2017). Soma-se a esse argumento o fato de que “Frei Juvenal é um nome bom, como se diz: é um peixe bom de se vender” (Idem). Essa última fala foi usada para dizer que não houve objeção na votação da Câmara Municipal por se tratar desta mudança, porque todos já conheciam o trabalho do religioso no município e particularmente na comunidade.

Assim, fica claro que não há uma mudança de linguagem na esfera pública, porque se trata de uma *comunidade religiosa* com atuação e representação política, tentando homenagear aquele que consideram como um “quase santo”. A luta política, neste caso, é

⁸⁶ Vereador Francisco, eleito em 2012, pelo Partido dos Trabalhadores do Brasil (PTB), estando na situação e apoiando o prefeito eleito na mesma eleição e partido, com mandato até 2016.

parte integrante da vida comunitária da comunidade, que sempre teve atuação política. Inclusive os próprios moradores reconhecem toda vida comunitária e as experiências que tiveram com Frei Juvenal como sendo parte da luta e atuação política que resultou na conquista da terra. Nesse sentido a atuação política, seja partidária ou não, está baseada numa compreensão ético-religiosa de mundo, pois compreendem que estão lutando pelo que é “o certo”.⁸⁷ Essa noção de “certo” que resulta numa atuação política no mundo está baseado na mesma lógica ética moral que atuam os nativos da comunidade Boi Branco segundo a qual buscam atuar no mundo para fazer justiça e a vontade de Deus (Ferreira, 2013).

Estamos diante de um conjunto de ações e relações que exprimem valores e princípios ético-morais. Esses valores são os fundamentos da vida comunitária da comunidade Serra dos Mares. As relações sociais estabelecidas na comunidade Serra dos Mares estão pautadas em princípios religiosos, porque eticamente os agentes envolvidos levam em conta os valores que amam das crenças e cosmologia religiosa. Nesse sentido, essa homenagem póstuma está baseada no pressuposto da gratidão. Esse valor moral pode ser compreendido dentro da lógica maussiana da *dádiva* (Mauss, 2003), segundo a qual cada objeto recebido guarda em si um pouco daquele que doou e, portanto, as pessoas envolvidas nas relações de trocas guardam consigo um *mana* que está estabelecido entre pessoas e objetos. Nesse caso, as pessoas são Frei Juvenal e os moradores da comunidade Serra dos Mares; os objetos são palavras, ensinamentos e a terra, porque os nativos compreendem ser a terra uma graça alcançada pela luta processada e aprendida nos sermões do Frei Juvenal.

A mudança de nome do colégio é a consolidação de um ciclo, como drama social (Turner, 2008), que se processou historicamente. Essa é a história de um conjunto de famílias religiosas que, a partir do contato com Frei Juvenal, passaram a se reconhecer como sem terras, passando a lutar para obter a terra dignamente e terem um vida digna, porque compreendem que a terra foi criada por Deus para todos. Esse “drama social” pode ser dividido historicamente em três períodos, primeiro momento é o início de tudo, ou seja, quando conheceram Frei Juvenal, até o momento em que conquistaram a terra. Aqui é a formação de uma consciência coletiva e autoafirmação identitária. O segundo período é a escolha da terra, quando chegam à fazenda Serra dos Mares, acampam e fazem morada. O

⁸⁷ Quem explica essa noção de “o certo” é Sr. Aloizio: “é assim, a gente faz aquilo que a consciência manda, quer dizer, eu mesmo não tinha lhe recebido se não tivesse me agradado. A gente sente, quando a pessoa é de bem. A gente no mundo deve lutar pelo certo. Porque Deus se agrada do que é certo. Cada um tem o livre arbítrio, né? Então é assim, se você faz o certo aquilo vai agradando a Deus, o cara pode não ter riqueza nem poder, mas tem sossego. Porque tem gente que tem dinheiro, mas se o camarada não for certo, não vale de nada, porque o que é errado não vale nada. Porque o camarada pode ter as coisas, pode fazer o que quiser, mas Deus é quem sabe tudo. Num pense que ninguém quer dar uma de esperto que num dá não. Estando certo para onde você for você entra e chega (...)”. (Em uma entrevista no mês de outubro de 2016).

terceiro e último momento é a morte de Frei Juvenal e a homenagem póstuma. Assim a história da comunidade é processada em momentos que se resumem em três categorias básicas: a fé, a luta e a gratidão. Os três momentos estão interligados, assim como essas três categorias são inter-relacionadas e indissociáveis. Uma categoria pressupõe a outra.

Os moradores da comunidade Serra dos Mares afirmam que a dívida/gratidão⁸⁸ para com Frei Juvenal se dá por terem aprendido em seus sermões e na convivência com ele o valor da terra e a importância de lutar por ela. O que fica bem claro é que a terra é uma graça divina, ou seja, criada e dada por Deus aos homens. Os moradores afirmam recorrentemente que o dom de Frei Juvenal era ensinar as pessoas qual era a vontade de Deus na terra. Com isso compreendo que a *noção de pessoa* pressupõe a ideia de dons específicos e individuais, que estão ligados a atuação de cada pessoa no mundo⁸⁹. Neste caso, o dom dado por Deus a Frei Juvenal pode ser entendido como uma missão, que era levar a mensagem do evangelho e transformar a vida das pessoas.

Isso nos demonstra a importância de pensar o catolicismo cosmológicamente e entender como a noção de pessoa está intimamente ligada a ideia de Deus, como sugere Reesink (2005:12) “isto significa que é a partir da *concepção de Deus* que se funda a noção de *pessoa cristã*, ligando profundamente as duas entidades”. Isso ocorre porque Deus é figura central no catolicismo e, portanto, os dons, o mundo e as pessoas são pensados e concebidos cosmológicamente na relação com o divino. É isso que ocorre na comunidade Serra dos Mares, Jussara II e também no Boi Branco (FERREIRA, 2013), que entendem ser a terra um dom e uma graça de Deus. As pessoas, sendo criadas por Deus, podem usufruir da terra porque esse é o sentido da criação. A luta pela terra deve ser pensada em três dimensões: primeiro, o sentido cosmológico da terra que foi criada por Deus para os homens; segundo, as pessoas como forma e meio de se conseguir a terra, porque as pessoas também são e têm seus

⁸⁸ Gratidão é a palavra mais correta, pois afirmam que têm uma dívida com Frei Juvenal quando se referem a não construção da igreja conforme prometeram, mas a palavra gratidão aparece de forma mais recorrentes quando falam de seus sermões e ensinamentos. Dizem: “sou grata a Deus por ter convivido com um homem daquele” (Dona Edith), “era um homem usado por Deus” (Ritinha) e “Aquele pregava a vontade de Deus” (Sr. Aloizio). Tanto a promessa como a aprendizagem e convivência com Frei Juvenal atribui e se referem a Deus, portanto ele só tem esse prestígio e honra por que: “era um homem de Deus” (Dona Edith).

⁸⁹ Dentro dessa forma de compreender a noção de pessoa está o trabalho etnográfico do colega de curso Pedro Germano de Lima (UFPE/PPGA), ao pensar a noção de pessoa dentro do candomblé pernambucano: “a pessoa como entendemos então, é um compósito de forças contidas em objetos, sons, lugares, performances/modos de fazer, atualizado em eventos e rituais, nos quais a participação lhes confere o reconhecimento necessário para reforçar seus *dons individuais* (LIMA, 2016, p. 7)”.

dons⁹⁰ dados por Deus; por fim, terra e homens formam um ciclo mútuo, no qual os homens devem possuir a terra para morar e trabalhar, podendo assim viver dignamente.

⁹⁰ Frei Juvenal e o conjunto de moradores que formam cada assentamento podem ser pensados como agentes e meios para possuir a terra, porque cada pessoa pode ou não ter os dons dados por Deus úteis no processo de luta, resistência e trabalho na terra.

6 A COSMOLOGIA RELIGIOSA NA CONSTRUÇÃO DO ÊXITO NA LUTA PELA TERRA

A luta pela terra, nos assentamentos, é constituída por vários fatores históricos, o que ficam bem claro é que tanto o êxito quanto o fracasso depende de como esses fatores se relacionam e se articulam ao longo do tempo. O que nos faz perceber que os elementos convergentes de coesão social e visão de mundo são diferenciais no processo de luta pela terra, porque todas as etapas de conquistar, morar e trabalhar na terra são empreitadas coletivas. Nesse sentido, a noção de pessoa é de fundamental importância para se compreender como ocorrem os processos de assentamentos, tendo em vista que a luta e a resistência são significadas de diferentes modos, o que possibilita diferentes resultados.

Os dados etnográficos apontam que a luta para se obter êxito nos assentamentos converge no sentido de autonomia e dignidade, portanto, quanto mais for bem sucedido maior será a dignidade e a autonomia para os assentados. A forma como compreendem a terra e a vida em comunidade é um diferencial para o êxito nos assentamentos, pois as pessoas envolvidas iram consolidar na vida comunitária as práticas e os valores que acreditam. A grande questão é até que ponto as pessoas estão dispostas a lutarem, resistirem e insistirem para conquistar, morar, trabalhar e viver na terra.

A cosmologia religiosa é uma chave importante para se compreender como significam a terra, o sentido da luta política e a vida comunitária nos assentamentos. Esta pesquisa traz evidências etnográficas de que a religiosidade é um elemento diferencial na história dos assentamentos que obtiveram êxito na luta pela terra e desenvolveram uma vida comunitária, porque se constituiu como um dos principais fatores convergentes de coesão social, dando significado a terra e sentido as formas de resistência. Os fatores históricos e políticos são interpretados pelos assentados de diferentes formas, o que permite problematizar como a cosmologia religiosa influência nas etapas de luta para obter a terra, resistência para permanecer e forma de vida comunitária.

As diferentes formas de agir produzem resultados diferentes, mas alguns elementos são comuns em vários assentamentos o que permite compreender a lógica de ação política entre os assentados. Em meio aos assentamentos estudados é possível problematizar os elementos comuns e as formas diferentes de fazer assentamento pertinente a cada um, como a organização social para obter a terra, etapas de luta e resistência, organização social e política, mas a problemática deste trabalho aponta para o sentido da luta, os significados envolvidos, enfatizando os aspectos subjetivos e cosmológicos da vida nos assentamentos.

6.1 ETAPAS DE SUPERAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA NOS ASSENTAMENTOS

A comunidade Serra dos Mares é, dentre os assentamentos pesquisados, a que tem uma melhor vida comunitária consolidada. Estou chamando vida comunitária o conjunto de ações coletivas, envolvendo o conjunto de moradores e o compartilhamento de um território comum. Segundo os próprios assentados, essa vida comunitária foi idealizada e já experimentada antes mesmo de se chegar ao território atual, tendo em vista que passaram por várias experiências antes de chegar à comunidade. A principal experiência ocorreu na ocupação da fazenda em Paranatama. Foi depois da expulsão nesta localidade que mais se uniram e passaram a desenvolver uma vida comunitária intensa. Isso ocorreu no espaço de uma igreja católica, com acompanhamento dos membros da CEB recanto dos Franciscanos. Portanto, o modelo de vida comunitária adotado na Serra dos Mares é antes de tudo um modelo de vida religiosa.

Dentre os assentamentos pesquisados a Serra dos Mares se difere, pois esta comunidade foi completamente formada antes da ocupação da terra. Outros assentamentos como o Boi Branco e o Jussara II tiveram experiências comunitárias antes mesmo da ocupação da terra. No entanto, é bem diferente deste, as histórias partilhadas foram mais intensas e comuns a todos. No assentamento Boi Branco nem todos assentados tinham a mesma origem, porque o INCRA reagrupou 6 famílias para completar as 50 (FERREIRA, 2013). O mesmo aconteceu na Jussara II, aonde a maioria dos moradores vem da mesma origem, mas 3 dentre as 12 famílias foram realocadas pelo INCRA, bem diferente da Serra dos Mares, onde absolutamente todos eram da mesma região, com origens, histórias e trajetórias de vida bem parecidas, bem como valores e objetivos semelhantes, o que produz um sentido de pertença comunitário mais intenso e um coesão social. A história partilhada se torna um fator decisivo na construção da comunidade, tendo em vista que a memória comum dos moradores é um elemento de unidade social e facilitador no processo de construção indenitária de um grupo social (POLLAK, 1992, p. 5).

Se na Serra dos Mares ocorreu dessa forma com os demais assentamentos a história de formação comunitária é bem diferente. No assentamento Jussara III, seja dentre os membros da FETAPE ou do MST os moradores têm histórias diversas e objetivos distintos, vindos de lugares diferentes e atualmente alguns morando na zona rural e outros na cidade executando atividades diversas, sem depender estritamente da terra. No caso dos assentados da Serra dos

Mares a agricultura era exercida em terras alheias, porque todos eram *moradores* em terras de alguém, ou seja, a terra era a condição para viverem dignamente como agricultores.

No caso dos moradores da Jussara III/MST, a grande dificuldade em se manter uma coesão social diz respeito às origens diversas das pessoas, tendo em vista que a lógica do MST é juntar agricultores sem terras num objetivo comum, mas sem a preocupação da adaptação dos mesmos em lugares diversos, porque a grande preocupação e elemento de unidade social é a causa comum, entendida como sendo a luta de classes para obter a terra. Esse elemento de unidade não tem sido suficiente para unir as pessoas para ocupar a terra, acampar construindo as residências e trabalhar na terra.

No que diz respeito à organização interna dos assentamentos, superar duas dificuldades são fatores decisivos no processo de formação: juntar pessoas em prol do objetivo da terra e mantê-las unidas ao longo do tempo. Essas duas condições são fatores decisivos para ocupar a terra, morar, trabalhar e permanecer nela. Esses são os pressupostos objetivos para obter êxito na formação e manutenção dos assentamentos ao longo do tempo. Porque existe uma compreensão geral entre os assentados de que a terra é de quem vive/mora e trabalha/produz nela.

A comunidade Serra dos Mares tem uma história de coesão e unidade social em prol da terra, passando por várias dificuldades sem desintegração social do grupo ao longo do tempo. Podemos entender a expulsão da fazenda em Paranatama como sendo o maior desafio enfrentado por eles. Além de todo sofrimento pertinente e comum a todos os assentamentos, no processo de ocupação, construção das residências e superação das dificuldades, essa experiência foi um elemento diferencial e atípico, que faz desse fracasso na ocupação desta fazenda a maior dificuldade superada.

As dificuldades superadas se constituem como sendo “liminaridades” (Turner; 2005), processos de superação. Nesse sentido, o principal momento de *liminaridade* foi à expulsão da fazenda em Paranatama. Entendo *limiaridade* por se tratar de um momento de transição, no qual poderia haver tanto uma desintegração do grupo, como reestruturação e reforço das unidades sociais. Lembremos que Turner (2005:137) pensa que “se o nosso modelo básico de sociedade é o de uma ‘estrutura de posições’, devemos encarar o período de margem ou *liminaridade* como uma situação interestrutural.” Os próprios moradores definem esse momento como “divisor de águas”, porque foi justamente naquele momento que se consolidou o sentimento de luta pela terra e o fortalecimento da unidade social em prol de uma causa. O que poderia ser motivo para desintegração acabou unido mais o grupo social.

Segundo Dona Neguinha “aquele foi o teste de fogo. Depois da expulsão na bala, nós resolvemos que nunca mais iria desistir, porque vimos que era viver ou morrer” (26/10/2016). Podemos pensar a história da comunidade Serra dos Mares como sendo um *drama social*, no qual se tem uma passagem por essa *limiaridade*. Aqui o drama social deve ser entendido como:

(...) uma sucessão encadeada de eventos entendidos como perfis sincrônicos que conformam a estrutura de um campo social a cada ponto significativo de parada no fluxo do tempo (...) representam uma complexa interação entre padrões normativos estabelecidos no curso de regularidades profundas de condicionamento e da experiência social e as aspirações imediatas, ambições ou outros objetivos e lutas conscientes de grupos ou indivíduos no aqui e no agora (TURNER, 1996, p. XXI e XXII).

O drama social é o processo histórico, com todas as passagens, da luta pela terra até a conquista e a vida comunitária. Nesse processo total ocorrem vários estágios de limiaridade. Este enfoque aqui recai no período de passagem da condição de sem terra para momento em que foram assentados. É quando a própria vida é posta a prova. Cada pessoa envolvida nesse processo experimenta na sua existência a condição de ser sem terra e dar o sentido a vida, que é lutar pela terra. Lembremos que é nesse momento de limiaridade que é dito por Sr. Luís Nunardo que “*se eu morrer lutando, eu perdoo a morte*”. Perguntando a Dona Neguinha o que ela acha da frase do irmão ela diz: “foi o que deu força a gente naquele momento. Ali a gente chorou e viu que valia a pena morrer lutando”. Ao dizer essas palavras é feito um silêncio, no qual a expressão de emoção fala mais do que as palavras. Só a condição de etnógrafo nos permite sentir essa emoção que é estar lá no campo, vivenciando as emoções intersubjetivas junto com os sujeitos pesquisados (INGOLD, 2014).

Logo em seguida Dona Neguinha e seu esposo Sr. Antônio Barbosa descrevem como eram os encontros e a organização na igreja, depois que foram expulsos da fazenda de doutor Vicente:

Era aquele tendeu de gente. Aquelas bacias grande de comida. Vinha Frei Juvenal e Cida. Quando acabar trazia aqueles fardos de comida. Era criança, velho, todo mundo. As mães com criança Frei Juvenal dizia que tinham que comer primeiro junto com os mais velhos. A gente foi sustentado por eles ali, porque nem o povo tinha pra onde ir nem queria se separar. Aí ficamos

ali na Serra das Vacas. O terreiro da igreja serviu de morada, era meio mundo de casa de lona. Quando acabar veio muita gente dar assistência num sabe? Era fardo de arroz, de charque. Tudo dividido. O povo era organizado, ninguém via munição não. Mas era uma dificuldade grande mode a seca. Era trupé. Frei Juvenal vinha todo dia quase e celebrava lá. Era uma missa e todo mundo se reunia pra ver. Ali foi dando coragem, animando e o povo tomou vida ali. Até quando viemos pra cá. Ai aqui já ganhou outra vida. Sofremos mais do que lá. Porque aqui era mais quente e aqui cada um queria mais cuidar da sua barrada num sabe? Mas era o mesmo povo de lá. Veio tudinho, acampar aqui. Do mesmo jeito que era lá. Toda tarde todo mundo se reunia e celebrava. As vezes Frei Juvenal não podia vim até aqui porque era longe, mas nós rezava. Quando pensa que não lá vinha ele com o carrinho dele cheio de comida que ele trazia pra nós. Quando chegava era aquela paciência pra repartir. Quem precisava mais pegava mais, quando uns já tinha deixava lá. A Cida também ajudava ele, mas num era toda vez não que ela vinha. Ai nós passamos por tudo isso, foi assim que nós passamos essas dificuldades sem desanimar. (Sr. Antônio Barbosa, em 26/10/2016).

O que fica muito claro por um lado é a superação de um momento de extrema crise. A ausência de recursos governamentais, a dificuldade financeira fica evidente, bem como a seca. O que transforma o *drama social* num drama existencial. Mas na fala também fica claro os indícios de uma vida comunitária, baseado no modelo da partilha e no bom senso, pois não havia briga (ninguém via munição) e quem precisava pegava mais. Esse momento é, portanto, um momento de travessia, uma transição, que é um momento basilar e definidor na construção do modelo comunitário, quando ocorrer o momento de posse da terra. Essa transição de um estado a outro é o que constitui a *limiaridade* na concepção elaborado por Turner (2005).

Os moradores da comunidade Serra dos Mares definem essa travessia como sendo o “teste de fogo” para obter o êxito no processo de luta pela terra. Pois quando se referem aos demais assentamentos, que segundo eles não deram certo, é porque não tiveram coragem de lutar nem fé para vencer os momentos de dificuldades. A fé e a luta são as condições para o êxito. A ausência das duas também aparece quando o discurso é acusatório sobre o possível fracasso dos demais assentamentos. Portanto, há uma positivação na visão elaborada da própria história. Dona Luzia se referindo ao assentamento Jussara III diz que: “falta fé, porque se o povo tivesse fé e acreditasse mesmo já tinha invadido a terra e não saia de jeito nenhum.

Agora querem terra na moleza” (12/03/2015). Logo depois diz ainda que a história da Serra dos Mares esteve baseada na fé e na luta, porque passaram por várias dificuldades para poder morar onde estão hoje.

Nas falas de Dona Luiza, Dona Neguinha e Sr. Antônio Barbosa ficam evidentes a religiosidade como meio e forma de superar a crise. Isso mostra como nos estados de *limiaridades* ocorria uma coesão social através da religiosidade. Sendo assim a igreja e as lideranças católicas se constituíram como elementos de união entre os sem terras no processo de travessia. Como afirma Maffesoli (2005:95) “é, para reviver o sentimento que tem de si mesma que uma sociedade, segundo a expressão de Durkheim, se põe em estado de congregação.” Não é atoa que as melhores lembranças narradas ao longo da pesquisa se referem aos sermões de Frei Juvenal na igreja da Serra das Vacas, quando estavam lutando para conquistar a terra:

Era uma alegria. Era uma festa. O povo tudo junto ali naquele terreiro. É ver que estou vendo. Vinha um tocador mais Frei Juvenal e quando acabava a missa a poeira tapava. Era uma dificuldade e um sofrimento tão grande, mas a gente tinha aquela alegria. (Dona Edith, em 16/09/2016).

As celebrações e as festas são como momentos de alegria em meio aos desafios, mas também momentos de redefinições e afirmação da identidade coletiva. Lembremos que está em jogo na *limiaridade* o êxito ou o fracasso sobre a luta pela terra. São nessas celebrações que são ditas frases marcantes, onde se motivam, fazendo com que cada pessoa afirme sua identidade e construa os valores de luta pela terra. A fé e a luta foram às condições básicas e meios pelos quais superaram as dificuldades, porque é com base na crença de que a terra foi criada por Deus para todos que os moradores da comunidade Serra dos Mares lutaram pela terra, como sendo um direito dado por Deus. O que os motivava resistirem todas as dificuldades, para poderem ocupar, morar e trabalhar na terra, objetivando viver dignamente conforme almejavam e acreditam ser a vontade de Deus.

O *drama social* dos sem terras perpassa toda uma existência, como bem destacou Carlos, o líder da comunidade Boi Branco (FERREIRA, 2013), ao falar sobre o estigma de ser sem terra. No entanto, dentro desse drama social ocorrem várias passagens, que são rupturas com a condição de ser sem terra. Quem me fez perceber essas rupturas com mais clareza foi

Cristina, a líder comunitária dos Sem Terras São José⁹¹. Ao perguntar à Cristina se ela era líder dos Sem Terras do São José, obtive a seguinte resposta: “não somos Sem Terras. Somos ex-Sem Terra, hoje assentados pela reforma agrária, tentando deixar de ser assentados” (Cristina em 09/09/2015). Quando perguntei por que eram chamados e reconhecidos como sendo “os Sem Terras do São José” ela explicou que:

É porque todo mundo chama assentando de sem terra. Mas sem terra é quem não tem a terra. Nós hoje já temos a terra, somos assentados pela reforma agrária. Agora quem é sem terra não tem terra de jeito nenhum. Tem gente que mora numa capital melhor do mundo e é sem terra. Só não sabe que é, mas isso é pra quem não entende, porque nós somos um assentamento. Como num assentamento mora sem terra? Aqui tem até uma mulher que não chama a gente de “sem terra”, ela diz que nós somos os “cem peste”. Você veja como é, todo mundo critica, diz que é sem futuro, mas quando está com a terra todo mundo quer se chegar. Mas ninguém quer se lascar. Dizer que é “cem peste” todo mundo diz, agora quero ver sofrer, lutar, dá viagem no INCRA, correr atrás de papel e acampar. Hoje tem gente que diz ‘a eu sou sem terra do São José’, outros chamam de sem futuro, mas ninguém quer lutar pra deixar de depender de governo e pagar as dívidas que tem. (Cristina, em 15/09/2015).

O relato da líder comunitária segue, narrando um pouco da história do assentamento e destacando sempre a importância do seu papel enquanto presidente da associação comunitária. Na sua fala gostaria de destacar dois aspectos: primeiro, ela fala sobre “lutando em deixar de ser assentados”, ou seja, assim como é possível deixar de ser Sem Terra ao conquistar a terra, ao se tornar assentando, em sua fala fica claro que também é possível deixar de ser assentado. O segundo aspecto de sua fala, que se complementa com o primeiro, é quando trata sobre pagar a dívida e deixar de dever ao governo. É sobre isso que já nos tinha falado os membros da comunidade Serra dos Mares, ao dizer que já não devem mais ao governo ou aos bancos, passando a serem donos da sua própria terra definitivamente.

⁹¹ Assentamento Agrário do município de Iati, o mais próximo à comunidade Boi Branco (2 km de distância). O ano de posse da terra deste assentado é 2001, a área total de ocupação é 713 hectares e o total de famílias assentadas foi inicialmente 50 com lotes de 19 hectares para cada uma delas. É considerado um assentamento relativamente bem sucedido, pois moram na terra ainda 27 famílias, que moram, trabalham e tem suas residências construídas com recursos do INCRA.

Como fica claro na comunidade Boi Branco (FERREIRA, 2013) e nos demais assentamentos pesquisados há uma busca incessante por autonomia, principalmente naqueles considerados mais exitosos. Logo há uma espécie de escala imaginária, na qual os próprios assentados se autoclassificam, como sendo mais ou menos exitosos, tendo como parâmetro a autonomia. Diante disso, gostaria de elaborar um quadro (QUADRO II) no qual aparecem os assentamentos citados ao longo desta pesquisa. Neste quadro, aparecem 8 assentamentos (comunidades), tendo como ponto de referência o modelo elaborado, segundo a fala de Cristina, que demonstra haver uma escala no processo de luta pela terra. Desse modo, a luta pela terra têm três estágios: sem terra, assentado e dono da terra (ou ex-assentado⁹² como ela chama). Para deixar mais claro, apresenta-se a seguir o quadro classificatório dos assentamentos:

Quadro 2 - Classificação dos Assentamentos

SEM TERRAS = SEM A POSSE DA TERRA		
Jussara III FETAPE	Sem a posse da terra	Não moram na terra
Jussara III MST	Sem a posse da terra	Moram na terra
ASSENTADOS = COM A POSSE DA TERRA		
Minador	Têm a Posse da Terra	Não moram na terra
Mata Escura	Têm a Posse da Terra	30 % morram na terra
São José	Têm a Posse da Terra	56 % moram na terra
Jussara II	Têm a Posse da Terra	Moram na terra (100%)
Boi Branco	Têm a Posse da Terra	Moram na Terra (100%)
DONOS DA TERRA = SEM DÍVIDAS		
Serra dos Mares	Proprietários da Terra	Moram na terra (100%)

Nesse quadro são evidentes os diferentes níveis de êxito, bem como as várias etapas processuais para alcançar o êxito final, que é autonomia de viver na terra sem a tutela de

⁹² Ex-assentado não se refere às pessoas que saíram do assentamento, pois estes são chamados de desintegrados. Ex-assentado são aqueles que passaram por todas as etapas de luta e conquista da terra: luta, conquista e posse, assentamento e pagamento das dívidas. Isso é a visão elaborada por Cristina (09/09/2015).

ninguém. Nota-se ao longo das narrativas que há uma grande dificuldade em juntar pessoas, que se reconheçam como Sem Terras. O que fica bem claro na narrativa de Cristina é que pode ser considerada Sem Terras qualquer pessoa que não possua a propriedade da mesma. No entanto, vimos com as narrativas das lideranças da Serra dos Mares, que nem todas as pessoas que não possuem terra querem lutar pela mesma e muitos acreditam poder alcançar a terra por iniciativas individuais. O problema central é juntar pessoas em torno de um objetivo comum: ocupar coletivamente a terra. Do autorreconhecimento como Sem Terra até a conquista da terra e formação do assentamento pode-se dizer que o grande desafio é unir pessoas para formar um grupo organizadamente.

Portanto, os elementos que unem e dão coesão social ao grupo de moradores é o que diferencia o êxito do fracasso no futuro dos assentamentos. Nesse sentido, concordo com a afirmativa de Turner (1996, p. 161) de que: “um sistema social está em movimento dinâmico através do tempo e do espaço, de algum modo análogo a um sistema orgânico no sentido em que ele exhibe crescimento e decadência, de fato o processo de metabolismo”. Se não tiverem historicamente os elementos que dão sustentação ao grupo social os assentamentos se desintegram, por isso a importância histórica das crenças religiosas em meio a esses processos, porque podem funcionar como elementos sociais de coesão, já que os estados de *communitas* produzidos em meio às práticas religiosas funcionam como “vitalidade intensificada” (TURNER, 2005, p. 184). Sendo as crenças religiosas um exercício coletivo pode funcionar como um dos fatores de unidade social e pode constituir-se como um conjunto de valores convergentes na história de êxito dos assentamentos agrários.

A ausência dos elementos convergentes e fatores comuns de unidade social pode levar a desintegração social, seja por fatores históricos, como ausências de políticas públicas para os assentamentos ou mesmo pela desistência entre os assentados. No assentamento Minador, por exemplo, ocorreu uma total desintegração dos assentados. Mesmo depois de conquistada a posse da terra, com o título de posse e construídas as residências financiadas pelo INCRA, ocorreu um total abandono. Algo parecido, mas não no mesmo nível aconteceu no assentamento Mata Escura, onde vários assentados venderam seus lotes e casas, ocorrendo uma parcial desintegração do grupo que começou inicialmente a luta pela terra. Já no sentido contrário estão os assentados do Jussara III (FATEPE e MST) que mesmo sem a posse da terra, não se desintegraram em sua totalidade, mas se mantém parcialmente coesos em dois blocos distintos de moradores, mas com um elemento que os une: a luta terra. O assentamento São José luta para se manter integrado, fazendo um esforço para ficar na terra conquistada.

Para este último o modelo a ser seguido é o Boi Branco⁹³, considerado exitoso, justamente por não haver desistências, ou seja, lotes abandonados e desocupados.

Os assentamentos Boi Branco e Jussara II são exemplos de êxito, porque são tidos como duas comunidades integradas, sem desistências, que têm uma vida comunitária bem desenvolvida. Enfim, estão dentro daquilo que podemos chamar de exitosos, mas ainda não alcançaram o grau máximo de autonomia e êxito que significa não terem mais dívidas. Dentre os assentamentos estudados o único que não tem mais débito com os órgãos do governo é a comunidade Serra dos Mares. Essa é uma linha simbólica, que é constantemente acionada tanto pelos moradores, como por pessoas de fora. Sabemos que o título de posse da terra para assentamentos é coletivo, portanto, não há nenhum assentado com documento particular da terra, como já tem dito Schenato (2014). No entanto, ao dizerem que não têm mais dívidas com os bancos os moradores da Serra dos Mares estão se afirmando como autônomos donos da terra, sem nenhuma obrigação legal e moral de pagar dívida, ou seja, a terra passa a ser um conquista total.

6.2 AÇÃO POLÍTICA E AÇÃO RELIGIOSA: MEIOS E FINS NA CONSTRUÇÃO DO ÊXITO

A compreensão de que os assentamentos têm duas possíveis formas estratégicas de agir politicamente para obter a terra foi problematizada na dissertação de mestrado *Ser Dono de Si: o sentido religioso de luta pela terra e devoção na comunidade Boi Branco, em Iati-PE*. Na comunidade Boi Branco as ações políticas referentes à luta pela terra se dão de duas formas, constituído dois modos de agir, uma ligada à prática religiosa das CEBs e à cosmologia católica, denominada ação política-religiosa, e o outro modo de agir está mais ligado ao sindicato dos trabalhadores rurais de Iati, é aquilo que chamo de ação política-sindical. Ao longo da história deste assentamento esses dois modos de agir se entrelaçaram e constituíram um conjunto de ações práticas que convergiram para que pudessem obter êxito, se tornando donos da terra e cada um *ser dono de si*. Sindicato e CEBs são as instituições de agenciamento, meios pelos quais agiam politicamente, para alcançar autonomia e dignidade. Luta e fé foram os elementos convergentes na história deste assentamento, pois ao mesmo tempo em que lutavam resistindo contra as dificuldades de se obter a terra, condição para

⁹³ São notórias as referências ao Boi Branco como sendo um exemplo a ser seguido e quem deixa claro são alguns moradores entrevistados no período de junho a agosto de 2015. Cristina confirma essa informação, na medida em que diz: “um dia nós também seremos uma comunidade forte se se unir. Não precisa imitar, nem querer ser melhor que ninguém, mas todo mundo já viu o exemplo aqui perto” (Cristina em 15/09/2015).

viver dignamente, entendiam ser a terra uma graça de Deus para todos os homens e os homens foram criados por Deus para viver com autonomia desfrutando do seu próprio trabalho (FERREIRA, 2013).

Esses dois modos de agir agora podem ser pensados analiticamente de forma mais geral, já que esta pesquisa engloba outros assentamentos, onde também aparecem esses mesmo elementos históricos. O *ethos* político e religioso aparecem de formas variáveis nos assentamentos estudados, mas é possível os perceber como sendo dois modos de agir, constituídos por ações e valores pertinentes a religião e a política. Em alguns assentamentos os valores religiosos aparecem, mas não se constituem como modo de agir politicamente, ou seja, as crenças religiosas não operam como ações práticas com a finalidade de obter êxito na luta pela terra. Já em outros assentamentos, as práticas e os valores religiosos se constituíram como fatores convergentes para obter êxito no processo de assentamento o que resulta em ações políticas. De qualquer modo em todos os assentamentos pesquisados aparecem esses dois elementos históricos e sociais, seja na forma de luta ou de crença.

O que interessa nesta discussão agora é entender como os assentamentos se formaram e quais foram os modos de agir por meio das instituições que usaram para se organizarem socialmente com objetivo de conquistar, morar e trabalhar na terra. Aqui diferencio analiticamente dois modos de agir, que serão classificados e denominados como ações políticas e ações religiosas, porque um conjunto de ações está mais ligado às instituições sociais de representatividades, enquanto outras ações são constituídas por um conjunto de crenças e valores muito mais ligados à cosmologia católica. Por *ação política* é possível entender o conjunto de ações práticas e racionais ligadas à burocracia do Estado, no sentido weberiano (WEBER, 2005), cujo objetivo é representar a classe e as causas sociais dos trabalhadores rurais, com a finalidade de reivindicar demandas em relação à esfera pública, para melhorar as condições de vida dos trabalhadores/assentados. Por sua vez a *ação religiosa* é constituída por um conjunto de crenças, valores e práticas, que em determinados contextos, podem visar alcançar finalidades objetivas. Essas últimas ações podem operar em dois sentidos: através das crenças e rituais que acabam reforçando os laços sociais entre os indivíduos; bem como pode constituir um conjunto de valores que motiva a lutar por um determinado fim.

Nesse contexto as ações políticas estão ligadas e regimentadas dentro de instituições de organização social e de representatividade legais, portanto se trata de um conjunto de ações burocráticas para obter políticas públicas referentes à esfera do Estado e regimentar a organização interna nos assentamentos. As principais instituições através quais isso ocorre

nos assentamentos são: FETAPE, MST, sindicatos e associações. Já as ações religiosas podem ou não estarem ligadas às instituições, como igreja e CEBs. Porque as ações religiosas não são estritamente objetivas, visando um resultado prático, com uma finalidade específica no mundo. Diferentemente das ações políticas, que são sempre objetivas, com uma finalidade específica de demandas por políticas públicas e melhoria na qualidade de vida. Pode-se dizer que a distinção entre um modo de ação e o outro é a questão subjetiva, porque o conjunto de crença religiosa opera dentro de uma lógica cosmológica, sem uma regulamentação burocrática e racional, que visa atingir objetivos específicos no mundo, mas ao contrário, operam como agentes motivadores, que podem ou não obter resultados práticos. É aquilo que se pode compreender por ações encantadas, no sentido weberiano do termo (WEBER, 2005), cujo sentido e finalidade estão fundamentados numa visão de mundo transcendental. Portanto, as ações políticas e as ações religiosas não são dois polos dicotômicos, mas se trata de uma questão de ênfase e perspectiva analítica, para distinguir e compreender como as duas dimensões articulam-se e resultam em ações práticas, em vários contextos referentes a esta pesquisa.

6.2.1 Ações políticas

Ao longo das histórias de luta pela terra todos os assentamentos pesquisados apresentam diferentes elementos de organização política. Em alguns assentamentos esta organização política se deu, prioritariamente, dentro da igreja e das CEBs como é o caso da Serra dos Mares e do Boi Branco, já na Jussara II e Jussara III/FETAPE a forma de organização foi através do sindicato rural dos trabalhadores rurais de Iati e da FETAPE. No caso dos assentados do Jussara III/MST a forma de organização política ocorreu por meio da própria instituição ao qual são ligados, dessa forma o MST é o principal meio pelo qual se articularam e se organizam politicamente. Em todos os assentamentos, sem exceção, o sindicato tem um papel de fundamental importância, tanto na formação como na existência ao longo do tempo. Os sindicatos dos trabalhadores rurais podem ser entendidos como um agente de organização ou como um agente intermediário de organização. No caso da Serra dos Mares e do Boi Branco o sindicato teve um papel secundário/intermediário na formação do assentamento, uma vez que a organização era anterior ao sindicato e ocorria primeiro dentro da igreja e através das CEBs. Neste caso o sindicato era um órgão articulador, procurado para

facilitar a relação com o INCRA e intermediar essa organização das pessoas para com as exigências burocráticas do governo.

Nos assentamentos Minador e Mata Escura, o único elemento de organização social desde o início foi o sindicato. No caso do Minador o sindicato foi o de Paranatama, município ao qual pertence seu território e no Mata Escura foi o de Águas Belas. Em relação ao primeiro não há muitas informações, até porque não existem pessoas morando e não foi encontrado pessoas para entrevistas, mas o morador (Zé Paquetinha) disse que “o dono” das terras é político e na época de construção das casas os carros do governo apareciam junto com “o povo de Paranatama”, esse povo ao qual se refere era justamente pessoas ligadas ao sindicato, como explicou. Já no assentamento Mata Escura, o sindicato fazia a articulação dos moradores com o INCRA, era uma relação direta, na qual o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Águas Belas “pegava os nomes das pessoas sem terras” (Sr. Emanuel). O fato era que existia uma pessoa organizando um grupo de pessoas para cumprir as exigências do INCRA e o presidente do sindicato (Sr. Neném) dizia quais eram os requisitos e documentos necessários para poder ganhar a terra, como afirmou Sr. Emanuel. Essa era a concepção e a forma como se organizavam⁹⁴. Um conjunto de pessoas, que cumpriam os requisitos e tinham documentos aptos a tomar posse da terra, formaram o assentamento Mata Escura, que teve as terras indenizadas, tomaram posse e receberam recursos para construir as residências, no entanto, a desarticulação e desorganização interna levou o assentamento a um relativo fracasso, de modo que das 50 famílias, menos de 20 ainda residem na terra. Isso mostra como não basta haver vontade política e liberação de verba, pois esses elementos aparecem aqui claramente, mas não houve um êxito satisfatório.

Um caso a parte é o assentamento São José, no qual o sindicato de Iati foi o principal responsável pela articulação inicial de formação, mas a líder local (Cristina) tem uma relação particular e pessoal com a igreja católica, junto a CPT. Isso levou a uma organização diferente dos outros assentamentos, porque Cristina ao intermediar a relação dos Sem Terras com o sindicato e do sindicato com o INCRA se inspirava nos ideais comunitários da igreja católica. No entanto, o principal órgão de organização foi o sindicato.

Em todos os assentamentos, posteriormente a conquista da terra ou mediante a formação do assentamento, é constituída uma associação e é através desta que se dá

⁹⁴ Como já foi dito anteriormente no desabafo de Sr. Emanuel, atual vice-presidente da associação comunitária Mata Escura, ocorreu uma grande ausência de organização social na formação do assentamento, que não contou com apoio ou participação de igreja, padre e nem nada de religião, mas só desorganização e desarticulação. Essa fala revoltada, no primeiro contato com Sr. Emanuel foi bastante reveladora, pois mostrou alguns elementos de como ocorreu a organização política.

articulação dos assentados para com o INCRA (FERREIRA, 2013). É dentro e através das associações que os moradores se articulam, se organizam e passam a se relacionar com as instituições governamentais. Portanto, as associações são o resultado normativo e burocrático dos valores e crenças que constituem cada assentamento. Isso ocorre porque as lideranças locais têm autonomia jurídica para constituírem suas associações, em conformidade com o conjunto de associados, que juntos iram responder juridicamente pelo conjunto de ações nas quais todos são representados. Se organizar juridicamente é a condição para serem reconhecidos e se relacionar com o INCRA e com os demais órgãos governamentais, mas a forma como a associação é normatizada e gerida internamente depende muito de cada diretriz das lideranças e dos associados. Aqui gostaria de diferenciar dois vínculos institucionais que resultam em maneiras diferentes de agir politicamente, um ligado a FETAPE e outro ao MST. A lógica operacional dessas duas instituições é diferente em alguns aspectos, porque as estratégias e valores estão ligados a concepções de mundo diferentes. O MST age politicamente dentro de um sistema de rede, que une pessoas em prol de uma luta de classe, contra a concentração da propriedade privada na forma de latifúndio improdutivo. Já a FETAPE age politicamente agenciando as relações dos sindicatos rurais com os órgãos do governo, é uma espécie de confederação que concentra um conjunto de sindicatos e age intermediando a luta pela terra, entre os sindicalizados e o INCRA, portanto, há uma liberdade quanto à forma de organização dos sindicalizados para com a FETAPE, porque essa não age de forma uniforme e unilateral, mas é agente intermediário e facilitador dos sindicalizados na luta por suas causas.

O primeiro aspecto que os distingue a lógica de organização do MST em relação à FETAPE é que nenhuma das associações nasce e se mantém sem manter um vínculo constante para com a cúpula e com os demais membros do MST, é tanto que muitos dos associados antes de participar da associação comunitária já eram antes filiados ao MST. Isso os diferencia totalmente dos chamados assentamentos ligados a FETAPE, pois ao que percebi uma boa parte dos assentados não é ligado ou associado a este órgão representativo, muito embora se vejam nele representados e recorram a ele sempre que possível. Algumas lideranças locais como é o caso de Sr. Aloízio e Sr. Zé Luiz são associados à FETAPE, mostraram seus documentos de associação, mas afirmam que nem todos os assentados são regularizados em suas filiações. No caso específico daqueles que fazem parte da Jussara III da FETAPE a maioria não é associada regularmente à FETAPE, porque não pagam a taxa de filiação ou porque não frequentam as reuniões que ocorrem em Garanhuns e nas demais cidades do Estado de Pernambuco. O presidente da associação, Sr. José Francisco, disse que é

associado à FETAPE e recorre sempre a ela, participando das reuniões e buscando informações para melhoria no campo, mas que não tem como pré-requisito para formar a associação comunitária a regularização dos associados para com a FETAPE, pois basta pagar a taxa de manutenção da associação para já ser considerado regularmente fazendo parte da associação e com direito a terra a ser dividida. Totalmente diferente do que ocorre na associação comunitária ligada ao MST, pois é pré-requisito está filiado e com a documentação regularizada, pagando a taxa de manutenção do MST para poder ter direito a terra, compreendida como fruto da luta coletiva do conjunto de associados ao MST.

Pode-se dizer que a lógica de formação das duas associações comunitárias é inversa, pois a lógica do MST é formar a associação com pessoas vinculadas a esse movimento social, para poder reivindicar a terra. Já na lógica da FETAPE primeiro nasce a organização local, para depois procurar o órgão representativo. Foi assim com a Serra dos Mares, que antes se formou dentro da CEB (Recanto dos Franciscanos) para depois procurar lideranças ligadas ao sindicato e a FETAPE, que eram também lideranças políticas locais. Boi Branco, Jussara II e Jussara III/FETAPE a lógica foi à mesma, primeiro um conjunto de pessoas se reuniram e através dos sindicatos locais buscam apoio da FETAPE.

Nos casos dos assentamentos Minador e Mata Escura a filiação para com a FETAPE se dá de forma muito tímida e totalmente indireta, porque ao estarem vinculados aos sindicatos automaticamente ficam filiados a FETAPE. No entanto, ao longo da pesquisa, não aparece nenhum fala ou dado etnográfico que permita identificar que se reconhecem como sendo ligados à FETAPE. No caso específico do assentamento São José, que fica muito próximo ao Boi Branco, há uma vinculação clara, mas somente as lideranças locais estão regularizadas com suas filiações. As lideranças dizem claramente que são vinculadas a duas instituições: CPT e FETAPE.

Outro fator que permite distinguir a lógica FETAPE e MST é a forma como ocorreu à ocupação da terra, porque o MST ao se constituir como um movimento nacional se integra internamente como uma rede, que desloca seus membros para diferentes lugares. O exemplo é o assentamento Jussara III/MST, pois as pessoas vieram de outros lugares para ajudar (Lula Preto) na ocupação e as próprias lideranças do MST foi quem formaram o assentamento local, inclusive trazendo pessoas para morar na terra ocupada, como é o caso de Zé Medalha. Quando isso ocorre entre os assentamentos Boi Branco (FERREIRA, 2013) e Jussara II é por causa da lógica próprio do INCRA. No entanto, isso é um fator de discórdia e visto como sendo um dos elementos que contribui para o fracasso, porque nesses dois casos as famílias que desistiram foram justamente as que o INCRA reagrupou nesses respectivos

assentamentos. Pode-se dizer que é uma lógica inversa, onde o MST tem uma causa comum entre todos seus filiados e, portanto, a terra é um objetivo de todos. Enquanto que para os assentamentos ligados à FETAPE, é possível haver uma autonomia das lideranças e assentados de cada local, que por sua vez podem elaborar seus próprios critérios sem a intervenção macro institucionais.

Na maioria dos assentamentos associados à FETAPE, conforme apontam os dados desta pesquisa, as lideranças locais e sindicais procuram o proprietário da terra para fazer um “acordo de negócio”, para depois ocupar a terra a ser indenizada pelo INCRA e se tornar assentamento, pois estes partem do pressuposto de que não se deve invadir a terra sem previa negociação, para que não haja prejuízo para o dono. Há claramente um respeito à propriedade privada, tomada como legítima, independente dessa estar ou não concentrada e improdutiva, enquanto o MST entende que a propriedade privada concentrada e improdutiva na forma de latifúndio é ilegítima, por ser o fruto e a causa da injustiça social, portanto, a invasão e a violência são toleráveis e algumas vezes inevitáveis como estratégias de ação política na luta de classe contra a injustiça social, para dividir a terra em forma de minifúndios através da reforma agrária forçada.

Como a lógica de ocupação da terra é baseada em diferentes concepções, gerou-se um impasse entre os associados da FETAPE e do MST. Enquanto Sr. José Francisco Silva e os demais associados à FETAPE estavam morando nas margens da estrada e negociando a terra com Sr. Ulisses, os membros do MST resolveram ocupar essa mesma terra que já tinha sido negociada. Nesse sentido, era subentendido, pelos membros da FETAPE, que o assentamento iria ocorrer para as 21 famílias que esperavam a indenização da terra para poderem ocupar, morar e trabalhar. Embora exista um princípio geral e comum à FETAPE e ao MST de que a terra deve pertencer a quem mora/vive e trabalha/produz nela, fazendo com que a ocupação dos latifúndios improdutivos seja legítima, há uma diferença quanto às formas que devem ocorrer tais ocupações. O MST entende que não há necessidade de prévia negociação para ocupar terras improdutivas e isto, para os associados da FETAPE, caracteriza-se como invasão. É de senso comum entre os membros da Jussara III/FETAPE que não se deve invadir a terra para dar prejuízo ao dono da propriedade, que mesmo estando improdutiva tem o direito da posse até que o governo, através do INCRA autorize a ocupação, porque entendem que a terra deve ser obtida sem discórdia ou prejuízo para o atual proprietário. Logo, a terra que estava sendo negociada não estava ocupada, o que motivou a ocupação/invasão pelos membros do MST, gerando-se um impasse sobre quem tem o direito a posse da terra e a participação no assentamento.

Com dois blocos de moradores tentando obter a mesma terra o INCRA está tentando fazer um único assentamento para todos. Como a lógica de ocupação de terra do MST é baseada nos princípios de ocupar, morar e trabalhar, o assentamento Jussara III/MST está inclinado a se juntar com os membros do Jussara III/FETAPE, porque entendem que o objetivo principal e causa maior é obter a terra. Isso deverá ocorrer futuramente mediante liberação de recursos governamentais para empreender o assentamento. Segundo Lula Preto, pessoas ligadas ao MST, no âmbito estadual, não demonstraram interesse em morar na região de Iati. Outra questão destacada é que o MST não tem muitos membros filiados nesse município, dificultando a aglomeração de pessoas para formar um grupo disposto a obter a terra sem se unirem aos membros da FETAPE. Dados mais recentes desta pesquisa mostram que há uma predisposição dos dois lados (MST e FETAPE) para se unirem, mas formando três associações, com dois conjuntos de moradores separados territorialmente. Isso significa dizer que irão se unir para cumprir os requisitos do INCRA, objetivando obter a terra. No entanto, nenhuma das duas lideranças quer dissolver as associações comunitárias. o que resultará na criação de uma terceira associação, com um CNPJ que englobe os associados das duas anteriores. Assim, a associação comunitária maior receberá os recursos e repassará para as duas menores, de forma equilibrada e de acordo com a quantidade de membros de cada uma.

6.2.2 Ações religiosas

Se há um elemento comum ao conjunto de assentamentos é o catolicismo. São todos, na maioria dos assentados, considerados cristãos católicos. Os que são cristãos protestantes é uma minoria, como acontece no Boi Branco (FERREIRA, 2013) e na Serra dos Mares, onde se encontram um protestante em cada uma dessas comunidades. No entanto, as formas como vivem suas crenças variam muito de um assentamento para outro, tanto no que diz respeito à intensidade com que frequentam as instituições, como na forma como compreendem o catolicismo.

No assentamento Mata Escura ao que parecem todos assentados são católicos, mas não há presença de celebrações, igrejas próximas nem vinculação com padres ou lideranças religiosas na atualidade. O mesmo se pode dizer do processo de formação do assentamento, como falou Sr. Emanuel (atual vice-presidente). Quando Sr. Emanuel e Sr. João dizem que todos no assentamento Mata Escura são católicos, estão dizendo que essa é a crença comum. No entanto, fica claro que a religiosidade não se constitui como elemento de coesão social e

meio institucional de organização social. É tanto que essa é uma das queixas do Sr. Emanuel, pois “esses assentados não têm nada”. Essa fala demonstra que a ausência de uma vida religiosa é também a falta de uma vida coletiva e social, porque são desvinculados, não havendo uma articulação dos moradores uns para com os outros. Ao menos isso é o que é possível constatar mediante as impressões que ficam das falas dos assentados entrevistados deste assentamento.

Já no assentamento São José há uma crença no padroeiro, há uma igreja bem próxima e a presidente da associação comunitária é católica vinculada e essa igreja, que fica a menos de 1 km de sua residência. Essa igreja, cujo padroeiro é São José, é muito anterior ao assentamento e o vínculo de muitos assentados, como é o caso de Cristina, também é muito antigo, no entanto, a igreja fica fora das terras dos assentados, fica as margens de uma estrada que liga Iati a vila de São Pedro, município de Pedra. A terra onde foi construída tal igreja foi doada por um fazendeiro local décadas atrás e os padres que celebram nessa igreja são de diferentes localidades, tanto de Águas Belas, Pedra e Iati. Cristina⁹⁵ teve sua formação como católica dentro dessa igreja, o mesmo se pode dizer de outras pessoas que moravam nesta região antes mesmo de serem assentados. Segundo Cristina, há um desinteresse geral no assentamento quanto à religião. Isso inclusive causou a ausência de celebrações de missas na igreja de São José, porque os padres vinham para celebrar a missa, mas não havia público. Com isso, ocorrem apenas celebrações esporádicas que acontecem nas festas do padroeiro e quando algum padre ou pessoas locais resolvem celebrar para homenagear alguém. No assentamento São José tem igreja, mas não tem missas. Justamente o contrário da Serra dos Mares e do Boi Branco, onde as missas acontecem sem igrejas.

Como é comum na lógica católica, onde as pessoas têm devoção para com os santos (ZALUAR, 1983), no assentamento São José não é diferente, isso é visível nas residências e na própria nomenclatura do assentamento. No entanto, ao que percebi a religião não foi um dos elementos preponderantes e determinantes no empreendimento do assentamento, porque não houve uma instituição religiosa diretamente ligada à luta pela terra. O protagonismo deste assentamento, no nível de organização institucional, se deu por meio do sindicato dos trabalhadores rurais de Águas Belas, com a influência da CPT, que não teve uma ligação direta, mas como a líder (Cristina) era particularmente ligada a este movimento da igreja

⁹⁵ Por sinal, Cristina diz ter conhecido a Comissão Pastoral da Terra através das celebrações do Frei Juvenal, quando celebrava na igreja de São José, mas que depois da saída desse Frei (década de 1990) passou a realizar reuniões e militar na CPT nos municípios de Águas Belas e Pedra, mas no seu assentamento apenas ela se interessa por essa temática. Sua história de militância é desde sua juventude, mas sente dificuldades, pois não consegue trazer mais pessoas do seu assentamento para a mesma causa.

católica, sua história de luta a influenciou na luta e na concepção de assentamento e vida comunitária, mas sem a intervenção ou participação direta de membros da igreja católica auxiliando na formação do assentamento, diferentemente de como ocorreu na Serra dos Mares e no Boi Branco (FERREIRA, 2013).

Em relação ao assentamento Jussara III, a vida comunitária e social é marcada por uma profunda ausência de unidade e coesão social. Não se trata de uma deficiência comunitária, mas devido à não desapropriação ocorre uma dispersão dos futuros assentados da Jussara III/FETAPE. Em relação aos assentados da Jussara III/MST também não há uma expressiva unidade social, como deixam claro Sr. Zé Medalha e Sr. Emanuel, porque são apenas 7 famílias com residências e mesmo assim algumas têm dupla residências, em outros lugares, porque no assentamento não há condições de uma vida digna.

Com esses fatores o resultado é dois blocos distintos de residências, separados, sem unidade coletiva e sem partilhar de uma vida comunitária, muito embora estejam unidos pela mesma consciência de causa que é obter a terra. Como as residências dos assentados Jussara III/FETAPE ficam muito próximas à Serra dos Mares, parte da vida social e comunitária desses mesmo assentados se dá dentro da comunidade vizinha, pois celebrações religiosas, festas, visitas, doações e trocas de bens de consumo ocorrem constantemente. Por sua vez, os assentados da Jussara III/MST têm uma vida mais afastada desse convívio (1,8 km), seja pela distância ou pela dispersão das residências, devido à forma como foram construídas. Pode-se dizer que estes últimos têm uma vida muito parecida com a vida dos demais camponeses da região, sem terem uma vida comunitária num espaço coletivo definido e com uma área compartilhada restritamente pelos assentados, como ocorre, por exemplo, no Boi Branco (FERREIRA, 2013). Logo, a vida religiosa é marcada por uma profunda ausência, não havendo vínculo institucional que permita práticas de celebrações ou a vivência da fé religiosa, mesmo todos os membros deste assentamento se dizendo católicos.

Em suma, nestes assentamentos acima referidos, embora haja um princípio cosmológico comum, por serem todos católicos, as crenças religiosas não se apresentam como uma forma de organização social a ponto de identificarmos uma coesão social, que tenha se tornado um modo de agir politicamente, constituindo uma das estratégias de luta e resistência baseada na fé e nas práticas religiosas. Isso diferencia estes assentamentos, em alguns aspectos históricos e sociais, das comunidades Boi Branco, Serra dos Mares e Jussara II⁹⁶, porque a lógica operacional é outra, uma vez que as CEBs se constituem como modo político

⁹⁶ Nesse contexto estou pressupondo que comunidade Jussara II é uma continuidade da Serra dos Mares e, portanto, tem a mesma história, partilhando dos mesmos valores.

de agir. O vínculo com Frei Juvenal os fez conhecer uma perspectiva teológica progressiva, ligada à prática da teologia da libertação, com uma visão comunitária de mundo como enfatizam diversos autores (LÖWY, 2000; THEIJE, 2002). As realizações das promessas para com os santos revela a crença religiosa de que a terra é uma graça e as tentativas de construção das igrejas, para pagar tais promessas, faz com que se perceba a coesão social em forma de crença religiosa, já que se trata de uma promessa coletiva e, portanto, a dívida dos moradores, nos respectivos assentamentos, para com os santos, revela como a religiosidade é um elemento de unidade social (DURKHEIM, 1996).

6.3 SACRIFÍCIO E GRAÇA: UMA VISÃO RELIGIOSA DO SOFRIMENTO

Ao longo da pesquisa na comunidade Serra dos Mares percebe que as justificativas do fracasso e do êxito sobre os assentamentos ficavam sempre relacionado à noção de fé e luta. Assim, a comunidade Serra dos Mares obteve êxito porque seus moradores têm muita fé e lutaram, o inverso ocorreu com os que fracassaram. Várias falas evidenciam essa visão e fundamentam essa perspectiva, no entanto, além dessa noção mais imediata e muito recorrente nas falas dos moradores, há uma compreensão geral ligada ao processo integral de assentamento, que é entendido como um processo de *sacrifício* para obter a *graça* da terra. A luta, nesse sentido, pode ser entendida como o esforço para superar as condições de sofrimento e a fé é a crença de que a graça da terra é possível de ser alcançada.

Para compreender essa noção de *sacrifício*, é preciso entender o processo de luta pela terra como sendo um *processo ritual* (TURNER, 1996; GLUCKMAN, 1962). A história da Serra dos Mares é nesse sentido um processo de luta, superação e conquistas, no qual os agentes envolvidos compreendem que estavam dentro de uma perspectiva de fé para obter o êxito na construção da comunidade. Os moradores da Serra dos Mares lutaram para viver na terra porque acreditavam que ocupar, morar e trabalhar na terra era as únicas condições para viverem com dignidade, tendo em vista que viver sem a terra lhes faziam submissos, sem autonomia para viver conforme desejavam. Por isso, todo sacrifício para conquistar e ficar na terra foi justificável, porque viver sem a terra era serem cativos, tendo que trabalhar e morar em terras alheias. Scott (2009), problematizando a noção de cativo a coloca em oposição à noção de “meio do mundo”, sendo assim:

O “cativeiro” e o “meio do mundo” são duas opções domésticas entre as quais agricultores e trabalhadores rurais nordestinos se articulam historicamente. Como “cativos”, colocam o seu trabalho à disposição de empregadores locais em troca do salário e de alguns “favores”. Como viajantes “no meio do mundo”, são móveis e disponíveis a empregadores em áreas mais dinâmicas, cada vez mais separadas das suas casas de origem (SCOTT, 2009, p. 246).

Entre viverem cativos ou vagarem no meio do mundo sem dignidade, os moradores da Serra dos Mares resolveram acreditar, como exercício de fé e lutar, numa forma de resistência para obter a terra. Essa luta pela terra converge com uma série de fatores históricos, como abertura política da ditadura militar, surgimentos de políticas públicas para indenizar terras e realizar assentamentos. Porém, além desses elementos históricos e políticos havia um fator de ordem social e simbólico que unia às pessoas envolvidas no processo de ocupação desta terra. Esse aspecto era a crença de que Deus criou a terra para todos e, portanto, havia uma terra prometida para eles, já que ainda não disfrutavam da *graça* de morarem e trabalhar em suas próprias terras, conforme acreditaram ser a vontade de Deus. Aqui é possível trazer mais uma vez o conceito de *Cultura Bíblica* elaborado por Velho (1978), no qual os camponeses rememoram passagens bíblicas para justificar a luta contra o cativeiro. Essa memória do cativeiro está ligada a luta contra a escravidão, no qual Deus prometeu uma terra ao povo hebreu, condição para deixarem de serem cativos no Egito e também na Babilônia.

Nesse sentido, a história dos moradores da comunidade Serra dos Mares pode ser entendido como um *processo ritual* no qual rememoram a *cultura bíblica* de busca pela terra prometida. É um processo no qual a fé e a luta pela terra dão sentido a vida, porque a terra é entendida como uma *graça de Deus*, para deixarem de ser cativos e passarem a viver dignamente. A terra é entendida como “uma graça dada por Deus para todos os homens” desde os sermões de Frei Juvenal, que foram o fundamento para a crença de que era imprescindível lutar pela terra. Como reforço para compreensão da terra como graça foi feita uma promessa para construção da igreja depois de conquistada a terra. Toda promessa busca alcançar uma graça (ZALUAR, 1983), assim como toda *graça* pressupõe um *sacrifício* (MAUSS & HUBERT, 2005).

Na etnografia de Campos (2013) fica claro o sacrifício como sendo um tipo de sofrimento que é justificado pela fé. Essa concepção também é demonstrada por Steil (1996) ao mostrar como a romaria é um conjunto de penitência e sacrifícios para quem busca

alcançar uma graça. Mauss & Hubert (2005) conceituaram a noção de sacrifício como sendo sofrimento sacralizado. Foi justamente isso que ocorreu na comunidade Serra dos Mares. O sofrimento ganha um sentido, que é a graça da terra. Todas as etapas, crises e angustias no processo de assentamentos são justificadas como sendo sacrifícios para alcançar a terra. Portanto, as *limiaridades* foram superadas com base na fé cristã de que valia a pena se sacrificar por uma graça a ser alcançada.

Aqui se estabelece uma distinção clara, porque o sofrimento pertinente às dificuldades no processo de assentamento é tomado em perspectivas diferentes. Enquanto alguns assentamentos sucumbiram e se desintegraram diante dos sofrimentos, a comunidade Serra dos Mares se fortaleceu, uniu-se e através da luta e da fé superou cada etapa. Poderíamos mais uma vez lembrar porque Sr. Aloízio e Sr. Antônio Barbosa diziam ser importante saber com quem estavam se unindo ao querer fazer um assentamento. Mais uma vez é evocada a *noção de pessoa* (MAUSS, 2003), porque para concretizar um assentamento é preciso ter pessoas predispostas a se sacrificarem. É isso que dignifica a terra e reforça seu valor.

Isso acontece porque desde o início, quando só havia o desejo de possuir a terra até a conquista e a permanência nela, a comunidade Serra dos Mares sempre estabeleceu uma relação cosmológica com a terra, na qual o mundo é interpretado como tendo sido criado por Deus para todos, daí a necessidade de entender que os católicos pensam o mundo cosmológicamente (REESINK, 2012). Por isso, os moradores sempre compreenderam cada etapa de construção da comunidade como sendo a consolidação da vontade de Deus. Assim cada *sacrifício* é justificável e aceito porque é uma condição necessária para se alcançar a *graça* da terra, uma vez que todo o processo de assentamento é compreendido como sendo um *ritual religioso*. Essa visão de mundo se constituiu como elemento convergente de unidade e coesão social. Gluckman (1962, p. 40) afirma que “os rituais funcionam para encobrir conflitos fundamentais”. Aliás, Turner (1957) em *Cisma e Continuidade* exemplificou como a unidade social não se faz apesar dos conflitos, mas através dos conflitos que são exagerados e dramatizados nos rituais Ndembu. Isso significa dizer que as contradições, os conflitos e diferenças são minimizados quando a visão de mundo dos agentes envolvidos entra num processo ritual.

O mesmo se pode pensar a respeito da história da Serra dos Mares, que tinha desde sua formação a fé religiosa como fundamento para alcançar a terra com constantes celebrações e rituais religiosos. Nas narrações dos assentados as histórias mais nostálgicas são relacionadas às celebrações religiosas de antes de formarem a comunidade e durante a formação do assentamento. As missas no sítio Serra das Vacas em Paranatama são lembradas e acionadas

como sendo o ponto mais alto da fé dos membros que formaram a comunidade, porque segundo Sr. Antônio Barbosa “ali foi onde tudo começou”. Vale lembrar que as missas eram semanais e os terços diários. Do mesmo jeito continuou acontecendo no município de Iati logo no início da formação do assentamento. Mas, com o passar do tempo ocorreu uma mudança gradual e as missas passaram a ser mensais e os terços semanais, o que na opinião dos mais velhos significou um “esmorecimento da fé” (Dona Edith).

Numa das conversas com Sr. Antônio Barbosa (11/04/2015), sobre os outros assentamentos da região, ouvi dele que um assentamento só obteria êxito se seus membros tivessem fé no que estavam fazendo, pois segundo ele: “a fé é você acreditar naquilo que está fazendo, mesmo sem ver resultado”. Ele falava como um membro de uma *comunidade religiosa* formada junto a CEB Recanto dos Franciscanos, liderada por Frei Juvenal, para quem o evangelho era comum e bastante disseminado (HEBREUS 11: 1). Nisso fica claro a fé como sendo o principal vetor para se alcançar a graça da terra. Entre a fé e a terra está o sacrifício que cada um tem que passar. Somente a fé leva ao sacrifício que faz alcançar a graça/terra.

Essa é a maior distinção entre a percepção dos moradores da Serra dos Mares e os assentados do MST. Pois, enquanto os primeiros têm uma interpretação cosmológica religiosa sobre a terra, os outros têm uma visão laica política de mundo. Fica claro que o sofrimento ao longo do processo de assentamento é interpretado de forma diferente. Os membros do MST afirmam estarem sofrendo por causa da injustiça social, enquanto os religiosos da Serra dos Mares dizem sofrer porque o mal está no mundo. O que motiva a luta para alcançar a terra segundo o MST é a luta de classe, cujo objetivo final é uma sociedade justa, igualitária, ou seja, de última instância a causa maior é o socialismo. Já os religiosos não estão interessados em implantar um sistema justo e igualitário universal, mas lutar contra o mal, que é injusto. Sendo que essa injustiça do mal deve ser combatida com a fé e com a luta política para fazer com que a vontade de Deus se estabeleça na terra.

O MST deseja corpos que estejam dispostos a se doarem na luta de classe, enquanto os religiosos almejam pessoas predispostas a se sacrificarem como prova de fé. Nesse sentido as premissas se distinguem quanto às perspectivas, pois uma das lideranças do MST deixou bem claro que “*Eles têm coragem de matar para ter terra? Eles têm coragem de brigar? Pegar arma pra viver na terra? Porque nós têm!*” (Sr. Vavá em 22/01/2018). Enquanto que para os religiosos da Serra dos Mares a frase mais marcante e motivacional é: “*se eu morrer lutando, eu perdoo a morte*” (Luís Nunardo, irmão de Dona Neguinha). Essa diferença é nitidamente cosmologia, tendo em vista que na lógica da luta de classe entre os membros do MST se

almejam prioritariamente resultados neste mundo, já os religiosos compreendem as etapas no processo de assentamento como sendo sacrifícios necessários para alcançar as graças de Deus, na qual a grande graça é a salvação. Portanto, na luta deste mundo é preferível morrer do que perder a alma, porque o sentido maior da vida é alcançar o reino de Deus.

É consenso entre os estudiosos da Teologia da Libertação (LÖWY, 2000; THEIJE, 2002), conceber as CEBs como uma prática política baseada na crença de que é possível vivenciar o reino de Deus aqui e agora na terra. É assim que pensam também os moradores da comunidade Serra dos Mares, da Jussara II e do Boi Branco (FERREIRA, 2013), porque estão buscando incessantemente viver a graça de Deus em suas vidas e foi esse o fundamento para luta política pela terra, como ensinava Frei Juvenal. Essa concepção religiosa tem implicações políticas e sociais. É o que fica claro quando escolhem pessoas para se relacionarem, tendo em vista acreditarem serem algumas pessoas aptas para alcançar o êxito no processo de assentamento, enquanto outras não o são. Isso ocorre porque, de modo geral, buscam a comunhão, vivência das mesmas crenças, mesmas práticas políticas e sociais. Nesse sentido, a noção de *pessoa* maussiana (MAUSS, 2003), está implicando em vínculos e vivências sociais porque visão manter prioritariamente unidade social com aqueles que buscam a terra como graça de Deus e condição para viverem com autonomia e dignidade.

Por isso, a terra não pode ser abandonada e nela devem morar e trabalhar porque acreditam que os homens dependem tanto da terra para viver como das graças divinas. É isso que implica em autonomia, pois os religiosos buscam depender apenas de Deus. Os vínculos sociais e políticos não podem substituir essa dependência maior, mas devem ser meios para alcançar e vivenciar as graças. Implicando dizer que a dependência na graça é a insubordinação diante dos homens. Isso fica evidente, pois antes mesmo de recorrerem aos órgãos políticos e as instituições sociais os moradores da Serra dos Mares e do Boi Branco fizeram uma promessa para com os santos, acreditando assim que as instituições e as pessoas envolvidas nos processos de assentamento eram os meios pelos quais a graça seria alcançada.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo desta pesquisa foi compreender como se deu os processos de formação e consolidação dos assentamentos agrários, levando em conta os fatores históricos, políticos e socioculturais ao longo do tempo. No contato direto com os sujeitos estudados, através da observação participante, este objetivo passou a ser direcionado para entender como ocorrem os êxitos ou fracassos nas constituições dos assentamentos. Isso ocorreu porque os próprios moradores tratam deste tema com importância ao falarem de suas histórias de lutas. Então, pode-se dizer que esta pesquisa se deixou levar, até certo ponto, por uma problemática sugerida pelos nativos, tendo em vista que pesquisador e pesquisados chegaram a um acordo, numa fusão de horizontes, para buscar compreender quais são os fatores históricos, sociais, políticos e culturais que levam os assentamentos a obterem êxito ou fracassar ao longo do tempo.

A problemática central tentou responder como ocorrem os processos de assentamento e como sugestão dos próprios moradores surgiu a seguinte pergunta: *porque alguns assentamentos deram certo, enquanto outros fracassaram?* Compreender quais são os fatores que levam ao êxito ou ao fracasso se tornou a principal preocupação, tendo em vista que nas narrativas dos sujeitos pesquisados essas eram as categorias mais recorrentes e cristalizadas, a ponto de em seus juízos de valor ter isso muito bem claro e definido. Logo, partir de uma problemática elaborada pelos próprios nativos torna a pesquisa mais fácil, para compreender como pensam a realidade social e definem seus próprios parâmetros. Nesse sentido, o campo fala, evidencia e mostra os caminhos a serem trilhados, porque são os dados obtidos no diálogo intersubjetivo que possibilitam a construção da narrativa de acordo com a percepção do pesquisador e dos pesquisados.

Diante desta pesquisa é possível concluir que é preciso levar em conta, no processo de formação e consolidação dos assentamentos, o contexto histórico, os agentes políticos envolvidos, sobretudo, ligados à esfera política, tendo em vista que a reforma agrária é resultado de uma demanda por políticas públicas estatais. No entanto, é imprescindível um olhar interno sobre os fatores sociais e simbólicos ligados à luta pela terra. Os valores atribuídos à terra são de fundamental importância para constituição dos assentamentos, tendo em vista que tanto o sucesso como o fracasso dependem de um conjunto de fatores convergentes na mesma direção.

Esta pesquisa demonstrou como a religiosidade se constituiu como um dos elementos de unidade, criando e reforçando vínculos sociais para atingir a finalidade da terra. Isto

possibilitou, por sua vez, entender como em alguns assentamentos a religião funcionou como geradora de dinamogênica, criando vínculos do indivíduo para com a sociedade (DURKHEIM, 1996). A religiosidade se constituiu como um dos fatores convergentes de coesão social, se tornando um modo de organização social e político em prol da reforma agrária.

Pode-se dizer que a luta pela terra, nas comunidades Serra dos Mares, Jussara II e Boi Branco, foi motivada por interpretações bíblicas nos sermões de Frei Juvenal. Então, a palavra de Deus assume uma importância crucial na concepção de mundo, característica marcante da *cultura bíblica*. Ao conceberem a terra como sendo dada por Deus para os homens, a cosmologia religiosa assume papel preponderante, uma vez que é o agente motivador, a partir do qual pensam suas próprias condições e passam a agir no mundo.

Os elementos de organização social, no processo de luta e reivindicação pela terra, são comuns em vários assentamentos, como sindicatos, CEBs, associações, FETAPE ou MST. Mas, a motivação é distinta e pertinente a cada um em particular. Podendo-se concluir, neste caso etnográfico, que onde aparece a instrumentalização de instituições religiosas e sindicais o êxito é mais evidente. É o que ocorre na Serra dos Mares, Jussara II e Boi Branco, onde as formas de organização se dão junto as CEBs e os sindicatos ligados à FETAPE. No entanto, a motivação e os princípios geradores das ações políticas estão fundamentados numa visão cosmológica de mundo religioso.

Nos demais assentamentos, como é o caso do São José, Mata Escura, Minador, Jussara III/FETAPE e Jussara III/MST, as primeiras dificuldades enfrentadas se referem às formas de organização, o que acaba dificultando mais ainda o processo de luta e reivindicação por políticas públicas diante do Estado. Não é que a articulação interna e coesão social dos assentamentos gerem o êxito automaticamente, mas são pré-condições para que ocorra o processo de *luta e sacrifício* diante das dificuldades do Estado, em gerar melhores condições ao longo das etapas de ocupação, moradia e trabalho na terra.

Como a reforma agrária é tutelada e promovida por decisões políticas, as etapas no processo de assentamento podem ser mais ágio ou demorada de acordo com as conveniências do governo e a predisposição dos agentes reivindicadores da terra. De qualquer modo, a consolidação dos assentamentos demanda esforços, por parte dos assentados, tanto para cumprir os requisitos do governo como para alcançar benefícios na melhoria da qualidade de vida. O que fica muito claro, nesta pesquisa, é que a conjunção entre a disponibilidade de políticas públicas e a predisposição de pessoas para obter a terra, pode resultar em processos de assentamentos, fazendo com que a terra seja conquistada por aqueles que preenchem os

requisitos exigidos pelo INCRA. No entanto, o que faz os assentados permanecerem na terra conquistada é o valor atribuído à mesma.

Logo, o êxito nos assentamentos depende de como a terra é concebida e de como ocorrem os modos de organização social para se obter as decisões políticas. A noção de pessoa é fundante e princípio fundamental dos assentamentos, pois a terra e o homem formam um ciclo complementar, no qual se estabelecem relações de trabalho. Os assentamentos que mais obtiveram êxitos, e aqueles que almejam alcançá-lo, estão lutando por autonomia e dignidade, categorias centrais na luta pela terra. Particularmente, nas comunidades Serra dos Mares, Jussara II e Boi Branco, a religiosidade assume papel libertador, uma vez que viver autonomamente e com dignidade são interpretados como sendo a vontade de Deus. Isso demonstra como a noção de pessoa é pensada a partir da noção de Deus (REESINK, 2005). Sendo assim, podemos concluir que estes assentamentos é o resultado consolidado da cosmologia religiosa de seus moradores.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Adjair. **Treinando a Observação Participante**: juventude, linguagem e cotidiano. Recife-PE. Ed. Universitária UFPE, 2010.
- ALVES, Maria Lúcia Bastos. **A Conveniência na Convivência**: um estudo sobre a romaria de Bom Jesus da Lapa, BA. Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Dissertação de Mestrado, 1993.
- ANDRADE, Manuel Correia. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 5ª edição, Editora Atlas – São Paulo, 1986.
- ARANTES NETO, Antônio Augusto. **A Sagrada Família**: uma análise estrutural do compadrio. Campinas, SP: Brasiliense, 1975. Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Unicamp, v. 5. s.
- ARANTES NETO, Antônio Augusto. Pais, Padrinhos e o Espírito Santo: um reestudo do compadrio. In: ARANTES NETO [e al.]. **Colcha de Retalhos**: estudos sobre a família no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.
- AUGRAS, Monique. **O duplo e a metamorfose**: A identidade mítica em comunidade nagô. Petrópolis: Vozes, 1983.
- BOFF, Leonardo; BOFF Clovis. **Como fazer teologia da libertação**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 2º Ed Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BRUNEAU, Thomas C. **Religião e Politização no Brasil**: a igreja e o regime autoritário. São Paulo: Loyola, 1979.
- BRUYNE, Paul de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**: os pólos da prática metodológica. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997.

CAMPOS, Roberta Bivar C. **Quando a Tristeza é Bela:** o sofrimento e a constituição do social e da verdade entre os Ave de Jesus – Juazeiro do Norte/CE. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

CAMPOS, Roberta Bivar Carneiro; Eduardo Henrique Araújo de, GUSMÃO e MAURICIO JUNIOR, Cleonardo Gil de Barros. **A disputa pela laicidade:** Uma análise das interações discursivas entre Jean Wyllys e Silas Malafaia. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 35(2): 165-188, 2015.

CANIELLO, Márcio; DUQUÉ, Ghislaine. **Agrovila ou Casa no Lote:** A Questão da Moradia nos Assentamentos da Reforma Agrária no Cariri Paraibano. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 37, nº 4, out-dez. 2006.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo.** 2. ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: UNESP. 2000.

CARDOSO DE OLIVEIRA. **Sobre o Pensamento Antropológico.** 3ª Edição. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

COMERFORD, John. Comunidade Rural. In: MOTTA, Márcia (Org.). **Dicionário da Terra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. [pp. 112-120].

CUNHA, E. de P.; CUNHA, E. S. M.. Políticas públicas e sociais. In: CARVALHO, A.; SALES, F. (Orgs.) **Políticas Públicas.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

D. Dourado Neto; G. Sparovek; M. C. Alves; M. Cooper; R. F. Maule. Fundamentos para a definição da qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira. In: SPAROVEK, Gerd. **A Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira.** – São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica, 2003, pp. 39–53

D. Dourado Neto; G. Sparovek; M. Cooper; R. F. Maule; S. B. L. Ranieri. A Qualidade dos Projetos de Assentamentos. In: SPAROVEK, Gerd. **A Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira.** São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica, 2003, pp. 89–139.

DaMATTA, Roberto. **Relativizando:** uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o Profano**. São Paulo: Martins Fontes. 1992.

ELIADE, Mircea. **Tratado de História das Religiões**. São Paulo, Martins Fontes 2010.

ESTECI, Neide. Campesinato e Igreja na Fronteira – o sentido da lei e a força da aliança. In: FERNANDES, Bernardo Mançado; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULINO, Maria Ignez (orgs.). **Lutas Camponesas Contemporâneas: Condições, Dilemas e Conquistas**. V. 1: O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF; Núcleos de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, pp. 223-244.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e Sonhos**: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária. REVISTA NERA – Presidente Prudente – ANO 10, N. 11 – JULHO/DEZEMBRO DE 2007. pp. 33-47

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. 2ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

FERNANDES, Rubem César. **O Peso da Cruz**. Rio de Janeiro, *Religião & Sociedade*, n. 15/2-3, 1990, pp. 94-121.

FERREIRA, José Roberto de Melo. **Ser Dono de Si**: o sentido religioso de luta pela terra e devoção na comunidade Boi Branco, em Iatí-PE. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, 2013. 136 f. ; 30 cm.

GARCIA JR., Afrânio Raul. Libertos e sujeitos: sobre a transição para trabalhadores livres no Nordeste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, ANPOCS, nº7, jun 1988, p. 5-41.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GLUCKMAN, Max. Les rites de passage. In: GLUCKMAN, Max (Org.) **Essays on the ritual of social relations**. Manchester: Manchester University Press, 1962.

GODOI, Emília Pietrafesa de. **O Trabalho da Memória**: cotidiano e história no sertão do Piauí. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GRAMISCI, Antonio. **Os Intelectuais da Cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GUDEMAN, S. **The compadrazgo as a reflection of the natural and spiritual person**. Proceedings of the Royal Anthropological Institute, 1972, pp. 45-71.

HABERMAS, Jürgen. **A mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

Hobsbawm, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX 1914-1991. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

HOFFMANN, R. **A Estrutura Fundiária no Brasil de acordo com o cadastro do INCRA: 1967 a 1998**. Convênio INCRA/ UNICAMP. Campinas: UNICAMP, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Companhia das Letras, Edição comemorativa 70 anos. 2006.

INGOLD, Tim. That's enough about etnnography. **Hau: Journal of Ethnographic Theory**, v. 4, n. 1, 383-395, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Agropecuário, 2006. **Estrutura Fundiária**. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Populacional, 2014. **Cidades/Pernambuco**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=261030>>

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Estatísticas Cadastrais**. Sistema Nacional de Cadastro Rural. Recadastramento 1972, v. 1, Brasília, 1974.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. Ministério de Política Fundiária e da Agricultura Familiar. **O Futuro Nasce da Terra:** balanço da reforma agrária e da agricultura familiar, 1999.

LANNA, Marcos. **A Estrutura Sacrificial do Compadrio:** uma ontologia da desigualdade? Ciências Sociais Unisinos: Volume 45 • número 1 • jan/abr 2009 pp. 5-15

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural.** 3ª. Edição; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

LIMA, Pedro Henrique de Oliveira Germano de. **Constituição da pessoa ogã o xangô/candomblé do Recife (o modelo nagô do Ilê Obá Aganjú Okoloyá).** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, 2016. 155 f. ; 30 cm

LOERA, Nashieli C. Rangel. Para Além da *Barraca de Lona Preta*: Redes Sociais e Trocas em Acampamentos e Assentamentos do MST. **In:** FERNANDES, Bernado Mançado; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULINO, Maria Ignez (orgs.). **Lutas Camponesas Contemporâneas: Condições, Dilemas e Conquistas.** V. 2: A Diversidade das Formas das Lutas no Campo. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF; Núcleos de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, pp. 73-94.

LÖWY. Michael. **A guerra dos Deuses:** religião e política na América Latina. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MAFFESOLI, Michel. **A sombra de Dioniso:** contribuição a uma sociologia da orgia. 2ª edição. São Paulo: Zouk, 2005.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência.** São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, José de Souza. **O Poder do Atraso.** São Paulo: Hucitec, 1994.

MAURÍCIO JÚNIOR, Cleonardo Gil de Barros. **Vasos nas Mãos do Oleiro:** a constituição do pastor pentecostal. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, 2013. Recife: 2014. 126 f.

MAUSS, Marcel & HUBERT, Henri. **Sobre o Sacrifício.** São Paulo: Cosac Naify, 2005.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naufy, 2003.

MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas do Brasil. In: STEDILE, João Pedro (org). **A Questão Agrária no Brasil**: história e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012, pp. 21-76

MOTTA, Roberto. **Enchantment, Identity, Community, and Conversion**: Catholics, Afro-Brazilians and Protestants in Recent Brazil. In: Giuseppe Giordan, ed., *Conversion in the Age of Pluralism*, Leiden (Países-Baixos), Brill (series Religion and Social Order), 2009.

NORONHA, Cejana Uiara Assis. **Teologia da Libertação**: origem e desenvolvimento. FRAGMENTOS DE CULTURA, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 185-191, jan./mar. 2012.

PAIVA, Rosana Carvalho. **Das Soltas ao Arame**: terra, parentesco e cosmologia em uma comunidade rural do sertão baiano. Salvador: Universidade Federal da Bahia. FFCH. Curso de Ciências Sociais, Área de Concentração em Antropologia, 2008. (Monografia de Graduação). 110 Folhas.

PEIRANO, Mariza G. S. **A favor da Etnografia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Religião Como Solvente** — uma aula. NOVOS ESTUDOS 75 JULHO 2006. (pp. 111 – 127) Disponível em: https://socidoc.com/download/pierucci-antonio-religiao-como-solvente-weber_5a0efd6fd64ab280f678a770_pdf Acesso em (24/01/2018)

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, pp. 200-212.

PRADO JÚNIOR, C. **A História Econômica do Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1970.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Campesinato Brasileiro**: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. 2 Edição; Petrópolis: Vozes, 1973.

RANIERI, S. B. L. Retrospecto da reforma agrária no mundo e no Brasil. In: SPAROVEK, Gerd. **A Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica, 2003, pp. 5-37.

REESINK, Mísia Lins. **Sobre Fé e Milagre**: uma perspectiva cosmológica da fé e do milagre como “categorias sociais de entendimento” no catolicismo brasileiro. Depto. Antropologia e Museologia – PPGA – UFPE, 2012 (Manuscrito).

REESINK, Mísia. **A Antropologia, os Católicos e a Noção de Deus**. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 25 (1), pp.11-38, 2005.

RIDENTI, Marcelo. **Em Busca do Povo Brasileiro**: artistas da revolução, do CPC à era da tv. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SABOURIN, Eric. **Construção da Ação Coletiva nos Sindicatos Rurais Brasileiros**: Aspectos comparativos. Raízes, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 72-80, jan./jun. 2002.

SABOURIN, Eric. **Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro**. Raízes, Ano XVIII, Nº 20, novembro/99. pp. 41 – 49.

SABOURIN, Eric. **Será que existem camponeses no Brasil?** Palestra do 47º Congresso da SOBER – Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2009. Disponível no dia 15/05/2012 em <http://www.sober.org.br/palestra/13/493.pdf>

SCHENATO, Vilson Cesar. **Identidades, Diferenças e Tensões**: um estudo sobre o campesinato em contextos sociais rurais do Sul e do Nordeste brasileiro. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades – Campina Grande, 2014. 330 f.

SCOTT, Russell Parry. Famílias camponesas, migrações e contextos de poder no Nordeste: entre o “cativeiro” e o “meio do mundo”. In: GODOI, Emilia Pietrafesa de. MARIN, Rosa Azevedo. MENEZES, Marilda Aparecida de (orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. V. 2: estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 245-268.

SILVA, Sandro Ramon Ferreira da. **Teologia da Libertação**: Revolução e Reação Interiorizadas na Igreja. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Fluminense, Centro de Estudos Gerais Mestrado em História Contemporânea – Niterói, 2006. 141 f.

SPAROVEK, Gerd. **A Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica, 2003.

STEDILE, João Pedro. História da Questão Agrária no Brasil. In: STEDILE, João Pedro (org). **A Questão Agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964.** – 2ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2012, pp. 9-16.

STEIL, Carlos Alberto. **O Sertão das Romarias: um estudo antropológico sobre o santuário de Bom Jesus da Lapa – BA.** Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

SUPPLY, Eduardo Matarazzo. Dos Índios até Antônio Tavares Pereira: a justa causa do MST. In: FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil.** 2ª Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

THEJE, Marjo. **Tudo que é de Deus é Bom: uma antropologia do catolicismo liberacionista em Garanhuns.** Recife: Massangana, 2002.

THOMPSON, E. P. **Senhores e Caçadores: a origem da lei negra.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TURNER, Victor. “Betwixt and Between: O período liminar nos ritos de passagem”. In: **Floresta de Símbolos: Aspectos do ritual Ndembu.** EdUFF, Niterói, 2005.

TURNER, Victor. **Dramas, Campos e Metáforas: Ação simbólica na sociedade humana.** Niterói, Editora Ed. UFF, 2008.

TURNER, Victor. **Schism and continuity in an African society.** Manchester: Manchester University Press, 1996.

TURNER, Victor. **Schism and continuity in an African Society: a study of Ndembu village life.** Manchester: Manchester University Press. 1957.

TURNER, Victor. **The Anthropology of Performance.** New York: PAJ Publications, 1988.

VELHO, Otávio. Campesinatos e política. In: **Anuário Antropológico 77.** Rio de Janeiro, RJ: Edições Tempo Brasileiro LTDA, 1978. pp 277-297.

VELHO, Otávio. **Besta-Fera: recriação do mundo.** – Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

VILA NOVA, Sebastião. **Introdução à sociologia.** 6ed. São Paulo: Atlas, 2006.

WEBER. Max. **Economia e sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. Volume 1 e 2.

WEBER. Max. **Três tipos de poder e outros escritos.** Tribuna da História, Lisboa, 2005. Disponível em www.lusosofia.net. Acesso em 10/06/2011.

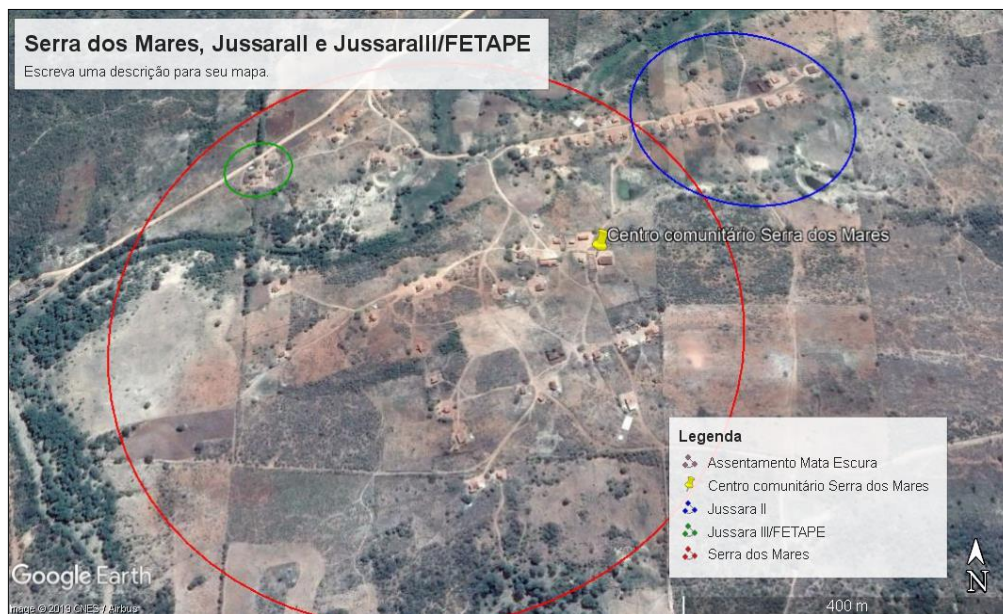
WOLF, Eric R. **Sociedades Camponesas.** Rio de Janeiro – Zahar Editores, 1970.

WOORTMAN, Ellen; WOORTMAN, Klaas. **O Trabalho da Terra:** a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

ZALUAR. Alba. **Os Homens de Deus:** um estudo dos santos e das festas no catolicismo popular. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

ANEXO A – MAPAS DE ALGUNS ASSENTAMENTOS LOCALIZADOS NA REGIÃO DE IATI, ÁGUAS BELAS E PARANATAMA

Figura 1: Imagem aérea da comunidade Serra dos Mares, Jussara II e Jussara III/FETAPE.



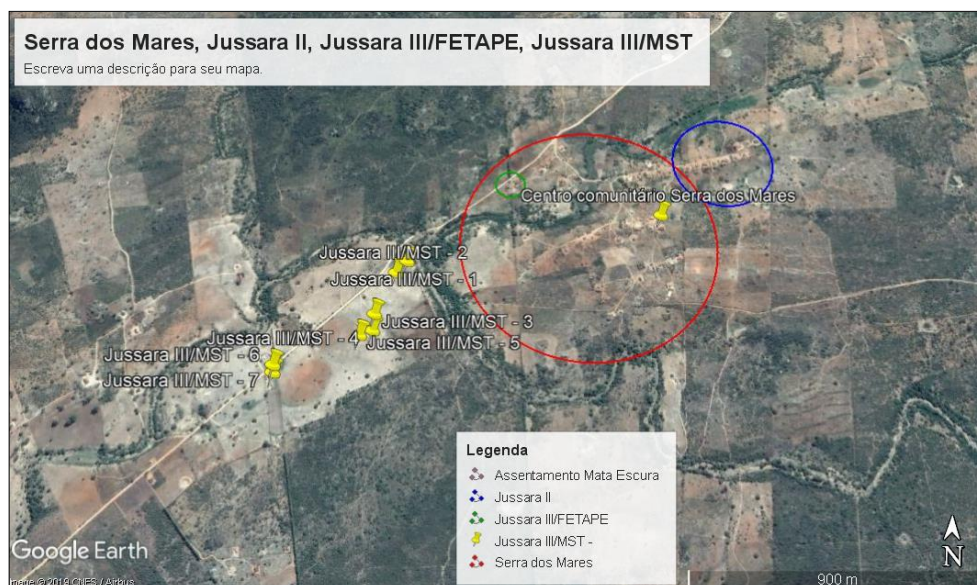
Fonte: Google Erth Pro.

Figura 2: Imagem aérea do assentamento Jussara III/MST.



Fonte: Google Erth Pro.

Figura 3: Imagem aérea demonstrando proximidade entre os assentamentos.



Fonte: Google Erth Pro.

Figura 4: Imagem aérea do assentamento Mata Escura.



Fonte: Google Erth Pro.

Figura 5: Imagem aérea da comunidade Boi Branco.



Fonte: Google Erth Pro.

Figura 6: Imagem aérea da comunidade Boi Branco vista noutro ângulo.



Fonte: Google Erth Pro.

Figura 7: Imagem aérea do Assentamento São José.



Fonte: Google Erth Pro.

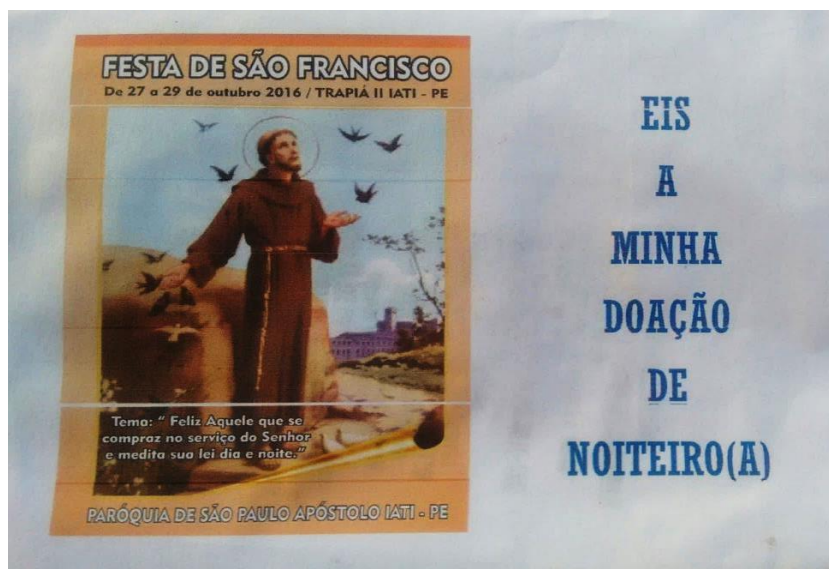
Figura 8: Imagem aérea do Assentamento Minador.



Fonte: Google Erth Pro.

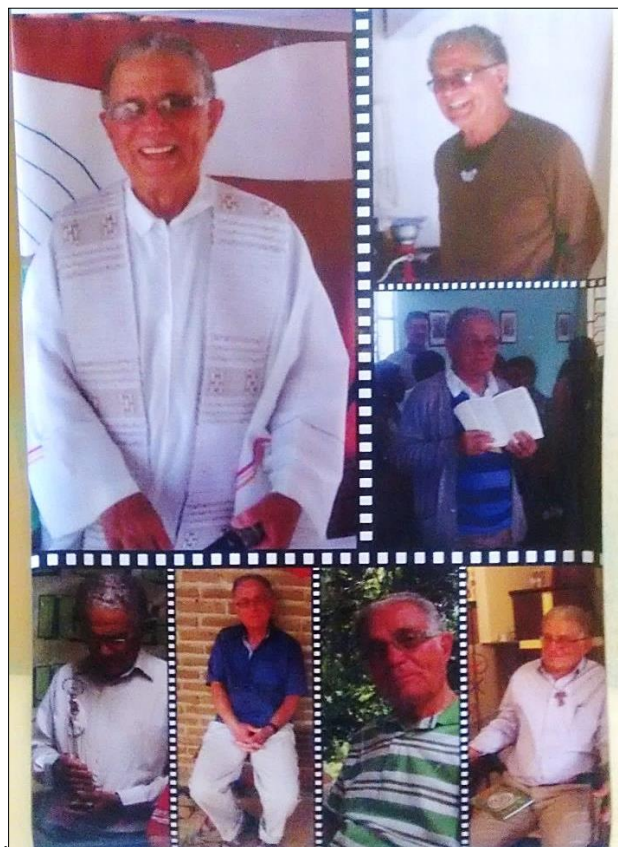
ANEXO B – REGISTRO DA VIDA RELIGIOSA DA SERRA DOS MARES

Figura 9: Panfleto da festa religiosas da comunidade Serra dos Mares.



Fonte: Pesquisa de Campo – 2015 (Roberto Ferreira).

Figura 10: Fotografia de Frei Juvenal.



Fonte: Pesquisa de Campo – 2015 (Roberto Ferreira).

Figura 11: Rodrigo catequista da comunidade Serra dos Mares.



Fonte: Pesquisa de Campo – 2015 (Roberto Ferreira).

Figura 12: Festa de São Francisco na comunidade Serra dos Mares em 26 de outubro de 2016.



Fonte: Pesquisa de Campo – 2015 (Roberto Ferreira).